

Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides

Breno Battistin Sebastiani

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

HVMANITAS SVPPLEMENTVM • ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

Apresentação: esta série destina-se a publicar estudos de fundo sobre um leque variado de temas e perspectivas de abordagem (literatura, cultura, história antiga, arqueologia, história da arte, filosofia, língua e linguística), mantendo embora como denominador comum os Estudos Clássicos e sua projeção na Idade Média, Renascimento e recepção na atualidade.

Breve nota curricular sobre o autor

Breno Battistin Sebastiani é professor de Língua e Literatura Grega da Universidade de São Paulo, Brasil, desde 2002 (Professor Associado desde 2016), com doutorado sobre as *Histórias* de Políbio (2006). Lidera, em colaboração com Daniel Rossi Nunes Lopes, o Grupo de Pesquisa “Gêneros de prosa greco-latina” (USP/CNPq). Traduziu os livros completos de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas por Breno Battistin Sebastiani*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2016) e publica trabalhos sobre Tucídides, Políbio, historiografia grega, narrativa greco-latina, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos. Está preparando (2016-) outros dois livros, as coletâneas *Les historiens grecs et romains: entre sources et modèles*, em colaboração com O. Devillers, da Université Bordeaux-Montaigne, e *A poiesis da democracia*, em parceria com colegas brasileiros e portugueses.

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ESTRUTURAS EDITORIAIS
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

DIRETOR PRINCIPAL
MAIN EDITOR

Delfim Leão
Universidade de Coimbra

ASSISTENTES EDITORIAIS
EDITORIAL ASSISTANTS

João Pedro Gomes
Marina Gelin Fernandes
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA
EDITORIAL BOARD

Adriane da Silva Duarte
Universidade de São Paulo

Christian Werner
Universidade de São Paulo

Jacyntho Lins Brandão
Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Beatriz Borba Florenzano
Universidade de São Paulo

Martinho Tomé Martins Soares
Universidade Católica Portuguesa - Porto

Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa
Universidade Federal de Minas Gerais

Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides

Breno Battistin Sebastiani

Universidade de São Paulo

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

FRACASSO E VERDADE NA RECEPÇÃO DE POLÍBIO E TUCÍDIDES
FAILURE AND TRUTH IN THE RECEPTION OF POLYBIUS AND THUCYDIDES

AUTOR AUTHOR

Breno Battistin Sebastiani

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto CONTACT
imprensa@uc.pt

Vendas online ONLINE SALES
<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial EDITORIAL COORDINATION
Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica GRAPHICS
Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia INFOGRAPHICS
Nelson Ferreira

Impressão e Acabamento PRINTED BY
Simões & Linhares, Lda.

ISSN
2182-8814

ISBN
978-989-26-1469-4

ISBN Digital
978-989-26-1470-0

DOI
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1470-0>

Annablume Editora * Comunicação

www.annablume.com.br

Contato CONTACT
@annablume.com.br

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
www.fct.pt

POCI/2010

Projeto UID/ELT/00196/2013 -
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade
de Coimbra



© Setembro 2017

Annablume Editora * São Paulo
Imprensa da Universidade de Coimbra
Classica Digitalia Universitatis Conimbrigenis
<http://classica.digitalia.uc.pt>
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

A ortografia dos textos é da inteira responsabilidade dos autores.

Trabalho publicado ao abrigo da Licença This work is licensed under
Creative Commons CC-BY (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/pt/legalcode>)

FRACASSO E VERDADE NA RECEPÇÃO DE POLÍBIO E TUCÍDIDES

FAILURE AND TRUTH IN THE RECEPTION OF POLYBIUS AND THUCYDIDES

AUTOR AUTHOR

Breno Battistin Sebastiani

FILAÇÃO AFFILIATION

Universidade de São Paulo

RESUMO

Este livro discute o problema da recepção dos – ou nos – textos de Tucídides e Políbio pelos vieses narrativo, historiográfico, literário e/ou cultural. Está subdividido em oito meditações. Na primeira, são apresentados três procedimentos metodológicos (recepção, mediação e comparação) que articulam, ao longo das outras sete, a discussão dos integrantes nucleadores (fracassos políticos, verdades) do referido problema.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da narrativa. Narrativa grega. Tucídides. Políbio. Estudos de recepção.

ABSTRACT

This book discusses the problem of the reception either of, or in, Thucydides' and Polybius' texts, examining its narrative, historiographical, literary and/or cultural perspectives. It is subdivided into eight meditations. The first meditation presents three methodological procedures (reception, mediation, comparison) which articulate the discussion about the main constituents (political failures, truths) of that problem along the other seven meditations.

KEYWORDS

Narrative theory. Greek narrative. Thucydides. Polybius. Reception studies.

AUTOR

Breno Battistin Sebastiani é professor de Língua e Literatura Grega da Universidade de São Paulo, Brasil, desde 2002 (Professor Associado desde 2016), com doutorado sobre as *Histórias* de Políbio (2006). Lidera, em colaboração com Daniel Rossi Nunes Lopes, o Grupo de Pesquisa “Gêneros de prosa greco-latina” (USP/CNPq). Traduziu os livros completos de Políbio (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas por Breno Battistin Sebastiani*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2016) e publica trabalhos sobre Tucídides, Políbio, historiografia grega, narrativa greco-latina, pensamento político antigo e recepção de/em textos clássicos. Está preparando (2016-) outros dois livros, as coletâneas *Les historiens grecs et romains: entre sources et modèles*, em colaboração com O. Devillers, da Université Bordeaux-Montaigne, e *A poiesis da democracia*, em parceria com colegas brasileiros e portugueses.

AUTHOR

Breno Battistin Sebastiani is Professor of Greek Language and Literature at the University of São Paulo, Brazil, since 2002 (Associate Professor since 2016), with a PhD in Polybius' *Histories* (2006). He and Daniel Rossi Nunes Lopes are the leaders of the Research Group “Greco-Roman Prose Genres” (USP/CNPq). He has translated the complete books of Polybius (*Políbio: história pragmática. Livros I a V. Tradução, introdução e notas por Breno Battistin Sebastiani*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2016) and regularly publishes papers and chapters about Thucydides, Polybius, Greco-Roman narrative, Greek historiography, ancient political thinking and reception of/in classical texts. He is currently preparing (2016-) two other books, the companions *Les historiens grecs et romains: entre sources et modèles*, in collaboration with O. Devillers (U. Bordeaux-Montaigne) and *A poiesis da democracia*, in collaboration with Brazilian and Portuguese colleagues.

SUMÁRIO

CÔMPITOS	13
O OLHAR SOBRE SI MESMO: FRACASSO E LUCIDEZ EM TUCÍDIDES E POLÍBIO	
I	39
II	43
III	47
IV	52
A IRONIA DO FRACASSO: NÍCIAS E TUCÍDIDES, ANÍBAL E POLÍBIO	
I	57
II	63
III	70
O PROBLEMA DA VERDADE EM TUCÍDIDES	
I	75
II	76
III	83
IV	89
ENFORMAÇÃO DA NARRATIVA EM <i>GRANDE SERTÃO: VEREDAS</i> E TUCÍDIDES	93
Pausa e lucidez	95
A interrogação fundante	103
A indeterminação da multiplicidade	107
Cômputo	111
VERDADE, NARRATIVA E RETÓRICA EM POLÍBIO	
I	117
II	122
III	135
A HISTÓRIA COMO MEIO: O ODISSEU MEDIADOR DE POLÍBIO	
I	145
II	150
III	157
IV	165

<i>COME SE FUGGISSI: FRACASSO CRIADOR, VERDADE IMANANTE</i>	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
INDEX NOMINVM ET LOCORVM	201

para Marlene, minha mãe

– “*Eeu? Tou fazendo saudade*”.
(*A menina de lá*)

para Gê, Bia, Clau

“um mais um é sempre mais que dois”
(B. Guedes & R. Bastos, *O sal da terra*)

e para Cris Mallouk

“Só o um-e-outra, um em-si-juntos, o viver em ponto sem parar, coraçõamente:
pensamento, pensamor. Alvor. Avançavam parados, dentro da luz,
como se fosse no dia de Todos os Pássaros”
(*Substância*)

(Página deixada propositadamente em branco)

AGRADECIMENTOS

Este livro decorre do projeto “A vida mestra da história: fracasso e lucidez nos textos de Tucídides e Políbio” (PQ-CNPq, 2014-2016) e integrou originalmente a primeira parte de minha tese de Livre-Docência, defendida na Universidade de São Paulo em junho de 2016. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Adriane da Silva Duarte, Maria Beatriz Borba Florenzano, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Christian Werner e Jacyntho Lins Brandão. A cada um quero registrar meu afetuoso agradecimento pela generosidade e acuidade de suas críticas.

Por análogas razões também agradeço, na pessoa do professor doutor Delfim Ferreira Leão, aos editores e pareceristas da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sou grato também aos editores dos livros e das revistas que gentilmente me autorizaram a republicar aqui textos originalmente publicados como capítulos ou artigos.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Também contei com o apoio de FAPESP e CAPES para distintas produções e atividades (organização de eventos, participação em reuniões científicas, publicações coletivas) que contribuíram diretamente para com os trabalhos aqui reunidos. Reitero meus agradecimentos às três agências.

σωφρονεῖν ἀρετὴ μέγιστη, καὶ σοφίη ἀληθέα
λέγειν καὶ ποιεῖν κατὰ φύσιν ἐπαίοντας
(Heráclito)

(...)

Porque eu só preciso de pés livres,
de mãos dadas,
e de olhos bem abertos...

(*Magma*, “Bibliocausto”)

Aqui, Brejeirinha descobre uma profunda verdade metafísica, desmoralizadora da nossa concepção idiota da “realidade estática”: as coisas aparentemente mais diferentes, são em verdade, às vezes, as mais próximas uma da outra.

(Rosa a Meyer-Clason, 24.III.1966)

CÔMPITOS

– “Viver é impossível!” – o dito declarado assim, tão empírico e anermenêutico, só através do egoísmo da lógica. Mas, menos como um galhofeiro estapafúrdio, ou alucinado burlão, pendo a ouvir, antes em leal tom e generoso. E era um revelar em favor de todos, instruía-nos de verdadeira verdade. A nós – substantes seres sub-aéreos – de cujo meio ele a si mesmo se raptara. Fato, fato, a vida se dizia, em si, impossível. Já assim me pareceu. Então, ingente, universalmente, era preciso, sem cessar, um milagre; que é o que sempre há, a fundo, de fato. De mim, não pude negar-lhe, incerta, a simpatia intelectual, a ele, abstrato – vitorioso ao anular-se – chegado ao píncaro de um axioma.

(*Darandina*)

Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ξυνέγραψε τὸν πόλεμον (Th.1.1.1)
Εἰ μὲν τοῖς πρὸ ἡμῶν ἀναγράφουσι τὰς πράξεις (Plb.1.1.1)

Rasgando o véu do obliúvio e do silêncio, a transitividade de ambas as sentenças inaugurais sinaliza um complexo de operações que medeia entre a experiência percebida (de guerra e feitos) e a narração já em curso: a meditação de um narrador, (*h*)istor que viu, discrimina e, sobretudo, faz ver¹. Num segundo mo(vi)mento, de modo análogo, leitores também incorporam a narrativa alheia às próprias. (*H*)istores e leitores dialogam mediante a narrativa unidos por mútuo interesse num real que ambos retemporalizam.

Mesmo entre um único narrador e um único leitor, bem mais que duas seriam as realidades mediadas, as quais formariam um tecido de problemas estendido entre a percepção do real a narrar e a incorporação da leitura no presente da experiência

¹ Etimológica e tradicionalmente (II.18.501 [ἵστορι] e 23.486 [ἵστορα]; Hes. *Op.* 792 [ἵστορα]; HrcI.fr.35 DK [ἵστορα]; Hprc. *Jusj.* 2 [ἵστορα]), ἵστωρ (ou ἵστωρ) denotava o indivíduo cuja prudência era suficiente para ajuizar e fazer ver a verdade dentre versões conflitantes, sem que necessariamente houvesse presenciado a situação que as engendrara (Pires 2003b: 133-135). O exercício dessas faculdades os gregos denominaram ἱστορία (vocábulo que Tucídides jamais emprega). A “questão do ἵστωρ” permeia o texto subsequente e será retomada em mais de uma ocasião. Sobre o “duplo lugar” da ἀυτοψία “enquanto procedimento que coloca a visão como eixo investigativo”, cf. Nicolazzi 2013: 67: “ao mesmo tempo ela é condição para a prática do historiador e resultado ao qual este almeja alcançar [*sic*]. O ‘ver com seus próprios olhos’ passa a ocupar o lugar tanto do historiador quanto do seu leitor”.

cotidiana. Uma realidade é percebida ou reconstruída mediante escolhas, isto é, precisamente enquanto *não* é outra, enquanto convive com a negatividade virtual de outras tantas e se realiza como superação delas todas em meio a uma trama que se alarga dialética e infinitamente. Ambos os sujeitos – (*h*)*istor*es e leitores – pressupõem e meditam, (re)imaginam e (re)criam problemáticas específicas ansiando pela imediatez de uma verdade vivida a ser partilhada por ambas as (re)construções, cujos procedimentos heurísticos tornam o real pensável e apresentável². Por outras palavras, ambos trabalham conforme abrem diálogos.

Emulasse ou não Tucídides (c.460-399 a.C.), também Políbio (c.200-118 a.C.) fundou a própria narrativa enunciando com análogo empenho análogas aspirações³. Ambos palmilham trilhas contíguas e via de regra tangentes: tentam alçar o pensamento privado e fugidio a bem coletivo, público, perene e partilhável. Do particular finito, contingente e perecível, aspiram a um possível trabalho no real captado e alegadamente passível de ser preservado e (re)elaborado em transmissão potencialmente infinita. Ambos parecem buscar, em uma palavra, um mo(vi)mento de diálogo, apresentando-se permanentemente abertos ao que é inerente a toda conversação: impermanência, renovação, transferência, transformação mútua e construção coletiva.

Tal afinidade de aspirações compreende uma diversidade de modos com que cada um articulou narrativamente a respectiva experiência do real e orquestrou até mesmo sua transmissão almejada, como se respondessem a uma questão subentendida: quantos possíveis meditados se articulariam na realidade cuja narrativa constróem como sinal? O discurso da verdade é possível enquanto *outro* do possível: como meditação possível sobre o real, a prática historiográfica correlaciona ambos, possível e real, dialogicamente como parte e todo, como ausência e presença, como próprio e outro, como fundamentos um para o outro. O possível exorbita o real precisamente porque nele inscrito (Eagleton 2012: 83).

Enquanto medita, o (*h*)*istor* medeia: se a primeira atividade conota preocupar-se, cuidar, tratar, remediar e mesmo curar, como presente já nos verbos μήδομαι e *medeor* em que radica, por uma contingência paronomástica – analógica – do português, “meditação” contém “mediação” e seus significados não raro cooperam, quando não se fundem: pensar, preparar, trabalhar, mas também dividir e, intransitivamente, transitar pelo meio ou nele estar. Pensar um ferimento ou um problema, por o dedo em feridas ou apartar uma discussão: em qualquer desses casos, o trabalho é feito *em*, *de* ou *para* um interior, realizando-se como ocupação, imbricação, vivência ou participação. E isso não implica necessariamente harmonização nem acirramento de visões ou valores conflitantes,

² Cf. a discussão de Nicolazzi 2010: 251-257 sobre a noção de “regime de historicidade” proposta por F. Hartog.

³ Para um rastreamento dos percalços e elementos implicados no caso de emulação, cf. Iglesias-Zoido 2011: 12, 57 e 85.

mas tão só percepção da (própria) historicidade e abertura para (auto)exame⁴. De modo análogo, constatar ausências trabalhando em meio a presenças é também o que faz o (*h*)istor, cuja medi(t)ação habita os meandros entre realidade e narrativa, sede de contradições ajuizadas na apresentação dos problemas que se dispôs a pensar, a começar pelo da própria condição. Ocupar o meio é enxergar o mundo como o interior em que se habita, não como somatória do que está fora de nós – é vivê-lo como extensão do próprio corpo (Eagleton 2012: 210)⁵. Ocupando o meio, isto é, percebendo-se igualmente problematizável, o (*h*)istor medita o concurso de três manifestações – íntima, conhecida e surpreendente – sabendo-se plenamente responsável por todas elas, como qualquer criador. E assim mantém os pés no real, com os olhos no possível enquanto as mãos trabalham.

Dentre os problemas que ocupam e enformam a meditação de um (*h*)istor, operação cuja complexidade sempre escapará a totalizações, permeia as meditações a seguir o do modo como transformam realidade vivida e compreendida em narrativa histórica, recriando, transpondo e infundindo nesta (narrativa) o que quer que tenham compreendido como verdade daquela (realidade). A narrativa historiográfica foi aqui pensada como forma de tradução intersemiótica do real, como tecelagem artesanal que alinhava distintos fios pacientemente escolhidos com os quais o narrador transpõe o real – pessoas, situações, relacionamentos, objetos etc – para texto com sentidos permanentemente interconectados e interconectáveis. Em outros termos, como operação significativa cujos significados se realizam na contemporaneidade da experiência do leitor. Tal percepção radica num entendimento da narrativa como meio ou modo de recepção cocriativa, como coorganização de elementos orientada de modo imanante (i.e., *de* ou *por* dentro) ou discursivização de si mesmo e do mundo⁶.

O integrante do problema assumido como ponto de partida destas meditações foi a condição traumática de fracassado político de ambos, Tucídides e Políbio⁷. Se não foram propriamente vítimas – como o são os sobreviventes

⁴ Para um mais amplo desenvolvimento crítico da questão, sobretudo quanto aos percalços de harmonização e acirramento de posições conflitantes, cf. Marconi 2007: 119-122.

⁵ Em outro contexto o crítico também anota que “[t]o be inside and outside a position at the same time – to occupy a territory while loitering sceptically on the boundary – is often where the most intensely creative ideas stem from. It is a resourceful place to be, if not always a painless one” (2003: 40).

⁶ A respeito da noção de “tradução intersemiótica” e “tradução como forma”, cf. respectivamente Seligmann-Silva 2014: 229 e 2011: 28, além da coletânea de textos de Haroldo de Campos organizada por Tápia; Nóbrega 2013. Em tempo: a percepção de “narrativa” como signo convive, ao longo de todo o trabalho, com sua acepção de prática refletida. A primeira, mais evidente e frequente, cobre o gênero textual-discursivo; e a segunda, pontual mas não menos importante, um modo de (auto)compreensão (conforme empregada por Eagleton 2003, e.g.: p. 127: “to have some sense of your life as narrative”: 209: “which converts our lives from chronicles to narratives”: 215: “narrative of Nazism”: 221: “new global narrative of capitalism”: 222: “narratives of class”).

⁷ Para as noções de “história como trauma”, “narração como modo de renascimento”, “real

de genocídios e os que arrostam distintos graus de injustiça de toda espécie – tampouco valeria enquadrá-los como algozes: foram adversários derrotados e sentenciados pelos próprios pares. Dito abreviadamente, tornaram-se *apostatados*⁸ fracassados, condição polivalente: ao mesmo tempo em que a privação do direito de ação política direta poderia significar condenação ao silêncio, também forjou circunstâncias ideais para paulatina tomada de consciência, enfrentamento das condições adversas e ensaios de autorreconstrução, num vaivém constante cujo mapeamento só muito lentamente pode ser realizado. Os trabalhos de *Quellenforschung* desenvolvidos até meados do século passado ressaltam, mais do que qualquer outro resultado, a envergadura e a minuciosidade dessa dolorida oscilação. Assumindo como núcleo articulador as reflexões de Tucídides e Políbio sobre o fracasso político-militar próprio e alheio, em todas as meditações a seguir lateja um único desses desdobramentos, já por si suficientemente complexo: o de como cada um trabalhou essa circunstância de privação e ausência tornando-a ponto de partida para nova atividade, reflexão e modo de intervenção possível, ativa e fecundante no real. Por outras palavras: o do modo como transformaram a frustração de um horizonte de expectativas em abertura de outros, conforme transpuseram as respectivas meditações para narrativa histórica, ou como cada um converteu em texto a própria experiência meditada (e não necessariamente vivida). O do modo, isto é, como a verdade histórica qual pensada por cada um enformou cada narrativa e, ao mesmo tempo, como a forma resultante ainda indicia uma verdade que a tonifica por dentro e exorbita como alteração ético-política da consciência que a pondera. Ou, ainda, de que modo cada historiador reconstruiu a respectiva vivência passando desta ao texto, infundindo a própria vida no texto ou, por implicação, de que modo o texto prolonga, no leitor que igualmente medita, a vida antes nele, texto, insuflada. De que modo, enfim, a vida inspira, anima, instiga e transforma a vida.

O problema que este trabalho tentou esboçar também poderia ser sintetizado como problema do modo, a um só tempo medida e maneira, momento e movimento – mo(vi)mento – com que meditação (de narrador e leitor), verdade e narrativa históricas cooperam em mútua fecundação. Em outras palavras, problema da (re)construção de verdades históricas vividas e (re)vistas em contextos de formulação e recepção. Ou, ainda, problema da verdade tal qual (re)pensado por cada historiador ao longo dos trinta (Tucídides) ou cinquenta (Políbio) anos

como catástrofe”, “ler a história a contrapelo”, cf. Seligmann-Silva 2000, 2008 e 2013.

⁸ O termo ἀποστράτηγος é atestado em Demóstenes (*In Arist.* 149) e Plutarco (*Marc.* 22.9) e corresponde à designação genérica de “ex-comandante”. Tal designação e suas implicações talvez sejam valiosas também para o exame da condição sócio-política de outros (*h*)*istores* antigos como, por exemplo, Heródoto, Xenofonte, Salústio, Tácito, Flávio Josefo, Apiano, Arriano, Amiano Marcelino e Aurélio Vítor. Especificamente nos casos de Tucídides e de Políbio, mais do que na condição de ex-comandantes, escrevem como ex-combatentes experimentados nos conflitos que narraram e/ou presenciaram.

dedicados às respectivas obras e tal qual nós, leitores, podemos trabalhá-lo em sua inerente complexidade. A formulação menos imprecisa talvez seja, enfim, a de “problema de verdades”. Problema, por duas razões complementares: primeira, por aproximar sujeito mediador e objeto conceituante, envolvido pelo sujeito conforme transforma a si mesmo em novo objeto da própria meditação. Segunda, porque uma eventual pergunta por uma verdade absolutizada desperta imediata desconfiança, dada a pretensão de conter o incontível, desembocando em aporias inócuas caso insista na fixidez do que seria curso e devir e, ainda, caso desconsidere que problemas demandam medi(t)ação dialética mais do que necessariamente respostas. E de verdades, no plural, pelas mesmas razões – pela historicidade inerente a todo problema –, mas sobretudo pelas possibilidades condensadas na primeira epígrafe⁹: como *dizer* a verdade (no sentido etimológico do verbo e na acepção singular do nome, absoluta e não plural) caso se lhe reconheça existência, ou *criá-la*, ou *auscultá-la*? Como compreendê-la se não como aspiração, infinitamente retomada, a totalizações conceituais, momentâneas, de supostas verdades sempre distintas e dialeticamente contraditórias? Bem entendido, não de verdades atomizadas e acumuladas em sistemas fechados, mas sim compreendidas conforme a sugestão de Domenico no filme de Tarkovsky: “una goccia più una goccia fanno una goccia più grande, e non due” (*Nostalgia*, 1983).

Como categoria ontológica antes que gênero literário, a noção de verdade só se torna partilhável mediante a compreensão das fundações em que se inscreve. As meditações a seguir projetam, pois, tentativas de resgate e reformulação possíveis de um problema já trabalhado conceitualmente por todos os (*h*)*istores* antigos e em particular pelos dois ora enfocados: desde o início da narrativa Tucídides refletia sobre *ὡς ἐπολέμησαν* (1.1) concentrado na busca da verdade (*ἡ ζήτησις τῆς ἀληθείας* – 1.20.3), assim como a interrogação nuclear e inaugural de Políbio é *πῶς καὶ τίνι γένοι πολιτείας* (1.1.5), a ser respondida apenas por alguém cômico de *τὸ τῆς ἱστορίας ἦθος*, isto é, da necessária atenção exclusivamente a *ἀλήθεια* (1.14.5-6). Porque igualmente parte de uma meditação ininterrupta, a formulação e o exame do problema no texto subsequente sobressai ao oferecimento de respostas, que quando assomam são intencionalmente

⁹ Que projeta um jogo de multivalências semânticas tão condensado e metabólico a ponto de qualquer recriação mal conseguir tangenciá-las: no dialeto jônio, o acusativo *ἀληθέα* tanto pode ser entendido como masculino singular (lit. “verdadeiro”) quanto neutro plural (lit. “coisas verdadeiras”), e está estrategicamente posicionado de modo a ser objeto ou apenas de *λέγειν*, ou também de *ποιεῖν*, ou ainda de *ἐπαίοντα*, bem como dos três ao mesmo tempo. Literalmente recriado, soaria talvez como: “prudência é valor maior, e sapiência verdade(s) dizer e criar naturalmente auscultando” (fr. 112 DK). Minha leitura radica em considerações de M. Conche (Héraclite 1998: 234-236). Em tempo: sobre a possibilidade de determinados valores – pluralidade, diversidade, concretitude, abertura, dentre outros – figurarem também como esqueleto de reflexões de viés liberal-conservador, cf. a crítica de T. Eagleton (2012: 68) a M. Nussbaum e outras observações correlatas em 2003: 18-21.

provisórias. O procedimento expande o problema em exame, isto é, preocupa-se e trata mas não necessariamente cura. Em duas palavras: reapresenta e recria.

Ponto arquimediano do (*h*)istor e alvo certo do cético já na antiguidade¹⁰, o problema dos modos, da verdade ou da relação entre narrativa e realidade é o nervo exposto não apenas da historiografia¹¹, porque inerente a toda forma de linguagem¹². F. Hartog adverte a vinculação e aponta um modo de tratar o problema, isto é, fazendo-o sem pretender solucioná-lo nem tampouco descurá-lo:

“[r]esponder a tais questões, arriscar-se apenas, excederia não apenas o espaço de um artigo, mas também minhas capacidades. Entretanto, creio que ao negligenciar esse movimento profundo, complexo, corre-se o risco de, como dizia Péguy, não mais compreender do que se falava, quando Roland Barthes, por exemplo, escrevia que ‘o fato tem tão somente uma existência linguística’. Caso contrário, o propósito, retirado de seu contexto, oscila entre trivialidade e absurdidade” (2013: 16; referência final: R. Barthes, *Le discours de l’histoire: le bruissement de la langue*, 1984).

As meditações que se seguem partilham de análoga preocupação e dialogam com ambos os escolhos na tentativa de compreender um pouco melhor como Tucídides e Políbio trabalharam o problema enfocado. Atentam sobretudo à necessidade de rastrear o testemunho de cada historiador insistindo na interlocução permanente – para o que a noção de *meio* tal qual apresentada é fundamental – entre testemunha antiga e leitor atual no âmbito de um mesmo

¹⁰ Sem mencionar Tucídides nem Políbio e mirando uma concepção de história cativa da normatização gramático-filológica, com poucos pontos de contato com a prática dos referidos (*h*)istores, as objeções de Sexto Empírico nem por isso atingem com menor precisão o coração da historiografia quando ele afirma, por exemplo, que a história careceria de técnica (ἄτεχνον) e método (ἀμεθόδου ὕλης), uma vez que “não existe conhecimento técnico do que é infinito e se altera permanentemente” (οὔτε τῶν ἀπείρων οὔτε τῶν ἄλλοτε ἄλλως γινομένων ἔστι τις τεχνικὴ γνῶσις) e conclui com uma sentença que teria deduzido de trabalhos de gramáticos: “não existe critério da verdade” (οὐδὲ τὸ τοῦ ἀληθοῦς κριτήριον ὑποστατόν ἐστιν) (Sex. Emp. *Adv. Math.* 1.254, 259 e 267 respectivamente). Se as objeções iniciais fazem sentido tão somente para o contexto da antiguidade, a última permanece desafiadora enquanto não se lhe concede, como fez Leibniz, total razão.

¹¹ Para a específica questão da relação entre história e retórica da prova, cf. Pires 2013, cujo argumento se concentra na crítica ao *paradigma indiciário* de C. Ginzburg e sua ancoragem no *linguistic turn*, na retórica aristotélica e na obra de Lorenzo Valla.

¹² Ou do enigma, conforme a sugestão de T. Adorno na *Teoria estética* (2003: 2008): “Alle Kunstwerke, und Kunst insgesamt, sind Rätsel; das hat von altersher die Theorie der Kunst irritiert. Daß Kunstwerke etwas sagen und mit dem gleichen Atemzug es verbergen, nennt den Rätselcharakter unterm Aspekt der Sprache”. Além de ecoar o famoso fragmento 93 DK de Heráclito (ὁ ἄναξ, οὗ τὸ μαντεῖόν ἐστι τὸ ἐν Δελφοῖς, οὔτε λέγει οὔτε κρύπτει ἀλλὰ σημαίνει), que já escancarava o problema ora tangenciado, a formulação de Adorno é importante para este trabalho porque ponto de partida para as reflexões que culminarão no conceito de “teor de verdade” (Wahrheitsgehalt) das obras de arte, retomado logo a seguir e, sobretudo, na meditação “*Come se fuggissi: fracasso criador, verdade imanante*”.

processo (auto)transformador. “A verdade é questão de linguagem, mas a linguagem, ao fim e ao cabo, é questão de o que fazemos” (Eagleton 2012: 158-159).

Atentar para o problema dos modos como um *(h)istor* articula meditação, verdade e narrativa é já explicitar algumas premissas sobre como abordar e meditar Tucídides e Políbio. Por exemplo, a de que a enformação da narrativa histórica tem como contrapartida e se perfaz em intercâmbio, cotejo, filtragem e aproveitamento de integrantes de fundações análogas, como o discurso ficcional, que partilham da organização ou do método, por vezes também dos problemas, mas não necessariamente do intento, finalidade ou fundamento daquela narrativa. Aqui já se inicia o exame do problema da referencialidade das narrativas historiográficas.

Dentre diversas sugestões promissoras que enformam o capítulo em que discute distintas possibilidades de trabalho com a ficção e suas relações com o real, T. Eagleton pensa-a não como reflexo ou parasita do real, nem como suposto preenchimento de um *gap* entre realidade e linguagem, mas como prática social e crítica, de direito próprio, autodeterminada em nossa natureza humana comum e autofundante, capaz de inscrever a utopia na atualidade do próprio contexto histórico¹³. É no âmbito desse mesmo entendimento – pensando verdade e ficção como metalinguagens reais ou simuladas, como práticas sociais partilháveis, transformadoras e autonomizantes, e não como categorias ontológicas estanques e inconciliáveis a ser catalogadas – que as meditações a seguir entretecem diálogos entre realidade e ficção.

“O fato de a ficção carecer de um referente individual significa que ela pode iluminar a natureza da referência de modo ainda mais instrutivo” (Eagleton 2012: 162). Igualmente mediadora de possibilidades, a ficção se inscreve no real enquanto *outro* do real, cujo mo(vi)mento também recria emulando. Em todas as comparações envolvendo ficções construídas nas páginas a seguir, os textos ficcionais foram trabalhados como “ocupação imaginativa da incerteza” sem “limites aparentes de tolerância”, isto é, não necessariamente como oposições ao real, mas como um conjunto de outros modos de lhe infundir sentido e, por isso, como colaboradores do discurso da verdade (Iser 2013: 138). Uma vez que o núcleo das meditações é formado por narrativas historiográficas, os textos ficcionais evocados foram tratados como possibilidades que exorbitam o real e sugerem um *análogo heurístico* em função de seu teor de verdade próprio, isto é, como potenciais modos de enformar também aquelas narrativas¹⁴. Dito

¹³ Capítulo 4 (“The nature of fiction”) de Eagleton 2012: 106-166.

¹⁴ A formulação de Adorno em *Teoria estética* (2003: 2097) sobre a arte como “historiografia não-consciente de sua época” (*bewußtlose Geschichtsschreibung*), expressão associada ao conceito de “teor de verdade” (*Wahrheitsgehalt*) também se aplica à literatura: cf. Mazzari 2010: 162-163, n. 7. Cf. ainda Seligmann-Silva 2013: 37-39, que igualmente recorre a Adorno

noutros termos: questionar modos ou meditar os referidos historiadores se torna particularmente fecundo quando também se investiga o vaivém na zona intermediária de porosidade entre o discurso que se propõe verdadeiro e o que se reconhece fictício, ou entre o empenho e a confiança de ambos os (*h*)*istores* em resgatar e (re)construir uma verdade histórica, de um lado, e o ceticismo radical de um pensamento como o de Sexto Empírico, que tenta solapar todo e qualquer modo, no outro extremo. Assim como em relação ao possível, justamente ao se contrapor à ficção, ao se ver na contingência de fornecer garantias de que esta prescinde, o discurso da verdade dela se abebera como de um manancial, seja pelo instrumental de que se apropria, seja pelos horizontes que analogamente encontra e projeta, seja, ainda, pela autoconsciência que aos poucos dialeticamente se lhe amplia. O juízo “Sócrates é mortal” carece de qualificações para quem não reduza o filósofo a um corpo ou ainda o cogite como possibilidade de uma *psyche* semovente. De modo análogo, é com base em Homero, por exemplo, que Tucídides e Políbio reconstróem diversas informações que têm por verdadeiras. Nos três casos (Tucídides, Políbio, ceticismo), medeia o possível fértil em implicações ético-introjetadas, que afrontam o arbítrio alheio abertas para alteridades, e estético-extrovertidas, que se empenham por imprimir algum sentido ao real. Em meio à constatação de que cada um dos três tão somente indicia possibilidades momentaneamente calmantes sem, porém, jamais aplacar o anseio pelo que seja ou não essa verdade, questionar modos é saber-se implicado e eticamente responsável por relações permanentes, dialógicas, tensas, provisórias e insuficientes entre verdade e ficção¹⁵. Sobretudo quando o que está em exame são verdades permeadas por duradouras consequências traumáticas.

para discutir “a arte ‘como escritura histórica’ na medida em que ela é para ele [*scil.* Adorno] ‘memória do sofrimento acumulado’”; e p. 42-44, sobre o compromisso com a verdade de uma arte engajada em “elaborar, inscrever e denunciar a violência”. Tais considerações não dizem respeito, evidentemente, a produções da antiguidade nem àquelas diretamente contempladas neste trabalho. O que justifica o recurso a elas é a intenção deliberada de pensar essas produções na mesma chave, isto é, como promotoras da verdade. No caso da ficção, especificamente do romance antigo, Brandão 2005a: 167 observa algo que pode ser estendido a ela tal qual aqui pensada: “[t]rata-se, nesses casos, de meramente decidir qual peso será emprestado aos elementos fictícios e históricos, o que cabe, natural e unicamente, ao recebedor”. Sobre a questão da ficção na poesia hexamétrica e na filosofia grega, cf. Brandão 2005b, particularmente o cap. 6, “Ficções” (p. 115-143). Cf. ainda, por fim, as observações de M. Tápia sobre “identidade relacional” (Tápia; Nóbrega 2013: 220) e “lógica da correlação, da aproximação por analogia” (idem: 225).

¹⁵ Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado em Grethlein 2014: embora o historiador alemão não fale em estabelecimento de nexos de causa e efeito ou em determinação de intencionalidades – questões indissociáveis do ajuizamento do historiador – a formulação da noção de “futuro passado” e a constatação de uma “telological tendency of historiography” (p. 312) estão atreladas a tais questões e exprimem, igualmente, a forja de procedimentos heurísticos pelo historiador ao (re)elaborar a própria experiência do passado. O mesmo vale para as noções de “experiência”, “experencialidade”, “abertura do passado” e “referência narrativa” propostas em outro trabalho (idem, 2010b).

O discurso da verdade, por sua vez, não é menos problemático e pede tratamento ainda mais demorado, não só porque nele Tucídides e Políbio enformam as respectivas meditações, mas porque é do movimento dialético perceptível em seu interior que recebem sentido os demais integrantes do problema, dentre eles a operação meditativa sugerida pelo ato de narrar. Como abordagem preliminar desse problema, talvez não seja impertinente uma breve antecipação algo anacrônica, isto é, porque cônica da própria contemporaneidade e não porque promotora de torções cronológicas injustificáveis.

A delicadeza da questão, entretanto, demanda esclarecimento adicional. Para além de qualquer outra sugestão, a afirmação visa contextualizar a recorrência de um procedimento nas meditações a seguir e, talvez, dirimir quaisquer mal-entendidos que porventura venha a suscitar. Na conclusão de um texto que retomarei algumas vezes, C. Romano escreve que

“[e]n ce sens là de l’intention – qui n’autorise plus de distinction tranchée entre les motifs qui interprètent l’action et les intentions elles-mêmes, ou du moins certaines de ces intentions, celles qui correspondent à des descriptions complexes et sophistiquées de ce que fait l’agent, par exemple le genre de description d’un texte que pourrait fournir un stylisticien – nous pouvons parfaitement soutenir qu’une interprétation dans des termes anachroniques est pleinement fidèle à une intention *possible* de l’auteur s’il avait disposé de la description correspondante de son action, par exemple à une intention possible de Racine s’il avait connu le romantisme littéraire. En somme, si l’on admet que certaines descriptions de ce qu’il fait ne sont pas en possession de l’auteur, sans pour autant accepter d’en conclure qu’elles n’étaient en rien ses intentions, mais en concluant plutôt, qu’elles auraient pu être ses intentions si l’auteur avait eu connaissance de la description correspondante, nous pouvons comprendre à la fois que l’intention de l’auteur soit toujours à l’horizon de toute interprétation de son texte et que, pour autant, l’interprétation dépasse les intentions expresses de l’auteur *nécessairement et toujours*” (2010: 82-83, *itálicos no original*).

As conclusões de C. Romano são fundamentais para a sequência deste trabalho porque desembaraçadoras da tautologia inerente a interpretações que o filósofo bem caracteriza como “reacionárias” (*idem*: 73 e 80), que não assumem a própria subjetividade nem o devir em que se integram, e que tentam restringir o pensável a sistemas fechados ou a uma lógica estritamente computadora, por exemplo¹⁶.

¹⁶ Cf. o diagnóstico crítico de Adorno na introdução a *A disputa sobre o positivismo na sociologia alemã* (texto de 1969), 2003: 2656-2722; o não menos agudo capítulo 1 (“Realists and Nominalists”) de Eagleton 2012: 1-18 que, a despeito do nome, não se restringe à disputa medieval; e *idem*, 2014: 34-35, sobre o dilema de uma racionalidade que, alastrando-se desconectada de valores, restringindo-se sempre mais ao cálculo instrumentalizante, acaba por se autodestruir. O alvo de C. Romano é A. Compagnon (*Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*, 1998); especificamente com relação a estudos literários, propostas como as

Além disso, as conclusões do filósofo convergem para uma das fundações de trabalhos de recepção que, como este livro, procuram reanimar centelhas como as presentes, por exemplo, na reflexão de B. Croce, conhecida mais pela fórmula “ogni vera storia è storia contemporanea” do que pelo questionamento que a constela de significados¹⁷. Ainda mais antigo é o truísmo segundo o qual todo trabalho, meditação ou narrativa são filhos de seu tempo – são históricos. A pressuposição de escapar à própria contemporaneidade, subjetividade e/ou mediação, bem como ao caráter (re)construtor de toda leitura – tanto faz se por ingenuidade ou compromisso – conota sempre outro modo de indiciá-los. A perene lucidez de Croce traz a inscrição da de Tucídides, de Políbio e de outras meditações com que as presentes tentam dialogar. Feito o esclarecimento, retorno ao problema que o motivou.

O problema da verdade usualmente começa a ser tangenciado com o questionamento de seus fundamentos, isto é, com a investigação da possibilidade de o anseio por ela corresponder à busca por uma pausa referencial e tranquilizadora capaz de garantir um mínimo de estabilidade a um sistema (psíquico, epistemológico, ético, social, narrativo, político etc) em operação, orquestrando distinções controláveis e controladas. Seja na forma de correspondência, isenção ou presença, essa é a faceta do problema alegadamente a mais evidente nas narrativas de Tucídides e Políbio, e tem sido explorada à exaustão pela crítica especializada, sobretudo quando imbuída de pressupostos de matriz rankeana.

Como ocorre, porém, a toda questão fundamental cujas respostas não mais satisfazem – a questão é tão antiga quanto corriqueira –, também essa merece a tentativa de reposição renovada¹⁸: tentar compreendê-la alternativamente é o melhor modo de preservar o que ainda houver de fértil naqueles três modos de relacionamento (correspondência, isenção e presença). Se os desconsiderasse, este

de M. Riffaterre (1990) talvez exemplifiquem interpretações passíveis de análoga crítica sob análogo ponto de vista.

¹⁷ Pouco após formular o famoso juízo, Croce questiona: “quale l’interesse presente della storia che narra la guerra peloponnesiaca o la mitridatica, le vicende dell’arte messicana o della filosofia arabica? Per me, in questo momento, nessuno: e quindi, per me, in questo momento, quelle storie non sono storie, ma, tutt’al più, semplici titoli di libri storici: e sono state o saranno storie in coloro che le hanno pensate o le penseranno, e in me, quando le ho pensate o quando le penserò, rielaborandole secondo il mio bisogno spirituale. – Se, invece, ci atteniamo alla storia reale, alla storia che realmente si pensa nell’atto che si pensa, sarà agevole scorgere che essa è perfettamente identica alla più personale e contemporanea delle storie” (1920: 5 – a primeira edição, em alemão, é de 1915; em italiano, de 1917).

¹⁸ Se porventura a questão ainda carecer de justificativa, T. Eagleton oferece uma que entretece ética, estética e epistemologia: “[w]hy does any of this matter? It matters, for one thing, because it belongs to our dignity as moderately rational creatures to know the truth. And that includes knowing the truth about truth” (2003: 109). Como reposições paradigmáticas da questão, cf. Dover 1983; Moles 1993; Pires 1999: 235-272 [cap. “4. Metodológico (a questão da verdade)”]; Pires 2015: 499-508 (“Epílogo – 1. Beleza e Verdade: as chamadas da vida”).

trabalho estaria em contradição consigo mesmo e, das duas, uma: se enquadrado por critérios da lógica formal, a contradição o comprometeria irremissivelmente. Se, porém, o problema for pensado dialeticamente, as contradições revelariam sua fertilidade, porque percebidas como passos necessários rumo à própria superação. Não ignorei tais passos nem os desconsiderei. Deles tão somente parti pensando o problema pelo viés dialético: as meditações a seguir investigam o problema por sua expressão marginal e menos evidente na tentativa de se afastar daquele horizonte previsível de expectativas. Assim, começam por questionar, como já antecipado, se seria possível predicar algo da verdade, definindo-a ou delimitando. A pergunta põe em curso a tentativa de meditar a verdade como fluxo ou devir e não como objeto ou qualidade normatizáveis. Além da pleora de significados que indicia, a verdade como problema demanda ainda do *(h)istor* algo que ele tanto encontra como (re)constrói à medida que investiga, conforme a ética que o impele ou a ausência que o atormenta. No caso de ambos, Tucídides e Políbio, trata-se da plena lucidez quanto às implicações políticas dos juízos e decisões que proferem, bem como da responsabilidade exclusiva que cada um deles forçosamente acarreta¹⁹. Por isso, como primeira aproximação algo anacrônica do problema, as meditações se iniciam (conforme fizeram Tucídides e Políbio) examinando as condições de possibilidade dos modos antes aludidos: pela indicação da presença manifestada como ausência e negatividade (*a-letheia*), real enquanto processo de abertura que se expande como âmbito não alcançado ou sequer entrevisto por outros *(h)istores* exceto pelo enunciador do discurso, o qual seria inicialmente o único a frequentá-lo. Esse âmbito, porque condição de possibilidade, diferenciação e transitoriedade, mais do que simples delimitação cronológica ou espacial, enformaria pensamento e narrativa históricas desde a ação mesma da apreensão da realidade até sua refiguração pelo leitor, expandindo-se em permanente dialética de novas formações. E a ficção, precisamente porque adentra também o âmbito infinito da mentira²⁰ ou da invenção inverossímil, em permanente (re)criação de modos de apresentação, quando aliada à (re)construção da verdade histórica poderia adicionar tantos outros modos de forja instrumental para maior ou menor entrevista daquele âmbito da verdade, assim animando *aletheia* no curso do próprio esvaziamento, condicionamento, fundamentação e (re)preenchimento. Tornar a verdade pensável é já um princípio de otimismo; entendê-la como processo de abertura e movimento dialético é percebê-la como relacionamento e copertencimento entre alteridades, sem reduzir essa percepção a padronizações identitárias: a verdade

¹⁹ J. Brandão (Luciano de Samósata 2009: 265-267) discute a questão pela perspectiva da equanimidade e da isenção dos *(h)istores* antigos.

²⁰ Aspecto da ficção examinado a partir de sua matriz platônica por Brandão 2010: 14. É também antiga a percepção inversa, no sentido de que, a rigor, nenhuma ficção pode ser dita mentirosa quando não se pretende verdadeira – cf. Eagleton 2003: 89 e 2012: 112.

de antes é *também* a de agora e a de depois, *sendo e não sendo* a mesma, num fluxo dialético que a enforma por dentro. O “também” foi destacado porque pode ser entendido em três sentidos precisos e igualmente significativos: a) a verdade é pensada como abertura em analogia com a ficção, que não o é menos, bem ao contrário; b) pensá-la dessa maneira não compromete, como já ressaltado, as demais formas por que se a pensa; e c) pensá-la por esse viés é tão somente uma tentativa de *acrescentar e investigar* o que, de outro modo, permaneceria relegado sem o exame necessário para expandir o âmbito de possibilidades gnoseológicas.

Nem a proposta de investigação de modos, nem a de entrever *aletheia* como âmbito e processo transformador são de todo inéditas²¹, mas devem muito a contribuições de distintas visadas e procedências. As breves menções ao longo destas páginas mal sinalizam a extensão dessa dívida. Além dos até agora mencionados, também outros trabalhos alimentam explicitamente muitas das reflexões que se seguem. O parágrafo seguinte arrola sumariamente conceitos fundamentais que deles extraí.

À hermenêutica de M. Soares (2011; 2013; 2014), tributária de P. Ricoeur, devo a proposição do problema da narrativa em termos de “resposta poética à aporética do tempo”, as ideias que permitiram a concentração tão somente na primeira parte (a “resposta poética”), isto é, a narrativa como “síntese do heterogêneo” fundada no aparente paradoxo da “concordância discordante”, e a triplíce mimese (prefiguração, configuração e refiguração)²². Da fenomenologia de C. Romano (2006; 2010; 2011; 2013; 2014) emprestei as noções de “significação do texto”, “intencionalidade”, “compreensão holística e ecológica” e “intermédio” entre a experiência imediata do real e o emprego intencional de técnicas narrativas, discursivas, retóricas e ficcionais para representar essa experiência. Da teoria da história de M. Jay (2011; 2013) extraí duas noções que irrigam as seis meditações

²¹ Além do conceito heideggeriano de Unverborgenheit, cf. Sartre 1960: 30 (*Questions de méthode*): “[p]our nous la vérité devient, elle *est et sera* devenue. C’est une totalisation qui se metlise sans cesse; les faits particuliers ne signifient rien, ne sont ni vrais ni faux tant qu’ils ne sont pas rapportés par la médiation de différents totalités partielles à la totalisation en cours” ou Rosenfield 2006: 209-210, que elenca outras referências ao discutir a *nonada* riobaldiana.

²² Um tratamento alternativo do problema da narrativa como mediação associado ao das três mimeses pode ser lido em Dosse 2000. S. Rocha (2008: 146-147) contrasta τὰ δέοντα dos discursos em Th.1.22.1 com τὸ ἀναγκαῖον do poeta em Arist.*Poet.*9.1451a36-39, destacando o caráter criador e pioneiro do trabalho de Tucídides (“[t]his filling activity has in itself something creative: if one wants to cover τὰ δέοντα, as he says, then sometimes the scarcity of data may require still more imagination on the part of the author. Curiously, in this way Thucydides is somehow anticipating Aristotle’s distinctions between poetic and non-poetic works, when he sets different criteria for the account of the speeches and that of the events” – p. 146). Na “introdução geral” ao *Comentário a Heródoto*, D. Asheri discute o viés filosófico e poético de Heródoto e conclui em nota (2007: 37, n. 89): “Herodotus and Thucydides are not good examples for the theory that history is ‘less philosophical’ than poetry (Aristotle, *Poet.* 1451b1)”. Para uma leitura alternativa, destacando o caráter retórico e programático de τὰ δέοντα, cf. Iglesias-Zoido 2012: 100.

a seguir: a primeira, implícita e diretamente vinculada aos trabalhos de C. Romano, gravita em torno da ideia de que cada evento, e não seu passado, inaugura seu próprio sentido, que emana “da posteridade a que deu nascimento”, fazendo do observador um “adveniente” implicado no acontecimento (2011: 564-565). A segunda, explicitada em momentos-chave, diz respeito à proposição da “ironia moderada” como distanciamento entre aparência e realidade e a de “reconstrução histórica” possibilitada por seu empenho cauteloso. Ironia e compreensão holística, que recusa a transcendência, não se excluem, ao contrário do que possa parecer à primeira vista e conforme propõe M. Jay (2013: 44), mas se complementam e implicam mutuamente. Ambas se combinam como tentativas de superação do ceticismo radical ao facultar a percepção do sentido que tanto emana da narrativa quanto é (re)criado pelo leitor. A G. Agamben (1999) e M. Löwy (2005) tomei as noções de “abertura” – em menor escala, também a J. Grethlein (2010) –, cujo significado exploro em mais de uma ocasião, como abertura da própria história e dos modos de sua recepção (Batstone 2006: 19). Em L. C. Lima (2005; 2006) encontrei a noção de “porosidade” e quase todo o sutil instrumental sobre as relações de contribuição e descolamento entre verdade e ficção, além, também, da tríplice mimese, sobretudo em sua forma terceira, a da refiguração, tributária de W. Iser (2013). Especificamente com relação à obra de Políbio, nas análises de J. Thornton (2001; 2013a; 2013b) encontrei fundamentos para repensar um antigo problema: sobre se as manifestações culturais e retóricas no texto do historiador aqueu estariam subordinadas a finalidades políticas e diplomáticas.

As noções e abordagens sugeridas por esse breve apanhado contrastam com outras pontualmente qualificadas e relativizadas ao longo das meditações, principalmente as análises narratológicas de T. Rood (1998; 2004a; 2004b) e N. Miltsios (2013), os paralelismos filológicos algo excessivos de G. Longley (2012), e pequenas divergências interpretativas em relação a B. McGing (2010) e J. Marincola (2007). Com relação a tais abordagens, minha posição é análoga à de P. Brooks (1992: xi-xviii) menos o aporte psicanalítico: a de tentar entender o meio textual como campo de forças altamente carregado, não como objeto estático e limitador.

Parcialmente inéditas talvez sejam algumas outras premissas que também permeiam todo o texto, embora só apareçam explicitadas e desenvolvidas em ocasiões específicas. Primeira, a de que a vida é mestra da história mais do que o contrário. Parto da sugestão não para lastrear interpretações de matiz biografista, mas para tão somente orientar o resgate de informações reportadas por cada historiador a respeito de seus respectivos fracassos políticos. E para reexaminá-las tentando evidenciar como cada um estabeleceu (se o fez) eventuais vinculações entre a condição de *apostatados* exilado e a opção por escrever história²³. Essa premissa radica e se beneficia o mais extensamente dos aportes

²³ Na bela formulação de M. Seligmann-Silva (2008: 66) devidamente aclimatada para o

de C. Martindale e W. Batstone à teoria da recepção de textos clássicos²⁴. Tais aportes percorrem trilhas análogas às que, por exemplo, também Tucídides e Políbio seguiram quando incorporaram às respectivas narrativas problemas que remontavam a Homero. O resgate de leituras passadas *no, pelo e para o* presente adiciona à temporalidade atual uma dimensão em perspectiva que acaba por resgatá-lo da platitude do não-ser. E tal resgate é operado sempre com vistas a uma perspectiva de futuro, não de causalidade determinista, porque acompanha o movimento da vida para diante sem se pretender teleológico, antes tão somente aberto ao surpreendente.

As proposições de C. Martindale e W. Batstone, que transpõem para o trabalho com textos clássicos as contribuições de H. R. Jauss, W. Iser e H. G. Gadamer, ganham muito se complementadas pela crítica de T. Eagleton a um conjunto de propostas que, por brevidade, designarei doravante como teoria da recepção. O crítico irlandês destaca a contribuição dessa teoria para a compreensão do texto literário ao mesmo tempo em que põe em perspectiva o caráter sócio-político de sua prática. Por um lado, essa teoria tem, de modo geral, o mérito não pequeno de tratar a prática da leitura não como uma ocorrência natural tal qual dormir ou respirar, mas como problema teórico, como orquestração de um conjunto de estratégias tão ou mais complexo que a própria escrita, conforme pensa o leitor como cocriador, em permanente cooperação com o autor, de um projeto sempre em desenvolvimento – a obra. Por outro lado, o crítico acusa três riscos que podem comprometer, se não a prática, sua

presente contexto, “[n]arrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”.

²⁴ Especialmente Martindale 2006 e Batstone 2006. Além das críticas de ambos a abordagens de cunho positivista, do primeiro destacaria passos como “[m]ost versions of reception theory stress the mediated, situated, contingent (which of course does not mean the same as arbitrary) character of readings, and that includes our own readings quite as much as those of past centuries. There is no Archimedean point from which we can arrive at a final, correct meaning for any text” (p. 3-4); o juízo que empresta a J. Gaiser: “classical texts are not only moving but changing targets” (p. 4); a qualificação da perspectiva de H. Jauss (“[g]iven the stress, within reception, on the situatedness and mediated character of all readings, there is no necessary quarrel between reception and ‘history’” – p. 5); ou as ponderações: “[m]y own view is that reception, on a Jaussian model, provides one intellectually coherent way of avoiding both crude presentism (‘the reading that too peremptorily assimilates a text to contemporary concerns’) and crude historicism. Antiquity and modernity, present and past, are always implicated in each other, always in dialogue – to understand either one, you need to think in terms of the other” (p. 5-6) e “we are not doomed either to a narrow and relentless presentism or to any form of historical teleology” (p. 9). Do segundo, passos carregados de implicações como “[a]ll meaning is constituted or actualized at the point of reception” (p. 14), “[w]e are always shaping and being shaped by the questions we are asking; we are always, as Heidegger likes to say, ‘underway’” (p. 16), “[i]t is not a contradiction to say, on the one hand, that all understanding is self-understanding, made possible only by the foreknowledge and prejudices of our being in the world, and, on the other, that a text can change one’s life” (p. 18).

orientação: primeiro, o do excesso de exigências, potencialmente infinitas, que deveriam ser cumpridas durante a prática da leitura; segundo, o da eventual conversão do vínculo entre autor e leitor em uma relação assimétrica, semelhante à que se daria numa empresa entre patrão e empregado, cabendo a este o trabalho sisífico de preencher as indeterminações do texto; e, por fim, argumentando especificamente contra W. Iser, o perigo de a proposta se converter em ideologia solipsista caso desconsidere a historicidade dos textos em exame (Eagleton 2012: 184-188 e 201-202)²⁵.

As comparações operadas em todas as meditações a seguir com vistas à reconstrução de contextos de recepção procuraram preservar a fecundidade de um outro tipo de tensão, a do difícil equilíbrio entre a necessidade de critérios e um potencial *anything-goes-ism*, entre possibilidades concorrentes de se pensar um texto ao mesmo tempo como estrutura e evento²⁶. A tentativa enforma uma dupla intenção: por um lado, a de por em prática leituras ao mesmo tempo criativas e, se possível, imunes aos riscos mencionados no parágrafo precedente; por outro, numa operação intrinsecamente associada à anterior, a de meditar sobre a prática contemporânea de meditar textos antigos. O título deste trabalho, com “recepção” bem ao centro, conota ambições bem mais modestas do que talvez sugira: apenas tenta sintetizar um conjunto de práticas exploratórias que permeiam uniformemente todo o texto, sem qualquer pretensão de convertê-las em prescrições normatizadoras.

A segunda premissa parcialmente inédita diz respeito à analogia entre verdade, narrativa histórica e abertura. Além do conceito que irmana passado e futuro enquanto negações da vivência presente, por “abertura”, conforme trabalhado na esteira de G. Agamben e M. Löwy, entendo ainda a ausência de limitações que submetam o leitor-recebedor a determinada leitura unívoca. Daí abertura como ponto de contato e passagem mediatizados entre historiador antigo e leitor, e a implicação de que permeando ser e palavra (modalização do ser?) se encontra sempre a abertura f(ec)undante (constituente, não necessariamente constituída) a ser sondada pela meditação transitória e finita. Esta premissa enuncia uma dimensão simbólica sem ser a-histórica²⁷. Tão somente enuncia o intento e a possibilidade de abertura também para periferias de leitura e não só para o

²⁵ Já em 2003: 53-54, o mesmo crítico havia destacado o mérito da teoria da recepção em conjunto com outras abordagens teóricas (*scil.* hermenêutica, estruturalismo e fenomenologia). Também Sartre – obviamente sem a teoria da recepção por horizonte – pensava a leitura como prática criativa (1948: 50-53).

²⁶ As expressões e as críticas se encontram respectivamente em Eagleton 2003: 37 e 2012: 32 (critérios / *anything-goes-ism* – sem relação específica com a teoria da recepção) e 2012: 201 (estrutura / evento).

²⁷ As metaquestões ou a metalinguagem presentes neste trabalho visam tão somente por em perspectiva o presente e o futuro *junto* do passado, o possível mais que o ocorrido, e nunca padrões de referência: cf. Eagleton 2003: 80-90.

centro. Isto é, enuncia a desconfiança contra a crença em sistemas fechados ou em conceitos supostamente indevassáveis, controláveis, unívocos, imutáveis ou definitivos, crença via de regra derivada da desatenção à sua própria qualidade de recebedora de contextos há muito pressupostos pela prática mesma da leitura (cf., acima, a crítica de C. Romano a interpretações reacionárias). Aquela (a possibilidade) se abre para o diálogo, a integração e a criação; esta (a crença) tenta reduzir a leitura a instrumento de discursos polarizadores. Desconfiança, porém, não é fechamento, e a questão que permanece é: como conjugar o melhor de ambas as atitudes? É considerando também a crença que a possibilidade a ultrapassa. Daí que a premissa enuncie abertura e disposição para conviver com o que há de instável, tenso, transitório e esquivo tanto na percepção como na apreensão, dependente do concurso de diversos agentes de distintas épocas para sua delicada entrevisão: a valia de meditar, hoje, o sentido de uma verdade histórica. Ou, por outras palavras, de pensar a narrativa também como vivência de um fracasso criador.

Terceira premissa, a do percurso dialético-narrativo infinito formado pelo ciclo “abertura/transformação/reabertura”, sendo “transformação” ora enformação (ou constituição em forma), ora deformação (ou alteração de forma) em permanente reconfiguração de diferenças. Por “formação”, entendo o processo criador de perceber e/ou conferir forma e sentido a uma noção que até então se apresentava como outra, e só em segundo momento seu resultado. Trans-, en-, e de-formação implicam, por consequência e respectivamente, mudança e oscilação, atribuição e recepção, perda, abandono e reabertura, de forma, sendo esta entendida mais como curso e devir do que término ou algo que implique um produto estanque. Daí que a trajetória tão somente analítica, afeita e por vezes mesmo indistinguível do discurso binário e excludente, não seja tomada como suficiente para indiciar, menos ainda para dar a compreender, o que requer visão de conjunto, integração paulatina, metabolismo permanente e meditação que se sabe inexaurível. Com a ressalva: ao contrário do que parece sugerir, esta premissa não visa impor e menos ainda cede a qualquer concessão obscurantista, nem implica nenhuma recusa à análise. Tão somente enuncia o único limite definitivo reconhecido por estas meditações, o que é imposto pela finitude e temporalidade humanas, se não mesmo pela impossibilidade, de meditar e transpor para discurso absolutamente tudo o que é capaz de entrever.

A adoção de tais premissas demandou atenção constante a dois empecilhos à abordagem que se foi desenhando. Primeiro, o do truísmo, se não petição de princípio, e das falácias há muito diagnosticadas por Q. Skinner, sobretudo a que imperceptivelmente pode acometer meditações de cunho historiográfico: “[t]he first form, then, of the mythology of doctrines may be said to consist, in these various ways, of mistaking some scattered or incidental remarks by one of the classic theorists for his ‘doctrine’ on one of the themes which the historian

is *set to expect*” (1969: 12; *italico no original*)²⁸. A atenção à letra da passagem é já um modo de questioná-la: quais seriam, precisamente, os tais “scattered or incidental remarks”, ou a postura (supostamente correta?) na qual um historiador não se encontraria “*set to expect*” algo? Quem ou o que os delimitaria? Pergunta semelhante subjazia já antes à adoção com ressalvas da noção de “abertura” proposta por Grethlein (2010), uma vez que o autor nunca esclarece se há limite cronológico para a abertura do futuro passado, dando sempre a entender que há. Em razão de tais oscilações, tenho por fundamental insistir na percepção da ficção como não-verdade, sim, mas nem por isso menos colaboradora da verdade, que a auxilia a tornar-se pensável, apresentável e confiável. De igual modo e medida, também o discurso da verdade é pensado como não-ficção, como outro da ficção, do qual se distancia precisamente enquanto com ele dialoga. Segundo empecilho, a tentativa de por em prática a máxima de P. Ricoeur pela glosa de M. Soares (2014: 59–63: “*expliquer plus c’est comprendre mieux*”) sem sucumbir ao *regressus ad infinitum* inerente ao circuito da linguagem, interrompendo-o com consciência do mo(vi)mento e das exigências da iniciativa. Por explicar, refiro-me não ao encadeamento subordinador e normativo de sistemas conceituais ou causais, mas à exposição que entretece problemas (ou integrantes de um único problema) à experimentação de possíveis soluções. Não me preocupa tanto ser bem sucedido em ambas as empreitadas quanto tomá-las como horizonte e tentar, com a primeira, não restringir qualquer possibilidade de leitura exclusivamente às minhas idiossincrasias; com a segunda, não confundir prolixidade supostamente paradoxal²⁹ com o tipo de explicação escolhido.

A recriação de contextos de recepção a respeito de Tucídides e Políbio implica atentar também para os problemas inerentes a toda comparação entre diferentes contextos. A abordagem comparativa que enforma todas as meditações de certo modo radica e enforma também a prática de Tucídides e, sobretudo, a de Políbio. A fim de demonstrar a superioridade da Guerra do Peloponeso em relação às demais guerras travadas até então pelos gregos, aquele dedica os vinte e três parágrafos iniciais da narrativa a reconstruir o que consegue entrever da mithistória helênica desde os primórdios homéricos até sua própria época. Ou, em sentido bem mais amplo, a obra mesma é toda ela uma comparação entre duas grandes potências. Políbio, por sua vez, para além das diversas *synkrisis* tópicas

²⁸ Sobre as limitações da *speech-act theory* (que não dá conta, por exemplo, de discursos irônicos) a despeito de sua valia para o exame de ficções realistas (e.g., a distinção de intencionalidades – *da* escrita, *na* escrita e *paralela* à escrita) cf. Eagleton 2012: 148-153.

²⁹ Sobre a “coerção do paradoxo” (expressão de Wittgenstein) como inerente à constatação dos limites da lógica formal e à percepção da linguagem como autárquica e, ao mesmo tempo, momento da realidade, cf. Adorno 2003: 2675.

(como as do livro 6) ou propriamente historiográficas (sendo a mais famosa o livro 12, integralmente dedicado à polêmica contra Timeu) disseminadas por toda a obra, também já no prólogo insiste na necessidade de comparações que destaquem a superioridade romana (Plb.1.2), sem jamais perder de vista que escreve para gregos e romanos igualmente (Plb.31.22.8).

Comparar Tucídides e Políbio, entretanto, é por em prática um tipo de abordagem que requer esclarecimentos mais fundados, dada a diferença de contextos e interesses de ambos e mesmo entre os gêneros narrativos que praticaram. Ao contrário de Políbio, Tucídides jamais se enxergou como historiador, sendo a designação, ao contrário, fruto de uma tradição ocidental que nele quis ver o praticante mais bem qualificado do gênero³⁰. Além das notáveis diferenças estilísticas e do fato de que Políbio praticava um gênero então já codificado como tal, em estreito debate com outros praticantes e teóricos, existe ainda o problema das distintas vinculações (ou não) a poderes coetâneos, problema que afetava diretamente o historiador aqueu e parece ter indiretamente condicionado a obra do ateniense. O que suportaria, então, a comparação, além do fato de ambos terem sido *apostrategoí* e dedicado a vida no exílio a narrar problemas político-militares contemporâneos? Ou, nos termos de K. Vlassopoulos³¹, como evitar a “dominance of the obvious” ao longo de um estudo de similaridades? Diferentemente dos paralelos filológicos algo mecânicos buscados por G. Longley, por exemplo, nenhuma das comparações elaboradas se concentrou em rastrear padrões, tendências ou retomadas explícitas. Não mirei pontos de chegada e em todas elas tive em vista um único intento: sinalizar possibilidades atuais de expansão do processo livre em cujo seio convivem, em colaboração mutuamente fecundante, ficção literária e verdade histórica, apontando o mútuo benefício advindo do reconhecimento de algumas das muitas porosidades notáveis no diálogo entre ambas³². Dito doutro modo: tentei mostrar como, no interior de limites sempre passíveis de expansão oriunda da compreensão de diferenças por vezes radicais entre textos, autores e contextos envolvidos, a narração dialoga com o horizonte do possível precisamente enquanto rastreia o real com a bússola da autocrítica

³⁰ No texto supérstite de Políbio há uma única menção a Tucídides, indireta (em meio a uma crítica a Teopompo) e sem dar azo a qualquer implicação de conhecimento direto do texto do antecessor: “além do mais, ninguém aprovaria esse historiador [*scil.* Teopompo] nem mesmo por suas concepções gerais: tendo empreendido escrever a história grega a partir do ponto em que Tucídides a abandonara etc” (Plb.8.11.3).

³¹ O artigo de K. Vlassopoulos (2014) é fundamental para a presente reflexão não apenas por apontar o mencionado percalço (entre outros). Reverberam nas meditações a seguir também as propostas de superação que ele enuncia, notadamente as que se concentram na prática de uma história comparada como introspecção historiográfica que visa a superar a linearidade narrativa de inspiração eurocêntrica e positivista (p. 40-42).

³² Sobre a proposição de “nova aliança” entre uma arte conscientemente política e a verdade com que colabora para “resistir à anulação”, “reconquistar a autonomia do indivíduo” e realizar a liberdade, cf. Seligmann-Silva 2013.

(mais que da autocompreensão) via narrativa³³. Isto é, tentei meditar comparação e recepção como emissão e ressonância, impermanência e transformação, ao entrelaçar fracassados reais e fictícios que, de igual modo, embora alquebrados, jamais se deixaram abater. E que, uma vez alcançada a consciência da própria condição, se entregaram sem medo ao trabalho que a superasse, partilhando com generosidade o fruto desse esforço.

As comparações operadas partem de, mas não se restringem a, Tucídides e Políbio. Antes, articulam três níveis doravante não mais formalmente explicitados: *intranarrativo* (o mais rente à letra dos recortes, envolve passos de um mesmo texto e cujo exame em paralelo é necessário como garantia mínima de inteligibilidade), *internarrativo* (que compreende majoritariamente narrativas do gênero historiográfico) e *transnarrativo* (de caráter por vezes intersemiótico, almeja surpreender similaridades entre narrativas em aparência totalmente distintas – caso das comparações entre as de Tucídides e Riobaldo, ou entre texto e filme)³⁴. Se o primeiro nível é sempre condição indispensável, o segundo e o

³³ No que sigo, ainda que por vezes de modo indireto, indicações incorporadas ao longo de minha própria trajetória pessoal no trato com esses textos. Por meio delas, aspiro à “compreensão holística” ou “ecológica” proposta por C. Romano, concepção talvez remota e indiretamente aparentada ao τὸ σφῆς σκοπεῖν de Th.1.22.4 e à “visão sinóptica” de Plb.1.4. Como exemplo dessas indicações, destaco a de A. Momigliano (1980: 14): “[q]uestioni epistemologiche sulla natura, validità, limite della nostra conoscenza obiettiva della realtà hanno solo indiretta importanza per l’analisi storica. Lo storico lavora sul presupposto di essere capace di ricostruire e capire i fatti del passato. Se un epistemologo riesce a convincerlo del contrario, lo storico deve cambiare mestiere. Se un epistemologo gli dimostra limiti invalicabili della conoscenza (p. es. che non si possono conoscere le intenzioni o che esiste solo la probabilità, non la certezza), lo storico dovrà certo tenerne conto, ma solo per definire più rigorosamente i limiti della sua ricerca”. Atentando às intenções originais do autor e sem pretender forçar o texto a dizer o que de modo algum afirma – Momigliano, cuja mãe foi assassinada em campo de extermínio, foi dos primeiros e mais veemente contestador das teses narrativistas de H. White –, são notáveis sobretudo o reconhecimento do “pressuposto” e o fato de que a reconstrução precede a compreensão. Outra indicação, especificamente com relação à abordagem adotada, encontro em F. Hartog (2003: 32): “o historiador não tem escolha, a não ser edificar um (seu) ponto de vista tão explicitamente quanto possível. A abordagem comparativa parece-me oferecer uma resposta possível: tanto modesta quanto complexa”. Por fim, e na mesma linha, também a de J. Grethlein (2010: 335): “the presentness of the past must be balanced with views that transcend the perspective of historical agents. A possible answer to this challenge is the form of the collage. The collage combines different modes of reconstructing the past and can thereby do justice to both the past as experienced by historical agents and the larger temporal frame beyond their grasp. The experiments of historians with fictional devices and with collage converge with the development of ‘historiographic metafiction’, which combines factual information with a high degree of self-reflection. The ‘History/Fiction Borderland’ is thus becoming more and more populated on both sides of the fence”.

³⁴ Em linha com o exposto até aqui, a tripartição e as comparações operadas pressupõem considerações de T. Eagleton tais como: “[i]n a similar way, comparing two cultures does not mean having no cultural vantage-point of your own. The fact that cultures can look beyond themselves is part of what they are. It is a fact about cultures that their boundaries are porous and ambiguous, more like horizons than electrified fences. Our cultural identity leaks beyond

terceiro investigam e transitam por porosidades discursivas que talvez facilitem a entrevisão, por exemplo, dos intrincados meandros da recepção da *Odisseia* por Políbio, ou da possibilidade de surpreender semelhanças de enformação entre a angústia de Riobaldo e as preocupações de Tucídides, a despeito de quaisquer dos tantos embargos que poderiam ser tradicional e imediatamente evocados contra a prática. Em outros termos, o segundo e o terceiro níveis são os que mais diretamente se beneficiam da (re)proposição dos contextos de recepção dos problemas enfocados em cada meditação. O terceiro nível, porém, mais que os outros dois, torna evidente uma das preocupações nucleares destas meditações. Entre um parágrafo e outro, entre uma frase e outra, ou mesmo entre uma palavra e outra, medeiam, isto é, trabalham e dialogam, infinitas possibilidades de transição suscitadas pelo jogo sempre tenso entre sujeito mediador e objeto conceituante, uma vez que o objeto não é um dado imediato, mas fruto do trabalho de reflexão do sujeito³⁵. Ao promover o diálogo entre esferas tão díspares e em aparência incomunicáveis, a prática nesse terceiro nível tenta sinalizar concretamente aquelas possibilidades de expansão há pouco mencionadas.

Se há um ponto manifestamente comum partilhado pelas narrativas de Tucídides e Políbio, esse é o anseio inconformado, se não mesmo incisivamente iconoclasta, por inovação em distintos níveis (lexical, heurístico, investigativo e/ou enformante) em relação a predecessores e coetâneos, anseio explicitado

itself just by virtue of what it is, not as an agreeable bonus or disagreeable haemorrhagc. There may, of course, be serious difficulties in translating from one culture to another. But you do not need to be standing at some imaginary Omega point in order to do this, any more than you need to resort to some third language in order to translate from Swedish into Swahili. Being inside a culture is not like being inside a prison-house. It is more like being inside a language. Languages open on to the world from the inside. To be inside a language is to be pitched into the world, not to be quarantined from it" (2003: 62).

³⁵ Um exemplo sintético se encontra no *Tractatus de intellectus emendatione* de Spinoza (meados do século XVII): decidido a investigar qual seria a *forma ueri*, o filósofo considera que “a reflexão verdadeira se distingue da falsa não tanto por uma denominação extrínseca, mas sobretudo por uma intrínseca” (69). Daí que, para poder investigar a “forma da verdadeira reflexão” que “deve ser procurada na própria reflexão e deduzida da natureza do intelecto”, sugere que “ponhamos ante os olhos alguma ideia verdadeira cujo objeto saibamos com certeza depender de nossa capacidade de refletir e não tenha nenhum objeto na natureza (*ideam aliquam veram ob oculos ponamus, cujus objectum maxime certo scimus a vi nostra cogitandi pendere, nec objectum aliquod in Natura habere* – 71). Como exemplo, propõe então o conceito de globo: “para formar o conceito de um globo, finjo (*finjo*) uma causa arbitrariamente, qual um semicírculo girando ao redor do centro e desse giro como que nascendo um globo. Essa ideia é realmente verdadeira e, ainda que saibamos jamais ter assim nascido um globo na natureza, todavia a percepção é verdadeira e o modo mais fácil de formar o conceito de globo. Deve-se notar que essa percepção afirma que o semicírculo gira, afirmação que seria falsa se não unida ao conceito de globo ou da causa que determina tal movimento, isto é, se fosse uma afirmação pura e simples ou absoluta” (72). Os integrantes da *idea ideae* (38) de Spinoza fundamentais para as presentes meditações são a identificação da correspondência sujeito-objeto em uma relação imanente (*intrinsicam*) e, sobretudo, a compreensão dessa relação como trabalho propositor e recriador (*finjo*).

em diversas ocasiões (e.g., Th.1.1.1-2; 1.20-23; 1.71.3; Plb.1.1.3; 1.4.5; 3.5.7-8; 9.2.2-4). Tal anseio indicia, por sua vez, uma segunda característica que igualmente irmana ambas as narrativas: é superficial, se não ocioso, desconsiderar que respondem a traumas de guerra na tentativa de construir um espaço de liberdade como recusa ao confinamento e à arbitrariedade impostos. A desconsideração, durante a recepção desses textos, da violência neles inscrita e repudiada, talvez implique um primeiro equívoco do leitor crítico.

Numa tentativa de síntese algo esquemática, todas as meditações a seguir tentam articular quatro mo(vi)mentos que se complementam dialeticamente: a) o das circunstâncias sócio-políticas do fracasso e da ética do (*h*)istor que responde às tensões desencadeadas por tais circunstâncias; b) o da negação da negação representada pelo nível anterior, isto é, o do empenho pela verdade, ou prefiguração, durante o qual se inicia a elaboração estética do problema em paulatino enfrentamento das contradições acumuladas; c) o da superação dessas contradições via construção da narrativa, ou configuração, que ao mesmo tempo preserva indícios das tensões que a trouxeram à luz; e d) o da incorporação desse processo pela leitura, ou da recepção e reconfiguração. Em outras palavras, todas partem do real e a ele tentam retornar por via de incorporações, não de reduções, sempre atentas à diferença mediada entre experiência real e resultado partilhável.

Em tempos de fundamentalismos não apenas religiosos³⁶, uma ressalva sobre as implicações éticas da abordagem esboçada talvez não seja excessiva, caso as proposições apresentadas ainda não tenham tornado suficientemente claro o ângulo a partir do qual este trabalho foi pensado. Para evitar de saída qualquer mal-entendido, o esclarecimento a seguir sintetiza preocupações que todo o trabalho explicita. A atenção à narrativa historiográfica, à condição do historiador e a eventuais comparações com a ficção, se equilibra entre duas ameaças potencialmente nocivas: de um lado, desacreditar a possibilidade da história; de outro, sugerir a fetichização ideologizante de ficções. Em qualquer dos casos, subestimar uma e outra – intenção a mais equivocada. Tão ou mais grave seria desconsiderar tanto a historicidade da operação quanto a dos integrantes nela implicados. Porque fundada na problemática da linguagem, relacionar verdade e ficção na historiografia seria mero diletantismo irresponsável caso desconsiderasse os princípios éticos explicitamente requeridos do leitor por Tucídides e Políbio. Também por essa razão, ao longo de todas as meditações a seguir o convívio entre verdade e ficção tão somente expande exigências éticas promotoras de diálogo e mútuo benefício, sem jamais pressupor ou endossar qualquer concessão a oportunistas e/ou relativizações de viés autoritário, cínico,

³⁶ T. Eagleton traça o panorama crítico do problema nos dois últimos capítulos de *After theory* (2003: 174-222 – 7. Revolution, Foundations and Fundamentalists; 8. Death, Evil and Non-Being).

negacionista e/ou preconceituoso. Tentando fazer brotar a semente adormecida no clichê, este trabalho contesta permanentemente tudo o que atente contra a indissociação entre vida humana e autonomia de pensar e agir (Eagleton 2003: 122 e 139). O miasma da ignorância, do fanatismo e da tirania exala da putrefação do verdadeiro inimigo, bem mais insidioso: em acepção antropológica e sem qualquer moralismo, do eu que mal cogita a possibilidade de existir *junto com* outro (e não apenas, mercadologicamente, *para* outro). O feio não há de ficar coisa: além dos significados de verdade e ficção, o trabalho em curso foi pensado como experimentação – errância? – em permanente meditação de sua própria natureza, usos e fins, à procura tão só de uma verdade colaborativa, partilhante e sempre aberta à surpresa do diálogo.

Recepção mediadora e comparativa enuncia, pois, o conjunto de procedimentos que perpassa todas as meditações a seguir. “O olhar sobre si mesmo: fracasso e lucidez em Tucídides e Políbio” foi também, não por coincidência, a primeira redigida. Nela, as noções de “mobilidade do olhar” e “complementaridade entre objeto e modo de ver” (Bosi 2003) enformam o estudo dos passos em que Tucídides e Políbio tratam dos respectivos malogros políticos. Por meio de abordagem comparativa e histórico-filológica, o texto foi pensado como alternativa a análises narratológicas operadas no estudo desses historiadores, porque tentativa de compreensão das condições concretas que acarretaram tais fracassos e que neles se originaram. A primeira versão desse texto foi o artigo: Sebastiani 2014b.

Valendo-se de idêntica abordagem, “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio” aprofunda o problema dos modos de ver de ambos os historiadores, agora tentando entendê-los por meio das noções de “ironia moderada”, formulada por M. Jay, e de “compreensão de texto”, por C. Romano. As noções de “palavra nova”, “anelo por realismo” e “ironia existencial” amparam a reflexão sobre passos de Tucídides e Políbio que reconstróem historicamente as circunstâncias dos fracassos de Nícias e de Aníbal respectivamente, num texto que investiga a possibilidade hermenêutica de aquela ironia enformar narrativas históricas. Uma versão desse texto também está publicada: Sebastiani 2015a.

“O problema da verdade em Tucídides” se foca estritamente no que afirma o título, discutindo-o em função da noção de “abertura”. Lendo em paralelo passos de Tucídides, de Guimarães Rosa, de Machado de Assis e cenas do filme *Gabbeh*, de M. Makhmalbaf, a meditação pensa tais passos do historiador ateniense a partir da acepção de *aletheia* como ausência presente. A versão original desse texto foi o capítulo: Sebastiani 2015c.

A meditação seguinte, por sua vez, discute três procedimentos de enformação da narrativa comuns às narrações de Riobaldo e Tucídides: a entrevisão da pausa para a reflexão lúcida, a interrogação fundante e a indeterminação da multiplicidade. Examinando algumas de suas articulações em cada narração, a

discussão aspira ao entendimento de uma pelo da outra e à sugestão de uma teoria da narrativa textual que ressalte e orquestre aportes da historiografia para a ficção e vice-versa, fiada no pressuposto de que cada aporte fecunda as inovações do outro. De todos os ensaios, é o mais dialeticamente experimental e, não por acaso, central, fundado na admissão de que o contexto de recepção de Tucídides formado por *Grande Sertão: Veredas* é de natureza análoga ao da recepção de Michelangelo por W. Blake e Victor Hugo³⁷. Penúltimo a ser redigido, nele me beneficiei o mais demoradamente das contribuições de L. C. Lima e M. Soares, explorando a diferenciação analítica fomentada pelo estranhamento inicial da proposta para indiciar uma possibilidade de assimilação sintética e compreensão holística ou ecológica (Romano 2012; 2014). A versão original desse texto foi o artigo: Sebastiani 2016a.

As duas últimas meditações retomam e sintetizam dois problemas sobre os quais venho me dedicando nos últimos quinze anos. Em “Verdade, narrativa e retórica em Políbio”, o da correlação nominalmente sugerida, notadamente nos livros iniciais e nos fragmentos desafiadores do livro 12, retomando e articulando boa parte das referências mencionadas até aqui e expondo a concepção de “vida mestra da história” que permeia todas as meditações. A versão original desse texto foi o capítulo: Sebastiani 2016b.

Na seguinte, sintetizo problemas que havia examinado em pelo menos quatro textos anteriores (2008; 2013; 2014b; 2015) e que radicam numa primeira formulação já em minha tese de doutorado (2006). Nessa penúltima meditação, investigo o modo como Políbio propõe uma função mediadora para a história no livro 12, bem como se teria atribuído um possível sentido mediador também a Odisseu tal qual o reconhece. Inédito em português, o texto teve a versão original publicada: Sebastiani 2015b.

“Cômptos” e “*Come se fuggissi: fracasso criador, verdade imanante*”, são inéditos. A disposição das meditações não forma necessariamente uma

³⁷ Pater 1980,: 76 (apud Martindale 2006: 5): “[i]t is so with the components of the true character of Michelangelo. The strange interfusion of sweetness and strength is not to be found in those who claimed to be his followers; but it is found in many of those who worked before him, and in many others down to our own time, in William Blake, for instance, and Victor Hugo, who, though not of his school, and unaware, are his true sons, and help us to understand him, as he in turn interprets and justifies them”. Igualmente ilustrativo do procedimento é o apêndice em que C. Kahn, criticando a hipótese difusionista de M. West e a avaliação da obra de Heráclito a partir do suposto “gift of the Magi”, que redundaria em “ficção histórica”, conclui afirmando que “the comparisons are likely to prove more enlightening if we leave aside all thought of historical contacts, and consider what other ways there are of accounting for resemblances of the sort cited by West”, para então elencar cinco abordagens comparativas mais promissoras (fundamentadas, resumidamente, em universais intelectual-linguísticos, universais da condição humana, comunidade de instituições sócio-religiosas, herança de um passado comum, e afinidades intelectuais e de temperamento entre indivíduos, mais que entre culturas): Kahn 1979: 297-302.

sequência temática e tampouco enuncia a cronologia de sua elaboração. Talvez indicie como que pulsações de uma esfera pascaliana, problema comum donde emanam. Todas as traduções são de minha autoria, ressalvadas as indicações em contrário. Especificamente as de Tucídides foram feitas a partir do texto da edição Oxford de Jones & Powell (Thucydides 1967-70); as de Políbio, a partir da edição Teubner de T. Büttner-Wobst (Polybius 1967-95). Porque igualmente meditações, as traduções foram pensadas como modos de acompanhar e recriar as oscilações do real infundidas no texto de partida, trabalhando a história como emulação do movimento da vida em boa medida sob inspiração da “prima maniera” de traçar a estrada de A. Moravia (*L'uomo come fine*, 1946) e da “règle souple” de C. Romano (2015).

Por fim, um esclarecimento talvez desnecessário. Um texto em que as noções de ausência, insuficiência, impermanência, experimentalismo e abertura são centrais, que toma os problemas do fracasso e da verdade como pontos de partida, seria no mínimo incoerente se não assumisse a transitoriedade por vezes fortuita das próprias conclusões. Daí que “*Come se fuggissi*: fracasso criador, verdade imanente” não encerre propriamente a primeira parte. Ao contrário, tenta apenas apontar possíveis encaminhamentos futuros para alguns dos pontos meditados, prolongando uma reflexão que não se quer visualizar acabada e só tenta manter-se lúcida quanto ao próprio caráter comparativo e recebedor³⁸. O título indicia, enfim, uma motivação se não mais funda, mais mordente: a inquietação incessante, que se obriga a encontrar meios próprios de mediação, diálogo, pausa e meditação, incapaz de se satisfazer com a falácia unilateral de resultados que pouco fazem contra catástrofes potenciais e/ou reais.

³⁸ Ante a constatação de Grethlein (2014: 312) sobre a “teleologia inerente à historiografia” – benefício ambíguo, como por vezes também o da ironia –, ainda prefiro a ponderação de F. Hartog (2003: 31): “mais modestamente devemos restaurar alguma forma de comunicação entre presente, passado e futuro, sem admitir a tirania de qualquer um deles. História escrita em nome do passado, do futuro ou do presente. Precisamos estabelecer a ponte entre experiência e horizonte de expectativa, ou, para dizê-lo como o filósofo Paul Ricoeur, ‘tornar nossas expectativas mais determinadas e nossas experiências mais indeterminadas’”.

**O OLHAR SOBRE SI MESMO:
FRACASSO E LUCIDEZ EM TUCÍDIDES E
POLÍBIO**

O encontro dialógico de duas culturas não lhes acarreta a fusão, a confusão; cada uma delas conserva sua própria unidade e sua totalidade aberta, mas se enriquecem mutuamente. Quanto à minha opinião acerca da evolução posterior de nossa ciência literária, penso que as suas perspectivas são inteiramente favoráveis, uma vez que dispomos de grandes possibilidades. O que nos falta é a audácia científica do pesquisador, sem a qual seria vão acreditar que atingiremos pontos culminantes ou penetraremos nas profundezas.

(M. Bakhtin, *Os estudos literários hoje*)

I

O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo (*Dom Casmurro*, cap. II – Do livro).

Bento Santiago, narrador e personagem ao mesmo tempo, enuncia um paradoxo tanto existencial (Bosi 2003: 37) como formal, ao sugerir a própria ausência em pleno exercício de circunspeção. A perplexidade do leitor é imediata: onde, como ou quando, exatamente, “falta eu mesmo”? Certamente não na desaparecida casa da Rua de Mata-cavalos, nem na recém-construída no Engenho Novo, equivalente ao presente da escrita (apesar, ou em razão, do afirmado), nem nas memórias que enformam o romance; no tempo que medeia entre os fatos narrados e a composição da narrativa, talvez, mas a rigor nem então. Para que e de que modo (não) olha esse (suposto inexistente) olhar?

Ao sugerir a própria ausência, Bento Santiago acaba chamando atenção para a ubiquidade da própria presença por meio de uma peculiar dialética de oposições extremas – presença *versus* ausência, mediadas por sugestões de ocultamento e apresentação. Tal exercício poderia exprimir, por um lado, o resultado forçoso e incerto da dúbia tentativa de “atar as duas pontas da vida” – as ausências de um presente exterior a demarcar a da memória atemporal, incapaz de preenchê-las; por outro, porém, a constatação do próprio vazio interior acaba por fazê-lo desconsiderar em tudo o mais qualquer valor de presença. O olhar do narrador oscila entre fora e dentro, introverte-se e reflexiona, pondera e ajuíza. E a narração que se segue descortina o modo como se move, o tempo que se demora em cada objeto e por que o faz.

Concentrado em “entender o olhar machadiano, o que é um modo existencial de lidar com a perspectiva, a visão do narrador, o ponto de vista ou, mais tecnicamente, com o foco narrativo”, A. Bosi justifica a formulação do problema a ser investigado em *Machado de Assis. O enigma do olhar*:

Olhar tem a vantagem de ser móvel, o que não é o caso, por exemplo, de *ponto de vista*. O olhar é ora abrangente, ora incisivo. O olhar é ora cognitivo e, no limite, definidor, ora é emotivo ou passional. O olho que perscruta e quer saber objetivamente das coisas pode também ser o olho que ri ou chora, ama ou detesta, admira ou despreza. Quem diz olhar diz, implicitamente, tanto inteligência quanto sentimento (Bosi 2003: 10, destaques no original).

O entendimento de juízos e ideais de Machado de Assis almejado por tal investigação deriva da atenção ao dinamismo do referido olhar, mais do que à decomposição descritiva:

A historicidade em que se inscreve uma obra de ficção traz em si dimensões da imaginação, da memória e do juízo crítico. Valores culturais e estilos de pensar configuram a visão do mundo do romancista, e esta pode ora coincidir com a ideologia dominante, ora afastar-se dela e julgá-la. *Objeto do olhar e modo de ver* são fenômenos de qualidade diversa; é o segundo que dá forma e sentido ao primeiro (Bosi 2003: 12, destaques no original).

Os dois conceitos destacados originalmente pelo autor (a atenção ao movimento do olhar e a complementaridade entre objeto do olhar e modo de ver), como as questões que decorrem do olhar paradoxal de Bentinho, são lentes metodológicas que também contribuem para com o entendimento de narrativas não ficcionais. Refiro-me especificamente à historiografia de Tucídides e Políbio, que tinham no testemunho autóptico pessoal o requisito basilar, embora não suficiente, para a elaboração de textos que tornariam os fatos visíveis à mente do leitor³⁹; e precisamente aos passos em que cada um meditou as circunstâncias do respectivo fracasso político-militar, na condição de narrador e ao mesmo tempo personagem do próprio texto, passos em que o olhar reflexivo da memória se destaca no exercício de circunspeção que é a própria narrativa⁴⁰. O problema a ser investigado, e para com o qual a abordagem de A. Bosi contribui, diz respeito ao *modo* como cada historiador (re)viu e fez (re)ver o que preferiu ao “dizer o que aconteceu” (Arist.*Poet.*9.1451b4).

Ao relegar definitivamente à vida privada homens cuja razão de viver era o exercício de comando e decisão na esfera pública, o fracasso e o consequente exílio condicionaram e/ou interferiram sensivelmente na redação das respectivas obras⁴¹. Uma vez decididos a escrever, fizeram-no até o fim de suas vidas, como sugerem as menções a Arquelau, rei da Macedônia entre 413 e 399 a.C.

³⁹ Schepens 1980; Soares 2011; Soares 2014: 399-600; Pires 2003b: 133-5. O tratamento de cada historiador sobre o problema da insuficiência da presença cognitiva é discutido na sequência.

⁴⁰ Th.1.22; 4.104-107; 5.26; Plb.28-31 (*passim*).

⁴¹ Recorro à distinção entre público e privado conforme conceituada por H. Arendt (1998: 68-78: respectivamente em termos de oposição liberdade *versus* necessidade, permanência *versus* futilidade, honra *versus* vergonha). Políbio iniciou a redação das *Histórias* já quando detido em Roma. Quanto a Tucídides, a data em que começou a escrever é controversa: embora tenha afirmado que “começou a escrever tão logo a guerra eclodiu” (1.1.1), um biógrafo anônimo registrou que “dizem que redigiu o proêmio (i.e., Th.1.1-23) depois da história” (*Vit. Thuc. Anon.*8), justificando a alegação com as menções à purificação de Delos ocorrida durante a guerra (1.8.1), ao fim da guerra (1.13.1) e à caracterização da guerra como o maior dos conflitos até então ocorridos (1.1.2).

(Th.2.100.2), e à Via Domitia, aberta pelos romanos em 118 a.C. (Plb.3.39.8). Meditando as razões de ocorrências públicas, ambos os ex-combatentes continuavam a exercitar politicamente o olhar experimentado apesar de segregados da esfera pública. Quando narraram as circunstâncias dos respectivos fracassos, Tucídides e Políbio o fizeram como mediadores entre as próprias memórias, no polo privado e, no público, as implicações políticas da escrita da história. A expressão formal dessa mediação, que corresponde à alegada busca pela verdade factual⁴², é o olhar reflexivo e concentrado na elaboração narrativa da experiência vivida. A posição de ambos em relação às próprias obras é análoga à de Bentinho, porque também mediadores, sucumbidos e faltantes. O sentido, como as inflexões e a meta do olhar de cada um, também denota características afins.

Neste texto, emprego aquelas lentes metodológicas para investigar o modo como Tucídides e Políbio elaboraram as respectivas visões sobre o fracasso, e para apontar os elementos que as tornam distintas ou afins⁴³. Na conclusão, discuto os significados da trajetória de cada olhar. O emprego, nesse tipo de estudo, dos conceitos formulados por A. Bosi, distingue-se e aprimora abordagens narratológicas empreendidas até o momento sobre as obras dos referidos historiadores⁴⁴. J. Davidson já havia acusado problemas no emprego de “focalização” para o estudo de Políbio⁴⁵; T. Rood e N. Miltsios, por sua vez, continuaram a dar curso ao conceito (Rood 1998: 12-13; Miltsios 2013: 3); e noções como “pausa”, “cena”, “sumário” e “eclipse”, integrantes do conceito de velocidade narrativa (Guillemette; Lévesque 2.5.2), tampouco dão conta da investigação ora iniciada. A proposta de descrever “constantes da narrativa” (Rood 1998: 9) não contempla a percepção das variações do movimento do olhar e a complementaridade de seus significados. Atentar para a mobilidade do olhar implica observar ao menos três ocorrências: o deslocamento espaço-temporal do olhar, sua abrangência ou hesitação, e a negociação que estabelece

⁴² Conforme ambos os historiadores indicaram método e meta das próprias obras e – por que não? – das próprias vidas: ζήτησις τῆς ἀληθείας (Th.1.20.3), τὴν τῶν πραγμάτων ζήτησιν (Plb.16.17.9; sobre a acepção de verdade como imparcialidade, cf. Plb.1.14; como reprodução minuciosa de discursos e atos, cf. Plb.12.25b). Cf. também “O problema da verdade em Tucídides” e “Verdade, narrativa e retórica em Políbio”.

⁴³ A narração – sumária – da circunstância em que mil reféns aqueus (dentre eles Políbio) foram levados a Roma em 167 a.C. está em Paus.7.10.5-12, não no texto supérstite das *Histórias*. Em nenhum momento do passo, que provavelmente deriva de Políbio, Pausânias o menciona nominalmente, e toda a responsabilidade pela extradição dos reféns aqueus é atribuída às intrigas de Calícrates e ao ato falho de Xenão. Nas *Histórias* se encontram apenas fragmentos relativos a ocorrências anteriores e posteriores ao evento. Neste texto, discuto especificamente o passo Plb.28.12-13, em razão de sua singularidade e direta vinculação ao tema.

⁴⁴ E.g. Rood 1998; Rood 2004b; Grethlein 2010a: 205-280, sobre Tucídides; Rood 2004a e Miltsios 2013, sobre Políbio. Nenhum desses autores discute especificamente a questão da narração dos próprios fracassos por Tucídides e Políbio.

⁴⁵ Davidson 1991: 11: “Gaze’ has the advantage of reflecting the visual metaphors which are used consistently by Polybius, though rejected by Genette”.

entre vontade de entender e justificação de preferências. De modo semelhante, a relação entre objeto do olhar e modo de ver pode ser aferida por meio de múltiplos graus intermédios entre dois extremos – máximo distanciamento crítico e total identificação pessoal. Combinadas, mobilidade do olhar e complementaridade entre objeto e modo de ver sugerem novos conceitos analíticos, como discreto olhar de relance e encaro demorado e insistente.

Que a mera presença do observador ante uma ocorrência não é garantia suficiente de sua apreensão, nem de apreensão exata e fidedigna, Tucídides o acusa sobretudo no próêmio e Políbio, no livro 12: estar presente não basta; é o olhar que transforma o evento em objeto de reflexão. Para isso haveria meios específicos e gradações.

A presença autóptica do próprio historiador é, para Tucídides, a máxima garantia de apreensão precisa e fidedigna (*paren*) (Th.1.22.2). Mas a “investigação da verdade” (Th.1.20.3) não pode se deixar viciar por negligência (*atalaiporos*), comodismo (*ta hetoima*) ou impressão de momento (*ton paronta* [scil. *polemon*] *aiei megiston krinonton*) (Th.1.20-21): quanto mais recuado no tempo o testemunho ou dependente de informe alheio, tanto mais necessária a cautela em sua averiguação. A exata apreensão de um acontecimento é difícil (*epiponos*) e sujeita à idiosincrasia do informante (*eunoias* e *mnemes*) (Th.1.22) (Loraux 1986: 152-156). A máxima verdade por vezes é minimamente visível (*alethestaten prophasin, aphanestaten de logo*) (Th.1.23.6). O olhar, em suma, mesmo se o do próprio historiador, é critério decisor, mas não apenas porque presente.

Também Políbio tem na visão a máxima garantia de verdade e exatidão (*alethinoteras ... tes horaseos ... ophthalmoi gar ton oton akribesteroi martyres*) (Plb.12.27.1), mas subordina seu valor ao cumprimento, cumulativo e de valor crescente, de três requisitos por parte da testemunha, fosse historiador ou informante: domínio de obras que tratassem do assunto investigado, observação topográfica e experiência político-militar, sem as quais seria impossível propor questões corretas a um informante, por exemplo (Plb.12.25e.1; 28a.8-10). De modo análogo ao proceder de Tucídides, quanto maior o recuo no tempo e a dependência de informes alheios, isto é, quanto mais afastada a apreensão do controle do olhar do historiador, maior o cuidado necessário na investigação.

II

O olhar de Tucídides sobre si mesmo que a obra deixa ver é via de regra relanceado. Desde a primeira linha, quando o faz o narrador refere o próprio nome como se se tratasse de um terceiro, e são raras as ocasiões em que emprega a primeira pessoa⁴⁶. Apresentar-se em terceira pessoa, entretanto, destaca a própria presença apesar, ou em função, da sugestão sutil de inexistência de um sujeito historiador (Darbo-Peschanski 1987: 137). No passo em que narra o próprio insucesso em Anfípolis (Th.4.104-107), Tucídides examina a própria conduta sem deixar que o leitor perca de vista que narrador e personagem são a mesma pessoa. O olhar do historiador se desloca rapidamente do cenário de guerra para o próprio texto que o leitor tem sob os olhos – movimento, espionagem e aproximação, não focalização nem pausa: os atenienses que combatiam em Anfípolis

despacham ao outro estrategista, responsável pela Trácia, Tucídides filho de Oloro, que escreveu este passo, e que estava próximo a Taso (a ilha é colônia dos pários e dista de Anfípolis meio dia de navegação) solicitando auxílio. Tão logo ouviu a requisição, ele navegou às pressas com sete naus que ali estavam, pois desejava alcançar Anfípolis o mais rápido possível, antes que ela se rendesse; e, caso não conseguisse, para ocupar previamente Eio (Th.4.104.4-5)⁴⁷.

Quatro elementos (dois explícitos e dois aludidos) sobre si próprio são apresentados para apreciação do leitor: o cargo que ocupava, a filiação, a diligência com que abriu velas e a previdência em conceber um duplo plano.

No parágrafo seguinte, de modo duplamente oblíquo, porque conjecturando quais informações teria à disposição o comandante adversário Brásidas, outros detalhes particulares – seu poder econômico e influência política – são revisitados: “nesse ínterim Brásidas, com receio das naus auxiliares vindas de Taso, e tendo sabido que Tucídides controlava a exploração das minas de ouro daquela região da Trácia, em razão do que ombreava em poder com os primeiros

⁴⁶ Como no citado 1.22.2 ou em 2.48.3, ao mencionar ter contraído a peste.

⁴⁷ οἱ δὲ ἐναντίοι τοῖς προδιδούσι, κρατοῦντες τῷ πλήθει ὥστε μὴ αὐτίκα τὰς πύλας ἀνοίγεσθαι, πέμποσι μετὰ Εὐκλέους τοῦ στρατηγοῦ, ὃς ἐκ τῶν Ἀθηνῶν παρῆν αὐτοῖς φύλαξ τοῦ χωρίου, ἐπὶ τὸν ἕτερον στρατηγὸν τῶν ἐπὶ Θράκης, Θεουκιδίδην τὸν Ὀλόρου, ὃς τάδε ξυνέγραψεν, ὄντα περὶ Θάσον (ἔστι δὲ ἡ νῆσος Παρίων ἀποικία, ἀπέχουσα τῆς Ἀμφιπόλεως ἡμίσεος ἡμέρας μάλιστα πλοῦν), κελεύοντες σφίσι βοηθεῖν. καὶ ὁ μὲν ἀκούσας κατὰ τάχος ἑπτὰ ναυσὶν αἰ ἔτυχον παροῦσαι ἔπλει, καὶ ἐβούλετο φθάσαι μάλιστα μὲν οὖν τὴν Ἀμφίπολιν, πρὶν τι ἐνδοῦναι, εἰ δὲ μή, τὴν Ἱόνια προκαταλαβών.

do continente (...)" (Th.4.105.1). Do cenário da guerra o olhar do historiador se espalha pela extensão de seu poder e influência, com a consequente sugestão da consciência de responsabilidades decorrente da magnitude, em termos pessoais e públicos, da missão.

Após narrar a rendição de Anfípolis (Th.4.105.2-106.2) e a própria chegada a Eio, "que Brásidas não ocupou por questão de uma noite, não fosse a rapidez das naus auxiliares" (Th.4.106.3), Tucídides rememora as precauções que tomou, explicitando sem denominar a própria diligência e previdência já aludidas: "em seguida ele [scil. Tucídides] tomou providências em Eio para se assegurar no momento, caso Brásidas atacasse, e também no futuro, ao acolher os que voluntariamente deixavam a região elevada durante a trégua" (Th.4.107.1). O olhar do presente redesenha o passado especulando o que então seria futuro.

O problema central e não mencionado do passo é que a rendição de Anfípolis, como o desembarque de Tucídides em Eio, não perfaziam o cumprimento da missão de socorro. Com isso, o plano de ocupação de Eio, referido como segunda opção (Th.4.104.4), torna-se a fronteira de uma zona de penumbra que o olhar do narrador se recusa a ultrapassar, relegando o que estaria além para a especulação do leitor, que começa a cogitar antecipações justificatórias. O olhar do historiador contorna ou desvia bruscamente do problema que acarretara drásticas consequências para sua carreira política, mantendo-se nos efeitos públicos de suas iniciativas.

A rendição de Anfípolis Tucídides rememorarão, de modo sumário, somente ao final do passo modernamente conhecido como "segundo prefácio"⁴⁸:

O mesmo Tucídides de Atenas descreveu tais eventos em sequência, conforme cada um ocorreu ao longo de verões e invernos, até que lacedemônios e aliados puseram fim ao império dos atenienses e capturaram os grandes muros e o Pireu. Nesse ponto o total de anos da guerra foi de vinte e sete. (...) Estou sempre lembrado (*memnemai*) de que, desde o início da guerra até o momento em que terminou, muitos diziam que ela deveria durar três vezes nove anos. Vivi-a (*epibion*) toda em idade de plena posse de minhas faculdades (*aisthanomenos*) e podendo aplicar meu entendimento (*prosechon ten gnomen*) a saber (*eisomai*) qualquer coisa precisamente. Ocorreu-me ser exilado de minha pátria por vinte anos após a estratégia respeitante a Anfípolis; e, tendo-me imiscuído (*genomeno*) nos assuntos de ambos os lados e não menos nos dos

⁴⁸ Contra a hipótese de L. Canfora (derivada de Diógenes Laércio 2.57.15-17), que atribui o passo ao "editor" de Tucídides, supostamente Xenofonte (Canfora 2005: 23-26 e 63; Canfora 2006: 14-17), remeto ao comentário de Hornblower (2009, v. III: 3 e 41-53), cuja visão unitarista adoto. Sobre a "questão tucidideana" e seus desdobramentos epistemológicos envolvendo visões analíticas e unitaristas a respeito da composição da obra, cf. Pires 2007.

peloponésios devido ao exílio, compreendê-los (*aisthesthai*) ainda mais com calma (Th.5.26.1; 4-6)⁴⁹.

Escrito após o fim da guerra (404 a.C.), o parágrafo Th.5.26 encerra vigorosa e inequívoca rejeição da visão, difundida à época, de que a Paz de Nícias (421 a.C.) havia significado verdadeira cessação de hostilidades; ao contrário, na visão de Tucídides tal “paz” demarcava nova fase do conflito (Connor 1984: 143). Contrastam com todo o restante da obra o acúmulo de formas em primeira pessoa e o tom acentuadamente memorialista, a sugerir um balanço da própria vida de vasta abrangência e definido por balizas fundamentais e sumárias: a vivência de toda a guerra, o conhecimento de ambos os lados em conflito e a meditação ininterrupta. O olhar transita livremente por temporalidades e estados íntimos distintos. Apesar disso, as parcas informações biográficas dadas à vista são esquivas e impessoais, calculadas para conferir credibilidade à autoridade (*ethos*) do escritor antes que para descrever-lhe a personalidade (Darbo-Peschanski 1987: 136-137). O olhar de Tucídides, ainda quando demorado sobre si mesmo, intencionalmente não faz assomar uma personalidade ao primeiro plano da narrativa. É apenas e precisamente sua condição pública de autor e personagem da narrativa, não a de indivíduo privado, que é oferecida ao exame público⁵⁰. A figura pública delimita, revelando conforme oculta, a individualidade do autor, e o olhar medeia a fim de ampliar distâncias.

O distanciamento e a demora do olhar da memória em relação aos fatos narrados atribuem sentido à disjunção entre o comando exercido em 424/3 a.C., o exílio subsequente e a posterior narração de cada evento. Se Tucídides almejou sinalizar relações causais, estas só podem ser conjecturadas a partir de explícitas menções temporais. A única ilação fidedigna a ser extraída do passo é que a memória de seu autor derivada de experiência autóptica é fundamento e fim de um saber privilegiado, estrategicamente apresentado por via de ao menos cinco formas que se iluminam reciprocamente (*memnemai, epebion, aisthanomenos, prosechon ten gnomen, eisomai*). Movimento pendular, não focalização: da impressão sensorial imediata ao saber futuro, passando pelo crivo e elaboração permanentes

⁴⁹ Γέγραφε δὲ καὶ ταῦτα ὁ αὐτὸς Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ἐξῆς, ὡς ἕκαστα ἐγένετο, κατὰ θέρην καὶ χειμῶνας, μέχρι οὗ τὴν τε ἀρχὴν κατέπαυσαν τῶν Ἀθηναίων Λακεδαιμόνιοι καὶ οἱ ξύμμαχοι, καὶ τὰ μακρὰ τεῖχη καὶ τὸν Πειραιᾶ κατέλαβον. ἔτη δὲ ἐς τοῦτο τὰ ξύμπαντα ἐγένετο τῷ πολέμῳ ἑπτὰ καὶ εἴκοσι. (...) αἰεὶ γὰρ ἔγωγε μέμνημαι, καὶ ἀρχομένου τοῦ πολέμου καὶ μέχρι οὗ ἐτελεύτησε, προφερόμενον ὑπὸ πολλῶν ὅτι τρεῖς ἐννέα ἔτη δέοι γενέσθαι αὐτόν. ἐπεβίωον δὲ διὰ παντὸς αὐτοῦ αἰσθανόμενός τε τῇ ἡλικίᾳ καὶ προσέχων τὴν γνώμην, ὅπως ἀκριβῆς τι εἴσομαι καὶ ξυνέβη μοι φεύγειν τὴν ἑμαυτοῦ ἔτη εἴκοσι μετὰ τὴν ἐς Ἀμφίπολιν στρατηγίαν, καὶ γενομένῳ παρ' ἀμφοτέροις τοῖς πράγμασι, καὶ οὐχ ἦσσαν τοῖς Πελοποννησίων διὰ τὴν φυγὴν, καθ' ἡσυχίαν τι αὐτῶν μᾶλλον αἰσθέσθαι. τὴν οὖν μετὰ τὰ δέκα ἔτη διαφορὰν τε καὶ ξύγχυσιν τῶν σπονδῶν καὶ τὰ ἔπειτα ὡς ἐπολεμήθη ἐξηγήσομαι.

⁵⁰ Cf. Marcelino.23-26 e 46-47; *Vit. Thc. Anon.*3 e Burns 2010: 9-10.

do entendimento, o olhar de Tucídides abrange rapidamente os principais traços do perfil público de sua autoridade como historiador, sobre os quais sempre permanece, sem se deter sobre impressões pessoais, que só podem ser conjecturadas por via dos objetos apresentados e/ou pela ordem de sua apresentação, e apenas em raras ocasiões (e.g., Th.2.65.5-13) por opinião explícita do autor.

III

Diferentemente de Tucídides, Políbio dedica amplo espaço a explicitar as próprias opiniões e não se furta a redigir longas digressões envolvendo detalhes pessoais, como a amizade com Cipião Emiliano, “para benefício dos apreciadores da leitura (*ton philekoon heneka*)” (Plb.31.23.1)⁵¹. O emprego do plural majestático desde a primeira linha do prólogo (Plb.1.1-5) auxilia a realçar a presença manifesta e ubíqua do narrador no texto, detectável nas recorrentes intervenções explicitamente judicantes (também em primeira pessoa do singular a partir de Plb.1.14.1) e notória sobretudo no livro 12. Quando passa a figurar como autor e personagem a um só tempo⁵², Políbio reserva a primeira pessoa para o narrador e a terceira para o personagem. O que não significa, porém, que assim se concentrasse apenas em sua face pública: justifica a alternância por critério exclusivamente estilístico – a fim de evitar o “imenso fastídio” (Plb.36.12.4) do leitor caso empregasse um único modo de expressão. O olhar de Políbio não se faz apenas visível como, frequentemente, também reapresentado e destacado. Conforme anuncia no prólogo, seu olhar almeja ver tudo o que puder:

assim como o acaso fez convergir quase todos os acontecimentos do mundo habitado para um único centro, e fez com que tudo se voltasse para um único e mesmo objetivo, do mesmo modo é preciso levar aos leitores, pela história e sob uma única visada sinóptica (*mian synopsis*), a manobra de que o acaso se serviu para realizar a interação dos fatos (...) dos escritores de histórias parciais não é possível obter uma visão de conjunto (*synidein*) (...) Apenas pela coesão e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral (*katopteusas*) (Plb.1.4.1, 6 e 11)⁵³.

⁵¹ Em Plb.9.1-2, o famoso proêmio em que o historiador distingue e julga três gêneros de historiografia e seus respectivos leitores-típicos, o leitor φιλήκοον é o que seria atraído pelo gênero genealógico, descartado por Políbio como desinteressante, pouco útil e voltado apenas para o prazer, não necessariamente para benefício do leitor. Ao leitor ideal de uma história pragmática Políbio denomina φιλομαθοῦντας (apreciador do aprendizado).

⁵² Conforme anunciou em 3.4.13: “fui não somente testemunha mas também colaborador de uns [fatos] e diretor de outros”. O passo em que se dá a confluência é Plb.24.6.3. Cf. Miltsios 2013: 132-133. Sobre o emprego distinto de primeira e terceira pessoa, cf. Marincola 1997: 188-91.

⁵³ Τὸ γὰρ τῆς ἡμετέρας πραγματείας ἴδιον καὶ τὸ θαυμάσιον τῶν καθ’ ἡμᾶς καιρῶν τοῦτ’ ἔστιν ὅτι, καθάπερ ἡ τύχη σχεδὸν ἅπαντα τὰ τῆς οἰκουμένης πράγματα πρὸς ἓν ἔκλινε μέρος καὶ πάντα νεύειν ἠνάγκασε πρὸς ἓνα καὶ τὸν αὐτὸν σκοπὸν, οὕτως καὶ (δεῖ) διὰ τῆς ἱστορίας ὑπὸ μίαν σύνοψιν ἀγαγεῖν τοῖς ἐντυγχάνουσι τὸν χειρισμὸν τῆς τύχης, ᾧ κέχρηται πρὸς τὴν τῶν ὄλων πραγμάτων συντέλειαν. (...) ὅπερ ἐκ μὲν τῶν κατὰ μέρος γραφόντων τὰς ἱστορίας οὐχ οἷόν τε συνιδεῖν. (...) ἐκ μέντοι γε τῆς ἀπάντων πρὸς ἄλληλα συμπλοκῆς καὶ παραθέσεως, ἔτι δ’ ὁμοιότητος καὶ διαφορᾶς, μόνως ἂν τις ἐφίκοιτο καὶ δυνηθεῖη κατοπτεύσας ἅμα καὶ τὸ χρήσιμον καὶ τὸ τερπνὸν ἐκ τῆς ἱστορίας ἀναλαβεῖν.

Entre os fragmentos supérstites de Políbio não figuram a narração de seu próprio fracasso nem a da ocasião em que foi levado a Roma para julgamento⁵⁴. Entretanto o parágrafo Plb.28.13 delimita um momento privilegiado da narrativa em que é possível notar a dinâmica e as tensões do olhar de Políbio: meditando, na condição de aliado romano, ao longo dos anos posteriores a 150 a.C., quando retorna à Grécia ao fim de dezessete anos de detenção⁵⁵, Políbio revisita com muita cautela a ocorrência capital que, conforme alega, o teria comprometido aos olhos dos vencedores. O olhar que almejava tudo ver parece constrangido, neste preciso momento, a transitar antes pela penumbra da justificação que pela evidência factual.

Sempre referindo-se a si mesmo em terceira pessoa, Políbio escreve que, em 170/69 a.C., na iminência do colapso da Macedônia (168 a.C.), o estrategista dos aqueus Arcão decide rebater com atos a suspeita, despertada outrora por Calícrates⁵⁶, de que os aqueus agiam contra os romanos e em favor do rei Perseu (Plb.28.12.1-6). Arcão teria então proposto o envio de uma expedição aqueia à Tessália para fazer junção com o cônsul romano Quinto Márcio Filipo, envio que foi aprovado. Políbio foi apontado como embaixador e partiu imediatamente na condição de chefe da embaixada, com ordens de reportar aos aqueus o mais rápido possível as instruções romanas. O plano, porém, teria de sofrer alterações:

Ao saber que os romanos haviam deixado a Tessália e acampavam na Perrébia, entre Azório e Dólida, a comitiva de Políbio postergou o encontro, dada a circunstância crítica, mas partilhou do perigo da invasão da Macedônia. Quando o exército desceu à região de Heráclio, pareceu fosse o momento oportuno para o encontro, pois parecia que o comandante havia realizado a maior parte de seu plano. Mostraram, então, o decreto a Márcio, e explicaram a intenção dos aqueus, que desejavam partilhar em bloco de seus combates e perigos. Mostraram também que tudo quanto os romanos haviam escrito ou ordenado aos aqueus na presente guerra permanecia incontestado. Márcio aprovou efusivamente a intenção dos aqueus, mas os dispensou da fadiga e da despesa, pois o auxílio de aliados não mais era necessário na ocasião. Os demais embaixadores retornaram à Acaia; Políbio, porém, lá permaneceu e partilhou das operações. Ao saber que Ápio Centão requisitava cinco mil soldados aqueus no Epiro, Márcio despachou Políbio exortando-o a que cuidasse para que os soldados não fossem enviados, nem que os aqueus arcassem em vão

⁵⁴ Apenas os cinco primeiros livros das *Histórias* subsistem completos.

⁵⁵ Sobre a data de composição das *Histórias*, cf. Baronowski 2011: 3-4.

⁵⁶ Em 181 a.C. Calícrates foi mandado em embaixada a Roma (Plb.24.8-9); ao invés de tratar do que fora incumbido, agiu como traidor (aos olhos de Políbio: cf. Plb.18.15.1-3; 30.13; 30.29.7), acusando no senado seus adversários políticos, encabeçados por Licortas e seu filho, o próprio Políbio.

com tamanha despesa, pois Ápio requisitava tais soldados sem qualquer razão. Difícil dizer (*chalepon eipein*) se o fez porque se preocupava com os aqueus, ou porque desejava manter Ápio inativo. Políbio retornou ao Peloponeso quando a carta do Épiro já havia chegado; pouco depois os aqueus se reuniram em Sicília, e um enorme problema surgiu. Quando começaram a discutir sobre os soldados requisitados por Ápio, ele decidiu não revelar aquilo de que Márcio o havia encarregado em particular; por outro lado, teria sido extremamente perigoso opor-se abertamente ao auxílio sem nenhuma razão. Como o caso era difícil e complexo, baseou-se no momento em um decreto do senado que ordenava que ninguém acatasse o que fora escrito por comandantes caso não o fizessem por decreto do senado. O que não vinha referido na carta. Com isso, conseguiu que a questão fosse remetida ao cônsul e que por intermédio dele a Liga Aqueia fosse dispensada da despesa, superior a cento e vinte talentos grandes. Na realidade, apenas forneceu pretexto aos que desejavam caluniá-lo diante de Ápio, pois frustrara seus planos para o auxílio (Plb.28.13)⁵⁷.

É evidente no passo a oscilação do olhar de Políbio entre temporalidades e interesses de difícil conciliação. A narração de um episódio de juventude

⁵⁷ Οἱ δὲ περὶ τὸν Πολύβιον καταλαβόντες τοὺς Ῥωμαίους ἐκ μὲν τῆς Θερραλίας κεινηκῶτας, τῆς δὲ Περραιβίας στρατοπεδεύοντας Ἀζωρίου μεταξὺ καὶ Δολίχης, τὴν μὲν ἔντευξιν ὑπερέθεντο διὰ τοὺς περιεστῶτας καιροὺς, τῶν δὲ κατὰ τὴν εἴσοδον τὴν εἰς Μακεδονίαν κινδύνων μετεῖχον. ἐπεὶ δὲ τοῦ στρατεύματος κατάραντος ἐπὶ τοὺς καθ' Ἡράκλειον τόπους ἔδοξε καιρὸς εἶναι πρὸς ἔντευξιν, ἅτε τοῦ στρατηγοῦ δοκοῦντος ἠνύσθαι τὸ μέγιστον τῶν προκειμένων, τότε λαβόντες καιρὸν τὸ ψήφισμα τῷ Μαρκίῳ προσήνεγκαν καὶ διεσάφουν τὴν τῶν Ἀχαιῶν προαίρεσιν διότι βουλευθεῖεν αὐτῷ πανδημεῖ τῶν αὐτῶν μετασχεῖν ἀγωνῶν καὶ κινδύνων. καὶ πρὸς τοῦτους ὑπέδειξαν διότι πᾶν τὸ γραφὲν ἢ παραγγελθὲν τοῖς Ἀχαιοῖς ὑπὸ Ῥωμαίων κατὰ τὸν ἐνεστῶτα πόλεμον ἀναντίρρητον γέγονεν. τοῦ δὲ Μαρκίου τὴν μὲν προαίρεσιν ἀποδεχομένου τὴν Ἀχαιῶν μεγαλωσί, τῆς δὲ κακοπαθείας αὐτοὺς καὶ τῆς δαπάνης παραλύοντος διὰ τὸ μηκέτι χρεῖαν ἔχειν τοὺς καιροὺς τῆς τῶν συμμάχων βοηθείας, οἱ μὲν ἄλλοι πρέσβεις ἐπανῆλθον εἰς τὴν Ἀχαΐαν, ὁ δὲ Πολύβιος αὐτοῦ μείνας μετεῖχε τῶν ἐνεστῶτων πραγμάτων, ἕως ὃ Μάρκιος ἀκούσας Ἄππιον τὸν Κέντων πεντακισχιλίου στρατιώτας αἰτεῖσθαι παρὰ τῶν Ἀχαιῶν εἰς Ἥπειρον, ἐξαπέστειλε τὸν προειρημένον, παρακαλέσας φροντίζειν ἵνα μὴ δοθῶσιν οἱ στρατιῶται μηδὲ τηλικούτο δαπάνημα μάταιον γένηται τοῖς Ἀχαιοῖς· πρὸς οὐδένα γὰρ λόγον αἰτεῖν τοὺς στρατιώτας τὸν Ἄππιον. πότερα δὲ τοῦτ' ἐποίει κηδόμενος τῶν Ἀχαιῶν ἢ τὸν Ἄππιον ἀπραγεῖν βουλόμενος χαλεπὸν εἰπεῖν. πλὴν ὅ γε Πολύβιος ἀναχωρήσας εἰς τὴν Πελοπόννησον, ἦδη τῶν γραμμάτων ἐκ τῆς Ἥπειρου προσηπτικῶτων καὶ μετ' οὐ πολὺ συναχθέντων εἰς Σικυώνα τῶν Ἀχαιῶν, εἰς πρόβλημα παμμέγεθες ἐνέπεσε. τοῦ γὰρ διαβουλίῳ προτεθέντος ὑπὲρ ὧν ὁ Κέντων ἠτέιτο στρατιωτῶν, ἃ μὲν ὁ Μάρκιος αὐτῷ φροντίζειν κατ' ἰδίαν ἐντεῖλατο, ταῦτα φωτίζειν οὐδαμῶς ἔκρινεν· τὸ δὲ μηδεμιᾶς (αἰτίας) ὑπαρχούσης φανερώς ἀντιλέγειν τῇ βοηθείᾳ τελείως ἦν ἐπισηφάλης. δυσχρήστου δὲ καὶ ποικίλης οὔσης τῆς ὑποθέσεως, ἐχρήσατο βοηθήματι πρὸς τὸ παρὸν τῷ τῆς συγκλήτου δόγματι τῷ κελεύοντι μηδένα προσέχειν τοῖς ὑπὸ τῶν στρατηγῶν γραφομένοις, ἐὰν μὴ τοῦτο ποιῶσιν κατὰ τὸ δόγμα τῆς συγκλήτου. τοῦτο δ' οὐκ ἦν προσκείμενον τοῖς γράμμασι. διὸ καὶ κατεκράτησε τοῦ τὴν ἀναφορὰν ἐπὶ τὸν ὕπατον γενέσθαι καὶ δι' ἐκείνου παραλυθῆναι τῆς δαπάνης τὸ ἔθνος, οὔσης ὑπὲρ ἑκατὸν εἴκοσι τάλαντα μεγάλα. τοῖς γε μὴν βουλομένοις διαβάλλειν αὐτὸν πρὸς τὸν Ἄππιον ἀφορμὰς ἔδωκεν, ὅτι διακόψαι τὴν ἐπιβολὴν αὐτοῦ τὴν περὶ τῆς βοηθείας.

é indissociável do tom defensivo e apologético conscientemente buscado nos anos de maturidade⁵⁸. Na expressão “difícil dizer” (Plb.28.13.8) se cruzam olhares dirigidos a momentos distintos e com finalidades distintas: o verbo principal parece ter sido propositalmente omitido, de modo a preservar uma almejada indefinição sobre a data e as implicações do juízo. Quando e com que intuito, exatamente, seria “difícil dizer”, Políbio não o apontou de modo inequívoco. Na ocasião passada, em 170/69 a.C., ou no presente da escrita? O olhar do historiador busca antes amalgamar memória e justificativa – “partilhou da invasão da Macedônia”, “pareceu fosse o momento oportuno etc” ou “o caso era difícil e complexo” são acréscimos ajuizantes que anseiam por denotar descolamento e isenção. Ao mesmo tempo, entretanto, revelam preocupações íntimas de um olhar que, admitida a idoneidade na busca da “verdade factual”, se esgueira por entre escolhos conflitantes, quais os interesses políticos do grupo a que estava vinculado na ocasião passada, cuja preocupação central era resguardar o máximo de autonomia possível ante a expansão hegemônica da Macedônia e, depois, de Roma. E revelam ainda a necessidade, do presente da escrita, de ater-se à verdade buscada sem, contudo, desnecessariamente comprometer-se uma vez mais aos olhos dos vencedores. Deslocamento e desvio, não focalização nem cena; talvez eclipse, caso se assuma o ônus de postular omissão ou mentira propositalis.

Diferentemente do olhar de Tucídides antes analisado, a mediação exercida pelo olhar de Políbio almeja sugerir proximidade em relação ao leitor, tomando-o quase por aliado, e o faz por meio do trânsito entre distintas ocorrências e temporalidades a fim de acumulá-las. Na tentativa de abarcar o máximo de completude factual possível (a “visada sinóptica” almejada em Plb.1.4), procura, quase explicitamente, orientar os olhos do leitor por entre os fatos que meditou. As conjecturas que deixa ao leitor dizem respeito às intenções do autor, não às suas impressões e opiniões, via de regra explicitadas. O olhar que, em operação análoga à de *tyche*, “fez com que tudo se voltasse para um mesmo e único objetivo” (Plb.1.4.1), parece pairar sobre o objeto que medita tanto quanto, paradoxalmente, está nele imiscuído. E se utiliza do mesmo recurso principalmente no passo em que a maior preocupação do autor era a de repelir qualquer tipo de suspeita ou acusação que pudesse perturbar sua presente condição (“pedimos a todos os deuses para poder passar o que nos resta de vida nas mesmas condições” – Plb.39.8.2). C. Champion caracterizou como flexível e ambígua a opção de Políbio por limitar seu sistema de causalidade a fatores institucionais

⁵⁸ Sobre o viés diplomático da narrativa de Políbio sobretudo na segunda metade da obra (*i.e.*, livros 21-39), que concentra eventos em que o historiador tomou parte, cf. Thornton 2013a: 213-214; sobre sua complexa situação quando detido em Roma, cf. Erskine 2012: 17-32; sobre as tensões entre a política romana do período e as visões de Políbio a respeito, cf. Momigliano 1980: 85.

e contingências históricas (Champion, 2004: 5 e 32): os mesmos atributos também caracterizam o olhar cuja tarefa precípua seria “vigiar e buscar as causas dos acontecimentos” (Plb.3.7.7), sobretudo quando está em jogo a necessidade de conciliar interesse próprio e verdade factual.

IV

A atenção aos movimentos do olhar de cada historiador se torna efetivamente um ganho instrumental e cognitivo em relação à detecção de constantes narratológicas quando também percebe a trajetória por eles (scil. olhares) percorrida. Ambos os olhares denotam a lucidez alcançada por cada historiador durante ou após os anos de exílio, que Tucídides afirma ter vivido “em tranquilidade” (*kath’ hesychian* – Th.5.26.5) e Políbio, em relativa liberdade⁵⁹. Também o historiador aqueu associa vivência, obra e modos de ver:

a todos os homens são facultados dois modos de aprimorar-se: um, por meio dos próprios fracassos, outro, pelos alheios. O que deriva dos próprios reveses é mais vivaz (*enargesteron*), e menos danoso o que deriva dos alheios. Por isso jamais o primeiro deve ser voluntariamente escolhido, pois aperfeiçoa com muitas penas e perigos, mas deve-se almejar sempre ao outro, pois nele é possível distinguir (*synidein*) sem prejuízo (*choris blabes*) as melhores opções” (Plb.1.35.7-8)⁶⁰.

Ironia trágica e lucidez se complementam integradas pelo olhar mediador: o homem que meditou tal distinção acabara de tomar decisões equivocadas, que culminaram em ruína e detenção. “Lucidez”, ou “clarividência histórica”, define também a meta almejada dos esforços com que cada historiador procurou resgatar do esquecimento acontecimentos e condutas e atribuir-lhes sentido. A operação, por sua vez, é creditada por Tucídides e Políbio a virtudes ambivalentes, tanto intelectuais quanto éticas, não por acaso partilhadas pelo estrategista competente e pelo historiador clarividente: *pronoia* (prudência ou previdência), *andreia* (coragem) e *gnome* (juízo ou entendimento), dentre as mais significativas. A clarividência resultante da operação é igualmente fundamental para estrategistas e historiadores: *to saphes skopein* (ver o que é evidente – Th.1.22.4), *mian synopsis agagein* (Plb.1.4.1).

O não cumprimento da missão de socorro a Anfípolis, não mencionado explicitamente por Tucídides; e a dificuldade alegada por Políbio para exprimir

⁵⁹ Em função da amizade com Cipião Emiliano (Plb.31.23-30), Políbio obteve regalias em relação aos outros mil detentos, como a permissão para viver na própria urbe e fazer viagens curtas pela Itália.

⁶⁰ Δυεῖν γὰρ ὄντων τρόπων πᾶσιν ἀνθρώποις τῆς ἐπὶ τὸ βέλτιον μεταθέσεως, τοῦ τε διὰ τῶν ἰδίων συμπτωμάτων καὶ τοῦ διὰ τῶν ἀλλοτρίων, ἐναργέστερον μὲν εἶναι συμβαίνει τὸν διὰ τῶν οἰκείων περιπετειῶν, ἀβλαβέστερον δὲ τὸν διὰ τῶν ἀλλοτρίων. διὸ τὸν μὲν οὐδέποθ’ ἐκουσίως αἰρετέον, ἐπεὶ μετὰ μεγάλων πόνων καὶ κινδύνων ποιεῖ τὴν διόρθωσιν, τὸν δ’ αἰεὶ θηρευτέον, ἐπεὶ χωρὶς βλάβης ἔστιν συνιδεῖν ἐν αὐτῷ τὸ βέλτιον.

o sentido da iniciativa do cônsul romano em 170/69 a.C., delimitam circunstâncias para as quais, no presente da escrita, ambos os historiadores preferiram não olhar diretamente, limitando a própria observação a seus contornos. Os passos examinados revelam a clarividência do olhar minucioso dos narradores evidenciada por seus movimentos calculados, e precisamente por isso suscitam a questão sobre se, no momento dos respectivos fracassos, momento há muito passado em relação ao tempo da escrita, houve falhas no desempenho de alguma das virtudes associadas à lucidez dos agentes. Nenhum dos historiadores se acusa, tampouco se defende, e com isso em ambos os textos – em passos dedicados a “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” –, momentos cruciais, ambos “faltam” deliberadamente. De modo paradoxal, “ver o que é evidente” e alcançar “visada sinóptica” tornam-se exercício de não ver, em meio ao qual a circunspeção, do narrador e do leitor, denuncia a ausência do primeiro. A trajetória de ambos os olhares, que enforma a meditação de ambos os historiadores, é sinuosa nos passos analisados: avança até a fronteira do evento, nela se detém e daí retorna sempre com os olhos no presente. No caso específico desse exercício, a vida se faz mestra da história: escrever é evidenciar a habilidade de ver. As poucas sugestões de proximidade de Tucídides denotam distanciamento; o encaro sistemático de Políbio se desvia no momento delicado. Ainda que a história almejasse a precisão ótica de um espelho, é o olhar, o modo de ver, e não a imagem, quem diz e revela.

Modos de se ocultar ao se expor, mantendo os olhos no presente e no futuro, eram objeto de meditação de ambos os historiadores, porque exemplos de inteligência cognitiva e prognóstica tradicionalmente celebrados: caso emblemático era o nome ocultador (*Outis*) com que Odisseu se expôs ao olhar do ciclope, que provocava alterações também na trajetória do olhar dos feaces e do ouvinte/leitor da epopeia⁶¹. Sagaz, circunspecto e lúcido, no momento da narração, como os olhares de Odisseu e de Bentinho, o olhar dos historiadores modaliza e circunscreve não apenas objetos, como também a trajetória do outro olhar que o revê. Se toda busca de significado presuppõe comparação e esta, por sua vez, juízos e critérios, a atenção aos modos de ver (n)o texto não ficcional pode ser pensada como meio para obtenção de maior entendimento do pensamento atuante na escrita frente à descrição de suas constantes formais: o que não é direta ou imediatamente visível também está presente, integrando e condicionando a narrativa. E enxergá-lo depende da observação dos movimentos do olhar de quem (não) olha.

⁶¹ Odisseu em Tucídides: Th.4.25.5; ciclopes: Th.6.2.1. Políbio projeta em Odisseu o historiador ideal: Plb.12.27.10-11. Sobre a influência da *Odisseia* no pensamento dos historiadores gregos, cf. Marincola 2007: passim.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A IRONIA DO FRACASSO:
NÍCIAS E TUCÍDIDES, ANÍBAL E
POLÍBIO**

- (28) *O homem é um olhar retrospectivo criador da natureza para si mesma.*
(69) *Ironia é consciência clara da eterna agilidade, do caos infinitamente pleno.*
(71) *Somente é um caos aquela confusão da qual pode surgir um mundo.*
(F. Schlegel, *Ideias*)⁶²

⁶² Tradução: M. Suzuki (Schlegel 1997).

I

Pouco menos de dez anos após publicar *O idiota*, Dostoiévski revisita a figura de D. Quixote, personagem em que baseara a composição do príncipe Míchkin. A meditação se concentra no “mistério mais profundo e crucial sobre a humanidade descortinado pelo livro [*Dom Quixote*]”, mistério tamanho que haveria de ser apontado a deus pelo homem que consigo portasse a obra no dia do juízo final:

Ele [o portador] fará notar que a beleza mais sublime da humanidade, sua pureza, castidade, franqueza, gentileza e coragem as mais sublimes e, enfim, sua mais sublime inteligência, todas frequentemente (muito frequentemente, é pena) dão em nada, passam sem benefício para a humanidade, e ainda se tornam objeto de derisão simplesmente porque a todos esses tão nobres e preciosos dons que uma pessoa muita vez possui, falta todavia o dom maior: o da *genialidade* para por todo esse poder ao trabalho e dirigi-lo para um curso de ação que seja veraz e não fantástico ou insano, de modo a que trabalhe para benefício da humanidade! Mas a genialidade, infelizmente, se distribui entre povos e pessoas em tão diminuta quantidade, e tão raramente, que o espetáculo da malévola ironia do destino na maioria das vezes condena os esforços de algumas das pessoas mais nobres e dos amigos mais ardentes da humanidade ao escárnio, à zombaria e ao apedrejamento apenas porque essas pessoas, no momento decisivo, são incapazes de discernir o verdadeiro sentido das coisas e encontrar a *palavra nova* delas. Tal espetáculo de desnecessária ruína de forças tão grandes e nobres pode realmente reduzir um amigo da humanidade ao desespero, evocar não o riso, mas lágrimas amargas, e azedar seu coração, até então puro e crédulo, com a dúvida...

Quero, entretanto, apenas assinalar a característica mais interessante, a qual, junto a centenas de outras percepções igualmente profundas, Cervantes revelou do coração humano. A pessoa mais absurda, agarrada a uma crença excêntrica na mais absurda fantasia que alguém possa conceber, de repente cai em dúvida e perplexidade que quase abalam toda a sua fé. Curioso é o elemento capaz de abalá-la: não a absurdez da noção excêntrica em si, não a absurdez dos cavaleiros andantes que existem para benefício da humanidade, não a absurdez dos prodígios de mágica contados naqueles ‘livros absolutamente verdadeiros’ – não. Ao contrário, é algo externo e secundário, um elemento totalmente peculiar. O homem absurdo de repente *começa a anelar por realismo!* Não foi a aparição de um exército de feiticeiros que o perturbou. Isso está fora de dúvida: como poderiam

esses grandiosos e esplêndidos cavaleiros mostrar todo o seu valor se não topassem com esse tipo de provações, se não houvesse gigantes invejosos e feiticeiros trapaceiros? O ideal do cavaleiro andante é tão grandioso, tão belo e útil, e cativou de tal modo o coração do nobre Dom Quixote, que se lhe tornou totalmente impossível renunciar à fé nele, o que teria equivalido a trair seu ideal, seu dever, seu amor por Dulcineia e pela humanidade. (Quando, de fato, renunciou a tal ideal, quando se curou da loucura e se tornou *mais sábio*, após retornar da segunda campanha na qual foi derrotado pelo sábio e prudente barbeiro Carrasco, cético e desmistificador, ele prontamente morreu, quieto e com um sorriso triste, consolando o choroso Sancho, amando o mundo inteiro com a poderosa força do amor contida em seu sagrado coração, tendo além do mais se dado conta de que nada mais havia que fizesse neste mundo.) Não, não foi isso. O que o incomodou foi precisamente a consideração muito realista, matemática mesmo, de que não importa como um cavaleiro empunha sua espada nem quão forte ele seja: ainda assim, ele não pode vencer um exército de centenas de milhares em umas poucas horas ou mesmo em um dia, tendo matado todos até o último homem. Mas isso estava escrito naqueles livros confiáveis. Logo, eles devem ter mentido. E se há uma única mentira, então tudo é mentira. Como, então, pode a *verdade* ser salva? E assim, para salvar a verdade, ele inventa outra fantasia. Mas essa é duas, três vezes mais fantástica do que a primeira, mais crua e absurda. Ele inventa centenas de milhares de homens imaginários com corpos de moluscos que a aguda lâmina do cavaleiro pode retalhar dez vezes mais fácil e rapidamente do que se tivessem corpos humanos ordinários. E assim o *realismo* é satisfeito, a *verdade* é salva e é possível crer no primeiro e mais importante sonho sem maiores dúvidas – e tudo isso, uma vez mais, graças à segunda e mais absurda fantasia, inventada apenas para resgatar o *realismo* da primeira⁶³. (itálicos no original)

Assinalar pontos de contato temáticos ou filológicos entre a reflexão do escritor russo e os relatos de Tucídides, sobre o fracasso de Nícias, e o de Políbio, sobre o de Aníbal, parece à primeira vista mero exercício arbitrário ou temerário a flertar com o impossível, a despeito de quantas pontes lógicas se possa construir entre textos de teores tão peculiares. Só muito remota e vagamente as trajetórias de Nícias ou Aníbal suscitam pontos de contato temáticos (pois que historiadores por vezes também já sondaram e iluminaram o coração dos homens) com o ideal elevado de Dom Quixote qual

⁶³ O *idiota* foi redigido entre 1867-8 e publicado um ano depois. O texto citado está no ensaio “A mentira é salva pela mentira”, que integra os *Diários de um escritor* (Dostoyevsky 2009: 448-451), e foi escrito em 1877. A retradução do inglês é de minha autoria. Em *Crime e castigo*, publicado em 1866, o embrião da ideia já formava o núcleo do “artigo de Raskólnikov, que dividia a humanidade em homens ordinários e extraordinários, sendo estes “os dotados de dom ou talento para dizer em seu meio a *palavra nova*” (Dostoiévski 2001: 269).

entendido por Dostoiévski, embora não haja sombra de loucura a projetar-se das mencionadas trajetórias. O paralelo se torna ainda mais problemático caso se considere o fundo cristão-ortodoxo norteador da referida reflexão, ou as peculiaridades da narrativa cervantina – tamanha e tão temerária incursão totalmente descabida quanto ao escopo, às possibilidades e aos propósitos do presente ensaio. Não bastasse isso, restaria ainda o principal escolho, o fato de que supor os referidos historiadores como homens absurdos ou inventores de ficções fantásticas que salvassem uma verdade/mentira igualmente absurda e idiossincrática, se não a mentira mesma, equivaleria a implodir ou virar pelo avesso o pensamento historiográfico ocidental, ou mesmo a própria razão, de modo pueril e enfadonho. Tentar aproximar historiadores e gerais antigos, por um lado, de narradores e personagens modernos, por outro, parece operação de antemão fadada ao fracasso quixotesco ou elementar pelo absurdo mesmo de sua postulação, tantas seriam as objeções que permanentemente suscitaria.

Entretanto as já bem antigas palavras de Dostoiévski apontam um problema que ultrapassa em muito, no tempo e no espaço, sua própria peculiaridade. Elas focalizam, como uma lente de aumento precisa, um viés trágico inerente à trajetória de personagens *quase* geniais. Antigo não é antiquado, gasto ou desvalido: aquele viés, antes pressuposto que formulado, não é exclusivo de meditações filosóficas ou romances, nem de uma época específica e passada. No foco da meditação se conforma o mo(vi)mento da inaptidão para “discernir o verdadeiro sentido das coisas e encontrar a *palavra nova* delas” em ocasiões de extrema necessidade como (des)razão do fracasso de homens reputados excelentes, fracasso que talvez derive do, ou culmine no, anelo por realismo a eles atribuído e igualmente almejado pelos historiadores que deles trataram. Qual uma miniatura que condensa os traços mais nítidos de um corpo bem maior, enquanto sugere a existência de outros traços a ser deduzidos, o mo(vi)mento é notável por enfeixar as linhas de força da mútua gravitação entre (in)capacidade para a *palavra nova* e *anelo por realismo* que ocorre em torno de um centro imaginário formado seja por genialidade (e verdade, no caso do historiador) que medita, seja por fracasso (e, às vezes, inverdade do comandante) que sucumbe. Um exame concentrado na incapacidade imputada a Nícias e a Aníbal de encontrar o sentido verdadeiro e sua *palavra nova* no momento decisivo⁶⁴; e no *realismo* a que anelaram, análogo ao buscado e reportado por Tucídides e Políbio ao narrar suas trajetórias, revela todavia, quando em tal exame se emprega a lente de Dostoiévski, a síntese entre ao menos duas intenções identificáveis também nos relatos dos

⁶⁴ A prescindir-se, claro está, do acúmulo de condições materiais precedente ou concomitante ao fracasso político-militar experimentado por cada um.

historiadores antigos como modo de atribuir sentido às respectivas narrativas: uma imanente (isto é, orientada para esclarecer o objeto narrado), outra transcendente (isto é, eivada de paralelos sempre sugeridos, jamais explícitos, entre os fracassos dos comandantes e seus próprios fracassos pessoais ocorridos em época não muito anterior à da composição das narrativas, elas mesmas, por sua vez, talvez por tais fracassos motivadas⁶⁵).

Todavia é nas bordas da lente, nos arredores do ponto focal, que algo mais significativo, apesar de um tanto embaçado e pouco nítido, desponta da meditação de Dostoiévski. Ao entrever uma carência, ainda que mínima e fortuita, como condicionante do fracasso de trajetórias mesmo as mais sublimes, a despeito de sua inserção ou não em um sistema cristão de valores, Dostoiévski contrasta toda iniciativa, ação e embate humanos com sua vacuidade de sentido ocasionalmente preenchida somente pela genialidade do benefício “veraz e não fantástico”, assim acusando a ironia inerente à absoluta maioria das manifestações da vida. Ironia aqui não é a figura de linguagem ou pensamento que nomeia a (dis)simulação, afim da hipocrisia e inconcebível no texto de historiadores que proclamaram dedicar-se à investigação da verdade. É, antes, a ironia existencial, ou dramática, ou socrática, o mo(vi)mento da lucidez clarividente ante os pontos de vista corriqueiros sobre qualquer problema em exame a irmanar todas as personagens até agora mencionadas que sucumbiram ao fracasso⁶⁶. Dom Quixote morre desenganado; Míchkin enlouquece transpassado pela compaixão desesperada; Nícias é executado à traição em meio à derrota que previra havia muito; e Aníbal pressente e experimenta sua única derrota, para Cipião Africano. Mesmo os historiadores talvez só se tenham votado à narração do passado em decorrência dos respectivos fracassos: Tucídides é exilado depois de derrotado pela celeridade de Brásidas e Políbio é detido pelos romanos sob forte suspeita de alinhamento com os macedônios

⁶⁵ Cf. meditação anterior.

⁶⁶ O problema da ironia é ora pensado sob a definição de “ironia dramática” ou moderada, de fundo socrático, proposta por M. Jay (2013: 38; cf. também n. seguinte): “[t]he relevance of dramatic irony for historical narratives is obvious, even more so than the Socratic variant because of its frequent exploitation of the gap between intentions and outcomes”. Desde que se prescindia do adjetivo “malévola”, a qualificação de Dostoiévski (“malévola ironia do destino”) parece se estribar em análoga reflexão. Minha argumentação tem por base a reflexão de Rorty 1989, sobre redescrição e narrativa (especialmente o capítulo 4 e as definições sintéticas das p. 144: “ironist – people who never had any doubt about the final vocabulary they employ” e p. 186: “ironist – the person who has doubts about his own final vocabulary, his own moral identity, and perhaps his own sanity”). Consideradas as epígrafes deste texto e a concepção de ironia aqui enfocada, prefiro ler nos passos de Rorty uma necessária complementação mútua, antes que contradição ou lapso do autor. Sobre a “ironia socrática” de Schlegel como “autorreflexão vertiginosa que apaga toda diferença entre palco e plateia, sujeito e objeto, real e ideal”, cf. Freitas 2011; sobre a “dimensão mais drástica da ironia schlegeliana”, cf. Maas 2010. Sobre o problema da “ironia romântica”, cf. Eagleton 2014: 98-100.

vencidos. E ainda o próprio Dostoiévski (para não mencionar a trajetória de Cervantes) vivenciou o terror de quase ter padecido uma execução precoce, da qual foi indultado no último minuto. É o potencial da agilidade de consciência, espicaçada pela lucidez trágica, nas meditações de Tucídides e Políbio – de que viver é fracassar quando não se encontra um sentido verdadeiro das coisas nem sua *palavra nova* durante a busca por *realismo* – habilidade visível em romances e romancistas, historiadores e personagens, agentes e leitores, que discutirei neste texto, servindo-me dos passos tucidideanos sobre a trajetória de Nícias, e dos polibianos sobre a de Aníbal. Ao compor Míchkin, como ao revisitar Dom Quixote, Dostoiévski investigava as circunstâncias e os (des)integrantes do fracasso também em sutil paralelo com sua própria trajetória pessoal. Teria o mesmo se passado com as narrativas de Tucídides (sobre Nícias) e de Políbio (sobre Aníbal)? Tais narrativas ecoariam ou impactariam as respectivas meditações sobre os respectivos fracassos? Que postura historiográfica enunciariam, e com que consequências para a compreensão de suas narrativas? O exame dessas questões permite entrever a operação e a envergadura da ironia dos historiadores – sempre entendida como clarividência narradora do passado que inclui, sem necessariamente explicitar, o autor mesmo na reflexão sobre terceiros – ao longo da construção dos relatos sobre os fracassos de Nícias e Aníbal. Deixo de lado (im)possíveis paralelos entre textos tão distantes e distintos e proponho-me a interpretar os passos mencionados de modo a entrever a ironia (conforme o sentido apresentado na frase anterior) eventualmente presente nos referidos historiadores. As três *Ideias* reportadas em epígrafe põem em xeque e embaralham, quando não apagam, a fronteira entre ironia existencial e verdade (ou realidade) histórica – caso se postule a existência de alguma. Não seria a investigação dessa verdade, o infatigável anelo realista no encaço do “fato” e da palavra certa que o exprima, a suprema forma daquela ironia, a que sempre aspira a observar em plena lucidez os modos segundo os quais a observação mesma se dá ao observador, e da construção necessariamente subjetiva que resulta do processo, num incansável jogo de reflexão e enfrentamento das limitações impostas por percepções correntes, cômodas ou crédulas? Com o auxílio dos trabalhos de M. Jay e C. Romano, busco apenas um modo segundo o qual *reconstruir historicamente* o horizonte de sentidos elaborado pelos historiadores antigos para compreender os fracassos alheios e próprios. Por outras palavras, este ensaio recria e compara relações intratextuais no âmbito de uma possibilidade hermenêutica, sugerindo possibilidade de reconstrução do significado historiográfico das referidas narrativas como reflexo da ironia que as enforma⁶⁷.

⁶⁷ A proposta radica no, e se servirá do, diálogo teórico estabelecido por M. Jay com os trabalhos de C. Romano: “[t]o the extent that an event is irreducible to its enabling context,

intellectual or artistic events are also best grasped in terms of what they make possible rather than what makes them possible” (Jay 2011: 566). Este ponto, por sua vez, se baseia no trabalho de C. Romano: “[f]or the historian, the upshot of all this is that for the class of extraordinary happenings that justify the label ‘event’—and it seems likely they are a small, if significant, minority—contextual explanation, however we construe it, is never sufficient. As Romano puts it, ‘understanding events is always apprehending them on a horizon of meaning that they have opened themselves, in that they are strictly nonunderstandable in the light of their explanatory context’ (EW 152). If this is true for events in general, it is perhaps more so for those we might call events in intellectual history” (idem: 567). Com relação especificamente à noção de *reconstrução histórica*, esta é entendida como uma *historical reconstruction*, conforme elaborada por M. Jay, que retoma o conceito de *intentionality* elaborado por Q. Skinner como meio (*post-facto model*) para preencher o *gap*-ironia entre aparência e realidade, ou verdade e falsidade, com base no *hindsight* do historiador (Jay 2013: 37-45). Entendo “possibilidade hermenêutica” de acordo com as considerações de C. Romano: “loin que ce soit l’intention de l’auteur qui nous fournisse la clé de l’interprétation du texte, c’est exactement l’inverse qui est le cas: c’est seulement une fois que nous avons compris le texte, que nous avons saisi ce qu’il veut dire, que nous comprenons *aussi et par là même* ce que l’auteur a voulu dire en l’écrivant; *c’est la signification du texte qui nous donne accès à ce qui était intentionnel dans le fait de l’écrire et nullement l’inverse*. Par conséquent, loin que l’intention, entendue en ce sens, puisse nous fournir le moindre ‘critère’ d’une bonne compréhension du texte, c’est bien plutôt en comprenant le texte que nous comprenons aussi l’intention de l’auteur entendue en ce sens, c’est-à-dire ce qu’il y avait d’intentionnel dans le fait de disposer les mots dans cet ordre et non autrement. Bref, pour pouvoir dire ce que l’auteur a dit intentionnellement, il est nécessaire de dire ce que nous avons compris du texte, même si dire ce que nous avons compris du texte ne suffit pas toujours pour établir ce que l’auteur a dit *intentionnellement*” (Romano 2010: 74, destacado no original). O gênero de compreensão proposto por Romano é particularmente propício ao exame de textos fragmentários (caso da narrativa polibiana) tomados como totalidade. Sobre o caráter holístico da compreensão: “[I]a compréhension possède ici encore un caractère holistique. Bien sûr, nous comprenons toujours quelque chose de déterminé, mais nous le comprenons à partir de la totalité dont il émerge, de la situation tout entière dans laquelle il s’insère: en toute compréhension il y va toujours à chaque fois de la compréhension du tout. «Le comprendre, écrit Heidegger, s’étend toujours à l’ensemble du domaine d’intelligibilité» de ce à quoi il a affaire. Comprendre une phrase, c’est comprendre un langage, car c’est nécessairement aussi comprendre beaucoup de phrases analogues ou différentes; mais comprendre un tableau, c’est également lui assigner une place à l’intérieur de la peinture, et par conséquent aussi comprendre la peinture tout entière et même de l’art en général, ce qui n’est possible que sur fond d’une culture. La compétence en question a toujours affaire à la totalité du domaine sur lequel elle porte, ce qui évidemment n’exclut pas que cette compétence admette des degrés” (Romano 2013: 565).

II

Após tentar, pela segunda vez, dissuadir (*apotrepseie* – Th.6.19.2) os atenienses da expedição contra a Sicília, Nícias encerra a argumentação acenando com uma possibilidade, um convite ou uma ameaça, a depender dos desdobramentos que então decorressem: “se alguém for de parecer diferente, abro mão do comando” (Th.6.23.3). A conclusão é dramática e decisiva, ainda que não propriamente inédita. Dramática, porque aceitar o comando significava agir contra a própria vontade, além de ter de partilhá-lo com Alcibíades, adversário ferrenho e astuto que rechaçara com veemência a primeira tentativa dissuasória de Nícias (Th.6.9-14). Decisiva, porque estava em questão a organização da maior expedição militar até então despachada por uma cidade no auge de seu poderio contra forças igualmente poderosas. E não era inédita, porque Nícias já havia uma vez renunciado a um comando, o de Pilos (Th.4.28.1), então em pleno exercício. “Pensando que dissuadiria os atenienses pelo montante das exigências ou, se fosse forçado a comandar, que navegaria com toda a segurança” (Th.6.24.1), a conclusão de Nícias é entendida como uma incitação: o ânimo dos ouvintes em nada arrefeceu. Ao contrário, uma vez que “parecia ter dado um bom conselho e que agora a segurança seria ainda maior” (Th.6.24.3), Nícias foi imediatamente instado a deixar de lado os pretextos e a enunciar de que precisaria para a expedição. Em nova tentativa de se desincumbir, Nícias exige, então, recursos exorbitantes e prontamente a assembleia concede aos três comandantes plenos poderes para proceder como julgassem melhor (Th.6.26.1). Doravante Nícias não mais poderia renunciar à chefia da expedição, incapaz que se mostrara de “discernir o verdadeiro sentido das coisas e encontrar a *palavra nova* delas”. Embaralhando e invertendo os sentidos de fracasso e sucesso, renúncia e aceitação, o episódio é nuclear como primeiro passo decisivo para a ruína entrevista, ecoando outras situações da trajetória pregressa de Nícias e reverberando também em todas as suas atitudes durante o comando da expedição. Em detalhe.

À exceção de cometimentos bélicos de pequena monta⁶⁸, a “Paz de Nícias” (421-414 a.C.) e os dois eventos decisivos de sua trajetória (o comando de Pilos e o da expedição à Sicília) gravitam em torno de um mesmo traço distintivo: a esquiva às dificuldades ou seu enfrentamento sem vontade nem sucesso. À diferença de Péricles, cujos atos emanavam de uma potência intelectual superior e incontrastável que lhe facultava dirigir pessoas sem ser por elas dirigido (Th.2.65.6-8), em momentos capitais Nícias é retratado como alguém de visão

⁶⁸ Minoa – Th.3.51; Mende e Cione – Th.4.129-131; massacre dos mélios – Th.5.116.

igualmente ampla e acertada, mas que se limita a reagir sem plano prévio, cioso do imprevisível que reconhecia em todas as ocasiões. Às chicanas e bravatas de Cleão, ávido apenas por salvar a própria pele, Nícias não antepõe nada que melhor justificasse as próprias atitudes ou demonstrasse a valia do que havia empreendido senão secundar o apuro da multidão contra o adversário e desafiá-lo a que assumisse o posto de comandante em Pilos como melhor lhe parecia (Th.4.28.1). Embora extremo e em aparência corajoso, o gesto, entretanto, não é menos fortuito e circunstancial, se não mesmo daninho, ao redundar em vitória e prestígio para um adversário inescrupuloso e violento (Th.4.39-40)⁶⁹.

Após a morte de Cleão (424/3 a.C.), Tucídides considera que, em paralelo com Plistoánax, rei dos lacedemônios, Nícias era então quem melhor exercia comandos – ambos os mais empenhados pela paz, muito ao contrário dos recém-falecidos Brásidas e Cleão. E acrescenta que Nícias

desejava, enquanto invicto e respeitado, preservar a boa sorte (*eutychian*)⁷⁰ e manter livre das fadigas do momento a si e aos concidadãos, legando ao futuro um nome que viveu sem jamais ter lesado a cidade. Considerava que tal só ocorreria na ausência de combates, ele que menos se expunha ao acaso (*tyche*), bem como que a ausência de combates gera a paz (Th.5.16.1)⁷¹.

O passo é duplamente revelador, ao captar dois traços essenciais ao retrato de Nícias. Longe de qualquer ideal ético de viés socrático que enfatizasse jamais cometer uma injustiça, a Nícias é atribuído o desejo de paz total (individual e coletiva). Problemáticos são os métodos: não o enfrentamento e a vitória, e sim a esquivia e a conciliação. Ao invés de um plano para o futuro, Nícias confia e se entrega a outra circunstância tão ou mais sujeita a acasos igualmente traiçoeiros – tão somente *evita* uma forma de *tyche*, o “acaso militar” –, a suposta conciliação nascida da igual exaustão por parte de ambos os contendentes. Apesar de seus seis anos e dez meses de duração, Tucídides qualifica de “trégua infirme” (Th.5.25.3) ou “trégua suspeita” (Th.5.26.3) a hoje conhecida como “Paz de Nícias”, cujos fundamentos não tardarão a ser solapados no ano seguinte (420/19 a.C.) pelas atitudes de Alcibiades. Se, na esfera ética, Nícias é

⁶⁹ Concordo com a leitura de Rocha 2008: 167-170, segundo a qual Tucídides constrói a personagem de Cleão de modo a mostrar a perigosa associação entre persuasão e violência, bem como o divórcio entre persuasão e virtude. Sobre o emprego retórico dos *paradeigmata* por Tucídides, cf. Iglesias-Zoido 2012.

⁷⁰ Hornblower 1996, v. II: 463 acusa ironia na menção à boa sorte (εὐτυχίαν) de Nícias, sem precisar, entretanto, nem discutir qual espécie de ironia.

⁷¹ Νικίας μὲν βουλόμενος, ἐν ᾧ ἀπαθῆς ἦν καὶ ἡξιοῦτο, διασώσασθαι τὴν εὐτυχίαν, καὶ ἔς τε τὸ αὐτίκα πόνων πεπαῦσθαι καὶ αὐτὸς καὶ τοὺς πολίτας παῦσαι καὶ τῷ μέλλοντι χρόνῳ καταλιπεῖν ὄνομα ὡς οὐδὲν σφίλας τὴν πόλιν διεγένετο, νομίζων ἐκ τοῦ ἀκινδύνου τοῦτο ζυμβαίνειν καὶ ὅστις ἐλάχιστα τύχη αὐτὸν παραδίδωσι, τὸ δὲ ἀκίνδυνον τὴν εἰρήνην παρέχειν.

um modelo de conservador atento às oportunidades e em aparência virtuoso, política e militarmente é ingênuo, se não lesivo para o lado a que se vincula, incapaz de consolidar o próprio poder ao almejar precisamente fugir daquilo que o constituiria. O descompasso entre valor pessoal e sujeição ao acaso, de um lado, e à política, de outro, delimita a excelência de Nícias ao mesmo tempo em que expõe seus modos de (não) agir que, futuramente, concorrerão para sua morte. Com o intuito de prejudicar o adversário, Alcibíades concebe um plano (*mekhanatai*) com o qual convence os embaixadores lacedemônios a mentir para a bule (Th.5.45), assim enganando (*epatemenon*) também a Nícias (Th.5.46.1). Aquele age, este sofre os efeitos (mal) reagindo.

A marca das (in)ações de Nícias se torna evidente quando de sua eleição para comandar a expedição à Sicília (415/4 a.C.): é eleito contra a própria vontade (*akousios* – Th.6.8.4) e, embora discordando da empreitada e insistindo em dissuadir os atenienses, nem por isso consegue renunciar, como fizera com o comando de Pilos. Em nova altercação com Alcibíades (Th.6.9-18)⁷², Nícias acusa a pressa dos atenienses e as dificuldades da empreitada como argumentos para que se evitasse (*apotrepsai*) tamanho cometimento, enquanto seu jovem rival, desejoso de opor-se-lhe, pejado de desejo e esperanças (*epithymon kai elpizon*) de comando e conquistas, e fiado na própria boa sorte (*eutychesas*), advoga com veemência pela expedição, acusando de preguiça o oponente (*apragmosyne* – Th.6.18.6-7). Vendo que os atenienses, após a fala do rival, estavam ainda mais propensos à expedição (Th.6.19.1), e percebendo que não os dissuadiria, Nícias tenta nova estratégia, agora encarecendo o gigantismo dos preparativos necessários (Th.6.20-23). E o resultado, fruto que era de uma tentativa de oposição à convicção geral dos atenienses manifestada desde o início (Th.6.8), só fez aumentar o desejo coletivo de navegar⁷³, foi o oposto (*tounantion*) ao pretendido. A despeito da valia dos argumentos, a palavra que Nícias tinha a oferecer era gasta e sem valor: ante a cidade arrebatada por ἔρωσ, toda oposição frontal passa por desafio, que inevitavelmente conduzia ao fracasso a quem não renunciava abertamente a uma posição desconfortável e, pior, insistisse em medir-se com um adversário cuja velhacaria era notória.

A falta de moral e o descrédito decorrentes das hesitações de Nícias durante a expedição se refletem também no primeiro impasse entre os três comandantes já em águas sicilianas (Th.6.44-50): Lâmaco e Alcibíades somam votos por um ataque contra a poderosa Siracusa, sobrepondo-se a Nícias, que advogava por um ataque pontual com subsequente retorno imediato a Selinunte, alvo principal da expedição. Com a fuga de Alcibíades (Th.6.61) e a morte de Lâmaco (Th.6.103),

⁷² Para Tamiolaki 2013: 60–61, haveria contradição entre 5.16.1 e 6.9.2. A historiadora, entretanto, não considera que os passos tratam de eventos separados por quase sete anos e relativos a urgências políticas radicalmente distintas.

⁷³ Th.6.24.3: καὶ ἔρωσ ἐνέπεσε τοῖς πᾶσιν ὁμοίως ἐκπλεῦσαι.

Nícias se torna comandante único em situação cada dia mais crítica, agravada por contingências perigosas como, por exemplo, a desconsideração (*hypereide*) do montante das naus comandadas pelo espartano Gíliplo (Th.6.104.3), pelo crescente número de reforços do inimigo (Th.7.8.1), pela situação delicada e dificuldades crescentes (Th.7.16.1)⁷⁴, pela chegada tardia de reforços (Th.7.42) e por esperanças infundadas (Th.7.77).

A situação dos atenienses se agrava sensivelmente após o desastroso ataque noturno à fortaleza siracusana de Epípolas liderado pelo recém-chegado Demóstenes (Th.7.43-44). Em irônica inversão de pareceres, Nícias insiste em que as tropas permaneçam no local, contra a proposta de Demóstenes de retirada imediata: a despeito da fraqueza da posição, fiava-se na esperança (*elpidos*) de que os inimigos estivessem em situação desesperadora agravada pela presença em seu seio de uma facção traidora (Th.7.48). Tucídides, porém, esclarece: “embora ciente disso, na prática ele ainda estava indeciso e se mantinha a observar”⁷⁵. Não desejando arriscar-se a uma condenação injusta por parte de concidadãos, que não saberiam ajuizar apropriadamente a situação, Nícias prefere morrer combatendo, se preciso (*ei dei* – Th.7.48.4). Ocorre que, entretanto, nesta ocasião Nícias falava com veemência por conhecer precisamente a situação de Siracusa⁷⁶, e a opção pela resistência teria sido então a mais acertada. Quando pronuncia a palavra nova e acertada, não é acatado. Novo impasse, agora entre os dois comandantes, a despeito do apoio do terceiro, Eurimedonte, a Demóstenes, apenas agravou a hesitação e o atraso gerais (*oknos tis kai mellesis*), e os atenienses permanecem sem sair do lugar (Th.7.49). O famoso eclipse de 413 a.C. e o atraso decorrente da superstição de Nícias (Th.7.50), somados à derrota e morte de Eurimedonte e ao incêndio das naus atenienses no porto de Siracusa (Th.7.51-55), levam os atenienses “ao completo abatimento: o erro de cálculo fora imenso, e maior ainda era o arrependimento pela expedição”⁷⁷. Doravante até a previsível catástrofe, todos os atos de Nícias são paliativos, se não absolutamente vãos⁷⁸.

⁷⁴ Na carta (Th.7.11-15) que envia aos atenienses descrevendo a própria situação, Nícias informa que seria impossível continuar a comandar em decorrência da nefrite e pede que lhe enviem um substituto (Th.7.15.1). E novamente os atenienses “não o dispensaram do comando” (Th.7.16.1).

⁷⁵ Th.7.48.3: ἃ ἐπιστάμενος τῶ μὲν ἔργῳ ἔτι ἐπ’ ἀμφοτέρα ἔχων καὶ διασκοπῶν ἀνεῖχε.

⁷⁶ Th.7.49.1: τοσαῦτα λέγων ἰσχυρίζετο, αἰσθόμενος τὰ ἐν ταῖς Συρακούσαις ἀκριβῶς.

⁷⁷ Th.7.55.1: οἱ μὲν Ἀθηναῖοι ἐν παντὶ διὴ ἀθυμίας ἦσαν καὶ ὁ παράλογος αὐτοῖς μέγας ἦν, πολὺ δὲ μείζων ἔτι τῆς στρατείας ὁ μετὰμελος.

⁷⁸ Após Nícias exortar os soldados abatidos ante o iminente confronto naval com Gíliplo (Th.7.60-64), a observação de Tucídides é capital: “abatido pelas circunstâncias, vendo quão grande era o perigo e quão próximo quando estavam prestes a zarpar, Nícias pensou, como sucede em todos os grandes combates, que tudo o que havia feito era deficiente, bem como que o que havia dito aos seus não era ainda o bastante (πάντα τε ἔργῳ ἔτι σφίσιν ἐνδεῆ εἶναι καὶ λόγῳ αὐτοῖς οὕπῳ ἰκανὰ εἰρήσθαι)” (Th.7.69.2). O desespero de quarenta mil soldados encurralados e reduzidos à mercê de uma salvação extraordinária (Th.7.71.7); a humilhação e

Após narrar a execução, pelos siracusanos, de um Nícias abatido por agruras extremas, rendido e fiado no comandante lacedemônio que nada fizera para opor-se, embora não desejasse aquela morte, Tucídides ajuíza⁷⁹: “dentre todos os gregos meus contemporâneos, o menos merecedor de tamanho infortúnio (*dystychias*) por toda a sua costumeira atenção à excelência (*areten*)” (Th.7.86.5). O homem que por toda a vida esquivou-se a uma forma de *tyche* para cair noutra tomba coerentemente no infortúnio ainda que atento à excelência – porque não necessariamente a possuía⁸⁰: a insuficiência de suas palavras e atos o distingue mais do que o acerto e a amplidão de suas percepções. O juízo de Tucídides ecoa na recordação do leitor de como, por exemplo, Nícias havia renunciado ao comando de Pílos em desafio às provocações de Cleão (Th.4.28), ou de que desejara preservar a própria boa sorte (*eutychie*) enquanto invicto (Th.5.16.1), ou de que fora ludibriado tão ingenuamente por Alcibíades (Th.5.46.1), ou de que advogara a valia igual ou superior do cidadão que optasse por cuidar da própria vida e dos próprios bens, pelo que mais desejaria a prosperidade da cidade (Th.6.9.2), dentre outros exemplos de conduta que evidenciam a preferência pela paz ao invés da guerra, pela negociação prudente e conciliadora ao enfrentamento, pela renúncia e inação à palavra nova e acertada. Campeão da paz, Nícias coerentemente triunfou renunciando e fracassou quando forçado a comandar. Mais do que uma outra espécie, seu infortúnio evidencia a ausência de *arete* militar – o homem quase certo em horas por demais traiçoeiras.

No famoso tríptico (Plb.23.12.15)⁸¹ em que comparava a trajetória dos generais que tinha em mais alta conta, Políbio cotejou Filopêmen, Aníbal e Cipião Africano. Para além de sua admiração pessoal pelos três, é notável o fato de que um morreu à traição (Filopêmen), o segundo fracassou no auge da carreira (Aníbal) e o terceiro se viu humilhado e exilado ao fim da vida. Filopêmen, seu parente e mestre, fora o herói de sua juventude; Cipião era um dos mais notáveis ancestrais de Cipião Emiliano, junto a quem Políbio passara os anos de detenção; mas é Aníbal, igualmente estrangeiro e permanente antagonista dos romanos, em cujas mãos vê todos os próprios planos naufragarem, quem atrai e concentra seu olhar, tendo dedicado um livro todo a seus sucessos até hoje espantosos.

o remorso generalizados de uma “cidade em fuga” (Th.7.75.5); a disposição (não concretizada) para negociar a rendição (Th.7.83.2); e o massacre do exército no rio Assinaro (Th.7.85) selam o destino do homem que soube claramente, exprimiu sem habilidade e por isso fracassou.

⁷⁹ Sobre o uso típico e regular de juízos conclusivos por Tucídides, cf. Tamiolaki 2013: 50 e 53.

⁸⁰ Edmunds 1975: 131 considera que a ἀρετή teria sido a única coisa restante a Nícias no momento da morte. Sobre Nícias como paradigma de comandante virtuoso para Tucídides, cf. também Pouncey 1980: 117-130.

⁸¹ O tríptico decorre da morte coetânea dos três comandantes, todas advindas em 183/2 a.C. Cf. Walbank 1970, v. III): 235-9 e comentário de J. Thornton ad loc. (Políbio 2001-6, v. VI: 411-2).

Somando-se ao famoso ódio votado aos romanos desde menino (Plb.3.11.7-9) e às sucessivas vitórias tão logo transpôs os Alpes em 216 a.C., o passo emblemático do livro 3, verdadeiro “épico de Aníbal”, bem ao centro do livro e da marcha da Ibéria à Itália, notável por enunciar o princípio bélico, senão existencial, talvez o mais caro tanto para o general quanto para o historiador, é o corolário com que aquele extrai a moral do combate que promovera entre cativos: “o acaso (*tychen*) os [i.e., aos combatentes] confinara a um duelo e a uma ocasião semelhantes, e oferecera recompensas semelhantes; era preciso vencer, morrer ou submeter-se vivos aos inimigos” (Plb.3.63.4)⁸². Diante do acaso, Aníbal encontra um expediente e uma palavra novos, sintéticos, precisos e eficazes para homens que não dispunham de uma quarta alternativa. Não por acaso Políbio insistirá reiteradamente na *racionalidade* e na *habilidade* peculiares às suas decisões, contrapondo-se com veemência a historiadores que recorriam ao auxílio de divindades e heróis para explicar as façanhas do cartaginês (como a transposição dos Alpes)⁸³. Diferentemente de Nícias, Aníbal estaria sempre pronto e preparado para o enfrentamento.

Entretanto em 201 a.C., ao fim da Segunda Guerra Púnica, ao parlamentar a sós com o comandante adversário, Cipião futuro Africano, Aníbal deixa de lado a postura que até então o marcara, pondo-se agora em posição quase submissa e estranha à palavra outrora empregada:

primeiro guerreamos uns contra os outros pela Sicília, depois novamente, pela Ibéria, e por fim chegamos a este ponto, sem dar atenção às advertências do acaso (*tyches*), em que vosso solo pátrio correu perigo, como o nosso ainda corre. Resta saber se conseguiremos por nós mesmos, pedindo a intercessão dos deuses, acabar com a presente rivalidade. Cá estou a comprovar, por minha própria trajetória, quão instável é o acaso (*hos eumetathetos estin he tyche*), que por um nada inverte a balança para qualquer lado, como se manipulada por crianças. Receio que tu, Públio, porque és muito jovem, porque tudo te correu como previsto na Ibéria e na África, e porque até agora jamais incorreste em um reverso do acaso (*tyches*), receio que por isso não creias em minhas palavras, ainda que dignas de crédito (Plb.15.6.6-7.1)⁸⁴.

⁸² Discuto o passo, o expediente e algumas interpretações em Sebastiani 2014a.

⁸³ Cf. Plb.9.26.10; 11.19; 23.13 e, em especial, os parágrafos 3.47.6-48.

⁸⁴ ἐπει δὲ πρῶτον μὲν ὑπὲρ τῶν κατὰ Σικελίαν ἀμφισβητήσαντες ἐξεπολεώσαμεν ἀλλήλους, μετὰ δὲ ταῦτα πάλιν ὑπὲρ τῶν κατ’ Ἰβηρίαν, τὸ δὲ τέλος ὑπὸ τῆς τύχης οὕτω νοουθετούμενοι μέχρι τούτου προβεβήκαμεν ὥστε καὶ περὶ τοῦ τῆς πατρίδος ἐδάφους οὐδὲ μὲν κινδυνευκέαι, τοὺς δ’ ἀκμὴν ἔτι καὶ νῦν κινδυνεύειν, λοιπὸν ἔστιν, εἴ πως δυνάμεθα δι’ αὐτῶν παραιτησάμενοι τοὺς θεοῦς διαλύσασθαι τὴν ἐνεστῶσαν φιλοτιμίαν. ἐγὼ μὲν οὖν ἔτοιμός εἰμι τῷ πείραν εἰληφέναι δι’ αὐτῶν τῶν πραγμάτων ὡς (εὐ)μετάθετός ἐστιν ἡ τύχη καὶ παρὰ μικρὸν εἰς ἑκάτερα ποιεῖ μεγάλας ῥοπάς, καθάπερ εἰ νηπίοις παισὶ χρωμένῃ σὲ δ’ ἀγωνίῳ, Πόπλιε, λίαν” ἔφη “καὶ διὰ τὸ νέον εἶναι κομιδῇ καὶ διὰ τὸ πάντα σοι κατὰ λόγον

No momento decisivo, o campeão até então invicto da guerra contra os romanos recua ao invés de perseverar avançando. Pouco importa se veraz ou astuciosa, a fala de Aníbal minimiza, se não desconsidera, o propósito e o cálculo de Cipião ao atravessar da Itália para a África. Cipião não apenas a rechaça, acusando as agressões e a perfídia do oponente⁸⁵, como imediatamente o vence em batalha (Plb.15.15-16). E a ironia trágica do destino de Aníbal não foi ter morrido, mas optado pela terceira via outrora enunciada, tanto menos honrosa quanto mais mortificante – assim explicitamente cumprindo o dito e infringindo ao mesmo tempo o código de valores que prezava. Políbio, porém, arremata a apreciação de seu engajamento na batalha decisiva de Zama inocentando-o do fracasso: “se, após ter feito de tudo para vencer, fracassou, tendo permanecido invicto até então, é digno de perdão; por vezes a má sorte (*tautomaton*)⁸⁶ se opõe às empresas dos homens excelentes” (Plb.15.16.5-6)⁸⁷. Fazer “de tudo para vencer” após não ter atentado ao “verdadeiro sentido das coisas” nem enunciado uma *palavra nova* tem pouca valia, ausência retratada na nefasta oposição reservada ao divino ou contingente na trajetória de um homem até então marcada pela habilidade e racionalidade. Os dilemas implícitos nessas apreciações ecoam outros tantos conflitos vivenciados pelo próprio historiador: por vias diplomáticas, se não também do enfrentamento direto⁸⁸, Políbio igualmente optou por submeter-se vivo aos inimigos, vítima que se considerava das intrigas de Calícrates, adversário de sua facção na Liga Aqueia⁸⁹.

κεχωρηκέαι καὶ τὰ κατὰ τὴν Ἰβηρίαν καὶ τὰ κατὰ τὴν Λιβύην καὶ μηδέπω μέχρι γε τοῦ νῦν εἰς τὴν τῆς τύχης ἐμπεπτωκέαι παλιρρύμην, μήποτ' οὐ πεισθῆς διὰ ταῦτα τοῖς ἑμοῖς λόγοις, καίπερ οὐσι πιστοῖς.

⁸⁵ De modo muito significativo, a Cipião Políbio atribui o seguinte fecho de fala: “o que há, novamente, além de nossas palavras? Ou vós e vossa pátria vos entregardes à nossa descrição, ou nos vencer lutando” (Plb.15.8.13) – recusando ao adversário o diálogo em um mesmo plano.

⁸⁶ Para a acepção de “má sorte”, Walbank 1967, v. II: 464.

⁸⁷ Em comentário ao parágrafo Plb.15.15, J. Thornton (Políbio 2001-6, v. V: 536) anota que “Políbio parece observar os romanos de fora, e tenta uma explicação técnica das razões de seu sucesso”. A observação é capital, pois que aponta um dos sentidos ora buscados na interpretação da trajetória de Aníbal tal qual descrita pelo historiador aqueu: a derrota do comandante cartaginês seria devida a um infortúnio e à superioridade técnica dos romanos, não à perda, mas à insuficiência, de sua racionalidade e inteligência. Os juízos de Políbio sobre o comandante se mantêm coerentes desde o livro III.

⁸⁸ Sobre o viés diplomático da narrativa de Políbio sobretudo na segunda metade da obra (i.e., livros 21-39), que concentra eventos em que o historiador tomou parte, cf. Thornton 2013a: 213-214

⁸⁹ Cf. Plb.18.15.1-3; 30.13; 30.29.7.

III

A percepção da intencionalidade porventura irônica com que cada historiador elaborou o respectivo relato decorre da compreensão dos textos conforme a proposição de C. Romano⁹⁰, isto é, a de que o significado do texto dá acesso à intenção do autor, não o contrário. Cada historiador enquadrou, pela inédita redescritção de fracassos alheios, a palavra antiga e desgastada numa nova e clarividente – as respectivas narrativas⁹¹. As meditações de Tucídides e Políbio são apreciações sobre homens que fracassaram elaboradas por outros igualmente fracassados – por vezes diante do mesmo adversário, como o acaso ou os romanos. À diferença de D. Quixote, sucumbido ao desengano quanto ao próprio ideal, Nícias é mostrado sucumbindo à verdade que entrevira e anunciara, se não mesmo desencadeara, ou com a qual colaborara com sua (in)ação. E Aníbal, embora sem ter jamais perdido de vista o antigo ideal de vitória depois transmutado em vingança⁹², é flagrado em um momento após o qual pouco pode fazer contra os romanos. Ao renunciar ao comando de Pilos, ou em desespero na Sicília, Nícias encontrara uma palavra nova, mesmo que inócua e deletéria, que resguardasse a integridade de sua própria consciência. Ao aceitar o comando da expedição à Sicília, entretanto, atuação e consciência se cindem, dado o descompasso entre vontade e ação necessária – atuação e consciência talvez muito semelhantes às de Tucídides, quando chega com atraso ao cenário de guerra e é batido em Anfípolis⁹³. Aníbal, por sua vez, se preserva intacto seu ódio de infância a Roma, igualmente experimenta a cisão do sobrevivente ao vencedor, em cruel consonância, quase profética, com o juízo pretérito – nova ocasião em que sua palavra, ainda que prudente, não mais bastava para não sucumbir ao mais forte. A cisão experimentada por Aníbal porventura espelha igualmente a experimentada por Políbio, detido por dezessete anos em Roma⁹⁴. Para os dois historiadores, narrar parece ter sido reconstruir com materiais próprios, mais do que refletir os alheios.

A reconstrução histórica (como “anelo por realismo”, nos termos de Dostoiévski) levada a cabo por cada historiador configura, redescrivendo eventos,

⁹⁰ Cf. seção I.

⁹¹ Sobre a narrativa como forma da “teoria ironista”, cf. Rorty 1989: xvi, 101 e 120.

⁹² Exilado voluntariamente na Síria, Aníbal provavelmente lutou ao lado de Antíoco III na batalha de Magnésia (191 a.C.) contra os romanos de Lúcio Cipião e Cipião Africano (Liv.37.45, cuja fonte muito provavelmente foi Políbio).

⁹³ Cf. meditação anterior.

⁹⁴ Sobre sua complexa situação quando detido em Roma, cf. Erskine 2012: 17-32.

uma verdade duplamente irônica. Primeiramente porque, conhecendo ou recordando em detalhes as trajetórias de Nícias e Aníbal, ambos os historiadores imprimem a este *hindsight* lúcido o sentido que lhes norteia as narrativas, fruto de meditações elaboradas ao longo de anos muito posteriores aos eventos narrados. Tucídides, por um lado, emoldura a meditação sobre Nícias como uma tragédia, na qual o desnível entre o comandante que sabe, mas não age de acordo, e o em parte fortuito, em parte previsível desenrolar dos fatos, somado ao antagonismo de adversários diretos, conduz diretamente à sua perda⁹⁵. Para além de dialogar com a trajetória do próprio Tucídides, o simbolismo impresso na meditação sobre Nícias projeta luz também sobre a própria Atenas, que poderia ter seguido o conselho de Péricles (Th.2.65.7) de não cobiçar um império maior durante a guerra, e, talvez, escapado à própria catástrofe. Já para Políbio, que concebe o mundo e a história como permeados, se não como efeitos mesmo, de uma *tyche* onipotente (1.4.1), todo e qualquer planejamento, por mais completos e perspicazes, jamais são garantia de qualquer efeito almejado⁹⁶. Daí que, em sua meditação, a despeito dos contrastes de opinião e atitude, Aníbal e Cipião se meçam como iguais, e o acaso, “devendo” pender para um lado, teria dado a vitória ao romano – sem que com isso nem a racionalidade de ambos, tampouco o mérito do sucesso, fossem comprometidos. Assim como a *arete* que Tucídides (não) atribuíra a Nícias, em nada diminuída – menos ainda aumentada – a despeito de seus equívocos e da morte inglória.

Depois, e ao mesmo tempo, porque a genialidade de cada historiador ao imprimir realismo às respectivas narrativas acaba por concentrar-se em duas palavras igualmente cara a ambos: a *tyche*, contingência cega e igualmente providência divina, imanente e transcendente à narrativa, negação e fundamento da história, à qual também ambos sucumbiram a despeito de todo cálculo prévio e meticuloso; e a *aletheia*, cuja busca enforma e irriga seus relatos⁹⁷. A narrativa

⁹⁵ Interpretação que radica parcialmente em Cornford 1907, que destaca o viés trágico da narrativa de Tucídides. Sobre Cornford, cf. Pires 2003a: 90-91; sobre o enquadramento de Cornford nas principais leituras de Tucídides dos séculos XX e XXI, cf. Hesk 2015.

⁹⁶ A apreciação das técnicas e limites do trabalho propriamente artístico (entendido por seu viés narratológico e contraposto a historiográfico) de Políbio é criticamente reconstruída por Thornton 2013b.

⁹⁷ Th.1.20.3: “tão descuidada é a busca da verdade para a maioria, mais inclinada ao que está à mão” (οὕτως ἀταλαίπωρος τοῖς πολλοῖς ἡ ζήτησις τῆς ἀληθείας, καὶ ἐπὶ τὰ ἐτοῖμα μᾶλλον τρέπονται). Logo à primeira vez em que Tucídides a evoca, *aletheia* exprime um âmbito de investigação meticulosamente pensado como diferença contrastiva, como oposição que alarga o próprio espaço-tempo de percepção já na ação mesma do afastamento, e que dista respectivamente das tradições orais (ἀκοῆς), da incúria (ἀβασανίστως), da ignorância (οὐκ ἴσασιν), do esquecimento (ἀμνηστούμενα), da incorreção (οὐκ ὀρθῶς οἴονται), do descuido (ἀταλαίπωρος), da precipitação (τὰ ἐτοῖμα), do equívoco (οὐχ ἁμαρτάνοι), dos relatos de poetas (οὔτε ὡς ποιηταί), dos relatos de escritores (οὔτε ὡς λογογράφοι), da apreciação

da história (Tucídides e Políbio), como a reconstrução histórica (*Dom Quixote*, Dostoiévski), forja um novo vocabulário por meio da redescritção de modos de ver, pensar e sentir em consonância com a agilidade própria à lucidez clarividente de cada autor. É, assim, criação que salva a verdade, como no caso de *Dom Quixote*, mas pelo questionamento, investigação e posterior construção narrativa. A segunda verdade/mentira de *Dom Quixote* salva a primeira; a segunda verdade/narrativa do historiador salva igualmente uma primeira, a verdade da experiência histórica e sua apreensão lúcida. Nos dois casos, ambas as verdades segundas enfrentam e se sobrepõem a um mesmo adversário: o senso comum, a precipitação ajuizante, a credulidade negligente. Nos dois casos, é a serenidade clarividente que imprime sentido à construção, mantendo-se sempre exterior e observadora qualquer que seja o assunto ou *status quaestionis*. A única postura restante a quem foi reduzido à impotência política em razão do fracasso é a de fazer ver (como um [h]istor) com o mesmo empenho e acuidade que nortearam a própria investigação⁹⁸. Em uma palavra, talvez não tão nova, a narrativa da história é também uma atividade irônica, um mo(vi)mento privilegiado em que ironia, *aletheia* e *historia* não (fortuitamente?) se distinguem.

impressionista (τὸν παρόντα αἰεὶ μέγιστον κρινόντων) e do fascínio (θαυμαζόντων). Cf. também Plb.1.14.6: “assim como um vivente que, privado da vista, é completamente inútil, também a história privada da verdade é narrativa completamente imprestável” (ὡσπερ γὰρ ζώου τῶν ὄψεων ἀφαιρεθειῶν ἀχρειοῦται τὸ ὄλον, οὕτως ἐξ ἱστορίας ἀναιρεθείσης τῆς ἀληθείας τὸ καταλειπόμενον αὐτῆς ἀνωφελὲς γίνεται διήγημα).

⁹⁸ Cf. também Soares 2014: 435-7 e, em especial: 576-82, sobre a representância da história e os modos como o historiador a constrói.

**O PROBLEMA DA VERDADE EM
TUCÍDIDES**

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

(W. Benjamin, *Sobre o conceito de história*)

I

Qual o significado de *aletheia* no texto de Tucídides, ora provisoriamente vertida por “verdade”?

Três pressupostos motivam e orientam a presente investigação: a) a obra mesma, a guerra convertida em texto, foi pensada como *aletheia* ou nela depositada; b) *aletheia* exprime um modo de intervir na realidade, isto é, não um dado ou atributo, mas um problema, a conversão de fonte em forma operada por Tucídides, que assim unificou ambas, tornando-se mediador entre origem e resultado, realidade e narrativa; c) tal modo de proceder desencadeia um processo de abertura⁹⁹ em que narrador e leitor se comunicam por meio da narrativa sobretudo quando este, leitor, examina a transformação, promovida pelo texto, de seu próprio pensamento, e age de acordo com ela.

Por abertura entendo a operação de questionamento do objeto pensado e dos consequentes problemas então (re)colocados. Tal entendimento se alinha ao de “abertura da história” proposto por M. Löwy (para a compreensão de *Sobre o conceito de história*, de W. Benjamin)¹⁰⁰ e à acepção que G. Agamben (que não trata de Tucídides nas páginas citadas) confere ao vocábulo “verdade”, a de “experiência de ausência do objeto último”¹⁰¹.

Na sequência esboço alguns problemas teóricos postos por tal entendimento se imputado à ἀλήθεια tucidideana. Em seguida, contraponho dois passos em aparência incomunicáveis, examinando como tal entendimento revela a unidade de pensamento que preside à narração de Tucídides. Servirá, ainda, como suporte metodológico à discussão comparações pontuais entre Tucídides e narrativas modernas textuais (Machado de Assis e Guimarães Rosa) e fílmica (Mohsen Makhmalbaf).

⁹⁹ A noção de abertura foi emprestada de Agamben 1999: 46-8 e de Löwy 2005: 147-159.

¹⁰⁰ Löwy 2005: 147: “uma concepção do processo histórico que dá acesso a um vertiginoso campo dos possíveis, uma vasta arborescência de alternativas, sem no entanto cair na ilusão de uma liberdade absoluta: as condições ‘objetivas’ são também condições de possibilidade”.

¹⁰¹ Agamben 1999: 47: “[é] precisamente a ausência de um objecto último do conhecimento que nos salva da tristeza sem remédio das coisas. Toda a verdade última formulável num discurso objectivante, ainda que na aparência feliz, teria necessariamente um carácter destinal de condenação, de um ser condenado à verdade”.

II

Tal o passado qual o descobri, difícil de crer por todo e qualquer indício: as pessoas acatam umas das outras as tradições ancestrais do mesmo modo, sem teste, ainda que lhes sejam nativas. A maioria dos atenienses pensa que Hiparco morreu às mãos de Harmódio e Aristogitão quando era tirano, e não sabe que Hípias, porque filho mais velho de Pisístrato, governava, e que Hiparco e Téssalo eram seus irmãos. Após suspeitarem, precisamente no dia fatídico, de que alguns dos conjurados os houvessem denunciado a Hípias, Harmódio e Aristogitão dele se afastaram por julgá-lo prevenido. Desejando, porém, agir e arriscar-se antes de serem presos, toparam com Hiparco perto do chamado Leocório, enquanto organizava a procissão Panatenaica, e o mataram. Muitos outros fatos, ainda que correntes e não obliterados pelo tempo, também os demais helenos não julgam com acerto, como que os reis lacedemônios teriam direito não a um voto cada, mas a dois, e que entre eles haveria um batalhão de Pítana, que jamais existiu: tão descuidada é a busca da verdade para a maioria, mais inclinada ao que está à mão. Dentre os indícios mencionados, contudo, quem os tomasse à risca tais quais os arrolei não erraria (sem dar muito crédito a poetas, que os cantam adornando e amplificando, nem a cronistas, que os compilaram mais para serem agradáveis à audiência que verídicos, já que os fatos são inverificáveis e muitos se tornaram mitos incríveis com o tempo) mas julgando que foram descobertos a partir dos sinais mais evidentes, por serem bastante antigos. E a presente guerra, muito embora os homens costumem sempre considerar como a maior aquela em que porventura estejam combatendo e, quando a concluem, mais se espantem com as antigas, a quem observe os fatos em si, mostrará, todavia, que foi maior do que essas. Quanto pronunciou cada um que estava na iminência de combater ou já nela engajado, foi-me difícil recordar a exatidão mesma do que foi dito e que eu mesmo ouvi, ou quando me foi reportado por terceiros. Tal qual me pareceu próprio do que cada um tenha falado em cada circunstância, a mim que me mantinha o mais próximo do conteúdo global do que foi realmente proferido, assim está dito. Decidi relatar as ações praticadas na guerra não porque me informasse junto a qualquer um, nem como bem me parecessem, mas examinando uma a uma, em toda precisão possível, aquelas às quais eu mesmo estive presente e as que soube de terceiros. Descobrir é difícil, porque cada um dos presentes às ações não diziam o mesmo sobre elas, mas conforme simpatizava com cada parte ou recordava. Talvez o caráter não mítico delas se mostre pouco agradável à audiência. Mas quantos desejarem examinar o que do passado é evidente e que há de ser igual ou semelhante no futuro, porque humanos, isso bastará para distinguir a obra como útil. Ela foi composta como aquisição perene,

mais do que como declamação de circunstância (Th.1.20-22)¹⁰².

Logo à primeira vez em que Tucídides a evoca, *aletheia* exprime um âmbito de investigação meticulosamente pensado como diferença contrastiva, como oposição que alarga o próprio espaço-tempo de percepção já na ação mesma do afastamento, e que dista respectivamente das tradições orais (*akoas*), da incúria (*abasanistos*), da ignorância (*ouk isasin*), do esquecimento (*amnestoumena*), da incorreção (*ouk orthos oiontai*), do descuido (*atalaiporos*), da precipitação (*ta hetoima*), do equívoco (*ouch hamartanoi*), dos relatos de poetas (*oute hos poietai*), dos relatos de escritores (*oute hos logographoi*), da apreciação impressionista (*ton paronta aiei megiston krinonton*) e do fascínio (*thaumazonton*). Tão incisiva e

¹⁰² Τὰ μὲν οὖν παλαιὰ τοιαῦτα ἤθρον, χαλεπὰ ὄντα παντὶ ἐξῆς τεκμηρίῳ πιστεῦσαι. οἱ γὰρ ἄνθρωποι τὰς ἀκοὰς τῶν προγεγενημένων, καὶ ἦν ἐπιχώρια σφίσιν ἢ, ὁμοίως ἀβασανίστως παρ' ἀλλήλων δέχονται. Ἀθηναίων γοῦν τὸ πλήθος Ἴππαρχον οἴονται ὑφ' Ἀρμόδιου καὶ Ἀριστογείτωνος τύραννον ὄντα ἀποθανεῖν, καὶ οὐκ ἴσασιν ὅτι Ἴππιας μὲν πρεσβύτατος ὢν ἤρχε τῶν Πεισιστράτου υἱέων, Ἴππαρχος δὲ καὶ Θεσσαλὸς ἀδελφοὶ ἦσαν αὐτοῦ, ὑποποθήσαντες δὲ τι ἐκείνῃ τῇ ἡμέρᾳ καὶ παραχρήμα Ἀρμόδιος καὶ Ἀριστογείτων ἐκ τῶν ξυνειδῶτων σφίσιν Ἴππια μεμνησθῆναι τοῦ μὲν ἀπέσχοτο ὡς προειδῶτος, βουλόμενοι δὲ πρὶν ξυλληφθῆναι δράσαντές τι καὶ κινδυνεῦσαι, τῷ Ἰπάρχῳ περιτυχόντες περὶ τὸ Λεωκόρειον καλούμενον τὴν Παναθηναϊκὴν πομπὴν διακοσμοῦντι ἀπέκτειναν. πολλὰ δὲ καὶ ἄλλα ἔτι καὶ νῦν ὄντα καὶ οὐ χρόνῳ ἀμνηστούμενα καὶ οἱ ἄλλοι Ἕλληνες οὐκ ὀρθῶς οἴονται, ὥσπερ τοὺς τε Λακεδαιμονίων βασιλέας μὴ μιᾶ ψήφῳ προστίθεσθαι ἐκάτερον, ἀλλὰ δυοῖν, καὶ τὸν Πιτανάτην λόχον αὐτοῖς εἶναι, ὃς οὐδ' ἐγένετο πώποτε. οὕτως ἀταλαίπωρος τοῖς πολλοῖς ἢ ζήτησις τῆς ἀληθείας, καὶ ἐπὶ τὰ ἐτοῖμα μᾶλλον τρέπονται. ἐκ δὲ τῶν εἰρημένων τεκμηρίων ὅμως τοιαῦτα ἂν τις νομίζων μάλιστα ἂ διήλθον οὐχ ἁμαρτάνοι, καὶ οὔτε ὡς ποιητὰὶ ὑμνήκασι περὶ αὐτῶν ἐπὶ τὸ μείζον κοσμοῦντες μᾶλλον πιστεῦων, οὔτε ὡς λογογράφοι ξυνέθεσαν ἐπὶ τὸ προσαγωγότερον τῇ ἀκρόασι ἢ ἀληθέστερον, ὄντα ἀνεξέλεγκτα καὶ τὰ πολλὰ ὑπὸ χρόνου αὐτῶν ἀπίστως ἐπὶ τὸ μυθῶδες ἐκνευκικότητα, ὑρῆσθαι δὲ ἡγησάμενος ἐκ τῶν ἐπιφανεστάτων σημείων ὡς παλαιὰ εἶναι ἀποχρώντως. καὶ ὁ πόλεμος οὗτος, καίπερ τῶν ἀνθρώπων ἐν ᾧ μὲν ἂν πολεμῶσι τὸν παρόντα αἰεὶ μέγιστον κρινόντων, παυσασμένων δὲ τὰ ἀρχαῖα μᾶλλον θαυμαζόντων, ἀπ' αὐτῶν τῶν ἔργων σκοποῦσι δηλώσει ὅμως μείζον γεγενημένους αὐτῶν. Καὶ ὅσα μὲν λόγῳ εἶπον ἕκαστοι ἢ μέλλοντες πολεμήσειν ἢ ἐν αὐτῷ ἤδη ὄντες, χαλεπὸν τὴν ἀκριβείαν αὐτῆν τῶν λεχθέντων διαμνημονεῦσαι ἦν ἐμοὶ τε ὧν αὐτὸς ἤκουσα καὶ τοῖς ἄλλοθεν ποθεν ἐμοὶ ἀπαγγέλλουσιν ὡς δ' ἂν ἐδόκουν ἐμοὶ ἕκαστοι περὶ τῶν αἰεὶ παρόντων τὰ δέοντα μάλιστ' εἶπεῖν, ἔχομένῳ ὅτι ἐγγύτατα τῆς ξυμπάσης γνώμης τῶν ἀληθῶς λεχθέντων, οὕτως εἴρηται. τὰ δ' ἔργα τῶν παραχθέντων ἐν τῷ πολέμῳ οὐκ ἐκ τοῦ παρατυχόντος πυνθανόμενος ἠξίωσα γράφειν, οὐδ' ὡς ἐμοὶ ἐδόκει, ἀλλ' οἷς τε αὐτὸς παρῆν καὶ παρὰ τῶν ἄλλων ὅσον δυνατὸν ἀκριβείᾳ περὶ ἐκάστου ἐπεξελθόντων. ἐπιπόνως δὲ ἠρίσκετο, διότι οἱ παρόντες τοῖς ἔργοις ἐκάστοις οὐ ταῦτα περὶ τῶν αὐτῶν ἔλεγον, ἀλλ' ὡς ἐκατέρων τις εὐνοίας ἢ μνήμης ἔχοι. καὶ ἐς μὲν ἀκρόασιν ἴσως τὸ μὴ μυθῶδες αὐτῶν ἀτερπέστερον φανείται ὅσοι δὲ βουλήσονται τῶν τε γενομένων τὸ σαφὲς σκοπεῖν καὶ τῶν μελλόντων ποτὲ αὐθις κατὰ τὸ ἀνθρώπινον τοιοῦτων καὶ παραπλησίῳ ἔσσεσθαι, ὠφέλιμα κρίνειν αὐτὰ ἀρκούντως ἔξει. κτῆμά τε ἐς αἰεὶ μᾶλλον ἢ ἀγώνισμα ἐς τὸ παραχρήμα ἀκούειν ζύγκεται. Se considerada a “metáfora de um κτῆμα para ser ouvido” (Rocha 2008: 45-48) a última frase poderia ter a seguinte tradução: “aí está [a obra], para se ouvir mais como aquisição perene do que declamação de circunstância”. Subsumi ἀκούειν em minha tradução menos para evitar uma decisão entre “leitura em voz alta” ou “em silêncio” do que tentando preservar a indeterminação do original. O paralelismo, porém, entre κτῆμα e ἀγώνισμα manteve intacto.

minuciosa tomada de distância não é fortuita: tais elementos, atitudes e personagens são referidos como potenciais pretendentes a frequentar o âmbito de *aletheia* ou mesmo a lacrá-lo, consolidando uma determinada visão que vetaria o acesso ao real – seriam potenciais agentes de fechamento, estagnação ou obscuridade. São rechaçados porque somente pretendentes, porque de fato não alcançariam aquele âmbito, não o tocariam, nele não habitariam ou dele não sairiam, ao contrário do que, por implicação, seria o caso do autor e da obra que desponta. Interessante notar de saída, a tomada de distância em relação a agentes – poetas e logógrafos, no caso – acena para o contexto dialógico proposto pelo historiador e dá também a medida de o quanto a (re)criação medi(t)ada é determinante para a existência da narrativa.

O emprego da formulação linguística negadora e tradicional (*a-letheia*) corrobora a sugestão de disjunção, exclusividade e peculiaridade, descortinando um pouco do que não é sem ainda revelar o que eventualmente seria. Sinalizando ausência e privação antes que um objeto qualquer, a formulação libera o pensamento para dela deslocar-se rumo ao que nela (isto é, no interior do espaço-tempo por ela delimitado) ficaria exposto a exame. Dois movimentos são inicialmente detectáveis já na ocorrência da formulação. O primeiro, de fora para dentro, isto é, de exame, apreensão e meditação do real, foi executado pelo narrador. O segundo, de sentido oposto, isto é, de reflexão e (re)criação, fica a critério do leitor-investigador. *Aletheia* exprime, assim, uma abertura mediadora na qual se podem comunicar narrador e evento, narrador e narradores, narrador e narrativa, narrativa e leitor¹⁰³. Os únicos elementos que despontam naquela sequência negativa e com ela contrastam, sinalizando eventuais agentes promotores da abertura ou o que nela se poderia entrever, sugerem também positivamente um traço distintivo para a obra iniciada. São os “fatos em si” (*ap’ auton ton ergon*), de momento forçosamente esquivos à definição precisa e correlacionados por sinédoque à humanidade (*to anthropinon*) e à aquisição perene (*ktema te es aiei*) mencionadas no parágrafo seguinte.

Os problemas implicados pelo entendimento de *aletheia* como processo de abertura são muito semelhantes àqueles condensados em uma imagem contemporânea. A *aletheia* tucidideana se assemelha ao pai que abandona a família e

¹⁰³ Cf. Jay 2011: 566: “[t]o the extent that an event is irreducible to its enabling context, intellectual or artistic events are also best grasped in terms of what they make possible rather than what makes them possible”. O argumento radica no trabalho de C. Romano: “[f]or the historian, the upshot of all this is that for the class of extraordinary happenings that justify the label ‘event’—and it seems likely they are a small, if significant, minority—contextual explanation, however we construe it, is never sufficient. As Romano puts it, ‘understanding events is always apprehending them on a horizon of meaning that they have opened themselves, in that they are strictly nonunderstandable in the light of their explanatory context’ (EW 152). If this is true for events in general, it is perhaps more so for those we might call events in intellectual history” (idem: 567).

se instala nos “espaços do rio, de meio a meio”, levando o filho a ponderar: “[a] estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia”¹⁰⁴. Assim como o filho que medita por anos, a *aletheia*-abertura é rasgada por Tucídides por meio de linguagem e pensamento¹⁰⁵, mas não exclusivamente no texto que a indicia: a todo momento o concurso do leitor é pressuposto, bem como sua disposição para reexaminar de modo análogo os mesmos problemas narrados na abertura alargada. É o leitor-filho quem medita a *aletheia*-pai, quem a frequenta e forceja por manter-se junto à abertura – mesmo (ou principalmente) que venha a fracassar, como o filho no instante do falimento (e vergado de lembranças), ou como outrora o próprio Tucídides vencido em Anfípolis¹⁰⁶. Só acontece o que não há ou na abertura ou na meditação que lhe imprime sentido – na dialética entre narrador e leitor.

Nessa *aletheia*-abertura as tensões inerentes ao agir da humanidade (*to anthropinon*) são convertidas em pensamento e texto, que se alterna entre movimentos de contração e expansão não necessariamente justapostos numa sequência estruturadora. A primeira organização de tais tensões denota a investigação propriamente tucidideana, isto é, do homem que a narrou. O exame, por parte do leitor, do modo segundo o qual tal investigação foi organizada, o esforço próprio de encontrar a abertura delimitada por Tucídides e propor um encadeamento dos sinais latentes de que a narrativa se compõe, equivale à tentativa de ler o texto não pela página, mas pelo volteio da mão do narrador, (re)propondo, ou recriando, a abertura que tão só vislumbra na narrativa por meio de esforço análogo (jamais idêntico) ao do narrador – qual o filho em permanente esforço de compreender o pai¹⁰⁷.

Pondo-se o mesmo em outros termos, seria possível tratar a *aletheia*-abertura tucidideana apenas como estática e definitiva, como atributo textual a ser identificado e descrito; pensá-la, porém, como ocasião conversora de tensões que possibilita, se não facilita ou encoraja, o perpétuo (re)fazer-se humano que transcorre em sua abertura – isto é, pensá-la como fruto de intervenção mediadora ativa do narrador – revela sua feição mais fecunda, que equaciona o real narrado ao possível (re)construído para e pelo leitor, problematizando aquele por meio deste. O que tornaria, de fato, *aletheia* em espaço de embate e compreensão a qualquer tempo, e não padrão de um só tempo a ser medido, conservado e/ou preceituado para outros.

¹⁰⁴ Rosa, J. G. “A terceira margem do rio”, in: Idem, 2009: 421.

¹⁰⁵ Cf. Th.1.22: διαμνημονεύσαι ἦν ἐμοί e ἐδόκουν ἐμοί, relativos a discursos; ἠύρίσκετο, relativamente aos fatos.

¹⁰⁶ Em 424/3 a.C. Tucídides é derrotado pelo espartano Brásidas em Anfípolis, na Trácia, e exilado de Atenas. O episódio é narrado em Th.4.104-107; cf. meditação anterior.

¹⁰⁷ O exame ora sugerido e desenvolvido ao longo deste texto radica na proposta de “mediação recriadora”, de Jay 2013: 44 e, sobretudo, no capítulo de Romano 2013: 547-598.

Visualizar *aletheia* como abertura para o real e o possível, especificamente para seu integrante menos previsível (*to anthropinon*), é perceber a unidade que se estabelece entre humano, transformação e problema igualmente fomentada na e pela própria *aletheia*-abertura. Esta deixa, assim, de designar o polo vencedor para constituir-se em sede de todo embate prévio, o meio, a mediação em necessária e perene reconfiguração ao longo da narrativa, conforme a meditação do leitor. Visualizar *aletheia* como mediação permanentemente reconfigurada(ável) é também perceber que o vocábulo exprime algo imanente ao real, ao pensamento e à narrativa a um só tempo. É perceber de que modo especificamente essa imanência (inicialmente textual) é novamente captada, impactando e transformando o pensamento do investigador. Imanente implica algo distinto de “acordo entre realidade, apreensão e narrativa”, e de “desvelamento”: *aletheia* exprime a obra mesma, que se completa na transformação pela leitura, não um atributo. Tais aceções atributivas – imputadas, não imanentes – dependem de garantias externas que Tucídides recusou quando enunciou os meios pelos quais levou a cabo a própria investigação¹⁰⁸. Imanente se diz, por outras palavras, a meditação sobre o real e a narrativa por parte tanto do narrador quanto do leitor, cada um a seu modo e época. E faz de *aletheia* o mo(vi)mento em que ambos se comunicam.

Atentar para a imanência de *aletheia*, isto é, para o movimento de abertura de e para mediação em que se encontram narrador e investigador, é ainda perceber que o conjunto formado por narrativa, mediação e realidades (de narrador e leitor) totaliza uma unidade. Antes que algo paradoxal ou metafórico (o que pressuporia descontinuidade e segmentação, norma e desvio, além do necessário critério-garantia, e assim ao infinito), tal unidade é mais apropriadamente pensada como dialética pendular entre movimentos multidirecionais (convergentes ou divergentes) (Jay 2011: 562) operada pelo leitor empenhado em reconstruir o modo segundo o qual Tucídides organizou tal unidade. E a mediação, porque abertura a todo tempo disponível, forma o centro onde se convertem realidades em narrativa dos ditos movimentos, antes que ponte de no máximo dois sentidos opostos. A água em repouso no aquífero é a mesma que rasga cursos na crosta após cruzar o limiar da nascente: entre contiguidade e necessidade, por um lado, ruptura e liberdade, por outro, há antes harmonia que mútua exclusão. Os passos para a (re)criação transformadora podem ser dados a qualquer tempo e por qualquer investigador bem disposto. Se *aletheia* é abertura e mediação, a contradição fundamental a ser dialeticamente superada é sua eventual restrição a elemento tão somente textual. É no texto que a

¹⁰⁸ Recordação e constatação precisas (ἀκρίβειαν – “sem obscuridade”) tanto de discursos ouvidos quanto de fatos testemunhados de modo autóptico (παρήν), descoberta penosa (ἐπιπόνως δὲ ἠύρισκετο) (Th.1.22).

abertura começa a ser rasgada, mas não é nele que o processo se conclui: ao mesmo tempo em que tomava distância, Tucídides retomava Homero para entrever o passado grego arcaico, por exemplo.

Atentar para o que há de imanente à narrativa é, enfim, perceber que a convergência entre *aletheia* e humanidade implica, se já não deriva de, uma leitura específica do passo Th.1.22.4¹⁰⁹: a transformação fomentada na abertura de *aletheia* pelo agir perene independe da segmentação temporal, porque unifica a tripartição sem destruir suas distinções intrínsecas. A unidade resultante é a própria transformação perene dos homens em si mesmos e ao longo de sua sucessão epocal, o que sugere que a obra de Tucídides seja, de fato, “aquisição para sempre” passível de se comunicar com toda e qualquer época, dada a permanente transformação. E a utilidade consequentemente reclamada se desloca, porque também inerente à mesma dialética, entre os âmbitos intelectual e prático, fecundando-os alternativamente. Em outros termos, o entendimento de *aletheia* como imanente à narrativa também condiciona a compreensão da dialética das temporalidades referidas no passo e, sobretudo, das acepções de utilidade e humanidade que nele se possam ver. Esta, especificamente, representaria a coletividade cívica? Seu fundamento ou denominador comum? Um distintivo de alguns, por isso não de todos os homens? Ou coletividade universal? Ou somente um(ns) traço(s) rastreável(is) em todo e qualquer ser humano (a depender de quem se entenda por humano)? Ou uma ação antes que um dado? É de Marx a dupla constatação, sinalizada na apreciação de um momento angustioso: “[I]ejo Tucídides para quebrar o enorme desconforto de minha situação totalmente desarranjada. Esses antigos, ao menos, permanecem sempre novos”¹¹⁰. Uma vez mais entre partição e descontinuidade, por um lado, totalidade e contiguidade, por outro, a abertura harmoniza porque preserva singularidades, porque ressalta distinções e contrastes, porque dá sentido a cada um individualmente e a todos em conjunto: unidade na diversidade. Observar (d)a abertura de *aletheia* é sempre enfrentar um problema humano que nunca se restringe a uma só época ou a um só âmbito.

É para o maior dos problemas humanos que a mediação de *aletheia* presta o mais relevante serviço. No filme *Gabbeh* (1996, dir. M. Makhmalbaf), realidade e ficção, criador e criatura, narrador e personagem, história e estória (con)fundem-se, formando um emaranhado que encoraja transposições e recombinações

¹⁰⁹ ὅσοι δὲ βουλίσονται τῶν τε γενομένων τὸ σαφὲς σκοπεῖν καὶ τῶν μελλόντων ποτὲ αὐθις κατὰ τὸ ἀνθρώπινον τοιούτων καὶ παραπλησίων ἔσεσθαι, ὠφέλιμα κρίνειν αὐτὰ ἀρκούντως ἔξει.

¹¹⁰ Carta de Marx a Lassalle (29 de maio de 1861) transcrita em Lassalle: 364: “Um meine große Verstimmung über mein in every respect unsettled situation [em inglês no original], lese ich Thucydides. Diese Alten bleiben wenigstens immer neu”.

tanto intra quanto extra-filmicas, qual glosa ao *hen panta heracliteano*¹¹¹ por meio do contraste entre vida e morte para triunfo árduo, mas perene, da primeira. Esquivando-se tanto ao acordo convencional quanto ao desvelamento potencialmente equívoco, a *aletheia* problematizada em cada cena se expande e contrai desde a óptica intimista até a universal e vice-versa, mediando todos os acontecimentos como fonte, fundamento e afirmação da vida. As imagens construídas nos tapetes têm tanta importância quanto os sonhos e o cotidiano das tecelãs, desenhando ciclos em permanente expansão. As distâncias (cronológica, temática etc) entre filme moderno e obra antiga, como o problema da fronteira entre história e ficção (que sempre devém do real), se tocam na mesma abertura em que se relacionam to *anthropinon* e *aletheia* na obra de Tucídides.

A sugestão só parece paradoxal enquanto não se percebe que a ficção é parte do mesmo trabalho criador que conforma a realidade, e que numa e noutra um mediador é pressuposto sempre. A história não cria fatos, mas recria as fraturas e tensões do real. A comparação com outra imagem roseana auxilia a revelar a coerência dialética da sugestão. Ainda que reportada fora de seu contexto, a imagem demarca em si mesma o interstício crítico (qual o da *aletheia*-abertura) onde realidade e ficção se encontram para benefício de ambas: “[e] assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor”¹¹². Na abertura da mediação a dualidade aparente é superada, inteligir e (re)criar dialogam, se (con)fundem e se integram antes que se distinguem com nitidez. Por mais que se investigue e escreva, Péricles ou a guerra transcorrida, por exemplo, nada são fora do *aletheia*-abertura que o narrador faz ver ao leitor e que este por esforço próprio encontra e (re)examina¹¹³.

¹¹¹ Fr. 50 DK οὐκ ἔμοῦ, ἀλλὰ τοῦ λόγου ἀκούσαντας ὁμολογεῖν σοφόν ἐστιν ἐν πάντα εἶναι: “ouvindo não a mim, mas à fala, é sábio condizer ser tudo um”.

¹¹² Rsa, J. G. “A hora e vez de Augusto Matraga”, in: Idem, 2009: 250.

¹¹³ Sobre o problema do *gap* entre realidade e discurso, ou entre verdade e ficção, e a possibilidade de superá-lo, cf. Jay 2013: 32-48.

III

A obra de Tucídides narra a maior das catástrofes até então sucedida (Th.1.23), o que a torna uma veemente afirmação – isto é, produto de inteligência e (re)criação – de triunfo da vida, afirmação e triunfo peçados de sugestões igualmente férteis e obtidos ao preço de lutas igualmente árduas: dor e prazer, como vida e morte, também são inquantificáveis. Se lidos em sua unidade, passos como Th.2.43 e 3.83 (examinados a seguir) descortinam a tensão maior latente em cada passo da obra e podem ser encadeados de modo a que a “aquisição para sempre” se revele efetivamente transformadora. Sinalizando extremos de aparência contraditória, qual vida e desmantelamento (tendente à aniquilação), mas de fundo comum (aparência e fundo se inscrevem ambos na mediação de *aletheia*), tais passos tornam assim mais evidentes os demais contrastes aparentes no restante da narrativa. E também escancaram a expansão coesa e persistente da vida que, a despeito e em decorrência da guerra narrada, triunfa sobre os múltiplos aspectos da destruição: a celebração dos caídos suscita a fala de Péricles; a crise generalizada na Hélade descortina a configuração de novas formas de organização e poder coletivos.

No ponto de viragem do Elogio Fúnebre, Péricles deixa de falar dos mortos para exortar os ouvintes:

Esses homens viveram à altura da cidade. Toca aos demais professar inteligência mais firme e em nada menos audaz ante o inimigo, examinando não apenas verbalmente as vantagens que qualquer um engrandeceria para vós, que já as conheceis, de modo não pior, ao mencionar quanta valia há em defender-se do inimigo, mas sobretudo efetivamente contemplando dia a dia o poder da cidade e dela fazendo-se amantes; e quando ela se vos mostrar grandiosa, meditando que homens a adquiriram porque ousados, cômnicos do dever, pundonorosos no agir; e que se alguma vez falharam, decidiram não privar a cidade de sua excelência, a ela oferecendo a mais nobre contribuição. Ao dar seus corpos à comunidade, auferiam em privado um encômio imarcescível e a tumba mais notória: não onde jazem, mas onde quer que desponte ocasião de ato ou discurso, sua glória persiste sempre lembrada. Toda a terra é túmulo para os homens ilustres: não o indica apenas a inscrição das lápides em terra própria; também na alheia a memória não escrita de suas opiniões, mais que dos feitos, permanece em cada um. Emulando-os, então, e julgando ventura a liberdade e, liberdade, a coragem, não façais caso de ameaças inimigas. Os ineptos não abririam mão da vida com maior justiça, eles que nada de bom esperam, e sim aquelas a quem uma reviravolta no viver é perigosa, sobretudo

se advierem grandes distinções caso fracassem. A um homem sensato é mais doloroso degradar-se por covardia do que morrer sem o sentir, em meio ao vigor e esperança comuns (Th.2.43)¹¹⁴.

O passo é necessariamente ambivalente e próprio de um homem distinto por seu agir *metrios* em razão da singularidade de sua *pronoia* (Th.2.65.5-7): conforme sintetiza as premissas para a manutenção da *polis* imperialista e escravocrata, também condensa sinopticamente os fundamentos da ação criadora e transformadora.

No mesmo passo necessidade e liberdade, pleno agir e evocação da morte, negação e positividade ressaltam-se por contraste para preservação da vida. Péricles enuncia a necessidade fundamental (“toca”) do momento subordinando-lhe quatro modos de cumprimento. O primeiro, negativo, segrega o que não se deve fazer (“examinando não”). O segundo o afirma e se subdivide em três (“contemplando”, “fazendo-se”, “meditando”), dos quais especificamente o último se articula a três atributos (“ousados”, “côncios”, “pundonorosos”) dos mortos a serem meditados. Em seguida, dois outros modos (“emulando-os”, “julgando”) – o último articulado a três referenciais notáveis e espelhados (“ventura”, “liberdade”, “coragem”), que unificam meta e fonte – são subordinados a novo pedido, negativo na formulação mas de efeito positivo (“não façais caso”). A necessidade, porém, parte de dentro para fora, se expande impelida pela potência fecundante (“amantes”) até converter-se em liberdade (impossível se se tratasse de necessidade imposta de fora para dentro), quando princípio e fim novamente se mostram reunidos: escapar à morte e obter recompensa igual ou superior à dos que morreram é o mais poderoso estímulo à

¹¹⁴ Καὶ οἶδε μὲν προσηκόντως τῇ πόλει τοιοῦδε ἐγένοντο· τοὺς δὲ λοιποὺς χρῆ ἀσφαλεστέραν μὲν εὐχεσθαι, ἀτολμοτέραν δὲ μηδὲν ἀξιοῦν τὴν ἐς τοὺς πολεμίους διάνοιαν ἔχειν, σκοποῦντας μὴ λόγῳ μόνῳ τὴν ὠφελίαν, ἦν ἂν τις πρὸς οὐδὲν χειρὸν αὐτοῦς ὑμᾶς εἰδόμενος μηκύνοι, λέγων ὅσα ἐν τῷ τοὺς πολεμίους ἀμύνεσθαι ἀγαθὰ ἔνεστιν, ἀλλὰ μᾶλλον τὴν τῆς πόλεως δύναμιν καθ’ ἡμέραν ἔργῳ θεωμένους καὶ ἐραστὰς γιγνομένους αὐτῆς, καὶ ὅταν ὑμῖν μεγάλη δόξα εἶναι, ἐνθυμουμένους ὅτι τολμῶντες καὶ γιγνώσκοντες τὰ δέοντα καὶ ἐν τοῖς ἔργοις αἰσχυνόμενοι ἄνδρες αὐτὰ ἐκτίσαντο, καὶ ὅποτε καὶ πείρα του σφαλεῖεν, οὐκ οὖν καὶ τὴν πόλιν γε τῆς σφετέρως ἀρετῆς ἀξιοῦντες στερίσκουσιν, κάλλιστον δὲ ἔρανον αὐτῇ προίεμενοι. κοινῇ γὰρ τὰ σώματα διδόντες ἰδίᾳ τὸν ἀγῆρων ἔπαινον ἐλάμβανον καὶ τὸν τάφον ἐπισημότατον, οὐκ ἐν ᾧ κεῖνται μᾶλλον, ἀλλ’ ἐν ᾧ ἡ δόξα αὐτῶν παρὰ τῷ ἐντυχόντι αἰεὶ καὶ λόγου καὶ ἔργου καιρῷ αἰετὴν καταλείπεται. ἀνδρῶν γὰρ ἐπιφανῶν πᾶσα γῆ τάφος, καὶ οὐ στηλῶν μόνον ἐν τῇ οἰκείᾳ σημαίνει ἐπιγραφή, ἀλλὰ καὶ ἐν τῇ μὴ προσηκούσῃ ἄγραφος μνήμη παρ’ ἐκάστῳ τῆς γνώμης μᾶλλον ἢ τοῦ ἔργου ἐνδαιτᾶται. οὐς νῦν ὑμεῖς ζηλώσαντες καὶ τὸ εὐδαιμον τὸ ἐλεύθερον, τὸ δ’ ἐλεύθερον τὸ εὐψυχον κρίναντες μὴ περιορᾶσθε τοὺς πολεμικοὺς κινδύνους. οὐ γὰρ οἱ κακοπραγοῦντες δικαιότερον ἀφειδοῖεν ἂν τοῦ βίου, οἷς ἐλπὶς οὐκ ἔστιν ἀγαθοῦ, ἀλλ’ οἷς ἡ ἐναντία μεταβολὴ ἐν τῷ ζῆν ἔτι κινδυνεύεται καὶ ἐν οἷς μάλιστα μεγάλα τὰ διαφέροντα, ἦν τι πταίσωσιν. ἀλγεινότερα γὰρ ἀνδρὶ γε φρόνημα ἔχοντι ἢ μετὰ τοῦ [ἐν τῷ] μαλακισθῆναι κάκως ἢ ὁ μετὰ ῥώμης καὶ κοινῆς ἐλπίδος ἅμα γιγνόμενος ἀναίσθητος θάνατος.

ação. Precisamente o centro do passo exorta, direta e indiretamente, à entrega comum (“ao dar seus corpos à comunidade”), assim constituindo o núcleo de contato entre vivos e mortos, núcleo dentre cujos atributos se contará também a futura leitura do passo, ainda que não imersa em uma guerra qual a então capitaneada por Péricles. E o arremate do raciocínio desloca a glória/reputação do tempo-espaço de sua manifestação primeira projetando-a para o de qualquer ocasião presente ou futura de ato ou discurso, assim tornando-a, se não suporte, via de acesso à *aletheia*-abertura mediadora.

Tamanha coleção de sugestões que irradiam noções tais quais infinitude e eternidade ocorre no centro do discurso central de um homem singular no tempo e na ocasião, cuja condição de exceção perfaz como que o zênite alcançado uma única vez, jamais ultrapassado nunca antes e nunca mais depois. A excepcional *pronoia* de Péricles reverbera, como se do centro de uma esfera, para infinitas direções e em permanente expansão. Um ponto a ser observado, todavia, é a quantidade de conceitos convergentes postos em cena, todos abstratos e de matiz semelhante, espelhando-se mutuamente, qual imagens que replicam um centro igualmente indistinto, por vezes tangentes ou equiparáveis, sem ser propriamente idênticas: o poder que mantém o *kosmos* da *polis* é fragmentado e fragmentador, dependente de uma *dynamis* centrípeta passível de dispersar-se ao menor abalo proveniente das tantas fissuras sobre as quais mal se equilibra, como a escravidão, a exploração econômica sistemática do alheio e o terror. A necessidade com que Péricles almeja açular o empenho bélico é já a primeira linha da sentença de morte para quem dela se faz depositário: o ápice da vitalidade revela também, visto da abertura que fende o contexto, o início da queda, a somatória de abstrações que se esvaziam, qual um balanço de tudo a ser perdido.

Quanto maior a distância de que se observa o centro enucleado por Péricles-Atenas, tanto mais nítido se torna o fundo contra o qual a irradiação que dele emana tem de forcejar para continuar se expandindo. A esse fundo Tucídides apõe denominações de caráter negativo, que remetem a perversidade, destruição e sua consumação, o nada. O ambiente, descrito como sombrio, rasgado pela irradiação do núcleo-Péricles, contra cuja fronteira se expande e choca tanto menos intensamente conforme mais dista de si próprio, Tucídides sinalizou em um parágrafo condensado e resumidor:

Assim, toda forma de maleficência se abateu sobre a Hélade por conta das dissensões. A cordura, atributo o mais típico da civilidade, desapareceu escarnecida, enquanto prevalecia o enfrentamento mútuo com mente pérfida. Para dissuadi-los não havia nem argumento bastante nem juramento aterrador. Todos quantos eram mais hábeis no cálculo do duvidoso que do certo cuidavam antes de não sofrer do que eram capazes de crer. Via de regra os mais ordinários predominavam: receando a própria insuficiência e a inteligência dos adversários, atiravam-se com audácia à ação, a fim de não

serem vencidos em debates nem ultrapassados, porque alvos de prévia insídia, pela versatilidade do raciocínio daqueles. Os que desdenharam, mesmo pressentindo e nada fazendo de necessário, conforme a razão permitia, foram abatidos indefesos (Th.3.83)¹¹⁵.

Coerente com o esforço de apenas esfumaçar o contorno astigmático do não-ser, o parágrafo tão somente indicia o permanente agir que culmina em destruição sinalizando a tendência generalizada à deterioração, à contração cada vez mais tensa e implosiva, e ao conseqüente aniquilamento. De modo inverso e extremado em relação ao passo anterior, neste é apresentada a regra generalizada em sua máxima extensão humana (coletiva e corriqueira), geográfica (em toda a Hélade) e cronológica (potencialmente repetitiva *in aeternum*): já no início da narração Tucídides havia destacado a envergadura do problema, ao escrever que “muitas dificuldades se abateram sobre as cidades por conta da dissensão, como costuma ocorrer e sempre ocorrerá enquanto a natureza dos homens for a mesma” (Th.3.82.2)¹¹⁶.

Entretanto um procedimento análogo à argumentação a contrarrio com que *aletheia* fora evocada, e inverso em relação ao da exortação de Péricles, opera nesse passo: a acumulação de significados embutidos em um único conceito emblemático e igualmente negador. Todos os modos de agir que convergem para o não-ser estão concentrados e resumidos na polissemia de um único vocábulo, instrumentalizado para designar o inominável: a noção de *kakotropia* condensa todos os movimentos do mal (*kako-*) que sobre si mesmo (*stasis*) gira (**tropia*), autodevorando-se, de fora para dentro, contraindo-se até o colapso. Guerra de todos contra todos e de cada um contra si mesmo: consumando um movimento em aparência oposto ao da efêmera singularidade da *pronoia* de Péricles, a generalidade indiscriminada da *kakotropia* extorpe de toda parte a própria esterilidade, deixando em seu rastro o nadir-deserto onde se consumam todos os desmoronamentos. A concentração polissêmica embutida em *kakotropia* remete ao procedimento análogo antes elaborado com *aletheia* à medida que sob o conceito, e contra idêntico fundo desolador aparentemente condenado ao colapso, também pulsa e combate a mesma potência de vida, pensamento

¹¹⁵ Οὕτω πᾶσα ἰδέα κατέστη κακοτροπίας διὰ τὰς στάσεις τῶ Ἑλληνικῶ, καὶ τὸ εὐθες, οὗ τὸ γενναῖον πλείστον μετέχει, καταγελασθὲν ἠφανίσθη, τὸ δὲ ἀντιτετάχθαι ἀλλήλοις τῇ γνώμῃ ἀπίστως ἐπὶ πολὺ διήνεγκεν· οὐ γὰρ ἦν ὁ διαλύσων οὔτε λόγος ἐχυρὸς οὔτε ὄρκος φοβερός, κρείσσους δὲ ὄντες ἅπαντες λογισμῶ ἐς τὸ ἀνέλπιστον τοῦ βεβαίου μὴ παθεῖν μᾶλλον προσκόπουσαν ἢ πιστεῦσαι ἐδύναντο. καὶ οἱ φαυλότεροι γνώμῃν ὡς τὰ πλείω περιεγίγνοντο· τῶ γὰρ δεδιέναι τὸ τε αὐτῶν ἐνδεές καὶ τὸ τῶν ἐναντίων ζυνετόν, μὴ λόγους τε ἥσσους ὥσι καὶ ἐκ τοῦ πολυτρόπου αὐτῶν τῆς γνώμης φθάσῃσι προεπιβουλευόμενοι, τολμηρῶς πρὸς τὰ ἔργα ἐχώρουν. οἱ δὲ καταφρονοῦντες κἄν προαισθῆσθαι καὶ ἔργῳ οὐδὲν σφᾶς δεῖν λαμβάνειν ἃ γνώμῃ ἔξεστιν, ἄφαρκοι μᾶλλον διεφθείροντο.

¹¹⁶ Th.3.82.2: καὶ ἐπέπεσε πολλὰ καὶ χαλεπὰ κατὰ στάσιν ταῖς πόλεσι, γιγνόμενα μὲν καὶ αἰεὶ ἐσόμενα, ἕως ἂν ἡ αὐτὴ φύσις ἀνθρώπων ᾗ.

e transformação antes expressa por Péricles. O movimento que se dissemina e abate organizações não mais adequadas a seus anseios revela-se como unificador geográfico e humano decorrente do descontentamento coletivo, sobretudo dos ditos “mais ordinários”. A necessidade de fugir ao aniquilamento, a coragem de buscar a felicidade e a liberdade também se deixam entrever nos interstícios desse passo, por sob a adjetivação negativa que eventualmente explicita preferências do narrador: ambos os passos apontam na mesma direção, a da tendência à expansão da vida por meio de transformações superficiais ou profundas – neste como início de nova transformação, naquele como final. A suposta regra expressa por Péricles, o equilíbrio tenso entre fragmentos conflituosos, é em verdade a exceção, e a situação de crise e aparente exceção que se generaliza por toda a Hélade, promovida por algo (**tropia*: movimento e ação, “tornação”) que se presta perfeitamente a denominador comum da humanidade, é em verdade a regra. A luta pela vida contra a opressão e a morte e pela liberdade é a mesma que Péricles encoraja em seus ouvintes. Seja condenando ou aprovando, o elemento fundamental que Tucídides encarna, notando e fazendo notar no interior da abertura de *aletheia*, é esse esforço irremediável da vida.

No interior da narrativa, como que matizando tais aparentes extremos, desfila a vasta galeria de caracteres e ocorrências que, ao longo de ampla gradação, tende permanentemente a aproximar-se ou distanciar-se de um ou outro referencial. Por ora não há por que ir além de uma amostra sumária de seu elenco: Temístocles, Arquidamo, Brásidas, Diodoto e Hermócrates, notáveis todos pela inteligência política e estratégica, tendem para Péricles, ainda que não ultrapassem o requerido pragmatismo ocasional. A pusilanimidade de Nícias, o egoísmo cínico de Alcibiades, a truculência de Cleão, a frieza dos atenienses ante os mélios, a ferocidade dos trácios contra Micaleso (Th.7.29), são exemplos que cada vez mais se afastam de Péricles tendendo para o extremo oposto. Todo distanciamento, porém, revela forças que evidenciam orientação para outro sentido, como também toda aproximação, o que veta ajuizamentos unilaterais e destaca, por contraste, a serenidade intelectual de quem os integrou na mesma abertura de *aletheia*. Preservação, criação e expansão máximas, porém excepcionais, num extremo; destruição, transformação e (re)configuração como regra, no outro. Em toda e cada forma, distintos e variegados sinais, pela quantidade e qualidade, de *to anthropinon*, e o insistente acumular-se de evidências a indiciar problemas perenes e atemporais postos pela, e entrevistos na, abertura de *aletheia*.

A possibilidade de comunicação entre narrativa e leitor tem na meditação da leitura seu ponto de partida, não seu limite, e nasce da abrangência e qualidade dos olhares¹¹⁷ em jogo a respeito de *aletheia*, mais do que em seu interior. Forjando um paradigma de tal jogo tão iluminador quanto sintético, Machado

¹¹⁷ Para tais distinções, cf. Bosi 2003: 10-12 e 37.

de Assis escreve: “[n]os lances dolorosos, a atenção dele redobrava, os olhos iam avidamente de um personagem a outro, a tal ponto que o estudante suspeitou haver na peça reminiscências pessoais do vizinho”¹¹⁸. Os cinco olhares em jogo (o do narrador, o dos personagens, o do estudante, o do amigo e o do leitor) se recombinaem passo a passo para que, ao final, os do terceiro e quarto, orientados pelo do narrador, levem o do leitor à constatação da psicose do amigo.

Nos passos de Tucídides examinados também há cinco olhares – o do narrador, o de Péricles, o dos atenienses que o ouvem, o dos agentes que personificam a **tropia* e o do leitor – que perfazem um jogo semelhante nos extremos porém distinto nos intermediários. Péricles exorta os atenienses porque vê mais longe, mas não mais coisas do que os ouvintes. Estes, ao contemplarem “dia a dia o poder da cidade”, também enxergam, como Péricles, a meta efêmera e praticamente inalcançável. Se, porém, o quinto olhar do conto (o dos personagens) é detalhe irrelevante, em Tucídides é o contrário que se vê. Na dialética performada entre o olhar dos *phauloteroi*, o de Tucídides e o do leitor acumulam sinais de que o narrador pensa *aletheia* como abertura ou mediação. Já foi notado que, sob a adjetivação negativa imputada pelo olhar do narrador, revela-se o mesmo impulso de vida e liberdade qual o personificado por Péricles. Se este é desencadeado de fora para dentro para garantia do *kosmos* da *polis*, da defesa a todo preço de uma situação de exceção calcada na tensão entre iniquidades, aquele destaca o poder de (re)criação e transformação desencadeado de dentro para fora. A expansão do primeiro, vista da abertura de *aletheia*, é contração e acúmulo de tensões e tende talvez ainda mais fortemente ao esvaziamento e ao aniquilamento, e a aparente contração do segundo revela-se, caso vista pelo olhar dos insurgentes, como talvez o mais potente, porque coletivo e disseminador, estímulo à liberdade e à ruptura das tensões impostas de fora. Em outras palavras, a despeito dos termos empregados, e mesmo das eventuais preferências do narrador, os dois textos apontam na mesma direção e colaboram para delimitar a mesma *aletheia*-abertura: a vida se impõe em todas as escalas, desde a luta mais ínfima até a ordem mais abrangente, e do não-ser não há falar ou meditar, pois que é sobre e contra si que a vida se expande. Do mesmo modo como a *aletheia* evocada por Tucídides se afasta, enfrenta e fende por entre as demais formas de mistificação, ocultação e esquecimento.

¹¹⁸ Machado de Assis, “A causa secreta”, 1994, v. II.

IV

Ao relegar definitivamente à vida privada um homem cuja razão de viver era o exercício de comando e decisão na esfera pública, o fracasso político-militar e o conseqüente exílio (a partir de 424/3 a.C.) condicionaram e/ou interferiram sensivelmente na redação de sua obra. Uma vez decidido a escrever, o fez até o fim da vida, como sugere a menção a Arquelau, rei da Macedônia entre 413 e 399 a.C. (Th.2.100.2). Meditando as razões de ocorrências públicas, o ex-combatente continuava a exercitar politicamente o olhar experimentado apesar de segregado daquela esfera. A narrativa resultante dessa meditação foi pensada como expressão da própria *aletheia* criadora, como abertura rasgada na realidade, por meio de oposições calculadas, para que o narrador suportasse continuar a viver. Ao fazer com que da fenda se olhasse para todos os extremos do que entreviu como propriamente humano, Tucídides sinalizou um espaço-tempo em que a relação entre temporalidades e pessoas independe de sincronia e diacronia. E tal espaço-tempo, ou abertura, opera como unificador da, e na, diversidade de temas narrados, posturas examinadas e meditações daí decorrentes. O exame da proposição tucidideana da *aletheia*-abertura não se distingue do exame dos problemas humanos que nela transcorrem, estejam eles nela implícitos ou não. Os primeiros, mais do que os segundos, revelam o volteio da mão, o modo como Tucídides sustentou a abertura, o modo como, enfim, articulou relacionar-se com uma época que não fosse a sua, boa parte em função da utilidade sugerida. Também no caso da fruição ou execução dessa utilidade, como vivenciado pelo narrador, a parte teórica é complemento menor da prática, da vida cotidiana, que é a parte fundamental.

A maior utilidade, teórica se não sobremaneira prática, sugerida ao leitor pela narrativa de Tucídides, não é a de ter revelado claramente uma abertura definitiva, garantidora ou redentora em qualquer dos dois níveis. Muito ao contrário, é a de ter sugerido que *há* abertura e que *há como* encontrá-la a despeito da nebulosidade do contexto do investigador. Incitando o leitor, a cada parágrafo, a atentar para essa abertura, para o texto meditado embora não necessariamente escrito, para o índice explícito que não se limita a apontar uma única direção, Tucídides age como a própria vida, permanentemente em combate contra a obscuridade e a aniquilação: o problema de *aletheia* é o da própria vida humana. No modo como Tucídides intervém na realidade, ontem como hoje, isto é, na abertura de *aletheia*, a diferença, o contraditório e a multiplicidade, em sua unificadora dialética, prevalecem sobre a tautologia e a indiferença. Dar-se conta daquela utilidade no, e para o, agora, é, primeiro, perceber que mesmo

a resposta à pergunta pela natureza de *aletheia* que se idealiza neutra, fiel ao autor ou filologicamente determinada também indicia uma herança cultural recebida, portanto (re)criada no agora – tanto mais quanto mais se pretenda de valia inquestionável, teórica ou prática. Em segundo lugar, é tentar examinar o real (teórico ou prático) de modo análogo ao sugerido por Tucídides – recusando o mero descritivismo perifrástico¹¹⁹, fadado a estiolar-se em vão impressionismo, e abrindo vias transformadoras. Em terceiro lugar, é tomar em sua acepção panóptica e fecunda a observação dos coríntios aos espartanos (“também na arte é forçoso que o vindouro predomine sempre”)¹²⁰ e cuidar para não ceder a ânsias eventuais de lacrar a abertura de *aletheia*. Mediar cria permanentemente.

¹¹⁹ Há muito tipificado pela crítica incisiva de Lukács 1964: 269-323 (o ensaio é de 1936). Cf. ainda Romano 2010: 77-8; Jay, 2011: 557.

¹²⁰ Th.1.71.3: ἀνάγκη δὲ ὥσπερ τέχνης αἰεὶ τὰ ἐπιγιγνόμενα κρατεῖν.

ENFORMAÇÃO DA NARRATIVA
EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS E*
TUCÍDIDES

Apresentaram-me a uma moça grega, que veio a Paris estudar cinema. Moça, digo, pela idade aparente. Porque é casada. Senhora Kórax, ou Hiérax, ou Skolópax; só sei que um nome de ave. Porém seu prenome é Ieoana. De começo, brincou de não dizê-lo:

– ... Ainda se fosse Fríni, ou Khlói, autênticos nomes helênicos...

– Cloé... Frinéia... Beijocléia...

– Que diz? É em sua língua? É belo. Soa-me ainda mais grego...

(G. Rosa, *Do diário em Paris*)

Um exame comparativo centrado apenas nas diferenças entre as narrativas de *Grande Sertão: Veredas* e Tucídides seria desnecessariamente astigmático se ignorasse que, mesmo não havendo qualquer indício de interesse em Tucídides por parte de Guimarães Rosa, ambos se encontram e estimam numa terceira margem. É precisamente em decorrência do abismo cronológico e intencional entre os dois; dos distanciamentos e ressalvas contra ficção e história por parte de cada um alternativamente¹²¹; e das fortuitas semelhanças formais manifestas entre seus textos¹²² – em uma palavra, do isolamento aparentemente absoluto de um em relação ao outro – que se faz possível a visualização dessa terceira margem, a dos procedimentos de formação narrativa, por demais semelhantes se não idênticos. É pelos modos de produção das próprias narrações que os narradores primários Tucídides e Riobaldo podem ser comparados. Trata-se de pensar a narrativa antes como prática social discursiva partilhável que como resultado textual¹²³.

¹²¹ Deixando-se de lado diferenças e problemas de diversas tentativas de encerramento de história e ficção como discursos do particular e do universal, ou da realidade e da criação, registre-se apenas que ambos os autores manifestaram opiniões peculiares a respeito. De Tucídides, o pronunciamento mais incisivo é este: “talvez o caráter não mitológico (μυθῶδες) delas [as ações militares] se mostre pouco agradável à audiência” (Th.1.22.4). De Guimarães Rosa, os seguintes exemplos bastam: “[e] assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor” (A hora e vez de Augusto Matraga – Rosa 2009, v. 1: 250); “[a] estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia” (A terceira margem do rio – Rosa 2009, v. 2: 421); “[a] estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota” (Aletria e hermenêutica – Rosa 2009, v. 2: 529); “[r]edigir honesto um diário seria como deixar de chupar no quente cigarro, a fim de poder recolher-lhe inteira a cinza” (Do diário em Paris – Rosa 2009, v. 2: 971). W. Galvão (1986: 63), W. Bolle (2004: 21-6) e L. Roncari (2007: 148-9) constatarem e discutam a presença da história enquanto tema e forma na narrativa de Riobaldo. Todas as menções subsequentes aos textos de Guimarães Rosa foram extraídas de Rosa 2009, v. 2, daí que as citações reparam apenas a página.

¹²² Dois exemplos bem conhecidos: a referência exercida por Homero no pensamento de ambos: Pires 1999: 147-276; Costa 1997-8 e 2001-2; e o fato de que ambos, Tucídides e Guimarães Rosa, são notáveis pelo trabalho metabólico com a linguagem em todos os níveis (metaplástico, metatático, metasememático e metalógico – para as noções cf. Dubois 1974).

¹²³ A proposta de K. Rosenfield (2006: 359) para estudar a matriz formal do *GSV* poderia sintetizar parte do intento desta meditação: “[c]omo críticos, estamos assim chamados a nos interessar não apenas pela estória enquanto conteúdo, mas pela construção e pela montagem artificiosas: ‘o que é para ser – são as palavras’, isto é, ‘the story of one’s story’, tal como Henry James expressa o problema da *mimesis* e da matéria vertente”. No caso de Tucídides, a conjunção de narrador e personagem da narrativa – caso também de Riobaldo – implica ainda outros referenciais do “ser” e da “story of one’s story”: as realidades da vivência e da recriação narrativa.

Este ensaio de hermenêutica internarrativa se propõe identificar e discutir três procedimentos ou modos¹²⁴ explicitados por ambos os narradores: a entrevisão da pausa para a reflexão lúcida, a interrogação fundante e a indeterminação da multiplicidade. Compreender suas articulações em cada narração, mais do que iluminar o entendimento de uma pelo da outra de modo a ampliar as possibilidades de leitura de ambas, é contribuir para a formulação de uma teoria da narrativa textual que ressalte e orquestre aportes da historiografia para a ficção e vice-versa.

¹²⁴ Embora enunciem algo de difícil apreensão, que escapa ao raciocínio fenomenológico, podem também ser pensados como um “objeto transicional” (Lima 2006: 289) que irmana história e ficção em sua condição de respostas poéticas à aporia do tempo (Soares 2014: 224-312). A abordagem ora proposta radica também na “comparação de terceiro tipo”, a qual “não passará de um meio para se precisarem certas vias de acesso ao texto-objeto, sem que se deva ter a pretensão de se haver revelado um sistema” (Lima 2005: 27).

PAUSA E LUCIDEZ

Péricles, Diodoto e Hermócrates primam, na narrativa de Tucídides, por uma mesma habilidade intelectual distintiva, a de refletir com serenidade em situações extremamente delicadas e resguardar a própria lucidez contra pressões desintegrantes. Tal habilidade foi decisiva nos momentos em que empenharam a palavra: Péricles, no início da guerra; Diodoto, ao opor-se à proposta genocida de Cleão; e Hermócrates, face à ameaça de invasão e submissão da Sicília.

Tendo já incitado os atenienses a não ceder ante os lacedemônios (Th.1.140.1) e vendo seu abatimento e insatisfação após os primeiros enfrentamentos, Péricles não convoca assembleias para não se ver alvo da cólera represada, enquanto “mantinha a máxima calma (*besychieas*) que podia”¹²⁵. Após a segunda invasão peloponésia e a peste, descontentamentos e tensões se acirram ainda mais. Péricles então se dirige à assembleia em tom conciliador e orientador (Th.2.59). E logo ao início do discurso, define a própria postura: “permaneço o mesmo e não me altero; vocês se transformam” (Th.2.61.2). Ao fim da apreciação sobre o estrategista que mais admirava, Tucídides ajuíza: “ele controlava a multidão com liberdade, antes conduzindo-a que por ela conduzido” (Th.2.65.8). Tais ocorrências indiciam um conjunto de atributos orientados numa mesma direção: serenidade, estabilidade e autonomia decisória. Qualificativos semelhantes são atribuídos também às outras duas personagens.

De saída Diodoto arrosta Cleão, denunciando de modo cortante a falácia sobre a qual se estruturava a proposta de extermínio de todos os mitilênios: “penso que os dois maiores empecilhos a um bom conselho são a pressa e a cólera” (Th.3.42.1). E conclui o discurso pedindo que os atenienses “julguem com serenidade” (*kath' besychiean* – Th.3.48.1), punindo apenas os culpados com vistas a seu próprio interesse. À argúcia do exórdio vem coroar a ponderação do epílogo. O que era atributo de um homem é alçado a planejamento dos futuros interesses políticos do império¹²⁶.

Hermócrates, por fim, ao advogar a necessidade de união dos sicilianos em uma causa comum contra os atenienses, interpela a audiência: “não crêem que, em caso de vantagem ou contratempo, a tranquilidade (*besychiean*), mais do que a

¹²⁵ Th.2.22.1: δι' ἡσυχίας μάλιστα ὅσον ἐδύνατο εἶχεν. O passo ecoa, por sua vez, a abertura de seu primeiro discurso: [τ]ῆς μὲν γνώμης, ᾧ Ἀθηναῖοι, αἰεὶ τῆς αὐτῆς ἔχομαι (Th.1.140.1).

¹²⁶ Quando da decisão pelo envio da expedição contra a Sicília, Nícias iniciará com argumentos ligeiramente diferentes dos de Diodoto, acusando a necessidade de maior exame e a rapidez da decisão dos concidadãos (Th.6.9).

guerra, anularia este e resguardaria aquela?” (Th.4.62.2). Dos interesses em jogo numa circunstância, o discurso de Hermócrates parece alçar-se a outra bem maior, se não total ou definitiva: a paz como símbolo e garantia da própria existência.

Sem pressupor nessas circunstâncias gradações intencionalmente sobrepostas à noção-chave de *hesychia* que a todas perpassa, é evidente que não apenas tais passos, como a obra mesma de Tucídides, ressaltam por contraste a operação nuclear para a compreensão do fenômeno da *kinesis megiste* (Th.1.1.2), a Guerra do Peloponeso narrada¹²⁷: a con(cen)tração ativa de um mo(vi)mento em que a lucidez passa a envolver e orientar o então obscuro, em que a serenidade reflexiva se torna capaz de criar sentidos em meio à agitação caótica da realidade. Por outras palavras: Tucídides capta em três agentes peculiares a emulação do princípio e meta visados por sua própria narrativa (*to saphes skopein* – Th.1.22.4), o exame sereno e lúcido da realidade. Contra o fundo caótico da guerra, dos ímpetus imponderados e enviesados, e de todos os demais tipos de potências desintegrantes¹²⁸, é da ação meditada, provisoriamente estabilizada e estabilizadora, que dimana alguma orientação.

À parte os matizes e graus que se interpõem entre estabilidade lúcida e agitação inconsequente, é mais fecundo para a compreensão de Tucídides examinar como a lucidez atribuída aos estrategos no conflito reverbera a do próprio historiador no ato de construir a narrativa, bem como a qualificação dessa lucidez, porque distinta conforme pensada nos âmbitos político-militar ou historiográfico. Tal exame afasta de imediato um equívoco recorrente. É usual e fomentada a equação ética entre lucidez e beleza, ordem, bondade ou demais valores de matiz positivo. A lucidez de Péricles, entretanto, implicou diretamente a eclosão da “maior agitação” até então jamais vista “entre gregos e bárbaros e na maior parte do gênero humano” (Th.1.1.2). A serenidade de Diodoto, por sua vez, demarca nitidamente o pragmatismo político que resguardaria os interesses dos próprios agentes punitivos, os atenienses¹²⁹. E a paz advogada por Hermócrates, longe de esboçar um ideal ou meta ampla e irrestrita, pouco avança além do imediatismo (i.e., a salvação dos sicilianos – Th.4.62.2) conotado pela forma mesma de sequência de interpelações que o indicia. Entre a ética política do contexto de guerra e a do fazer historiográfico dela há muito apartado, há suplementação e entrecruzamento de sentidos, não univocidade.

¹²⁷ O verbo que orienta a formulação inaugural do prólogo entrelaça uma e outra inextricavelmente: ξυνέγραψε τὸν πόλεμον (Th.1.1.1): a narrativa é a própria guerra feita linguagem. Cf. Loraux 1986.

¹²⁸ Que efetivamente arrasaram Corcira (Th.3.81-85), por exemplo, ou Melos (Th.5.84-116).

¹²⁹ Na antilogia em que os põe em confronto, Tucídides faz o ardiloso Cleão manipular astuciosamente a verdade, enquanto o clarividente Diodoto se vê forçado a defender o tópos da “mentira útil” (Th.3.43.2), a ser empregada quando em perigo a estabilidade política. S. Rocha (2008: 193-212) examina a complementaridade dos discursos à luz das discussões, contemporâneas de Tucídides, sobre realidade e aparência.

Se a serena lucidez de Péricles implicou diretamente a eclosão da guerra, mais problemática ainda é sua imitação, se não paródia lúgubre, por parte de Cleão, que teria retomado quase *ipsis litteris* as palavras do antecessor¹³⁰ para argumentar pela proposta genocida contra a qual se erguerá Diodoto. Um mesmo argumento, agora deformado pela imitação servil e tão desintegradora quanto o ambiente hostil da guerra em que se insere. O mesmo se entrevê no momento em que Diodoto aponta pressa e cólera como empecilhos à boa decisão: Diodoto ataca precisamente um (de dois) temas nucleares do adversário, que havia pressionado os atenienses a “não mudar de resolução” (Th.3.40.2; Hornblower 1991, v. I: 432). A mudança, tida então por benéfica ao menos para os próprios atenienses, contrariava as intenções do “mais violento dos cidadãos” (Th.3.36.6). O mesmo também se entrevê na tranquilidade advogada por Hermócrates, antes pré-condição para a ação sobretudo militar que ideal a ser alcançado e cultivado. Idêntico fenômeno já havia sido notado por Tucídides em outra ocasião, quando atribuiu à percepção dos coríntios antes da guerra, em suas queixas contra os lacedemônios, precisamente a inoperância espartana face à operosidade dos atenienses (Th.1.70.8-71.1). Operosidade cuja faceta proveitosa à guerra ressoa poderosamente bem ao centro do *Epitáfio* pericleano: “por excelência, opomo-nos à maioria: não porque passivamente conquistamos aliados, mas porque agindo” (Th.2.40.4). A guerra, como a vida na *polis*, destoam do ideal aristocrático da *hesychia* (Edmunds 1975: 87). Porque um valor passível de relativização, quando mo(vi)mento de con(cen)tração criadora a lucidez serena é excepcional mesmo na boca daqueles que, por ela distinguidos, respondem pela mais sólida inscrição no real da escritura tucidideana.

É, pois, nesse específico mo(vi)mento, o que possibilita a agência criadora excepcional, que se faz patente a homologia situacional de ambos os narradores, Tucídides e Riobaldo, dois ex-combatentes há muito afastados do torvelinho da guerra na ocasião em que narram:

O mesmo Tucídides de Atenas descreveu tais eventos em sequência, conforme cada um ocorreu ao longo de verões e invernos, até que lacedemônios e aliados puseram fim ao império dos atenienses e capturaram os grandes muros e o Pireu. Nesse ponto o total de anos da guerra foi de vinte e sete. (...) Estou sempre lembrado (*memnemai*) de que, desde o início da guerra até o momento em que terminou, muitos diziam que ela deveria durar três vezes nove anos. Vivi-a toda em idade de plena posse de minhas faculdades e podendo aplicar meu entendimento a conhecer qualquer coisa com exatidão (*hopos akribes ti eisomai*). Ocorreu-me ser exilado de minha pátria por vinte anos após a estratégia em Anfípolis; e, tendo-me imiscuído nos assuntos de ambos os lados e

¹³⁰ Th.3.38.1: Ἐγὼ μὲν οὖν ὁ αὐτός εἰμι τῇ γνώμῃ. Hornblower 1991, v. I: 334 nota ainda a sugestão de paralelo com os ecos de Aquiles por Tersites.

não menos nos dos peloponésios devido ao exílio, compreendê-los ainda mais com calma (*kath' hesychian*) (Th.5.26.1; 4-6)¹³¹.

Contrastam com o restante da obra o acúmulo de formas em primeira pessoa¹³² e o tom memorialista, a sugerir um balanço da própria vida de vasta abrangência definido por balizas fundamentais e sumárias: vivência de toda a guerra, conhecimento de ambos os lados em conflito e possibilidade de meditar serenamente. O olhar transita livremente por temporalidades e estados íntimos distintos, sem descolar-se dos problemas do presente que ainda incomodam o narrador. As parcas informações biográficas dadas à vista são esquivas e impessoais, calculadas para conferir credibilidade à autoridade (*ethos*) do escritor antes que para descrever-lhe a personalidade (Darbo-Peschanski 1987: 136-7). O olhar de Tucídides, ainda quando demorado sobre si mesmo, intencionalmente não faz assomar uma personalidade ao primeiro plano da narrativa: é apenas e precisamente sua condição pública de autor e personagem, não a de indivíduo privado, que é oferecida para exame (Marc.23-26, 46-47; *Vit.Thc. Anon.3*; Burns 2010: 9-10).

Assim como Tucídides, exilado de Atenas em decorrência do próprio fracasso como estrategista, encontra na escrita da história o sucedâneo mais digno para a atividade que não pode mais desempenhar, do mesmo modo Riobaldo, igualmente ex-combatente narrador, empenha o tempo livre facultado por sua atual condição social para reconstruir as próprias vivências. A condição para refletir e contar é precisamente a mesma que dá ensejo à escrita de Tucídides: a serenidade alcançada e resguardada mas jamais desligada das antigas inquietações. Ambos os narradores, Tucídides e Riobaldo, narram uma suposta objetividade do testemunho que, por sua vez, escancara a subjetividade da testemunha, cuja apresentação sempre apresenta também a impossibilidade de apresentar, numa busca por renovação mediante o discurso que enfrenta tanto o impossível quanto o necessário¹³³. Então “de range rede” e “quase barranqueiro”, Riobaldo

¹³¹ Γέγραφε δὲ καὶ ταῦτα ὁ αὐτὸς Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ἑξῆς, ὡς ἕκαστα ἐγένετο, κατὰ θέρη καὶ χειμῶνας, μέχρι οὗ τὴν τε ἀρχὴν κατέπαυσαν τῶν Ἀθηναίων Λακεδαιμόνιοι καὶ οἱ ξύμμαχοι, καὶ τὰ μακρὰ τεῖχη καὶ τὸν Πειραιᾶ κατέλαβον. ἔτη δὲ ἐς τοῦτο τὰ ξύμπαντα ἐγένετο τῷ πολέμῳ ἑπτὰ καὶ εἴκοσι. (...) αἰεὶ γὰρ ἔγωγε μέμνημαι, καὶ ἀρχομένου τοῦ πολέμου καὶ μέχρι οὗ ἐτελεύτησε, προφερόμενον ὑπὸ πολλῶν ὅτι τρεῖς ἐννέα ἔτη δέοι γενέσθαι αὐτόν. ἐπεβίωον δὲ διὰ παντὸς αὐτοῦ αισθανόμενός τε τῇ ἡλικίᾳ καὶ προσέχων τὴν γνώμην, ὅπως ἀκριβές τι εἶσομαι καὶ ξυνέβη μοι φεύγειν τὴν ἑμαυτοῦ ἔτη εἴκοσι μετὰ τὴν ἐς Ἀμφίπολιν στρατηγίαν, καὶ γενομένῳ παρ' ἀμφοτέροις τοῖς πράγμασι, καὶ οὐχ ἦσσαν τοῖς Πελοποννησίων διὰ τὴν φυγὴν, καθ' ἡσυχίαν τι αὐτῶν μάλλον αισθέσθαι. τὴν οὖν μετὰ τὰ δέκα ἔτη διαφορὰν τε καὶ ξύγχυσιν τῶν σπονδῶν καὶ τὰ ἔπειτα ὡς ἐπολεμήθη ἐξηγήσομαι.

¹³² Exemplos de ocorrências pontuais: Th.1.1.2, 1.20.1, 1.23.5, 2.48.3, 6.55.1-3; e extensa: Th.1.22. Sobre o emprego da primeira pessoa como novidade herodotiana, em contraste com a forma tradicional homérica, não intrusiva, de narrar, à qual Tucídides adere, cf. Rocha 2008: 59.

¹³³ Cf. M. Seligmann-Silva (2009: 130-132) e a proposta de ler o *GSV* como um dispositivo

(re)constrói para o “senhor” a própria trajetória após a voragem dos anos. Na ânsia por aliviar a sensação de exílio e perplexidade ante o caos enigmático da existência (Gersen 2009: clxx e clxxv), interroga:

Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente – o que produz os ventos. Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura (p. 203).

A longa reflexão divide ao meio a travessia¹³⁴. Riobaldo constata, é verdade que bem por outras razões, o valor do “descanso na loucura”. Se, porém, as razões exorbitam da política para a plethora da dúvida generalizada, o âmbito sinalizado pelo descanso é precisamente o mesmo em que Tucídides enxerga a si mesmo e a algo dos referidos estrategos: o mo(vi)mento de con(cen)tração ativa em que a serenidade reflexiva consegue (re)criar, atribuindo sentidos, a trajetória progressa, isto é, o mo(vi)mento de pausa na “loucura” da guerra e da própria vida para reavaliar, narrando, o passado e o presente. “Aumentar a cabeça” é a presentificação mesma do procedimento, se não da narrativa: do cotidiano da jagunçagem até o problema do amor e da inquietação metafísica e existencial, o que Riobaldo indicia é a ponderação meditada “nesta boa cadeira grandalhona de espreguiçar” que acabará por enformar o livro inteiro. O “descanso” forjado na, e pela, narrativa, concentra num mesmo ponto, entrecruzando linhas mes-tras, os principais dilemas do narrador que a sequência imediata explicita:

Deus é que me sabe. O Reinaldo era Diadorim – mas Diadorim era um sentimento meu. Diadorim e Otacília. Otacília sendo forte como a paz, feito aqueles largos remansos do Urucúia, mas que é rio de braveza. Ele está sempre longe. Sozinho. Ouvindo uma violinha tocar, o senhor se lembra dele.

confessional para a construção da verdade e do indivíduo. Sobre a narrativa como meio de presentificação do passado, meio privilegiado pelo traumatizado que sofre de excesso de memória – caso tanto de Riobaldo quanto de Tucídides –, idem: 135-136. Outro modo de pensar a questão é pelo prisma da imaginação romântica, que “makes the subjunctive seem inherently superior to the indicative”, como “an implicit comment on the paucity of the present” (Eagleton 2014:103).

¹³⁴ Sobre a importância estrutural da reflexão para a configuração da narrativa cf. Roncari 2004: 79; Rosenfield 2006: 154-155, que a discute em associação à centralidade de “O espelho” nas *Primeiras histórias*, e p. 385-387 (“*A divisão mediana*”); e Rowland 2011: 226-237, que identifica nessa seção do *GSV* um momento de “curto-circuito entre a autoria e a recepção, em que a releitura pode ser proposta no lugar da continuação da narração, e em que esta é definitivamente contaminada com a consciência da repetição” (p. 236), definindo “o meio como o lugar dessa resistência” (*i.e.*, prolongamento e negação de um final) (p. 237).

Uma musiquinha até que não podia ser mais dansada – só o debulhadinho de purezas, de virar- virar... Deus está em tudo – conforme a crença? Mas tudo vai vivendo demais, se remexendo. Deus estava mesmo vislumbrante era se tudo esbarrasse, por uma vez. Como é que se pode pensar toda hora nos novíssimos, a gente estando ocupado com estes negócios gerais? Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo. Eu penso é assim, na paridade. *O demônio na rua...* Viver é muito perigoso; e não é não. Nem sei explicar estas coisas. Um sentir é o do sentente, mas outro é o do sentidor.

A ponderação culmina em lucidez plena, a percepção serena da equivalência entre existir e não existir realçada pelo não saber e pela relatividade da percepção¹³⁵. A “paridade” do pensamento, a capacidade de atravessar os mais distantes polos de significação atentando para o permanente devir que entre eles transcorre em cômputos permanentes, solapa por implicação qualquer certeza que possa vir a ter o narrador, intermediário de olhar sempre móvel. A lucidez na maturidade escancara o anseio por clarividência de quem reconstrói a própria trajetória. A capacidade de resguardar a própria serenidade *em meio* ao torvelinho da existência é tão somente a condição primeira para a busca de esclarecimento sobre o passado, para o olhar da memória voltado para trás como para diante¹³⁶. Riobaldo fala de algo que, por sua vez, também demonstra na prática no exato momento em que o exercita, ciente de que essa operação é basilar mas jamais definitiva.

Nessa reflexão, a ficção rosiana evidencia um ponto comum – um cômputo – com a mimese tucidideana¹³⁷. Como “resposta oblíqua a uma certa configuração do real”¹³⁸, a ficção entrelaça o horizonte de possibilidades, em que

¹³⁵ A questão tem desdobramentos muito mais amplos, sobretudo quando associada ao problema do mal, que não discutirei aqui. Cf. a respeito Rosenfield 2006: 217-248, 289-293 e 373-384 (sobre os causos do início do *GSV* até o encontro com o Menino, sobre *Zé Bebelo* e *Hermógenes*, *passim*); Seligmann-Silva 2009: 139-141 (sobre *Maria Mutema*) e Mazzari 2010: 17-91 (sobre o pacto).

¹³⁶ “Tem cisma não. Pensa para diante” (p. 395), responde Quelemém quando Riobaldo acaba de narrar a própria história uma primeira vez.

¹³⁷ Sobre a diferença entre ficção e mimese: “[a] mimesis ancora a obra no mundo. (...) A mimesis procura o subsolo” (Lima 2006: 207); “[ã] diferença da mimesis, na ficção tematiza-se o ato da imaginação produtora e não a sua articulação com uma certa comunidade ou sociedade humana. Toda ficção supõe uma mimesis em ação, ainda quando, de imediato, seja impossível reconhecê-la” (idem: 211; itálicos e destaques no original).

¹³⁸ Lima 2006: 119. Pouco acima, à mesma página, o autor escreve: “à medida que o ficcional se liberta, e nunca o será de todo, dos mecanismos de controle, e nunca pretende dizer a verdade do que foi, seu critério de apreciação fundamental concerne à sua construção verbal. Mas o acerto de princípio das duas abordagens apresenta riscos também imediatos: para a escrita da história, o descaso da construção verbal a que é correlato o elogio do estilo como uma prenda extra. Não se trata de que assim se desconsidera a dimensão estética da historiografia (!), mas sim de que, tomando a linguagem como mera transparência para o registro de conteúdos, o analista da historiografia ou o próprio historiógrafo não se preparam para perceber como a composição dos eventos e a função assegurada a instituições e planos de análise (econômica,

o “descanso” pode ser compreendido, ao de problemas, pessoais e político-militares, vivenciados pelo narrador. A mimese tucidideana possibilitada pelo mo(vi)mento de *besychia* realiza-se dentro de semelhante entrecruzamento, ora sublinhando o valor de um estrategista por sua maior ou menor¹³⁹ capacidade de perseverar coerentemente nas próprias resoluções, ora problematizando a condição do narrador no, e pelo, ato mesmo de sua escrita. A despeito do gênero e do mo(vi)mento em que são enformadas ficção e mimese historiográfica, a percepção ou a construção da pausa espaço-temporal anunciada por *besychia* e descanso enforma a condição de possibilidade das obras mesmas, isto é, indicia a abertura no interior da qual podem ser problematizados os análogos desdobramentos decorrentes deste e daquela – a possibilidade de narrar com lucidez. Ficção e mimese contribuem uma para com a outra não necessariamente por eventuais relações sinedóquicas (figurativa ou processual) entre si, mas sobretudo pela sinalização de um “objeto transicional” em cujo interior o instável, o diferente e o contraditório podem ser compreendidos.

Assim como em Tucídides, também no *GSV* o mo(vi)mento de pausa criadora é excepcional, pois outros há que não a conjugam com lucidez como na reflexão precedente, ou não o fazem plenamente, ou desencadeiam efeitos adversos. Três exemplos notórios são suficientes. Na travessia do São Francisco junto do Menino, é este quem permanece calmo e lúcido todo o tempo, não o narrador, sobressaltado com angústia, pavor e vergonha a ponto de só recobrar lucidez e coragem *após* vivenciar as alheias – e isso ao tempo da narração, não necessariamente do narrado¹⁴⁰. O mo(vi)mento do pacto é silêncio sem descanso nem lucidez – muito ao contrário. Riobaldo é tragado pela dúvida e desnorteio, vindo a retomar algum fio de pensamento apenas quando de volta ao acampamento¹⁴¹. E, no Paredão, a espera e o isolamento são vividos sem descanso, o

política, sóciopsicológica etc) afetam a própria constituição do objeto historiográfico”.

¹³⁹ Casos, por exemplo, de Temístocles, Brásidas, Demóstenes ou Gilipo.

¹⁴⁰ “Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo! Enxerguei os confins do rio, do outro lado. Longe, longe, com que prazo se ir até lá? Medo e vergonha”, “[n]ão pensei nada. Eu tinha o medo imediato. E tanta claridade do dia”, “[o] menino sorriu bonito. Afiançou! – Eu também não sei. Sereno, sereno. Eu vi o rio. Via os olhos dele, produziam uma luz” (p. 70); “[s]entamos, por fim, num lugar mais salientado, com pedras, rodeado por áspero bamburral. Sendo de permanecer assim, sem prazo, isto é, o quase calados, somente” (p. 71); “[o] menino abanava a faquinha nua na mão, e nem se ria. Tinha embebido ferro na côxa do mulato, a ponta rasgando fundo. A lâmina estava escorrida de sangue ruim. Mas o menino não se aluía do lugar. E limpou a faca no capim, com todo capricho. – Quicé que corta... – foi só o que disse, a si dizendo. Tornou a pôr na baina” (p. 72).

¹⁴¹ “Voz minha se estragasse, em mim tudo era cordas e cobras. E foi aí. Foi. Ele não existe, e não apareceu nem respondeu – que é um falso imaginado. Mas eu supri que ele tinha me ouvido. Me ouviu, a conforme a ciência da noite e o envir de espaços, que medeia. Como que adquirisse minhas palavras todas; fechou o arrocho do assunto. Ao que eu recebi de volta um adêjo, um gozo de agarro, daí umas tranquilidades – de pancada. Lembrei dum rio que viesse adentro a casa de meu pai. Vi as asas, arqueei o puxo do poder meu,

desfalecimento sem questões e, por fim, a lucidez sem remissão ante a morte e o reconhecimento do corpo de Diadorim¹⁴².

Riobaldo reexamina a própria trajetória em decorrência do cômputo sinalizado pela serenidade presente face ao torvelinho pretérito. Também Tucídides, detentor das minas da Trácia vencido e banido da pátria, empenha o tempo que resta para compreender problemas que ainda o atormentam, como a ruína da própria Atenas. Ambos se mostram homens vergados de vivências que precisavam exprimir e narram em decorrência do fracasso, eles que tiveram na vida a mestra da narrativa, em paradoxal situação de autonomia (narradora) impotente (para outro agir) deflagrada pela clarividência que não puderam, ou não souberam, manifestar no mo(vi)mento decisivo. Em duas narrativas que têm no movimento seu integrante fundamental, a pausa criadora se abre como exceção necessária contra a aporia sufocante do caos e da inação. Criadora, jamais ociosa ou parasitária, a pausa é por ambos fecundada como recusa ao esquecimento e reconstrução da lembrança – aumento da cabeça e detecção do problemático, não apenas fruição nostálgica.

naquele átimo. Aí podia ser mais? A peta, eu querer saldar: que isso não é falável. As coisas assim a gente mesmo não pega nem abarca. Cabem é no brilho da noite. Aragem do sagrado. Absolutas estrelas!” (p. 275). Pouco depois, porém, já no acampamento: “[t]udo agora reluzia com clareza, ocupando minhas ideias, e de tantas coisas passadas diversas eu inventava lembrança, de fatos esquecidos em muito remoto, neles eu topava outra razão; sem nem que fosse por minha própria vontade. Até eu não puxava por isso, e pensava o qual, assim mesmo, quase sem esbarrar, o todo tempo.” (p. 276).

¹⁴² “E que o furor da guerra, lá fora, lá em baixo, tomava certa conta de mim, que a quase eu deixava de dar fé da dôr-de-cabeça, que forte me doía, que doesse vindo do céu-da-boca, conforme desde, aos poucos, que o fogo tinha começado. E que água não provei bebida, nem cigarro pitei. Esperançando meu destino: desgraça de mim! Eu! Eu...” (p. 385); “[a]ltirar eu pude? A breca torceu e lesou meus braços, estorvados. Pela espinha abaixo, eu suei em fio vertiginoso. Quem era que me desbraçava e me peava, supilando minhas forças? – Tua honra... Minha honra de homem valente!... – eu me, em mim, gemi: alma que perdeu o corpo. O fuzil caiu de minhas mãos, que nem pude segurar com o queixo e com os peitos. Eu vi minhas agarras não valerem! Até que trespassei de horror, precipício branco” (p. 386); “[c]onforme conto. Como retornei, tarde depois, mal sabendo de mim, e querendo emendar nó no tempo, tateando com meus olhos, que ainda restavam fechados. Ouvi os rogos do menino Guirigó e do cego Borromeu, esfregando meu peito e meus braços, reconstituindo, no dizer, que eu tinha estado sem acordo, dado ataque, mas que não tivesse espumado nem babado. Sobrenadei. E, daí, não sei bem, eu estava recebendo socorro de outros – o Jacaré, Pacamã-de-Presas, João Curiol e o Acauã –: que molhavam minhas faces e minha boca, lambi a água. Eu despertei de todo – como no instante em que o trovão não acabou de rolar até ao fundo, e se sabe que caiu o raio...” (p. 387); “– A Deus dada. Pobrezinha... / E disse. Eu conheci! Como em todo o tempo antes eu não contei ao senhor – e mercê peço! – mas para o senhor divulgar comigo, a par, justo o travo de tanto segredo, sabendo somente no átimo em que eu também só soube... Que Diadorim era o corpo de uma mulher, moça perfeita... Estarreci. A dôr não pode mais do que a surpresa. A côice darma, de coronha... / Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível; e levantei mão para me benzer – mas com ela tapei foi um soluçar, e enxuguei as lágrimas maiores. Uivei. Diadorim! Diadorim era uma mulher. Diadorim era mulher como o sol não acende a água do rio Urucúia, como eu soluzei meu desespero.” (p. 389)

A INTERROGAÇÃO FUNDANTE

Tucídides e Riobaldo trabalham na *hesychia* ou descanso a interrogação que funda e fundamenta a efetiva busca de entendimento dessa nova situação. Ambos combatem o vazio do exílio com a proposição de um saber nascido da rememoração tão incessante quanto cautelosa¹⁴³. Uma mesma questão atravessa tanto o *GSV*, que a todo instante a tangencia¹⁴⁴, quanto a narrativa de Tucídides, que por outras palavras a aponta como procedimento nucleador. Sua formulação explícita e sintética se encontra na estória “O espelho”: “o julgamento-problema, podendo sobrevir com a simples pergunta: – “*Você chegou a existir?*” (p. 451; itálicos e aspas no original)¹⁴⁵. Tucídides tem por problema central a busca da verdade (*he zetesis tes aletheias* – 1.20.3)¹⁴⁶ inseparável de sua habilidade ajuizante (1.22). A busca da verdade da existência dos narradores orienta ambas as narrativas, elas mesmas a verdade e existência legadas como linguagem. Busca que exprime, pelos diferentes gêneros e intenções enformados, um segundo procedimento de mimese criadora. Assentados em um ponto de vista a todo tempo conscientemente exterior mesmo em relação a si próprio, permanentemente alerta ao devir e dramaticamente irônico, ambos os narradores “exploram o intervalo entre intenções e efeitos” por meio do reexame constante das próprias memórias e das atitudes alheias, em permanente ironia buscadora diante da absoluta maioria das manifestações da vida, fadadas a desaparecer esquecidas. Em outros termos, a atitude assumida pela lucidez clarividente no encaicho do que tem por verdade¹⁴⁷.

¹⁴³ Sobre a negatividade fundamental – nonada – e condição da positividade, cf. Rosenfield 2006: 209-210 e 281-283 (a respeito de Diadorim); sobre a prova, no testemunho, como falta, de modo que “o testemunho dá a ver o ‘nada’, o vazio”, cf. Seligmann-Silva 2009: 144; sobre a matriz idealista da questão, cf. Eagleton 2014: 52.

¹⁴⁴ De modo talvez o mais nítido quando Riobaldo afirma “[q]ue isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...” (p. 145). Quando inicia a reflexão do meio da travessia, Riobaldo pergunta diretamente: “[m]inha vida teve meio-do-caminho?” (p. 200).

¹⁴⁵ Minha leitura da estória não desconsidera seu caráter irônico e paródico, conforme discutido por Pacheco 2006: 221-242 e Rosenfield 2006: 119-138.

¹⁴⁶ Sobre o problema da verdade como ânsia por um mundo estável – o que não é o caso nem de Tucídides, nem de Riobaldo – cf. Lima 2006: 242.

¹⁴⁷ Sobre a questão da ironia dramática ou socrática, cf. “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, seção I. Sobre a ironia e a auto-ironia de Riobaldo, cf. Bolle 2004: 40-1; de Guimarães Rosa, cf. Arrigucci Jr. 1994: 25; Hansen 2012: 123.

Tais questões, porém, para além dos problemas não pequenos que já as sobrecarregam por seus próprios termos de labilíssima abrangência, atrelam, em ambas as narrativas, os fenômenos a serem investigados à habilidade ajuizante do investigador. O exame deste problema é mais fecundo que o daquele. Tucídides condiciona a verdade a ser alcançada ao filtro de seu meticuloso questionamento, recusando-se a aceitar o alheio sem prévio exame¹⁴⁸. Riobaldo, por sua vez, vai ainda mais além, reelaborando seguidas vezes as próprias memórias narradas já uma primeira vez a Quelemém, então novamente ao “senhor”. A potência criadora do jagunço letrado testa a si mesma no doutor da cidade assim como o ex-estratego recusa com independência versões oficiais, correntes, percíveis ou ilusórias do real.

Se a realidade tangenciada, e por isso transgredida, pela ficção rosiana irrealiza o real, o imaginário que Tucídides submete a penosa configuração (*epíponos de heurisketo* – Th.1.22.3) perde seu caráter difuso realizando-se em narrativa historiográfica igualmente transgressora¹⁴⁹, ao verter a narrativa em linguagem marcadamente pessoal, ao apartar-se sistematicamente de quaisquer eventuais predecessores e coetâneos, e ao empenhar-se meticulosamente para eliminar do texto tudo o que entendesse por equívoco ou mentira. Em ambos os casos, a ironia da pergunta pela verdade decorre da lucidez prévia e exige análogo empenho do leitor ansioso por acompanhar seus desdobramentos.

Também Riobaldo desde o início põe em alerta o ouvinte/leitor contra a fruição ingênua, confiada ou inepta de sua narração, exprimindo claramente distanciamiento e habilidade investigativa – farejadora – em busca da ideia própria:

O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre – o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! (p. 12).

Do mesmo modo, sinaliza ao ouvinte/leitor a necessidade de empenho igual ou superior para vencer a dificuldade ainda maior de enfrentar também aquelas que já o são para o próprio narrador:

¹⁴⁸ Cf. Th.1.22.1-3 e meditação anterior. Também em outros passos Tucídides manifesta claramente a distância que toma de outros referentes: de Heródoto (1.23.1, sem nomeá-lo mas em clara alusão); de Helânico e demais predecessores (1.97.2); de Homero (1.9.3, 1.10.3, 6.2.1). Cf. também Soares 2014: 597. O conceito de *mimesis* trabalhado por P. Ricoeur e central ao pensamento de M. Soares (2013; 2014) integra igualmente o horizonte de reflexão de Costa Lima (2006: 385).

¹⁴⁹ Sobre as noções de irrealização, realização, transgressão e imaginário: Iser 2013: 33 e Lima 2006: 282-285; para a noção de configuração e desdobramentos advindos da reflexão ricoeuriana: Soares 2014.

O senhor sabe?! não acerto no contar, porque estou remexendo o vivido longe alto, com pouco carôço, querendo esquentar, demear, de feito, meu coração, naquelas lembranças. Ou quero enfiar a ideia, achar o rumozinho forte das coisas, caminho do que houve e do que não houve. As vezes não é fácil. Fé que não é” (p. 115-6).

Narrar, elaborar a própria verdade, é tão árduo quanto a própria vida para quem “erige o texto como espaço privilegiado, lugar da verdade, da clareza, da coerência, de tudo aquilo a que a razão aspira enquanto se debate na desordem do existir” (Galvão 1986: 88) e, acrescente-se, move-se de um polo a outro sempre ciente da precariedade de cada um deles:

Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado (p. 121).

O intervalo da lucidez serena sustenta o efeito que a interrogação fundante almeja trazer cuidadosamente à luz: como alcançar a verdade e *fazer ver* o narrado¹⁵⁰, meta a mais cara tanto a Tucídides (“quantos desejarem examinar o que do passado é evidente [*to saphes skopein*] e que há de ser igual ou semelhante no futuro, segundo a humanidade, isso bastará para distinguir a obra como útil” – Th.1.22.4) quanto reiterada pelos decalques do exponencialmente significativo “mire veja” de Riobaldo. É precisamente nessa ambição que se evidencia como “a história não se desvencilha, radicalmente, do que poderia ter sido” (Lima 2006: 385), assim como tampouco a ficção deixa de tocar o mundo (idem: 225)¹⁵¹.

Fazer ver é fazer (re)viver o ausente pelo narrador, tão dono absoluto do passado quanto impotente na posse do que sabe, e sobretudo pelo leitor. Ambos, Tucídides e Riobaldo, se mostram homens devastados pela dúvida e pela

¹⁵⁰ Cf. “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, seção III (última nota) e também Hartog 2005. Sobre os antecedentes retóricos antigos da noção de “fazer ver” e sua retomada na modernidade: Soares 2014: 435-7 e, em especial: 576-82, sobre a representância da história e os modos como o historiador a constrói; e ainda Soares 2011, Grethlein 2013: 92-3 e 114-8. Em tempo: Tucídides jamais emprega ἵστωρ ou ἱστορία. É sua atitude, mais do que o conceito, que fundamenta a afirmação. Além do passo mencionado, também já no primeiro parágrafo contrapõe a impossibilidade de σαφῶς μὲν εὐρεῖν o passado longínquo à forçosa limitação da crença nele (1.1.2). Sobre a dissolução de categorias abstratas tradicionais por Guimarães Rosa em benefício de uma narrativa vivaz, cf. Bolle 2004: 394; Hansen 2012: 129.

¹⁵¹ Sobre a questão da referencialidade e da prefiguração como definidoras da história por contraposição à ficção, cf. respectivamente Soares 2014: 359-368 e p. 501-528.

incerteza decorrentes da perda de quase tudo o que lhes fora mais caro em vida. São sobreviventes ao naufrágio das próprias expectativas e que porfiam com o passado pelo futuro. Daí a desconfiança e o empenho obsessivos de ambos, sempre fundeados no original questionamento, em converter possibilidades de pausa e clarividência em mo(vi)mentos para aquisição de um mínimo de certeza sobre o passado e o presente. A Atenas vencida por Esparta, cuja antiga pujança personificavam duas de suas mentes mais lúcidas e decisivas, Péricles e Diodoto, elocutores das falas talvez as mais clarividentes da obra; e a melancolia de Riobaldo transpassado pela saudade e pela culpa (Galvão 1986: 132), cuja “tentativa de ‘repor Diadorim em vida’ descreve no mapa a figura do infinito” (Bolle 2004: 258) – ambas as re-vivências ou re-visões concentram para o leitor o que há de mais transgressor nas duas narrativas: a aspiração à verdade a um só tempo única e tangível a despeito de qualquer obstáculo material ou humano, aspiração refratária a toda forma de senso comum e negligência crédula, num desmedido esforço por clareza (Th.1.22); e o anseio por re-presentificar, por não deixar efetivamente morrer aquilo que o tempo tenta irremediavelmente tragar da memória, numa batalha sempre desigual, porque infinita. Partindo do possível e existente, cada um se empenha pelo impossível apoiado numa questão análoga à do outro.

A INDETERMINAÇÃO DA MULTIPLICIDADE

Como desdobramento maior da busca da verdade existencial, ambos os narradores exprimem também logo de início o anseio de perenidade e triunfo sobre os efeitos do tempo, isto é, de totalização da experiência narrável, assim sinalizando o terceiro procedimento comum à narrativa de ambos. Se a pausa é condição e a interrogação, movente, a indeterminação é tentativa de preenchimento da abertura entrevista. Anseio e tentativa, isto é, esforços sem garantia nem efetividade de concretização, (des)enformam narrativas que se mantêm permanentemente abertas e potencialmente infinitas.

Tucídides é explícito: “quantos desejarem examinar o que do passado é evidente e que há de ser igual ou semelhante no futuro, porque humanos (*to anthropinon*), isso bastará para distinguir a obra como útil. Ela foi composta como aquisição perene (*ktema te es aiei*), mais do que como declamação de circunstância” (Th.1.22.4). Múltiplos por excelência são a agência humana e o tempo sempre imbricados. A fundamentação do “elemento humano” ou “natureza humana” é preocupação constante de Tucídides e reaparece em outros passos-chave¹⁵². Mas ao contrário do que uma leitura isolada ou apressada de Th.1.22.4 poderia sugerir, a associação, nesses demais passos, de *tropos* e *physis*, vocábulos que conotam atividade, a distintas temporalidades e formas de poder, evidencia antes transição e movimento que um referente fixo ou imutável. A perenidade do devir do “elemento humano” almeja ancorar na eternidade a valia gnoseológica da obra, um *ktema* ou “bem para sempre” indeterminante que é fruto do exame do indeterminável¹⁵³. E culminam, ainda, na total imprevisibilidade desse devir as obscuras manifestações do acaso, a um só tempo esvaziado de intenção e esvaziante, que Tucídides por vezes identifica em episódios decisivos como o da ocupação de Pilos (4.2-14), narrado de modo a sugerir a mais casual das ocorrências¹⁵⁴. Acaso que, não raro, entreabre novas pausas para novas questões,

¹⁵² Por exemplo: 1.76.2 (ἀπὸ τοῦ ἀνθρωπειοῦ τρόπου), 3.45.7 (τῆς ἀνθρωπειᾶς φύσεως), 3.82.2 (ἢ αὐτῆ φύσις ἀνθρώπων), 3.84.2 (κρατήσασα ἢ ἀνθρωπεῖα φύσις), 4.61.5 (τὸ ἀνθρώπειον).

¹⁵³ A respeito da peste, Tucídides escreve que “eu, que fui acometido e vi outros padecendo, direi como ela ocorreu e mostrarei o que, se examinado (ἀφ’ ὧν ἄν τις σκοπῶν) caso porventura volte a acontecer, redundará em máxima providência não despreparada” (2.48.3). Sobre a função crucial do κτήμα como vínculo entre conhecimento do passado e entendimento do presente, cf. Raafflaub 2013.

¹⁵⁴ E do mesmo modo concluído: “atenienses e peloponésios retiraram-se de Pilos para casa cada um com seu exército, e a promessa de Cleão, embora insana, concretizou-se: em vinte dias ele retornou com os soldados conforme havia proposto. Esse foi para os gregos o evento mais

tal qual na ocasião em que Tucídides chegou tarde a Anfípolis, que Brásidas acabava de ocupar (Th.4.106.3), ou quando “de repente” Riobaldo viu “um menino, encostado numa árvore, pitando cigarro” (p. 68)¹⁵⁵.

Logo às primeiras páginas, Riobaldo cunha a fórmula que, com pequenas variações, ponteará toda a narrativa: “[q]ue o que gasta, vai gastando o diabo de dentro da gente, aos pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor – compadre meu Quelemém diz. Família. Deveras? É, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é...” (p. 9). Superando heracliteamente as leis da lógica formal; alçando-se da questão pontual e íntima para o ouvinte, e deste para o mais universal existente¹⁵⁶, Riobaldo enuncia ao mesmo tempo o tema e a extensão do próprio discurso: a infinitude incontornável, isto é, o mal íntimo e exterior, o sofrimento, o amor, o além, a vida pacata, a cabeça que aumenta. O acaso campeia, por vezes decisivo, desde o apólogo da mandioca doce que vira azangada. A narração transcorre livre sob ardilosa aparência de aleatória, infundindo ou esvaziando sentidos conforme a forçosa determinação que o narrador exprima, não a que eventualmente algum objeto ou personagem se lhe imponha¹⁵⁷. Também Tucídides, quanto mais esmiúça o “elemento humano” em suas diversas e distintas agências, tanto mais amplia o mapa de possibilidades que a leitura fomenta: quanto maior o *ktema*, tanto mais livre a ação e o entendimento humanos.

O que poderia preencher cada narrativa decorre da homologia existencial de seus narradores. O amor por Diadorim e Otacília, o apreço pelos antigos companheiros, pelo compadre Quelemém, as (inde)cisões entre deus e o demônio, a aversão a Hermógenes, por exemplo; e a admiração por Péricles, Diodoto¹⁵⁸

ilógico (παρὰ γνώμην) desta guerra” (Th.4.39.3-40.1). Também no diálogo mélio as menções à τύχη são recorrentes (e.g., 5.104, 111.3, 112.2 e 113). Sobre as funções e âmbitos de γνώμη e τύχη para Tucídides, cf. Edmunds 1975.

¹⁵⁵ Riobaldo reforça o caráter fortuito e promissor do encontro cumulando-o de questionamentos: “onde é bobice a qualquer resposta, é aí que a pergunta se pergunta. Por que foi que eu conheci aquele Menino? O senhor não conheceu, compadre meu Quelemém não conheceu, milhões de milhares de pessoas não conheceram. O senhor pense outra vez, repense o bem pensado: para que foi que eu tive de atravessar o rio, defronte com o Menino?” (p.73).

¹⁵⁶ K. Rosenfield (2006: 288) assim introduz a questão: “[a] ‘nebulosa’ associativa, reflexiva e rememorativa, que constitui esse romance, parece, na verdade, densificar-se em torno de uma problemática especulativa e filosófica que nos coloca a pergunta geral e de cunho universal: ‘Em que consistem a essência e a verdade da guerra?’ e ‘o que essa verdade nos revela do ser humano?’”. Se o início é peculiar ao *GSV*, a segunda metade também se inscreve na narrativa de Tucídides.

¹⁵⁷ A conclusão de Hansen 2012: 126 ilustra o procedimento: “[a]ssim, quanto mais Deus e o diabo se enchem de ser, mais se esvaziam no nada; e quanto mais se esvaziam, mais se tornam a encher, para novamente esvaziar-se, nonada”.

¹⁵⁸ Diodoto, filho de Êucrates, é personagem mencionada somente por Tucídides e na referida ocasião. Não escapou a S. Hornblower o quanto “é artisticamente satisfatório ver o famoso e perturbador Cleão confrontado e derrotado em seus próprios termos por uma figura totalmente

e Hermócrates, além do próprio empenho em recriar-se como narrador após o fracasso militar que o baniria definitivamente da vida política, sinalizam polos em torno dos quais se movem os referidos procedimentos. Polos e procedimentos dialetizam a construção de sentido impulsionada pela relação entre as ações de narradores e personagens. Nenhum dos narradores é concebível sem as personagens mencionadas. São delas, mais do que de qualquer outro integrante, que dimanam os sentidos rastreáveis em cada narrativa, de modo que o narrador, ao mesmo tempo que os imprime, também os persegue de olho na verdade que dá a ver. São as personagens, por outras palavras, que enformam a verdade indeterminada e tangível de suas narrativas. As pausas que descortinam, como os mo(vi)mentos que ensejam, cavam poros pelos quais verdade e ficção se tocam e articulam, mutuamente contribuindo seja para a inscrição no real vivido, seja acenando a horizontes de sentido para a compreensão atenta.

Indeterminados nas duas narrativas, porém, não são apenas seus integrantes explícitos. Quanto maior e mais complexa a trama, mais dilatados os silêncios que dá a ler. Mais do que que aquilo que afirmam, Tucídides e Riobaldo contribuem para “uma avaliação do que está presente no texto pelo que dele se ausenta” (Lima, 2006: 286, retomando W. Iser). Quando escreve que *epiponos de heurisketo* (Th.1.22.3), e quando atribui a Péricles uma constatação análoga no proêmio do *Epitáfio*¹⁵⁹, Tucídides acentua apenas as dificuldades inerentes à reconstrução discursiva, jamais as soluções mediante as quais as superou (Pires 1998). E Riobaldo, num mo(vi)mento de extrema con(cen)tração lúcida e ávida após o encontro com o Menino, insiste: “[o] sério pontual é isto, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo; e escute desarmado. O sério é isto, da estória toda – por isto foi que a estória eu lhe contei –: eu não sentia nada. Só uma transformação, pesável. Muita coisa importante falta nome” (p. 72)¹⁶⁰. Tamanha insistência e cautela só adquirem sentido na dialética permanente da recepção, culminando no leitor que visualiza nomes e coisas o processo de indeterminação do múltiplo real ou fictício. A única determinação a ambos imposta, que narradores e leitores podem computar como irremissível e exata, continua sendo a morte.

Ambas as narrativas se abrem para o leitor como convites a que leve a cabo e atualize a transgressão das múltiplas indeterminações que descortinam ante seus olhos, suplementando o potencial do silêncio, do não dito e da linguagem

obscura que então se retira para as sombras de onde viera” (1991: 432). Valeria mencionar também o quanto os nomes de filho e pai são evocativos no contexto da fala daquele.

¹⁵⁹ “É difícil adotar um tom justo quando a apreciação da verdade dificilmente está em bases firmes” (Th.2.35.2).

¹⁶⁰ Para a discussão de outros exemplos de vazios de significação em Guimarães Rosa e necessidade da suplementação por parte do leitor, cf. Hansen 2012. Pasta Jr. 1999: 65 atenta para as dificuldades do leitor para “explicar a indeterminação”.

pelo sentido a ser atribuído. A multiplicidade, por outras palavras, é gerada pelo texto mas com ele não confina. Legando ao leitor não só o evidente da linguagem como ainda o vazio formal a ser interpretado, ambos os narradores constróem também novas pausas para leituras criadoras capazes de empenhar um esforço no mínimo igual ao da primeira criação, assim mantendo viva e livre a espiral análoga à própria vida. E a narrativa, meio de encontro e labor, silêncio e travessia, universaliza a precisão do olho criador. Por um capricho do acaso, Tucídides faleceu antes de concluir a obra; e, não por mero capricho do autor, o leitor é insistentemente solicitado por Riobaldo a examinar o que é e não é.

CÔMPITO

Ao notar como a pausa acumula energia que, disparada pela questão fundante, constela a abertura narrável, os narradores evidenciam a própria estima pela vida movente em permanente diferenciação, sinalizando aos leitores como abrir novas possibilidades de prosseguir no mesmo empenho pela atenção à narrativa em si. Sem qualquer sinal de fadiga, fastio ou aversão pelo humano, ambas as narrativas presentificam-se como respostas fecundantes para os problemas perenes da existência e da verdade ao optar pela abertura e não por limites, pelo problema e não por sentenças, pelo constelamento e não pela atrofia. Da habilidade em examinar o caos à questão que a norteia, e desta à coordenação de diferenças num todo que se equilibra sobre indeterminações via de regra fortuitas, enformar a narrativa revela-se um modo peculiar de integrar-se ao ciclo da vida. Empenhar-se por pensar o instável, con-viver e com-preender o múltiplo em sua diferenciação, conscienciosos face às limitações inerentes à apreensão humana, é a resposta fecunda de ambos os narradores ao problema que não dissocia viver e narrar. Os procedimentos de enformação narrativa, únicos e mínimos invariantes ao longo da narração do sempre variável, são convertidos em meios de informação do leitor – nos dois sentidos de formação interior e questionamento da forma. A irrealização da abertura convertida em realização pela questão fundante transgride, compreendendo, a diferenciação ao fim e ao cabo aleatória: na trajetória da pausa à questão e desta à superação desenha-se a espiral da vida como mestra da narrativa¹⁶¹. A pressuposição contrária via de regra se fecha para o sublime que exorbita da prescrição: “do que se difunde ao acaso, como poeira, o mais belo é o cosmo”¹⁶².

No plano da narrativa, a atividade de cada narrador pode ser sintetizada por meio de um exemplo tomado a Platão e projetado miticamente em escala cósmica. Narra o astrônomo Timeu logo ao início da formulação do mito do demiurgo e da criação do cosmo: “ele era bom, e no que é bom jamais surge contra nada malevolência alguma. Sendo isento dela, ele quis que tudo surgisse

¹⁶¹ Os propositores da *historia magistra uitae* tem em Tucídides sua principal referência e pelem por responder a questões como as formuladas por Riobaldo: “[o] senhor nonada conhece de mim; sabe o muito ou o pouco? O Urucúia é ázigo... Vida vencida de um, caminhos todos para trás, é história que instrui vida do senhor, algum? O senhor enche uma caderneta... O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai é mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu. Eu sei” (p. 387).

¹⁶² Heraclit.fr.124 DK: ὥσπερ σάρμα εἰκῆ κεχυμένων ὁ κάλλιστος.

o mais parecido consigo mesmo” (29e)¹⁶³. Criação e motivo, como narração e narrador ou leitor, fecundam-se mutuamente. Esse manancial de pura vertência, chamado alternativamente de todo (27c, 29c), demiurgo (28a), pai (28c), artífice (*poietes* – 28c) e divindade (30a), seria a um só tempo personificação do bem em sentido lato (ético, estético, lógico, físico e metafísico), abertura, princípio fundante e universo por excelência¹⁶⁴, no interior do qual não poderia haver qualquer sinal de malevolência contra nada pois que tudo dele seria parte. Dele e nele tudo manaria sempre. Em escala humana, narradores como Tucídides e Riobaldo emulam tal artífice¹⁶⁵. Distintas sobretudo pela matéria que cada narrador trabalha, suas narrativas irmanam-se, contudo, pela demiurgia lúcida, investigadora e totalizante, manancial comum de que bebem narradores e leitores. Assim como o demiurgo teria feito de si mesmo devir, também cada narrador transforma o vivido em linguagem, autoconstruindo-se sem malevolência alguma – mesmo a ironia é sempre estímulo. Experimento análogo também vive o leitor. Demiurgos para si mesmos, narradores e leitores forjam um mundo onde possam habitar e acolher quem se disponha a aperfeiçoá-lo. Narrar, porque integra, desafia e atravessa fechamentos, é mo(vi)mento em que a linguagem emula e suplementa a própria vida resgatando-a do mero cômputo de bens e males. Se a narrativa de Riobaldo (in)conclui-se com “travessia”, um acaso pejado de possibilidades entrega permanentemente aberta a obra de Tucídides.

O demiurgo seria o único candidato à *perspectiva* em sentido etimológico, isto é, o de visão ubíqua no tempo e no espaço. Seria, assim, o único agente que não precisaria narrar ou ler nada, por conhecer tudo sempre – único a ser o próprio tempo também por ele criado, que dispensaria respostas por não vivenciar aporias. A nós demais humanos, entretanto, competem as tentativas de enfrentar e entender problemas brotados do que tão facilmente nos escapa. Como, porém, fazê-lo? É ainda Platão quem traça hipóteses sobre a transposição e a harmonia entre as escalas demiúrgica e humana pelo conhecimento:

quem se dedicou a amar o conhecimento e também aos pensamentos verdadeiros, e exercitou sobretudo essa parte de si mesmo meditando o que é imortal e divino, caso porventura alcance a verdade, é forçoso tomar parte na imortalidade, tal como possível à natureza humana, sem descurar qualquer

¹⁶³ ἀγαθὸς ἦν, ἀγαθῷ δὲ οὐδεὶς περὶ οὐδενὸς οὐδέποτε ἐγγίγνεται φθόνος· τοῦτου δ' ἐκτὸς ὧν πάντα ὅτι μάλιστα ἐβουλήθη γενέσθαι παραπλήσια ἑαυτῷ. Para todas as menções ao original grego de Platão: Platonis 1968. Em tempo: Tucídides, falecido pouco após o fim da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), não conheceu o *Timeu*, um dos últimos diálogos de Platão (428/7-348/7 a.C.) escrito em anos de maturidade.

¹⁶⁴ Sobre o bem como totalização fundante do cosmos para Platão cf. *Rep.* 508b-c.

¹⁶⁵ Sobre a figuração contemporânea de uma divindade maior – no caso, o deus cristão e ocidental – como signo e pressuposto garantidor de sentido e profundidade, cf. Eagleton 2014: 154-160.

parte dela, e com a peculiar felicidade de quem sempre venera uma divindade mantendo bem ordenado o nume (*daimona*) que habita em si. Tal veneração é a mesma para todos em tudo: restituir a cada um a nutrição e os movimentos apropriados. São movimentos congênitos com o divino que há em nós as meditações e as circunvoluções do todo. É preciso que cada um as acompanhe e, corrigindo os percursos sobre o devir arruinados em nossas cabeças, mediante o exame das harmonias e circunvoluções do todo, assimile a intelecção ao inteligido conforme sua natureza original. E então, após a equiparação, alcance o fim da melhor vida planejada pelos deuses para os homens quanto ao presente e o futuro (90b-d)¹⁶⁶.

O empenho de um duplica o outro, o de dentro o de fora, o do maior o menor e vice-versa. Mas o interessante na hipotética resposta de Platão é ser ela pródiga em questionamentos que reconduzem aos procedimentos há pouco em exame: de que modo se “acompanha”, “corrige”, “assimila” e “equipara”? Tucídides jamais o explicita, contendo-se nas aproximações que ensaia. E para o narrador de “O espelho”, tudo “é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos” (p. 446). Um mínimo de transposição aparentemente irreduzível à descrição torna toda narrativa também sua própria teoria. Quais seriam os “percursos sobre o devir arruinados em nossas cabeças”, ou como se alcança “o fim da melhor vida quanto ao presente e ao futuro”? Ambos, Tucídides e Riobaldo, responderam narrando, enformando a tão frágil e sublime tensão harmônica de contrários.

Um historiador sensível à permeabilidade da história às demais manifestações do intelecto humano cruzou uma vereda que percebia já entreaberta. Em uma sessão do *Grundriß* intitulada “o trabalho da história para seus

¹⁶⁶ τῶ δὲ περὶ φιλομαθίαν καὶ περὶ τὰς ἀληθεῖς φρονήσεις ἐσπουδακότι καὶ ταῦτα μάλιστα τῶν αὐτοῦ γεγυμνασμένῳ φρονεῖν μὲν ἀθάνατα καὶ θεῖα, ἄνπερ ἀληθείας ἐφάπτηται, πᾶσα ἀνάγκη που, καθ' ὅσον δ' αὐτὸ μετασχεῖν ἀνθρωπίνῃ φύσει ἀθανασίας ἐνδέχεται, τούτου μὴδὲν μέρος ἀπολείπειν, ἅτε δὲ αἰεὶ θεραπεύοντα τὸ θεῖον ἔχοντά τε αὐτὸν εὐ κεκοσμημένον τὸν δαίμονα σύννοικον ἑαυτῷ, διαφερόντως εὐδαίμονα εἶναι. θεραπεία δὲ δὴ παντὶ παντὸς μία, τὰς οἰκείας ἐκάστῳ τροφὰς καὶ κινήσεις ἀποδίδοναι. τῷ δ' ἐν ἡμῖν θεῖῳ συγγενεῖς εἰσὶν κινήσεις αἱ τοῦ παντὸς διανοήσεις καὶ περιφοραί: ταύταις δὴ συνεπόμενον ἕκαστον δεῖ, τὰς περὶ τὴν γένεσιν ἐν τῇ κεφαλῇ διεφθαρμένης ἡμῶν περιόδους ἐξορθοῦντα διὰ τὸ καταμανθάνειν τὰς τοῦ παντὸς ἀρμονίας τε καὶ περιφοράς, τῷ κατανοουμένῳ τὸ κατανοοῦν ἐξομοίῳσαι κατὰ τὴν ἀρχαίαν φύσιν, ὁμοιώσαντα δὲ τέλος ἔχειν τοῦ προτεθέντος ἀνθρώποις ὑπὸ θεῶν ἀρίστου βίου πρὸς τε τὸν παρόντα καὶ τὸν ἔπειτα χρόνον. Uma glosa à meditação de Platão, que igualmente condensa os intentos tanto de Tucídides quanto de Riobaldo, é o poema “Saudade”, ao final de *Magma*, sobretudo suas duas últimas estrofes: “Saudade triste do passado, / saudade gloriosa do futuro, / saudade de todos os presentes / vividos fora de mim!... // Pressa!... / Ânsia voraz de me fazer em muitos, / fome angustiada da fusão de tudo, / sede da volta final / da grande experiência: / uma só alma em um só corpo, / uma só alma-corpo, / um só, / um!... / Como quem fecha numa gota / o Oceano, / afogado no fundo de si mesmo...”. Muitos anos depois (carta de 2 de abril de 1965), C. Meyer-Clason enunciará explicitamente ao amigo a comparação: “o Senhor é um demiurgo (*Demiurg*) que paira sobre suas águas nebulosas e ordena o desordenado” (Rosa 2003: 281).

trabalhadores”, Droysen escreve que: “o eu empírico e efêmero se relaciona com o Eu em que o filósofo pensa, o artista cria, o juiz julga, o historiador investiga. O universal, o Eu da humanidade, é o objeto da história. A história é o γνῶθι σαυτὸν da humanidade, sua consciência” (Droysen 1882: 33). Descontados os problemas e limites dessa concepção¹⁶⁷ e a divinação como método heurístico sugerido pelo próprio Droysen (1882: 16), o passo vale para ambas as narrativas, ao exortar o elemento humano livre e aspirante – *daimon*? – a ser princípio e meta dos esforços que empreende. Precisamente aquilo a que tanto Riobaldo quanto Tucídides¹⁶⁸ presentificam e fazem ver: nos termos de W. Iser, uma “heurística da auto-exegese” (2013: 29) fomentada por diferentes respostas que ambos manam a cada leitura.

Ieoana: – Ah, mon ami, vous êtes platonicien!

Sim, é na Pont Neuf que o Sena é mais belo. Mas onde
gosto mais dele é na Pont-au-Change.
(*Do diário em Paris*, fim)

¹⁶⁷ Restrita à historiografia e fundada em um problemático contraste entre história e ciências naturais, como se se tratasse da oposição entre conhecimento teórico e prático: Bürger 1978: 17.

¹⁶⁸ Em contexto e sentido bastante distanciados dos aqui discutidos, Dionísio de Halicarnasso associa Tucídides a δαίμων apodando-o de Θουκυδίδης γούν ὁ δαίμονιώτατος τῶν συγγραφέων (*Lys.*3.27).

**VERDADE, NARRATIVA E
RETÓRICA EM POLÍBIO**

Δέν ελπίζω τίποτα
Δέ φοβάμαι τίποτα
Είμαι λέφτερος
(Epitáfio de Níkos Kazantzákis em Iráclio)

I

O célebre epigrama indicia não apenas a condição do finado poeta conforme ele próprio augurou ainda em vida. Para quem desejou “apresentar a própria ascensão e as pegadas vermelhas deixadas pela subida” misturando verdade e fantasia¹⁶⁹, a constatação não surpreende. Antes, sinaliza e irradia, como centelha massiva, iluminando uma pela outra. Nada esperar nem temer em plena liberdade: a meta que o conciso epitáfio enuncia talvez também implique, pela verdade que encerra, a condição de historiador na Antiguidade, ou pelo menos daqueles que de igual modo meditaram a própria prática sempre alertas ao concurso que ela mantém com outras igualmente comemorativas do passado e do presente, ou mesmo em cada um. Feita, evidentemente, a devida ressalva que nada deve à passagem do tempo: se de igual modo nada espera nem teme, só é o historiador, porém, livre no pleno sentido que aqueles outros dois são, o finado e o poeta, enquanto permanece na abertura da verdade. Já desde a Antiguidade sua liberdade é percebida como qualificada ou temperada, restrita em relação à do poeta e do encomiasta, algo que também Políbio problematiza desde o início da narrativa ao tratar do problema da verdade¹⁷⁰.

Figuram logo ao início das *Histórias* dois parágrafos em que, de modo lapidar, sintético e incisivo, o historiador aqueu toma distância das posturas de outros historiadores e se detém sobre o problema da verdade histórica analisando-o em seus integrantes retóricos ajuizantes e epidíticos¹⁷¹. No primeiro desses parágrafos, Políbio introduz a motivação central de sua crítica:

Não menos do que tais razões, levou-me também a refletir sobre essa guerra o fato de dois historiadores, Filino e Fábio, aparentemente os de maior perícia, terem escrito sobre ela sem reportar-nos a verdade (*aletheian*) como deviam. Quando analiso suas biografias e preferências, não acredito que tenham mentido voluntariamente; antes, parece que padecem de algo que também acomete amantes. Por questão de preferência e total parcialidade os

¹⁶⁹ Καζαντζάκη 1965: 16: “τὸν ἀνήφορον αὐτὸν θά ἴθελα ἐδῶ, μὲ ἀλήθεια μαζὶ καὶ φαντασίᾳ, νὰ παραστήσω· καὶ τὶς κόκκινες πατημασιῆς ποὺ ἀφήκε τὸ ἀνηφόρημά μου”. A meta dessa ascensão é alcançar a visão criadora, para o poeta um cimo alegorizado como “olhar cretense” (Κρητικὴ ματιά – p. 579-93).

¹⁷⁰ Além de Políbio, também Tucídides (1.20-22), Aristóteles (*Poet.*1451b) e Luciano discutiram as relações entre historiografia, poesia e encômio. Sobre Luciano, cf. Brandão 2007 e 2009: 185-228 (in: Luciano de Samósata 2009; às p. 187-8, n. 5, discussão do problema em Plb.2.56) e Ipiranga Jr. 2009.

¹⁷¹ Sobre a retórica deliberativa na obra de Políbio, cf. Thornton 2013c: 21-42.

cartagineses parecem a Filino ter agido sempre de modo sensato, virtuoso e viril, ao contrário dos romanos, enquanto para Fábio a situação é inversa. Em outras circunstâncias da vida talvez ninguém abrisse mão de tal convivência, pois cabe ao homem *probo* votar amizade aos amigos e à pátria, dividindo com amigos o ódio por inimigos e o amor por amigos. Quando, porém, alguém assume a profissão de história (*to tes historias ethos*), é preciso esquecer tudo isso, muitas vezes aprovando e adornando com os maiores elogios (*epainois*) os inimigos, quando seus atos o demandarem, e outras tantas reprovando e censurando (*elegkhein kai psegein*) acintosamente os seus, quando os erros em seus empreendimentos demandarem. Assim como um vivente que, privado da vista, é completamente inútil (*achreioutai to holon*), também a história privada da verdade é narrativa completamente imprestável (*anopheles*). Por isso não se deve hesitar em acusar (*kategorein*) os amigos ou em elogiar (*epainein*) os inimigos, nem é preciso precaver-se contra censurar e elogiar (*psegein ... egkomiazein*) a mesma pessoa, pois não é possível que os agentes sejam sempre bem sucedidos nem plausível (*eikos*) que errem continuamente. Nos relatos históricos, as declarações e opiniões cabíveis (*prepousas*) devem ser adequadas (*epharmosteon*) aos atos, a despeito (*apostantas*) dos agentes. E esta é a ocasião para observar que é verdade o que acabamos de dizer (Plb.1.14)¹⁷².

¹⁷² Τὸ μὲν οὖν ἐξαριθμηῖσθαι τὰ κατὰ μέρος ὑπὲρ τῶν προειρημένων πράξεων οὐδὲν οὔθ' ἡμῖν ἀναγκαῖον οὔτε τοῖς ἀκούουσι χρήσιμον. οὐ γὰρ ἱστορεῖν ὑπὲρ αὐτῶν προτιθέμεθα, μνησθῆναι δὲ κεφαλαιωδῶς προαιρούμεθα χάριν τῆς προκατασκευῆς τῶν μελλουσῶν ὑφ' ἡμῶν ἱστορεῖσθαι πράξεων. διόπερ ἐπὶ κεφαλαίων ψαύοντες κατὰ τὸ συνεχές τῶν προειρημένων πειρασόμεθα συνάψαι τὴν τελευταίαν τῆς προκατασκευῆς τῆ τῆς ἡμετέρας ἱστορίας ἀρχῆ καὶ προθέσει. τοῦτον γὰρ τὸν τρόπον συνεχοῦς γινομένης τῆς διηγήσεως, ἡμεῖς τε δόξομεν εὐλόγως ἐφαπτεσθαι τῶν ἤδη προϊστορημένων ἐτέροις, τοῖς τε φιλομαθοῦσιν ἐκ τῆς τοιαύτης οἰκονομίας εὐμαθῆ καὶ ῥάδιαν ἐπὶ τὰ μέλλοντα ῥηθήσεσθαι παρασκευάσομεν τὴν ἔφοδον. βραχὺ δ' ἐπιμελέστερον πειρασόμεθα διελθεῖν ὑπὲρ τοῦ πρώτου συστάντος πολέμου Ῥωμαίοις καὶ Καρχηδονίοις περὶ Σικελίας. οὔτε γὰρ πολυχρονιώτερον τούτου πόλεμον εὐρεῖν ῥάδιον οὔτε παρασκευὰς ὀλοσχερεστέρας οὔτε συνεχεστέρας πράξεις οὔτε πλείους ἀγῶνας οὔτε περιπετείας μείζους τῶν ἐν τῷ προειρημένῳ πολέμῳ συμβάντων ἑκατέρους. αὐτὰ τε τὰ πολιτεύματα κατ' ἐκείνους τοὺς καιροὺς ἀκμὴν ἀκέραια μὲν ἦν τοῖς ἔθισμοις, μέτρια δὲ ταῖς τύχαις, πάρισα δὲ ταῖς δυνάμειν. διὸ καὶ τοῖς βουλομένοις καλῶς συνθεάσασθαι τὴν ἑκατέρου τοῦ πολιτεύματος ιδιότητα καὶ δύναντα οὐχ οὕτως ἐκ τῶν ἐπιγενομένων πολέμων ὡς ἐκ τούτου ποιητέον τὴν σύγκρισιν. / Οὐχ ἦττον δὲ τῶν προειρημένων παρωξύνθη ἐπιστήσαι τούτῳ τῷ πολέμῳ καὶ διὰ τὸ τοὺς ἐμπειρότατα δοκοῦντας γράφειν ὑπὲρ αὐτοῦ, Φιλίνον καὶ Φάβιον, μὴ δεόντως ἡμῖν ἀπηγγελκέναι τὴν ἀλήθειαν. ἐκόντας μὲν οὖν ἐψεύσθαι τοὺς ἄνδρας οὐχ ὑπολαμβάνω, στοχαζόμενος ἐκ τοῦ βίου καὶ τῆς αἰρέσεως αὐτῶν· δοκοῦσι δέ μοι πεπονθέναι τι παραπλήσιον τοῖς ἔρωσι. διὰ γὰρ τὴν αἴρεσιν καὶ τὴν ὅλην εὐνοίαν Φιλίνῳ μὲν πάντα δοκοῦσιν οἱ Καρχηδόνιοι πεπράχθαι φρονίμως, καλῶς, ἀνδρωδῶς, οἱ δὲ Ῥωμαῖοι τάναντία, Φαβίῳ δὲ τοῦμπαλιν τούτων. ἐν μὲν οὖν τῷ λοιπῷ βίῳ τὴν τοιαύτην ἐπιείκειαν ἴσως οὐκ ἂν τις ἐκβάλλοι· καὶ γὰρ φιλόφιλον εἶναι δεῖ τὸν ἀγαθὸν ἄνδρα καὶ φιλόπατριον καὶ συμμισεῖν τοῖς φίλοις τοὺς ἐχθροὺς καὶ συναγαπᾶν τοὺς φίλους· ὅταν δὲ τῆς ἱστορίας ἦθος ἀναλαμβάνῃ τις, ἐπιλαθέσθαι χρὴ πάντων τῶν τοιούτων καὶ πολλάκις μὲν εὐλογεῖν καὶ κοσμεῖν τοῖς μεγίστοις ἐπαίνοις τοὺς ἐχθροὺς, ὅταν αἱ πράξεις ἀπαιτῶσι τοῦτο, πολλάκις δ' ἐλέγχειν καὶ ψέγειν ἐπονειδίως τοὺς ἀναγκαιοτάτους, ὅταν αἱ τῶν ἐπιτηδευμάτων ἁμαρτίαι τοῦθ' ὑποδεικνύωσιν. ὡπερ γὰρ ζῶον τῶν ὄψων ἀφαιρεθειῶν ἀχρειοῦται τὸ ὄλον, οὕτως ἐξ ἱστορίας ἀνααιρεθείσης

Lidos em conjunto, os vocábulos originais destacados até a penúltima frase enfeixam sumariamente balizas escolhidas pelo historiador para orientar toda a sequência da narrativa. Pela ordem em que as elenca: verdade, postura ou profissão, utilidade, elogio e censura (expressamente admitidos desde que, bem entendido, “adequados aos atos, a despeito dos agentes”), verossimilhança. Todas, entretanto, decorrem da primeira, calcada na percepção de diferenças de postura e tomada de distância em relação a Filino e Fábio Píctor, faltantes com ela no entendimento do historiador aqueu. Ao postular a contraposição e demarcar, na penúltima frase, a necessidade de descolamento dos agentes que condiciona a liberdade de opinião do historiador à adequação entre discurso e atos, Políbio assume uma postura que poderia ser descrita como irônica. Nesse caso, ressalve-se, ironia não é a figura de linguagem ou pensamento que nomeia a (dis)simulação, afim da hipocrisia e inconcebível, por exemplo, no texto de um historiador que afirma dedicar-se à investigação da verdade. Não é tropo, mas performance pensada como “ironia dramática”, de fundo socrático e que corrobora a percepção de algo em conjunto com o que o cerca (e não dele desconectado) – postura irônica que é fator de coesão (como augurado pelo próprio Políbio em 1.4.1, ao colocar-se no ponto de vista da *tyche*)¹⁷³. Políbio se contrapõe

τῆς ἀληθείας τὸ καταλειπόμενον αὐτῆς ἀνωφελὲς γίνεται διήγημα. διόπερ οὔτε τῶν φίλων κατηγορεῖν οὔτε τοὺς ἐχθροὺς ἐπαινεῖν ὀκνητέον, οὔτε δὲ τοὺς αὐτοὺς ψέγειν, ποτὲ δ' ἐγκωμιάζειν εὐλαβητέον, ἐπειδὴ τοὺς ἐν πράγμασιν ἀναστρεφομένους οὔτ' εὐστοχεῖν αἰεὶ δυνατὸν οὔθ' ἁμαρτάνειν συνεχῶς εἰκός. Ἀποστάντας οὖν τῶν πραττόντων αὐτοῖς τοῖς πραττομένοις ἐφαρμοστέον τὰς πρεπούσας ἀποφάσεις καὶ διαλήψεις ἐν τοῖς ὑπομνήμασιν. ὡς δ' ἔστιν ἀληθὴ τὰ νῦν ὑφ' ἡμῶν εἰρημένα σκοπεῖν ἐκ τούτων πάρεστιν. Um esclarecimento sobre a expressão τὸ τῆς ἰστορίας ἦθος, que é inusitada, evocativa e talvez única, prestando-se a equívocos tradutórios: “assumir-se historiador” ou “ofício de historiador” tangenciam, mas não abrangem todo o potencial da fórmula polibiana. A opção por “profissão de história” tem uma razão histórica, que se soma à de preservar a fecundidade do original. Ao criticar o juízo de Ranke segundo o qual “em filosofia, bastavam Platão e Aristóteles”, B. Croce conclui: “juízo que não pode não suscitar estupor sobretudo quando colhido dos lábios de quem faz *professione di storia*” (1954: 92; itálicos meus). Croce, como Políbio, demarca a funda divergência entre si e um historiador que respeitava com uma fórmula ambivalente, se não irônica, como a que também desponta no passo do historiador aqueu. Equívoco seria pressupor que Políbio apenas preceituasse sem criticar, pressuposição implícita nas sugestões descartadas. Filino de Agrigento (meados/final do séc. III a.C.), historiador da Primeira Guerra Púnica e simpatizante dos cartagineses. Quinto Fábio Píctor (meados/final do séc. III a.C.), primeiro historiador romano, escreveu em grego sobre a Segunda Guerra Púnica, da qual participou. Provavelmente foram as duas únicas fontes de Políbio relativas à Primeira Guerra Púnica.

¹⁷³ Jay 2013: 38. Cf. também “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, seção I. Para a distinção entre ironia-tropo e ironia-performance, cf. Maas 2010: 49–62. Para o problema da coesão entre coisa e contexto, cf. Romano 2011: 4. Ao fim do artigo, C. Romano conclui que “si nous substituons au *paradigme transcendantal* qui hante encore l'ontologie fondamentale un *paradigme relationnel* en vertu duquel tout ce qui s'offre à nous à partir du monde et le monde lui-même ne font sens que référés aux capacités de plusieurs ordres d'un « sujet » qui est lui-même *dans le monde* en tant que corps, et qui appartient au monde par sa nature même, si, par conséquent, nous pensons cette co-appartenance en vertu

a Filino e Fábio Píctor por constatar as diferenças intencionais entre si e eles, antes que em função do conteúdo ou qualidade de suas narrativas, que só se tornariam criticáveis em decorrência daquelas, assim problematizando e aprofundando, por igual distanciamento e compreensão, as relações entre verdade e retórica inerentes à prática historiográfica.

A constatação de Políbio em relação a Filino e Fábio Píctor é operação ajuizante na qual radica a enformação mesma de sua prática historiográfica:

Disso recordei-me visando o aperfeiçoamento de meus leitores, pois a todos os homens são facultados dois modos de aprimorar-se: um, por meio dos próprios fracassos, outro, pelos alheios. O que deriva dos próprios reveses é mais vivaz, e menos danoso o que deriva dos alheios. Por isso jamais o primeiro deve ser voluntariamente escolhido, pois aperfeiçoa com muitas penas e perigos, mas deve-se almejar sempre o outro, pois nele é possível distinguir sem prejuízo a melhor opção. Quem o fizer deve tomar por educação excelente para uma vida verdadeira o conhecimento fornecido pela história pragmática, a única que forma sem danos juízes competentes (*kritas alethinous*) para qualquer situação e circunstância (Plb.1.35.6-10)¹⁷⁴.

Uma obra decorrente de ajuizamentos bem fundados se propõe a formar juízes competentes para qualquer temporalidade. No texto de Políbio, tal percepção fundante condiciona a liberdade do historiador, isto é, a de atribuir qualificativos, não o contrário: é do historiador competente que provêm ajuizamentos apropriados. O inverso, nos dois sentidos, também é verdadeiro: haveria obras em que a formulação de juízos, por vezes fortuita ou não cuidada, indicaria

de laquelle nous ne sommes au monde que pour autant que nous lui appartenons, et nous ne lui appartenons que pour autant que nous sommes au monde, que nous pouvons aussi nous efforcer de comprendre un point décisif : les possibles existentiels ne sont pas projetés une fois pour toutes par un « sujet » libre de tout ancrage dans une histoire passée” (original francês gentilmente cedido pelo autor; não tive acesso ao livro em que foi publicado): a ironia tal como ora a penso no texto de Políbio, como possibilitadora dessa co-participação entre “sujeito” vulnerável e mundo em permanente devir, radica também nessa conclusão. Por uma outra via e sem falar em ironia, também Soares 2011: 17 discute o entrelaçamento entre distanciamento crítico e considerações éticas, que não há por que pensar separados.

¹⁷⁴ ἐγὼ δὲ τούτων ἐπεμνήσθην χάριν τῆς τῶν ἐντυγχανόντων τοῖς ὑπομνήμασι διορθώσεως. Δυεῖν γὰρ ὄντων τρόπων πᾶσιν ἀνθρώποις τῆς ἐπὶ τὸ βέλτιον μεταθέσεως, τοῦ τε διὰ τῶν ἰδίων συμπτωμάτων καὶ τοῦ διὰ τῶν ἀλλοτρίων, ἐναργέστερον μὲν εἶναι συμβαίνει τὸν διὰ τῶν οἰκείων περιπετειῶν, ἀβλαβέστερον δὲ τὸν διὰ τῶν ἀλλοτρίων. διὸ τὸν μὲν οὐδέποθ' ἐκουσίως αἰρετέον, ἐπεὶ μετὰ μεγάλων πόνων καὶ κινδύνων ποιεῖ τὴν διόρθωσιν, τὸν δ' αἰεὶ θηρευτέον, ἐπεὶ χωρὶς βλάβης ἔστιν συνιδεῖν ἐν αὐτῷ τὸ βέλτιον. ἐξ ὧν συνιδόντι καλλίστην παιδείαν ἡγητέον πρὸς ἀληθινὸν βίον τὴν ἐκ τῆς πραγματικῆς ἱστορίας περιγινόμενην ἐμπειρίαν· μόνη γὰρ αὕτη χωρὶς βλάβης (ἐπὶ) παντός καιροῦ καὶ περιστάσεως κριτὰς ἀληθινούς ἀποτελεῖ τοῦ βελτίονος.

necessariamente a incompetência de quem os formulasse, porque descomedido na respectiva liberdade.

Esta meditação parte da gênese dessa constatação e prossegue examinando como Políbio trata as diferentes posturas historiográficas de Filino, Fábio Píctor e Timeu, nas quais enxerga graves problemas de entrelaçamento entre verdade histórica e retórica narrativa. O exame não será exaustivo mas indiciador, concentrando-se na leitura de alguns passos dos livros 1-5 e 12 das *Histórias*. A abordagem ora proposta transpõe para a historiografia o que Costa Lima designou, para pensar a ficção, de “comparação de terceiro tipo”, a qual “não passará de um meio para se precisarem certas vias de acesso ao texto-objeto, sem que se deva ter a pretensão de se haver revelado um sistema” (Lima 2005: 27). Na seção seguinte (II), discuto pontualmente alguns elementos centrais das críticas de Políbio; na última (III), sugiro um modo de compreendê-los por meio da atenção à função mimética inerente à historiografia.

A hipótese que orienta o presente exame contrasta pontualmente juízos de Políbio a respeito de verdade e retórica na narrativa histórica para enfatizar a mútua colaboração desta para com aquela. Entendida como fundamento, método e meta da narrativa, a verdade é ora pensada como abertura¹⁷⁵ para a operação de reinvenção criadora do passado que a mente diligente reconstrói. E a retórica, que possibilita textualmente a referida operação¹⁷⁶, é pensada como suporte provisório para a ordenação dos integrantes que, se deixados ou entrevistados apenas em sua dimensão existencial, permanecem desconexos, senão caóticos. Indissociáveis, verdade e retórica enformam a narrativa entendida como “resposta poética à aporética do tempo”¹⁷⁷. Por ora, me concentrarei apenas na primeira parte do problema (a “resposta poética”), deixando de lado a segunda e seus complicadores¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Expressão emprestada de Agamben 1999: 46-8 e de Löwy 2005: 147-159. Cf. também “O problema da verdade em Tucídides”, seção I.

¹⁷⁶ Sobre a retórica como “precioso instrumento de representação do passado”, cf. Soares 2011: 16-17.

¹⁷⁷ Conforme a abordagem de Soares 2014: 219 e 239-260. Cf. ainda Idem 2013: 23-134.

¹⁷⁸ Como a discordância ou a mútua e permanente ocultação entre tempo psicológico, ou fenomenológico não linear, de um lado, e tempo do mundo ou cosmológico, rigorosamente ordenado, de outro. O problema como um todo exorbitou mesmo a meditação de P. Ricoeur, para quem a própria reflexão “não chegou sequer a pensar verdadeiramente o tempo” (Soares 2013: 258). A mesma página, M. Soares escreve ainda que “[a] inescrutabilidade do tempo faz com que este se furte à ambição da razão humana, seduzida pelo domínio do sentido. A razão fracassa quando tenta explicar o enigma do mal e fracassa também quando pretende dominar o tempo, que, escapando ao poder controlador do homem, nos aparece do lado do que, de um modo ou de outro, é o verdadeiro senhor do sentido e onde não chega a narração humana, plural e finita”; à página seguinte, a narrativa de ficção é proposta como “a mais bem equipada para trabalhar na vizinhança do inescrutável, devido ao seu método privilegiado das variações imaginativas”. Neste trabalho, exploro a mesma atitude porém por parte da narrativa histórica. Cf. ainda Dosse 2000: 1-4.

II

O segundo parágrafo se segue ao mencionado no início e nele Políbio desenvolve os pontos que explicitam a constatação:

Filino, pois, ao iniciar seu relato no segundo livro, afirma que “cartagineses e siracusanos assediavam Messana militarmente, e que os romanos, chegando pelo mar à cidade, imediatamente saíram a atacar os siracusanos. Porque foram violentamente atingidos, retornaram a Messana. Então marcharam contra os cartagineses, e não só foram atingidos, mas também perderam alguns soldados capturados vivos”. Tendo dito isso, afirma que “Hierão, depois da refrega, estava tão fora de si que não só incendiou tendas e paliçada, fugindo à noite para Siracusa, mas também abandonou todas as guarnições da região de Messana. De modo semelhante os cartagineses, depois da batalha, teriam abandonado a paliçada e se dispersado por algumas cidades, não mais ousando enfrentar os assediadores. Por isso, quando seus líderes perceberam a covardia dos batalhões, ponderaram não decidir a situação em batalha. Os romanos em seu encalço não apenas devastavam o território dos cartagineses e siracusanos, mas também se punham a cercar a própria Siracusa”. Parece-me que tais afirmações estão cheias de todo tipo de absurdos (*alogias*), e não requerem absolutamente mais detalhamento. Aqueles, pois, que cercaram Messana e venceram as refregas, considerou-os fugitivos que se retiravam ante os assediadores, declarando-os por fim cercados e acovardados. Mas os vencidos e cercados supôs fossem perseguidores e subitamente vencedores, e por fim apresentou-os cercando Siracusa. Isso não faz sentido; como faria? Antes, é necessário sejam falsas (*pseudeis*) ou as primeiras hipóteses, ou as explicações factuais. Estas são as verdadeiras (*aletheis*): os cartagineses e os siracusanos retiraram-se diante dos assediadores, e os romanos combateram Siracusa com a infantaria, como ele afirma, e também Equetla, a meio caminho entre os territórios controlados por siracusanos e cartagineses. Enfim, é forçoso concordar que as hipóteses e o início são falsos (*pseudeis*), e que os romanos, vencedores de imediato nas refregas por Messana, declarou-nos o historiador terem sido vencidos. Em toda a obra de Filino é possível encontrar passos que tais, assim como na de Fábio, como será demonstrado em ocasião própria. Feita essa digressão de modo apropriado, ao retornar aos fatos tentaremos, na sequência do relato, levar aos leitores, em poucas palavras, uma noção verdadeira (*alethinias ennoias*) a respeito da referida guerra (Plb.1.15)¹⁷⁹.

¹⁷⁹ ὁ γὰρ Φιλῖνος ἀρχόμενος ἅμα τῶν πραγμάτων καὶ τῆς δευτέρας βύβλου φησὶ προσκαθῆσθαι τῇ Μεσσήνῃ πολεμοῦντας τοὺς τε Καρχηδονίους καὶ τοὺς Συρακοσίους,

É sintomático e revelador da postura historiográfica de Políbio a associação entre verdade e “noção” (*ennoia*, “o que se tem em mente”), algo que implica (re) elaboração individual privada e indicia, mais do que uma ausência na narrativa alheia ou um elemento seletivo da própria, algo de problemática conceitualização mesmo para o historiador que o enuncia, uma vez que também ele indicia o passado por meio de poucos vestígios presentes, dentre os quais, majoritariamente, os textos dos historiadores alvejados.

É sintomático e revelador também que a acusação de *alogia* imputada a Filino (e posteriormente também a Fábio Píctor – 3.9.1-5) derive de um imbróglcio militar envolvendo romanos, cartagineses e o grego Hierão II de Siracusa. Políbio exprime, narrando ou criticando, a mesma visão sinóptica¹⁸⁰

παραγενομένους δὲ τοὺς Ῥωμαίους κατὰ θάλατταν εἰς τὴν πόλιν εὐθὺς ἐξελθεῖν ἐπὶ τοὺς Συρακοσίους λαβόντας δὲ πολλὰς πληγὰς ἐπανελθεῖν εἰς τὴν Μεσσηνίην· αὐτὸς δ' ἐπὶ τοὺς Καρχηδόνιους ἐκπορευθέντας οὐ μόνον πληγὰς λαβεῖν, ἀλλὰ καὶ ζωγρία τῶν στρατιωτῶν ἱκανοὺς ἀποβαλεῖν. ταῦτα δ' εἰπὼν τὸν μὲν Ἰέρωνα φησὶ μετὰ τὴν γενομένην συμπλοκὴν οὕτως ἕξω γενέσθαι τοῦ φρονεῖν ὥστε μὴ μόνον παραχρήμα τὸν χάρακα καὶ τὰς σκηνὰς ἐμπρήσαντα φυγεῖν νυκτὸς εἰς τὰς Συρακούσας, ἀλλὰ καὶ τὰ φρούρια πάντα καταλιπεῖν τὰ κεῖμενα κατὰ τῆς τῶν Μεσσηνίων χώρας ὁμοίως δὲ καὶ τοὺς Καρχηδόνιους μετὰ τὴν μάχην εὐθέως ἐκλιπόντας τὸν χάρακα διελεῖν σφᾶς εἰς τὰς πόλεις, τῶν δ' ὑπαίθρων οὐδ' ἀντιποιεῖσθαι τομᾶν ἔτι· διὸ καὶ συνθεωρήσαντας τοὺς ἡγουμένους αὐτῶν ἀποδεδεικτικῶς τοὺς ὄχλους βουλεύσασθαι μὴ κρίνειν διὰ μάχης τὰ πράγματα· τοὺς δὲ Ῥωμαίους ἐπομένους αὐτοῖς οὐ μόνον τὴν χώραν πορθεῖν τῶν Καρχηδονίων καὶ Συρακοσίων, ἀλλὰ καὶ τὰς Συρακούσας αὐτὰς προσκαθίσαντας ἐπιβαλέσθαι πολιορκεῖν. ταῦτα δ', ὡς ἐμοὶ δοκεῖ, τῆς πάσης ἐστὶν ἀλογίας πλήρη καὶ διαστολῆς οὐ προσδεῖται τὸ παράπαν. οὐς μὲν γὰρ πολιορκοῦντας τὴν Μεσσηνίην καὶ νικῶντας ἐν ταῖς συμπλοκαῖς ὑπέθετο, τούτους φεύγοντας καὶ τῶν ὑπαίθρων ἐκχωροῦντας καὶ τέλος πολιορκουμένους καὶ ταῖς ψυχαῖς ἀποδεδεικτικῶς ἀπέφηνεν· οὐς δ' ἠττωμένους καὶ πολιορκουμένους ὑπεστήσατο, τούτους διώκοντας καὶ παραχρήμα κρατοῦντας τῶν ὑπαίθρων καὶ τέλος πολιορκοῦντας τὰς Συρακούσας ἀπέδειξε. ταῦτα δὲ συνάδειν ἀλλήλοις οὐδαμῶς δύναται· πῶς γάρ; ἀλλ' ἀναγκαῖον ἢ τὰς ὑποθέσεις εἶναι τὰς πρώτας ψευδεῖς ἢ τὰς ὑπὲρ τῶν συμβαινόντων ἀποφάσεις, εἰσὶ δ' αὐταὶ μὲν ἀληθεῖς· καὶ γὰρ ἐξεχώρησαν οἱ Καρχηδόνιοι καὶ Συρακόσιοι τῶν ὑπαίθρων, καὶ τὰς Συρακούσας ἐπολέμουν οἱ Ῥωμαῖοι κατὰ πόδας, ὡς δ' οὗτός φησι, καὶ τὴν Ἐχέτλαν, ἐν μέσῃ κειμένην τῇ τῶν Συρακοσίων καὶ Καρχηδονίων ἐπαρχίᾳ. λοιπὸν ἀνάγκη συγχωρεῖν τὰς ἀρχὰς καὶ τὰς ὑποθέσεις εἶναι ψευδεῖς, καὶ νικῶντων εὐθέως τῶν Ῥωμαίων ἐν ταῖς περὶ τὴν Μεσσηνίην συμπλοκαῖς ἠττημένους αὐτοὺς ἡμῖν ὑπὸ τοῦ συγγραφέως ἀπηγγέλλαι. Φιλίνον μὲν οὖν παρ' ὅλην ἂν τις τὴν πραγματείαν εὖροι τοιοῦτον ὄντα, παραπλησίως δὲ καὶ Φάβιον, ὡς ἐπ' αὐτῶν δειχθήσεται τῶν καιρῶν. ἡμεῖς δ' ἐπειδὴ τοὺς ἀρμόζοντας πεποιεῖμεθα λόγους ὑπὲρ τῆς παρεκβάσεως, ἐπανελθόντες ἐπὶ τὰς πράξεις πειρασόμεθα προστιθέντες αἰετὸν ἐξῆς λόγον εἰς ἀληθινὰς ἐννοίας ἄγειν διὰ βραχέων τοὺς ἐντυγχάνοντας ὑπὲρ τοῦ προειρημένου πολέμου.

¹⁸⁰ Cf. Plb.1.4.1, 6 e 11: “[o] que é peculiar à nossa obra e espantoso em nossa época é isto: assim como o acaso fez convergir quase todos os acontecimentos do mundo habitado para um único centro e fez com que tudo se voltasse para um único e mesmo objetivo, do mesmo modo é preciso levar aos leitores, pela história e sob uma única visão sinóptica (μίαν σύνουψιν), a manobra de que o acaso se serviu para realizar a interação dos fatos (...) dos escritores de histórias parciais não é possível obter uma visão de conjunto (συνιδεῖν) (...) Apenas pela coesão e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral (κατοπτεύσας)”.

que, no proêmio, definira como distintivo peculiar da obra: contempla com vagar e sagacidade uma ação problemática que envolve ao menos três integrantes identificáveis e seus respectivos interesses intercambiáveis – se romanos e cartagineses claramente se contrapõem, Hierão ora pende para uns, ora para outros, de acordo com necessidades e interesses que o tornam um dos principais modelos de comandante pragmático da *Histórias*¹⁸¹. Os juízos emitidos não só decorrem dos atos examinados como são potencialmente projetados como regras de procedimento. A respeito do fim da Primeira Guerra Púnica, por exemplo, Políbio escreverá, sobre Hierão então aliado aos romanos, que

durante a presente guerra Hierão, que sempre demonstrava grande empenho em tudo que eles lhe solicitavam, então mais zeloso se mostrava, persuadido de que seria benéfico tanto para seu poder na Sicília quanto para sua amizade com os romanos que os cartagineses se salvassem, para que o plano dos mais fortes não viesse a se realizar absolutamente sem embates. E calculava com muita sensatez e inteligência, pois jamais se deve negligenciar tais situações nem contribuir para a organização de tamanho poderio, frente ao qual não será possível divergir sobre direitos acordados, muito embora os romanos não tivessem deixado de se empenhar na vigilância da legitimidade dos tratados (Plb.1.83.2-5)¹⁸².

A narrativa de Filino, por outro lado, é dita absurda porque, pior do que se ater apenas à descrição de movimentos militares atribuindo qualificativos descabidos ou exagerados, desconsidera a dimensão mais funda, as intenções pragmáticas, que desencadeariam o próprio movimento. Por outras palavras: sem ter avançado para além da epiderme epidítica, Filino e Fábio Píctor teriam se dedicado a reproduzir, ornar e censurar, perdendo-se em explicações desconexas. Políbio, ao contrário, teria penetrado o subsolo do real até atingir a verdade que as ações evidenciam, desencavando-lhes as motivações imperceptíveis ao olhar desinteressado e as reconstruindo com base em sua própria experiência de ex-combatente.

A abertura de possibilidades gnoseológicas, senão também práticas (1.35.6-10), desencadeada pela percepção da sagacidade da estratégia de Hierão, contrasta com a descrição supostamente inepta e enviesada de Filino, incapaz de

¹⁸¹ Sobre os modelos éticos de Políbio – positivos e negativos – cf. Pédech 1964: 216-28.

¹⁸² Ἰέρων (δ') αἰεὶ μὲν ποτε κατὰ τὸν ἐνεστῶτα πόλεμον μεγάλην ἐποιεῖτο σπουδὴν εἰς πᾶν τὸ παρακαλούμενον ὑπ' αὐτῶν, τότε δὲ καὶ μᾶλλον ἐφιλοτιμῆτο, πεπεισμένος συμφέρειν ἑαυτῷ καὶ πρὸς τὴν ἐν Σικελίᾳ δυναστείαν καὶ πρὸς τὴν Ῥωμαίων φιλίαν τὸ σώζεσθαι Καρχηδονίους, ἵνα μὴ παντάπασιν ἐξῆι τὸ προτεθὲν ἀκονιτὶ συντελεῖσθαι τοῖς ἰσχύουσι, πάνυ φρονίμως καὶ νουνεχῶς λογιζόμενος. οὐδέποτε γὰρ χρὴ τὰ τοιαῦτα παρορᾶν οὐδὲ τηλικαύτην οὐδενὶ συγκατασκευάζειν δυναστείαν, πρὸς ἣν οὐδὲ περὶ τῶν ὁμολογουμένων ἐξέσται δικαίων ἀμφισβητεῖν. οὐ μὴν ἀλλὰ καὶ Ῥωμαῖοι τηροῦντες τὰ κατὰ τὰς συνθήκας δίκαια προθυμίας οὐδὲν ἀπέλειπον.

captar e reconstruir conexões íntimas de ações entre si bem como entre elas e suas motivações. Políbio usufrui incondicionalmente das potencialidades que entrevira na visão sinóptica a ponto de, caso necessário, elogiar igualmente comandantes que ameaçaram o poderio romano, como o cartaginês Amílcar (1.64.6), ou mesmo a ação pontual de um mercenário como Xantipo (1.32-36), notável exceção no interior de um grupo social pelo qual via de regra o historiador demonstra profundo desprezo¹⁸³. Em um passo paradigmático, o elogio à sensatez e competência militar de Aníbal¹⁸⁴ vem entrelaçado a severa crítica à personalidade do comandante romano que tencionava enfrentá-lo e acabaria batido na derrota do Trasimeno:

Tendo [Aníbal] surpreendentemente atravessado os terrenos lamacentos e encontrado na Tirrênia Flamínio acampado diante da cidade dos aretinos, então acampou ali, junto aos lamaçais, a fim de restaurar a tropa e estudar os adversários e os terrenos adjacentes. Informado de que o território em frente era muito rico; de que Flamínio era simplesmente um demagogo bajulador da multidão e inapto para verdadeiros serviços bélicos; de que, além disso, ele confiava na própria situação, Aníbal calculou que, se lhe ultrapassasse o acampamento e descesse para o território à frente, aquele, receando a zombaria da massa, não aguentaria ver o território devastado e, aguilhoado, se aproximaria, seguindo-os a toda parte, ansioso por conquistar por si mesmo a vitória, sem aceitar a presença de outro com poder equivalente. Por conta disso, supôs que ele forneceria muitas ocasiões para um ataque. Calculava tudo isso com sensatez e pragmatismo (Plb.3.80)¹⁸⁵.

Em outro passo, quando discute as causas e a origem da Segunda Guerra Púnica, Políbio volta a criticar Fábio Píctor, apontando problemas muito semelhantes aos que já atacara no livro 1:

¹⁸³ Cf. Eckstein 1995: 125-9 e 174-7. O código de ética polibiano pouco difere da ética política e militar grega que pode ser rastreada já nos poemas homéricos. Os pontos em comum entre o cidadão ideal, o soldado ideal e o historiador ideal são semelhantes, quando não idênticos.

¹⁸⁴ Aprofundo o exame da questão em Sebastiani 2014a: 11-29.

¹⁸⁵ Διαπεράσας δὲ παραδόξως τοὺς ἐλώδεις τόπους καὶ καταλαβὼν ἐν Τυρρηνίᾳ τὸν Φλαμίνιον στρατοπεδεύοντα πρὸ τῆς τῶν Ἀρρητίνων πόλεως, τότε μὲν αὐτοῦ πρὸς τοῖς ἔλεισι κατεστρατοπέδευσε, βουλόμενος τὴν τε δύναμιν ἀναλαβεῖν καὶ πολυπραγμονῆσαι τὰ περὶ τοὺς ὑπεναντίους καὶ τοὺς προκειμένους τῶν τόπων. πυνθανόμενος δὲ τὴν μὲν χώραν τὴν πρόσθεν πολλῆς γέμειν ὠφελείας, τὸν δὲ Φλαμίνιον ὄχλοκόπον μὲν καὶ δημαγωγὸν εἶναι τέλειον, πρὸς ἀληθινῶν δὲ καὶ πολεμικῶν πραγμάτων χειρισμὸν οὐκ εὐφυῆ, πρὸς δὲ τούτοις καταπεπιστευκέναι τοῖς σφετέραις πράγμασιν, συνελογίζετο διότι παραλλάξαντος αὐτοῦ τὴν ἐκείνων στρατοπεδείαν καὶ καθέντος εἰς τοὺς ἐμπροσθεν τόπους τὰ μὲν ἀγωνίων τὸν ἐπιτωθασμὸν τῶν ὄχλων οὐ δυνήσεται περιορᾶν δηρομένην τὴν χώραν, τὰ δὲ κατηληγικῶς παρέσται προχείρως εἰς πάντα τόπον ἐπόμενος, σπουδάζων δι' αὐτοῦ ποιήσασθαι τὸ προτέρημα καὶ μὴ προσδέξασθαι τὴν παρουσίαν τοῦ τὴν ἴσῃν ἀρχὴν ἔχοντος, ἐξ ᾧ πολλοὺς αὐτὸν ὑπελάμβανε παραδῶσειν καιροῦς πρὸς ἐπίθεσιν. πάντα δ' ἐμφρόνως ἐλογίζετο ταῦτα καὶ πραγματικῶς

Por que mencionei Fábio e seus escritos? Não pela credibilidade do que diz, com receio de que nele se creia – sua ilogicidade (*alogia*) é evidente aos leitores a despeito da minha explicação –, mas como advertência àqueles que leem seus livros, para que atentem não para a autoria e sim para os fatos. Com efeito, alguns atentam não para o enunciado, mas somente para o autor, e levando em conta que o escritor viveu naquela época e integrou o senado romano, imediatamente consideram crível tudo o que é por ele enunciado. Afirmo que não se deve fazer pouco caso da autoridade desse analista, nem tampouco julgá-la autossuficiente; mais do que tudo, que os leitores façam dos próprios fatos pedra de toque (*eks auton ton pragmaton poieisthai tous anaginoskontas tas dokimasias*) (Plb.3.9.1-5).

Embora já houvesse reconhecido a perícia do analista, Políbio critica agora, como antes, a impropriedade da narrativa, em desacordo com “os próprios fatos”, sempre o critério decisivo. Assim como em relação a Filino, a apresentação narrativa é posta em segundo plano a fim de ser avaliado, em primeiro, o necessário trabalho com a verdade.

A crítica mais dura e abrangente, porém, ficou reservada para Timeu de Tauromênio, contra quem Políbio dedicou um livro inteiro, uma vez que o antecessor não teria tomado parte efetiva na arena política ou militar¹⁸⁶. O raciocínio ajuizante de Políbio é modulado no interior de um horizonte hermenêutico análogo ao proposto por C. Romano (2010: 74; 2013: 565)¹⁸⁷.

Assim como a compreensão do leitor decorre da leitura e meditação do texto, também Políbio escreve por antes haver compreendido, em sua totalidade, a trajetória de personagens e o entrelaçamento dos contextos em que porventura houvessem tomado parte. Num segundo momento, escrever história aumenta a legibilidade daquela compreensão prévia¹⁸⁸. A verdade ajuizada norteia a qualificação, como também a verossimilhança apropriadamente construída, que a enforma, e não o contrário. Vale o mesmo para elogio e censura, que decorrem do ajuizamento crítico competente.

Quando ataca as consequências da opção de Timeu por se restringir a uma prática historiográfica fiada majoritariamente na reprodução erudita de relatos alheios, Políbio então mobiliza, de maneira radical, todo o arsenal crítico acumulado em anos de experiência militar e narrativa, insistindo no problema

¹⁸⁶ Timeu (350-260 a.C.) escreveu uma história da Sicília desde as origens até 289 a.C. em 38 livros, narrou as guerras entre Piro e Roma até 264 a.C. e redigiu uma cronologia dos vencedores olímpicos. A despeito dos argumentos arrolados pelo historiador aqueu no livro 12 e das tentativas de reconstrução desse livro, permanecem obscuras as razões por que criticou Timeu de modo tão violento, se não mesmo injusto (o próprio Políbio, como também Tucídides, por exemplo, se serviu extensamente de informações não provenientes nem de *autopsia*, nem de *anakrasis* – e por vezes oriundas do próprio Timeu).

¹⁸⁷ Cf. “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, seção I.

¹⁸⁸ Para a noção de “aumento de legibilidade” na prática da mimese I cf. Soares 2013: 223.

central da obra do antecessor desde o início do livro 12. Políbio considera que Timeu, por ter posto de lado o empenho pela verdade, teria abusado da liberdade que não é a do historiador:

embora Timeu assuma grandes ares, penso que negligencia totalmente a verdade (*pleiston apoleipesthai tes aletheias*). Tanto se abstém de investigar a verdade do que foi dito com precisão por outros que nem sobre o que viu ele próprio, nem sobre os locais que frequentou, foi capaz de nos legar alguma explicação coerente. Isso ficará claro quando demonstrarmos que ignora o que afirma sobre a Sicília, pois não haverá porque dizer muito mais sobre suas invencionices (*pseudologias*) se for pilhado conspurcando a verdade (*parapaion tes aletheias*) e ignorando os locais em que nasceu, foi criado e se contam entre os mais famosos (Plb.12.4d.1-4)¹⁸⁹.

Mas é ao final do livro 12, após um desenvolvimento quase obsessivo mesmo para o atual estado fragmentário do livro, que Políbio concentra a artilharia mais pesada contra o que, em seu entendimento, formaria a base dos erros de Timeu:

A parte pragmática da história dele [Timeu] é composta de todos os erros de que muito falamos. Diremos agora a causa do erro, que para muitos não é evidente, mas que há de ser reconhecida como a mais verdadeira acusação contra Timeu. Ele parece ter capacidade para examinar qualquer detalhe e uma atitude informada; em uma palavra, que escreve história com diligência. Em certo sentido, porém, nenhum historiador de renome foi tão imperito ou pouco empenhado. Isso ficará claro na sequência. Temos dois instrumentos naturais com os quais nos informamos e pesquisamos: audição e visão. Sendo mais verdadeira a visão e não por pouco, segundo Heráclito, pois “os olhos são testemunhas mais precisas que os ouvidos”, Timeu escolheu para pesquisar o mais agradável, mas também o pior dos caminhos. À visão ele renunciou completamente, preferindo o que advém da audição. E sendo esta de duas formas, uma relacionada a textos (***) , a outra referente aos questionamentos, ele negligenciou a segunda, conforme demonstramos acima. A razão dessa escolha é fácil de entender: pode-se pesquisar em livros sem perigo nem sofrimento, bastando que se viva em uma cidade repleta de documentos ou disponha de uma biblioteca nos arredores. Depois, basta procurar o que se

¹⁸⁹ Ἐν ᾧ γένηται μεγίστην ἐπίφασιν ἔλκων Τίμαιος πλεῖστον ἀπολείπεσθαί μοι δοκεῖ τῆς ἀληθείας· τοσοῦτο γὰρ ἀπέχει τοῦ δι' ἐτέρων ἀκριβῶς τὴν ἀλήθειαν ἐξετάζειν ὡς οὐδὲ τούτων ὧν αὐτόπτης γέγονε καὶ ἔφ' οὗς αὐτὸς ἦκει τόπους, οὐδὲ περὶ τούτων οὐδὲν ὑγιὲς ἡμῖν ἐξηγεῖται. τοῦτο δ' ἔσται δῆλον, ἐὰν ἐν τοῖς κατὰ τὴν Σικελίαν δεῖξωμεν αὐτὸν ἀγνοοῦντα περὶ ὧν ἀποφαίνεται· σχεδὸν γὰρ οὐ πολλῶν ἔτι προσδεῖσθαι λόγων ὑπὲρ γε τῆς ψευδολογίας, ἐὰν ἐν οἷς ἔφω καὶ ἐτράφη τόποις, καὶ τούτων ἐν τοῖς ἐπιφανεστάτοις [ἐν τούτοις] ἀγνοῶν εὐρεθῆναι καὶ παραπαίων τῆς ἀληθείας.

investiga cotejando a ignorância dos historiadores anteriores sem qualquer padecimento. Pesquisa séria, entretanto, demanda muita fadiga e despesa, contribui com algo grandioso e é o cerne da história. Isso se infere dos historiadores mesmos. Éforo afirma que, se pudessem estar presentes a todos os fatos, essa seria sua perícia mais distinta; e Teopompo, que o homem mais competente para assuntos bélicos é aquele que enfrentou muitos perigos, como o mais capaz para o discurso é o que tiver tomado parte em muitos embates políticos, dando-se o mesmo na medicina e na arte de pilotar. Ainda mais enfaticamente que eles o poeta tratou da questão. Desejando mostrar-nos como deve ser o homem pragmático, apresenta a personagem de Odisseu e diz mais ou menos assim:

narra-me o homem, Musa, versátil, que
muito vagou,
e em seguida
de muitos homens viu as praças e conheceu o juízo,
e no mar muitas dores sofreu no peito,
e ainda
cruzando as dolorosas vagas e as guerras dos homens.

Penso que a dignidade da história reclama um homem assim. Platão afirma que os homens ficarão bem quando os filósofos reinarem ou os reis filosofarem; e eu diria também que a história ficará bem quando os homens pragmáticos empreenderem escrevê-la, não como agora, por lazer, mas julgando fazer o que lhes é mais necessário e belo, dedicando-se com seriedade (***) por toda a vida, ou quando os que desejarem escrever considerem necessário à história a experiência proveniente da ação mesma. Antes disso não cessará a ignorância dos historiógrafos. A isso Timeu não deu a menor atenção, pois viveu como estrangeiro em um único local e quase de propósito renunciou à experiência pessoal de ações bélicas e políticas, viagens e observações. Não sei como pode ser reputado o maior dos historiadores! E é fácil mostrar que isso é verdade, pois o próprio Timeu o admite. No próêmio do sexto livro, ele afirma haver quem sustente a opinião de que o gênero dos discursos epidíticos (*to ton epi-deiktikon logon genos*) necessita de maior talento, empenho e preparação do que o da história. Diz também que contra essa opinião já se havia deparado Éforo, mas porque este fora incapaz de refutar a contento quem assim pensava, então ele, Timeu, tenta comparar história e os discursos epidíticos, fazendo o que há de mais absurdamente descabido, isto é, caluniar de saída o historiador. Mostrando-se Éforo, ao longo de toda a obra, admirável quanto à elocução, ao tratamento e à elaboração dos raciocínios, é formidável nas digressões e sentenças que emite e, em suma, sempre que desenvolve narrações complementares; e por um feliz acaso traçou a mais agradável e persuasiva comparação entre historiógrafos e logógrafos. Mas Timeu, para não parecer que o repetia, não contente com caluniá-lo, ainda condenou os demais, expondo de modo prolixo, obscuro e em tudo pior aquilo que foi apropriadamente tratado por outros, supondo que ninguém o notaria. Desejando amplificar a história, primeiro afirma que é tal a diferença entre a história e os discursos epidíticos

qual a que apresentam as construções e edifícios verdadeiros em relação aos cenários cenográficos. E, em segundo lugar, diz que o próprio ato de reunir material para a história dá muito mais trabalho do que a composição de qualquer discurso epidítico. Ele suportou tamanha despesa e fadiga para coligir documentos dos corsos e examinar os costumes dos lígures, celtas e iberos, que nem poderia ele próprio acreditar nem outra pessoa que o referisse receberia crédito. Mas bem se poderia perguntar ao historiador qual atividade ele supõe necessitar de mais despesa e fadiga, se compulsar documentos e ocupar-se dos costumes dos lígures e celtas permanecendo tranquilo na cidade, ou tentar observar pessoalmente (*autopten genesthai*) vários povos e regiões. E também, quanto à informação acerca de combates, cercos e batalhas navais, se custa mais obtê-la daqueles que participaram dos perigos, ou adquirir perícia no calor das ocorrências mesmas, por meio de ações significativas e dos acontecimentos que as cercam. Para mim as construções verdadeiras não são tão diferentes dos cenários cenográficos, nem a história dos discursos epidíticos, quanto a declaração de esforço e experiência próprios (*ten eks autourgias kai ten eks autopatheias apophasin*), em qualquer composição, se distingue do que é escrito com base em oitiva ou leitura. Sendo Timeu totalmente imperito em relação a tal distinção, é natural que tome o mais ínfimo e fútil da história, isto é, colecionar livros e inteirar-se dos fatos com pessoas competentes, como o mais importante e difícil. Aqui é inevitável que os imperitos se enganem redondamente: como será capaz de questionar adequadamente a respeito de um combate, um cerco ou uma batalha naval? Como poderá compreender os detalhes de um relato se não detém o conhecimento que mencionei? Quem faz perguntas contribui não menos para com o relato, pois a recordação mesma da sequência dos fatos conduz o informante a cada um dos acontecimentos. O imperito em relação a isso não é capaz de questionar testemunhas nem, se for ele próprio uma, compreender o que se passa mas, embora estando presente, de algum modo não está (*alla kan pare, tropon tina paron ou parestin*) (Plb.12.27a-28a)¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Λοιπὸν δὲ τὸ πραγματικὸν αὐτῷ μέρος τῆς ἱστορίας ἐκ πάντων σύγκειται τῶν ἀμαρτημάτων, ὧν τὰ πλεῖστα διεληλύθαμεν· τὴν δ' αἰτίαν τῆς ἀμαρτίας νῦν ἐροῦμεν, ἣτις οὐκ ἔνδοξος μὲν φανεῖται τοῖς πλείστοις, ἀληθινωτάτη δ' εὐρεθήσεται τῶν Τιμαίου κατηγορημάτων. δοκεῖ μὲν γὰρ καὶ τὴν ἐμπειρικὴν περὶ ἕκαστα δύναναι καὶ τὴν ἐπὶ τῆς πολυπραγμοσύνης ἕξιν παρεσκευάσθαι καὶ συλλήβδην φιλοπόνως προσεληλυθέναι πρὸς τὸ γράφειν τὴν ἱστορίαν, ἐν ἐνίοις δ' οὐδεις οὐτ' ἀπειρότερος οὐτ' ἀφιλοπώτερος φαίνεται γεγονέναι τῶν ἐπ' ὀνόματος συγγραφέων. δῆλον δ' ἔσται τὸ λεγόμενον ἐκ τούτων. δευεῖν γὰρ ὄντων κατὰ φύσιν ὡς ἂν εἴ τινων ὀργάνων ἡμῖν, οἷς πάντα πυνθανόμεθα καὶ πολυπραγμονοῦμεν [ἀκοῆς καὶ ὀράσεως], ἀληθινωτέρας δ' οὔσης οὐ μικρῶ τῆς ὀράσεως κατὰ τὸν Ἡράκλειτον – ὀφθαλμοὶ γὰρ τῶν ὠτων ἀκριβέστεροι μάρτυρες – τούτων Τιμαίος τὴν ἡδίω μὲν, ἥττω δὲ τῶν ὁδῶν ὠρμησε πρὸς τὸ πολυπραγμονεῖν. τῶν μὲν γὰρ διὰ τῆς ὀράσεως εἰς τέλος ἀπέστη, τῶν δὲ διὰ τῆς ἀκοῆς ἀντεποιήσατο. καὶ ταύτης (δι)μερ(οῦς) οὔσης τινός, τοῦ μὲν διὰ τῶν ὑπομημάτων (***) τὸ δὲ περὶ τὰς ἀνακρίσεις ῥαθύμως ἀνεστράφη, καθάπερ ἐν τοῖς ἀνώτερον ἡμῖν δεδήλωται. δι' ἣν δ' αἰτίαν ταύτην ἔσχε τὴν αἴρεσιν εὐχερὲς καταμαθεῖν· ὅτι τὰ μὲν ἐκ τῶν βυβλίων δύναται πολυπραγμονεῖσθαι χωρὶς κινδύνου καὶ κακοπαθείας, ἔαν τις αὐτὸ τοῦτο προνοηθῇ μόνον ὥστε λαβεῖν ἢ πόλιν ἔχουσαν

ύπομνημάτων πλήθος ή βυβλιοθήκη που γειτινώσαν. λοιπόν κατακείμενον έρευνάν δεί τó ζητούμενον και συγκρίνειν τás τών προγεγονότων συγγραφών άγνοίας άνευ πάσης κακοπαθείας, ή δέ πολυπραγμοσύνη πολλής μέν προσδεΐται ταλαιπωρίας και δαπάνης, μέγα δέ τι συμβάλλεται και μέγιστόν έστι μέρος τής ιστορίας. δήλον δέ τούτ' έστιν έξ αυτών τών τás συντάξεισιν πραγματευόμενων. ó μέν γάρ Έφορός φησιν, ει δυνατόν ήν αυτούς παρεΐναι πási τοΐς πράγμασι, ταύτην άν διαφέρειν πολύ τών έμπειριών· ó δέ Θεόπομπος τούτον μέν άριστον έν τοΐς πολεμικοΐς τόν πλείστοις κινδύνοις παρατετευχότα, τούτον δέ δυνατότατον έν λόγω τόν πλείστων μετεσχηκότα πολιτικών άγώνων. τόν αυτόν δέ τρόπον συμβαΐνειν έπ' ιατρικής και κυβερνητικής. έτι δέ τούτων έμφαντικώτερον ó ποιητής εΐρηκε περι τούτου τού μέρους. εκείνος γάρ βουλόμενος ύποδεικνύειν ήμΐν οΐον δεΐ τόν άνδρα τόν πραγματικόν εΐναι, προθέμενος τó τού Όδυσσέως πρόσωπον λέγει πως ούτως:

άνδρα μοι έννεπε, Μούσα, πολύτροπον, δς μάλα πολλά πλάγχθη,
και προβάς,
πολλών δ' ανθρώπων ΐδεν άστέα και νόον ζγνω,
πολλά δ' όγ' έν πόντω πάθεν άλγεα δν κατά θυμόν,
και έτι

άνδρών τε πολέμους άλεγεινά τε κύματα πείρων.

Δοκεΐ δέ μοι και τó της ιστορίας πρόσχημα τοιούτον άνδρα ζητεΐν. ó μέν οΐν Πλάτων φησΐ τότε τάνθρώπεια καλώς έξειν, όταν ή οι φιλόσοφοι βασιλεύσωσιν ή οι βασιλεΐς φιλοσοφήσωσι· κάγώ δ' άν εΐποιμι διότι τά της ιστορίας έξει τότε καλώς, όταν ή οι πραγματικοΐ τών άνδρών γράφειν έπιχειρήσωσι τás ιστορίας, μη καθάπερ νυν παρέργως, νομίσαντες δέ και τούτ' εΐναι σφΐσι τών αναγκαιοτάτων και καλλίστων, άπερίσπαστοι (***) παράσχωνται προς τούτο τó μέρος κατά τόν βΐον, ή οι γράφειν έπιβαλλόμενοι τήν έξ αυτών τών πραγματών έξιν αναγκαΐαν ήγήσωνται προς τήν ιστορίαν. πρότερον δ' ούκ εΐσται παύλα της τών ιστοριογράφων άγνοίας. ών Τΐμαιος ούδέ τήν ελαχίστην πρόνοιαν θέμενος, αλλά καταβΐωσας έν ενΐ τόπω ξενιτεύων, και σχεδόν ως ει κατά πρόθεσιν άπειπάμενος και τήν ενεργητικήν τήν περι τás πολεμικάς και πολιτικάς πράξεις και τήν εκ της πλάνης και θεάς αυτοπάθειαν, ούκ οΐδ' όπως εκφέρεται δόξαν ως έλκων τήν τού συγγραφέως προστασίαν. και διότι τοιούτός εΐστιν αυτόν άνθομολογούμενον ευχερές παραστήσαι τόν Τΐμαιον. κατά γάρ τó προοΐμιον της έκτης ύβύλου φησΐ τινας ύπολαμβάνειν διότι τινός μεΐζονος δεΐται φύσεως και φιλοπονΐας και παρασκευής τó τών επιδεικτικών λόγων γένος ή τó της ιστορίας· ταύτας δέ τás δόξας πρότερον μέν Έφορω φησΐ προσπεσεΐν, ού δυνηθέντος δ' ικανώς εκείνου προς τούς ταύτα λέγοντας άπαντήσαι, πειράται συγκρίνειν αυτός εκ παραβολής τήν ιστορίαν τοΐς επιδεικτικοΐς λόγοις, πράγμα ποιών πάντων άτοπώτατον, πρώτον μέν τó καταψεύσασθαι τού συγγραφέως. ó γάρ Έφορος παρ' όλην τήν πραγματείαν θαυμάσιος ών και κατά τήν φράσιν και κατά τόν χειρισμόν και κατά τήν επΐνοιαν τών λημμάτων, δεινότατός εΐστιν έν ταΐς παρεκβάσεσι και ταΐς άφ' αυτού γνωμολογΐαις, και συλλήβδην όταν που τόν έπιμετρούντα λόγον διατίθηται· κατά δέ τινα συντυχΐαν ευχαριστότατα και πιθανώτατα περι της συγκρίσεως εΐρηκε της τών ιστοριογράφων και λογογράφων. ó δ' ΐνα μη δόξη κατακολουθεΐν Έφορω, προς τώ κατεψεύσθαι 'κείνου και τών λοιπών (άμα κατέγγ(ωκε· τά γάρ παρ') άλλων δεόντως κεχειρισμένα μακρώς και άσφαώς και τρόπω παντί χείρον έξηγούμενος ούδένα τών ζώντων υπέλαβε τούτο παρατηρήσειν. ού μΐν αλλά βουλόμενος αύξειν τήν ιστορίαν πρώτον μέν τηλικαύτην εΐναι φησΐ διαφοράν της ιστορίας προς τούς επιδεικτικούς λόγους, ήλικήν έχει τά κατ' αλήθειαν ώκοδομημένα και κατεσκευασμένα τών έν ταΐς σκηνογραφΐαις φαινομένων τόπων και διαθέσεων· δεύτερον αυτό τó συναθροΐσαι φησΐ τήν παρασκευήν τήν προς τήν ιστορίαν μεΐζον έργον εΐναι της όλης πραγματεΐας της περι τούς επιδεικτικούς λόγους· αυτός γοϋν τηλικαύτην ύπομενηκέ(ναι) δαπάνην και κακοπάθειαν τού συναγαγεΐν τά παρὰ Κυρνίων ύπομνήματα και πολυπραγμονήσαι τά Λιγύων έθη και Κελτών, άμα δέ τούτοις ΐβήρων, ώστε μήτ' άν αυτός ελπίσαι μήτ' άν έτέρους έξηγουμένους πιστευθΐναι περι τούτων. ήδέως δέ τις άν έροιτο τόν συγγραφέα πρότερον ύπολαμβάνει μεΐζονος δεΐσθαι δαπάνης και κακοπαθείας τó καθημέμον έν άστει

A severidade e o alcance da crítica polibiana a Timeu miram o que seria, para o historiador aqueu, um equívoco único, inescusável e irreparável: a confusão entre conhecimento intencional e mediato e a experiência imediata¹⁹¹ que necessariamente o precede. Ou, por outras palavras: pelo fato de que Timeu teria tomado erudição e retórica por fundamento e método, assim baralhando de saída os termos da equação polibiana. Daí que, aos olhos de Políbio, pouco importam e menos valem as comparações entre história e retórica epidítica (bem distinguidas que teriam sido por Éforo) traçadas por quem desconsidera de onde aquela emana – a verdade imediata vivenciada em sua temporalidade. A crítica a Timeu é um grau mais aguda do que a dirigida contra Filino: este teria falhado porque movido por parcialidade para com os cartagineses, no que fica inquestionado, se não implicitamente reconhecido, seu trabalho como testemunha autóptica dos feitos reportados. Sua falha se restringiria ao ajuizamento negativo contra as personagens evocadas e, conseqüentemente, na desabonadora, ou injusta, qualificação dos romanos. Timeu, entretanto, teria dado não um, mais dois passos em falso, por não ter sequer testemunhado a maioria dos feitos que narrara. Conseqüentemente, todos os seus juízos por princípio pouco ou nada valeriam.

A opção de Timeu, por um lado, responde em parte a uma necessidade diferente da de Políbio: dar conta, de modo organizado e inteligível, de um mundo cujas fronteiras culturais se expandiam aceleradamente e acumulavam, agora

συνάγειν ὑπομνήματα καὶ πολυπραγμονεῖν τὰ Λιγύων ἔθνη καὶ Κελτῶν ἢ τὸ πειραθῆναι τῶν πλείστων ἔθνῶν καὶ τόπων αὐτόπτην γενέσθαι. τί δ' αὖ τὸ πυνθάνεσθαι τὰς παρατάξεις καὶ πολιορκίας, ἔτι δὲ ναυμαχίας, τῶν παρατετυχηκότων τοῖς κινδύνοις, ἢ τὸ πείραν λαβεῖν τῶν δεινῶν καὶ τῶν ἄμα τοῦτοις συμβαινόντων ἐπ' αὐτῶν τῶν ἔργων; ἐγὼ μὲν γὰρ οὐκ οἶμαι τηλικαύτην διαφορὰν ἔχειν τὰ κατ' ἀλήθειαν οἰκοδομήματα τῶν ἐν ταῖς σκηνογραφίαις τόπων, οὐδὲ τὴν ἱστορίαν τῶν ἐπιδεικτικῶν λόγων, ἢ λίκην ἐπὶ πασῶν τῶν συντάξεων τὴν ἐξ αὐτουργίας καὶ τὴν ἐξ αὐτοπαθείας ἀπόφασιν τῶν ἐξ ἀκοῆς καὶ διηγήματος γραφομένων ἢ εἰς τέλος ἄπειρος ὧν εἰκότως ὑπέλαβε τὸ πάντων ἐλάχιστον καὶ ῥᾶστον εἶναι (μέγιστον καὶ χαλεπώτατον) τοῖς πραγματευομένοις (τὴν) ἱστορίαν, λέγω δὲ τὸ συνάγειν ὑπομνήματα καὶ πυνθάνεσθαι παρὰ τῶν εἰδόντων ἕκαστα τῶν πραγμάτων, καίτοι γε περὶ τοῦτο τὸ μέρος ἀνάγκη μεγάλα διαψεύδεσθαι τοὺς ἀπείρους· πῶς γὰρ οἷόν τε καλῶς ἀνακρίναι περὶ παρατάξεως ἢ πολιορκίας ἢ ναυμαχίας; πῶς δὲ συνεῖναι τῶν ἐξηγουμένων τὰ κατὰ μέρος ἀνευνόητον ὄντα τῶν προειρημένων; οὐ γὰρ ἔλαττον ὁ πυνθανόμενος τῶν ἀπαγγελλόντων συμβάλλεται πρὸς τὴν ἐξήγησιν· ἢ γὰρ τῶν παρεπομένων τοῖς πράγμασιν ὑπόμνησις αὐτῇ χειραγωγεῖ τὸν ἐξηγούμενον ἐφ' ἕκαστα τῶν συμβεβηκότων ὑπὲρ ὧν ὁ μὲν ἄπειρος οὐτ' ἀνακρίναι τοὺς παραγεγονότας ἱκανός ἐστιν οὔτε συμπάρων γινῶναι τὸ γινόμενον, ἀλλὰ καὶν παρῆ, τρόπον τινὰ παρῶν (οὐ πάρεστιν). A ocorrência de (***) indica lacuna no manuscrito utilizado por Büttner-Wobst. Ao fim do passo, a alternância entre terceira pessoa do singular e do plural (“Aqui é inevitável que os imperitos se enganem” etc) está no original. O passo reportado, como o próprio livro 12, é objeto de vasta bibliografia. Para as principais questões historiográficas e contextuais envolvidas, cf. Sacks 1981 e os comentários pontuais de Walbank 1967-79 e J. Thornton (em Polibio 2001-6). Dediquei pelo menos quatro trabalhos a discutir o alcance historiográfico das menções de Políbio a Odisseu (Sebastiani 2015d; 2014c; 2013 e 2008) além das meditações subsequentes.

¹⁹¹ Para a distinção, cf. Romano 2011: 14-15, Soares 2011: 2 e, sobretudo, Romano 2014.

também nas bordas, produções intelectuais antes restritas ao centro e em bem menor quantidade. Ao passo que Timeu compila, filtra e organiza, num imenso trabalho de erudição, outros de análogo teor, Políbio tenta manter viva a prática fundante do que hoje se designa com a genérica rubrica de historiografia grega: a experiência autóptica como fonte privilegiada da narrativa, que responde ao anseio por conhecer e fazer ver de um (*h*)istor¹⁹². A opção de Políbio, por sua vez, decorre parte de sua condição de ex-combatente vencido e exilado, parte da atenção crítica permanentemente alerta e inconformista que o leva a, por exemplo, refazer a trajetória de Aníbal pelos Alpes (3.48.12) para certificar-se pessoalmente dos detalhes e percalços da travessia. Daí sua afinidade com as atitudes de homens como Hierão, Amílcar e Aníbal, cujas atitudes compreende e admira.

As preferências de Timeu e Políbio, entretanto, se irmanam num ponto nevrálgico: ambas refletem e decorrem das respectivas opções, ou constrictões, de vida, que transformam a narrativa em resposta possível à vivência temporal. Em outras palavras: para ambos a vida teria sido mestra da história, não o contrário; para ambos a obra seria produto da existência a preservar intenções e escolhas que demandaram ajuizamento recreativo, mais do que suposta duplicação narrativa do real. Diferenciam-se pelo fato de que cada um encontra a própria verdade precisamente naquilo que o outro deixa em segundo plano.

A verdade meditada por Políbio poderia ser indiciada como abertura que envolve o caos do real e lhe confere balizas e sentidos experimentados mediante a iniciativa do historiador competente, o que torna possível a compreensão temporal de ambos – verdade e real – na permanente e surpreendente novidade em que se manifestam, ocultam e transformam. Daí, como imbricação capital, a ambição do historiador de se alçar, já desde o proêmio, ao supostamente mais envergado ponto de vista, o do distanciamento e da visão sinóptica análogos ao do acaso ubíquo (cf. Plb.1.4.1, 6 e 11). Longe de dissolver a qualidade temporal desse ponto de vista ou mesmo da narrativa por ele enformada, a ambição de Políbio preserva a dialética real entre contingência e configuração, bem como entre concordância e discordância, porque fundada na exploração das potencialidades de concatenação e comparação discursivas decorrentes da identificação de semelhanças e diferenças no real. A conclusão do parágrafo-chave 1.4 é inequívoca: “apenas pela coesão (*symplokes*) e justaposição (*paratheseos*) de todos os elementos uns em relação aos outros, e ainda por sua semelhança (*homoiotetos*) e diferença (*diaphoras*), é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral” – 1.4.11¹⁹³.

¹⁹² Cf. “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, seção III (última nota) e “Enformação da narrativa em *Grande Sertão: Veredas* e Tucídides”, seção “A interrogação fundante”.

¹⁹³ A ressalva se inspira no juízo de P. Ricoeur a respeito da ambição de L. Mink pelo ponto de vista de Deus, ou “compreensão como *totum simul*” (inspirada em Boécio). Para Ricoeur,

A narrativa derivada de tal empenho é já (re)construção, (re)criação ou (re)invenção do real passado antes vivenciado (ou não, no caso dos primeiros livros). Sempre de acordo com o entendimento de Políbio, tais atitudes e resultados Timeu teria desconsiderado de saída, restringindo-se à apreensão crédula, senão negligente, de material sob controle e à disposição. Reafirmando a distinção de Éforo entre história e retórica epidítica, Políbio acusa a (con)fusão operada por Timeu e sua consequência nefasta: a narrativa fechada e tendenciosa, polarizada entre elogio e censura desconectados da vivência do real narrado, e a atenção servil ao discurso alheio, supostamente capaz que seria de reproduzir o real, confiança que condenaria o texto a permanecer tão ou mais caótico que sua fonte. De um lado, uma narrativa que rivaliza com a realidade em fecundidade prática e gnosiológica, investigando suas motivações intencionais profundas. De outro, o que seria um amontoado porventura atraente, mas enganoso e inútil, de fatos, nomes e datas. Nos dois casos, a prática historiante prolonga a ética individual: no de Políbio, a do cidadão integrado à *polis* (fosse a Liga Aqueia, Roma ou a *Graecia capta*) consciente do alcance e implicações dos próprios atos, como a escrita mesma da história, e por isso diligentemente empenhado¹⁹⁴. No de Timeu, a do cidadão que abre mão da participação ativa refugiando-se no usufruto da tranquilidade do exílio e da reflexão especulativa¹⁹⁵.

Ao desvincular a prática historiográfica da experiência do real, Timeu teria desconectado trajetória de vida e profissão, pautando-se por um suposto descolamento entre método e finalidade da escrita que terminaria por resultar em uma obra sem valor prático. Por outras palavras: na ótica de Políbio, Timeu não se teria alçado ao ponto de vista irônico, o que faculta ao historiador compreender, num mesmo golpe de vista, o sentido e a necessidade tanto da verdade quanto da retórica para a enformação da narrativa e, assim, unificando-os a partir da base fundante da experiência direta, produzir uma obra coesa e una, tanto mais

que empresta a Mink diversas ideias-chave para a compreensão da narrativa como totalidade altamente organizada (e.g., autonomia da compreensão histórica por contraposição ao modelo nomológico, a ideia de compreensão como julgamento reflexivo que apreende em conjunto e não em série, semelhante à *phrónesis* aristotélica), a ambição de Mink, ao fazer do *totum simul* uma meta e não ideia-limite, comprometeria a dimensão temporal da história. Cf. o exame da questão em Soares 2014: 141-152. Embora adote explicitamente um ponto de vista muito semelhante ao ambicionado por Mink (ressalvadas, obviamente, as distintas circunstâncias históricas), Políbio passa ao largo do problema, conforme as razões apresentadas, ainda que nas *Histórias* seja por vezes evidente a tensão entre a generalização a que conduz o ponto de vista adotado e a especificidade temporal requerida pela narrativa do real. Cf. especialmente o parágrafo 29.21: refletindo sobre a queda de Perseu, Políbio recorre a Demétrio de Falero, para quem “o acaso não se compõe com a vida humana” (*he pros ton bion hemon asynthetos tyche* – 29.21.5).

¹⁹⁴ Discuto a questão do empenho político pessoal de Políbio em Sebastiani 2015.

¹⁹⁵ O próprio Timeu teria ajuizado sobre a ética pessoal de historiadores e poetas conforme as repetições e ênfases em suas obras, e Políbio reivindica, por consequência, a valia de se empregar contra o antecessor o mesmo tipo de interpretação biografista (12.24).

indissociável da própria ética individual quanto mais atenta em reconhecer os limites e porosidades entre os dois integrantes. Políbio, por sua vez, sabe que a retórica, como técnica de pensamento, é o canal de expressão da verdade e esta, a forma resultante, sempre provisória, da própria retórica em sua condição de atividade historiográfica. (Con)fundindo, Timeu desconecta, enquanto distinguindo, Políbio unifica. A opção de Timeu refletiria a ânsia por controlar e fixar o que é permanente mudança e escapa forçosamente mesmo ao mais denodado esforço de apreensão intelectual. A de Políbio, por outro lado, é a de quem aprendeu a manter-se sereno ante a mudança por nela ter encontrado um único e provisório ponto de apoio. Contra a erudição estiolada, a obra de Políbio se propõe como estímulo capaz de levar o leitor a desenvolver a mesma visão ativa, inconformada e (re)criadora.

A ironia, isto é, a visão distanciada, ajuizante e permanentemente inconformada de Políbio, é notável também no empenho em rivalizar com Timeu na esfera mesma em que este teria passado por maior dos historiadores: a da erudição supostamente eloquente. Isso que se nota pelo acúmulo inusual de autoridades clássicas em um breve passo (Heráclito, Teopompo, Homero, Platão, Éforo) entrecortado por arremedos ao estilo empolado e à fraseologia oratória de Timeu que beiram a mordacidade, bem como pelo elenco sistemático dos *loci* que definiriam a historiografia de matriz autóptica contra o descolamento da experiência provocado pela atenção exclusiva às fontes escritas.

III

Outro modo de se compreender as críticas de Políbio a Filino, Fábio Píctor e Timeu é enxergá-las como integrantes de um problema maior, o da mimese inerente à historiografia. As duas últimas frases do livro 12 de Políbio (“Quem faz perguntas contribui” etc) evidenciam claramente o problema, que tanto atrela quanto distingue historiografia e ficção, a começar pela mimese I ou prefiguração, nos termos de P. Ricoeur, Costa Lima e M. Soares. Mimese é ora pensada estritamente de acordo com a primeira das definições propostas por M. Soares, a que engloba, além da ficção, também a historiografia:

[a]o falarmos de *mimesis*, temos de tomar duas precauções, relativamente à tradução e significado do conceito: em primeiro lugar, se traduzimos *mimesis* por imitação, não falamos de um decalque de um real existente, mas antes de uma imitação criativa; em segundo, se traduzimos *mimesis* por representação, não falamos de duplicação de presença, à guisa da *mimesis* platónica, mas antes do corte que abre o espaço de ficção¹⁹⁶.

O historiador experimentado e hábil não se limita a afiançar o informe alheio, seja ele oral ou escrito, mas submete-o ao crivo da mesma argúcia necessária tanto ao trato cotidiano como à narrativa cuja meta é recriar-lhe a vivacidade¹⁹⁷. Por outras palavras: concentra-se no ajuizamento implicado e requerido pela mimese I e só depois na configuração da narrativa. Pela leitura de Políbio, que desconsidera o trabalho de Timeu com fontes escritas, o antecessor se teria, ao contrário, focado tão somente na configuração e negligenciado a prefiguração. Se história e ficção se irmanam pela atividade mimética comum a ambas, distinguem-se, igualmente, pelo estágio da mimese que em cada uma é mais significativo. Transpondo-se os termos de Políbio para os dos teóricos mencionados, o historiador aqueu entende que a história decorre da atenção sobretudo à prefiguração e não tanto à configuração (ou mimese II). Ainda de acordo com Políbio, a inversão operada por Timeu redundaria em completo equívoco, ao

¹⁹⁶ Soares 2013: 180. Cf. também especialmente Lima 2006: 207: “[a] *mimesis* ancora a obra no mundo. (...) A *mimesis* procura o subsolo”; p. 211 “[à] *diferença da mimesis, na ficção tematiza-se o ato da imaginação produtora e não a sua articulação com uma certa comunidade ou sociedade humana*. Toda ficção supõe uma *mimesis* em ação, ainda quando, de imediato, seja impossível reconhecê-la” (itálicos e destaques no original) e p. 385, em que o autor retoma nominalmente P. Ricoeur.

¹⁹⁷ Sobre *ἔμφασις* e *ἐνάργεια* como metas narrativas de Políbio cf. Pédech 1961: 134-7.

designar como história o que, para Políbio, seria ficção salpicada de realidade, como um romance histórico¹⁹⁸.

Se a mimese I ou prefiguração indicia a verdade, o elo entre realidade e narrador, a mimese II ou configuração exprime a atividade retórica de sua elaboração narrativa. Para com cada uma a contribuição de Políbio é peculiar. Para com a primeira, é notável que seus três principais integrantes identificados pelo historiador comportem em suas formulações lexicais o mesmo pronome reflexivo (*autopten, autourgias, autopatheias*) cujo significado reverbera amplificado na veemente exigência de presença testemunhal que encerra o passo (*pare, paron, parestin*). Para a segunda, embora Políbio a considere tão somente uma decorrência natural do trabalho competente com a primeira, nem por isso deixa, marginal e ocasionalmente, de se manifestar a respeito, como quando contrasta história e tragédia tomando por alvo a obra de Filarco¹⁹⁹.

Assim como em relação a Filino e Fábio Píctor, Políbio não diz que Filarco não testemunhou o que narra. Diferentemente, porém, a contraposição que estabelece ataca o modo de configuração narrativa do historiador ateniense, cuja meta seria impressionar o leitor, pouco caso fazendo da verdade. Após insinuar

¹⁹⁸ Políbio, evidentemente, não emprega a expressão nem qualquer outra equivalente. Em 12.12.1-5, a contraposição que opera é entre história verdadeira, de um lado, e narração inútil (*ἀνωφελὲς διήγημα*), de outro.

¹⁹⁹ A crítica de Políbio a Filarco compreende a digressão Plb.2.56-63, e tem por núcleo o seguinte passo: “[d]e modo geral esse historiador disse muita coisa em vão e ao acaso ao longo de toda a sua obra. Quanto às demais partes, talvez não seja necessário censurá-lo por ora nem entrar em detalhes; mas sobre tudo quanto ocorre na mesma época relatada por nós, ou seja, relativamente à guerra cleomênica, isso precisamos examinar com cuidado. Isso será mais que suficiente para se compreender todo o propósito e o significado da obra dele. Desejoso de demonstrar a crueza de Antígono e dos macedônios e, além da deles, a de Arato e dos aqueus, diz que os mantíneos submetidos sofreram os maiores infortúnios, e que a maior e mais antiga cidade da Arcádia enfrentou tamanhas adversidades a ponto de provocar em todos os gregos suspense e lágrimas. Empenhado em despertar piedade nos leitores e fazê-los compadecer-se dos fatos narrados, introduz abraços de mulheres, cabelos desalinhados e exposição de seios, que se somam a lágrimas e lamentos de homens e mulheres junto aos filhos e pais velhos subtraídos. Faz isso ao longo de toda a história, tentando a todo momento por sob os olhos do leitor o que é terrível. É preciso examinar o que é próprio da história e útil. O escritor não deve impressionar os leitores com exageros espalhados ao longo da história, nem forjar discursos ou acrescentar seqüências aos relatos, como os tragediógrafos, mas apenas recordar o que se disse ou fez, conforme a verdade, ainda que muito triviais. A finalidade da história não é a mesma da tragédia, mas oposta. Esta precisa emocionar e seduzir os leitores em um só momento por meio de discursos os mais convincentes; aquela, ensinar e persuadir os estudiosos de qualquer época com fatos e discursos verdadeiros. Muito embora na primeira predomine o plausível, ainda que falso, devido à ilusão dos espectadores, a segunda prima pelo verdadeiro em proveito dos estudiosos. Além disso, ele narra muitas peripécias deixando de sugerir as causas ou modos dos acontecimentos, sem os quais não é possível que nos compadeçamos racionalmente nem que nos encolerizemos convenientemente com nenhum dos acontecimentos” (Plb.2.56.3-13). Examino a questão em Sebastiani 2007. Filarco foi um historiador ateniense (meados/final do séc. III a.C.) cuja obra, em 28 livros, narra a história da Grécia entre os anos 272-220 a.C.

que mentia e acusá-lo de frivolidade, Políbio contrasta conteúdos, finalidades, ocasiões, argumentos e intencionalidades, aprofundando a contraposição entre história e retórica epidítica endossada de Éforo. De uma e de outra a narrativa histórica emprega componentes sem, por isso, desligar-se de sua matriz fundante – a experiência vivenciada do real. Por outras palavras: a verdade existencial é a forma cujo conteúdo é retoricamente configurado. Elogio ou censura decorreriam naturalmente da correta observação do real por meio de vivência própria, por meio do questionamento competente de testemunhas oculares e, tão somente em último caso e a título de verificação, da leitura de obras a respeito²⁰⁰. A vivência imediata acumulada pelo historiador garantiria a validade do conhecimento mediato que se obtém pelas demais vias – precisamente o que Políbio exprime quando caracteriza a habilidade de Hierão, à qual só pode ter acesso por livros ou, muito remotamente, pelo questionamento de eventuais testemunhas oculares²⁰¹, ou quando explicita ter transposto os Alpes a fim de investigar a travessia de Aníbal. Em uma palavra, o que exprime ao longo pelo menos dos vinte primeiros livros das *Histórias*²⁰².

A verdade ansiada pelo historiador, entrevista ao longo do percurso orientado pelas balizas escolhidas, não se manifesta como patrimônio pessoal restrito ou exclusivo. Porque inerente à narrativa elaborada em tais condições, desenha-se como espaço franqueado a todos que dele partilhem quando insuflados por análogo anseio. É Políbio quem o afirma quando revisa o plano da obra no proêmio do terceiro livro:

esse é o nosso plano, que requer ainda auxílio do acaso, a fim de que eu tenha vida para levar a proposta a termo. Estou convencido de que, mesmo se qualquer contingência humana nos ocorrer, o projeto não ficará inconcluso nem carecerá de homens à sua altura, pois por sua beleza muitos dele se encarregarão e ansiarão por levá-lo a cabo (Plb.3.5.7-8)²⁰³.

A alteração mesma do plano geral da obra, detalhada em 3.4-5, é o mais claro indício de tal acepção de verdade como abertura suficiente para lidar serenamente com todo tipo de mudança inerente à própria história, se não dela

²⁰⁰ Sobre o desapareço de Políbio pela consulta a obras alheias como integrante da história pragmática, cf. 12.25i.2: “a pesquisa em livros é a terceira parte da história e ocupa a terceira posição”. As outras duas partes seriam, em primeiro lugar, a experiência político-militar própria e, em segundo, a observação pessoal de cidades e demais locais (12.25e.1).

²⁰¹ O longo reinado de Hierão II se estendeu entre 270-215 a.C.

²⁰² Cujos eventos narrados são todos anteriores ao nascimento ou à juventude do historiador, que a eles só pode ter acesso mediato.

²⁰³ Τὰ μὲν οὖν τῆς ἐπιβολῆς ἡμῶν τοιαῦτα προσδεῖ δ' ἔτι τῆς τύχης, ἵνα συνδράμη τὰ τοῦ βίου πρὸς τὸ τὴν πρόθεσιν ἐπὶ τέλος ἀγαγεῖν. πέπεισμαι μὲν γάρ, κἄν τι συμβῆ περὶ ἡμᾶς ἀνθρώπινον, οὐκ ἀργήσῃ τὴν ὑπόθεσιν οὐδ' ἀπορήσῃ ἀνδρῶν ἀξίochρων, διὰ (δὲ) τὸ κάλλος πολλοὺς κατεγγυηθήσεσθαι καὶ σπουδάσειν ἐπὶ τέλος ἀγαγεῖν αὐτήν.

mesma expressão. Como “resposta poética à aporética do tempo”, a verdade almejada por Políbio indicia a abertura no real que, orquestrada pela narrativa, permite contato imediato entre historiador e leitor quando ambos igualmente desconfiam da apreciação negligente, crédula ou frívola do passado. O modo como podem fazê-lo é atividade por excelência coparticipativa:

[s]e circunstâncias similares forem transpostas (*metapheromenon*) para ocasiões apropriadas, surgem meios e antecipações para se prever o futuro e enfrentar com mais confiança o que sobrevier, ora tomando-se precauções, ora imitando (*mimoumenon*) o passado (Plb.12.25b.3)²⁰⁴;

[s]e os historiadores, ao expor ocasiões, inclinações e disposições de quem delibera e, em seguida, os discursos realmente (*kat' aletheian*) pronunciados, nos explicassem as causas pelas quais os oradores foram ou não bem sucedidos, teríamos uma noção verdadeira (*alethine*) do ocorrido e poderíamos alcançar nossos objetivos operando distinções ou transpondo a dita noção para circunstâncias semelhantes (*hama men diakrinontes, hama de metaphorontes epi ta paraplesia*) (12.25i.8)²⁰⁵.

As operações de transposição, evitação, imitação e distinção implicam igualmente historiadores e leitores. E quando por estas operadas, indiciam o que, na terminologia de P. Ricoeur, seria designado por mimese III, reconfiguração ou recepção. Na abertura da verdade, a resposta fecunda advém da colaboração entre o historiador que por primeiro meditou o real e a suplementação ativa posta em prática pelo leitor arguto, capaz de integrar a leitura à própria experiência tal qual Políbio já advertira em 1.35.6-10.

Tal colaboração é enucleante, isto é, nela aportam e dela manam todas as possibilidades de sentido da obra. Daí que, mesmo a respeito de um episódio marginal, Políbio qualifique a verdade como divindade ubíqua, tal qual o acaso:

penso que a natureza assinalou para os homens a verdade como a maior das divindades (*megisten theon*), a ela acrescentando a maior potência. Mesmo quando tudo a combate e toda verossimilhança perfila com o falso, não sei como ela, por si mesma, penetra nas almas dos homens e ora mostra de imediato a

²⁰⁴ ἐκ γὰρ τῶν ὁμοίων ἐπὶ τοὺς οἰκείους μεταφερομένων καιροὺς ἀφορμαὶ γίνονται καὶ προλήψεις εἰς τὸ προϊδέσθαι τὸ μέλλον, καὶ ποτὲ μὲν εὐλαβηθῆναι, ποτὲ δὲ μιμούμενον τὰ προγεγονότα θαρραλεώτερον ἐγχειρεῖν τοῖς ἐπιφερομένοις.

²⁰⁵ εἰ γὰρ οἱ συγγραφεῖς ὑποδείξαντες τοὺς καιροὺς καὶ τὰς ὁρμὰς καὶ διαθέσεις τῶν βουλευομένων, κάπειτα τοὺς κατ' ἀλήθειαν ῥηθέντας λόγους ἐκθέντες διασαφήσαιεν ἡμῖν τὰς αἰτίας, δι' ἃς ἡ κατευστοχησαὶ συνέβη τοὺς εἰπόντας ἢ διαπεσεῖν, γένοιτ' ἂν τις ἔννοια τοῦ πράγματος ἀληθινή, καὶ δυναίμεθ' ἂν ἅμα μὲν διακρίνοντες, ἅμα δὲ μεταφέροντες ἐπὶ τὰ παραπλήσια κατευστοχεῖν ἀεὶ τῶν προκειμένων.

própria potência, ora, mesmo que há muito obscurecida, ao fim prevalece por si mesma e combate o falso, como ocorreu com Heráclides ao chegar a Rodes vindo da parte do rei Filipe (Plb.13.5.4-6)²⁰⁶.

Meditada como divindade atuante capaz de relacionar-se sem mediação com os homens, a verdade é algo pré-existente que se faz notar no mo(vi)mento de serenidade e coparticipação a despeito das dificuldades aparentes, capaz de penetrar onde, por implicação, encontra abertura, perfazendo, assim, uma ação que coincide com a prática historiográfica cuja potência fecunda o tempo: “a transmissão dos fatos para as futuras gerações por meio de textos deve ser preservada de qualquer tipo de falsidade não para comprazer momentaneamente os ouvidos dos leitores, mas para lhes emendar as almas, a fim de que não reincidam nos mesmos erros” (Plb.38.4.8). Já para o historiador antigo, verdade e abertura para o futuro possível são sinônimas perfeitas²⁰⁷.

Os múltiplos acenos de Políbio à integração leitor-narrativa evidenciam uma preocupação permanente dos historiadores atentos à operação transformadora passível de ser operada por via da narrativa mesma, e ainda reverberam, não tanto porque sejam exclusivos de Políbio, mas porque correspondem, talvez, a um anseio maior partilhado por todo historiador digno do nome: o de integrar-se ao diálogo que atravessa o tempo na abertura da verdade. Caso paradigmático e eloquente é o de Droysen, quando designa a história no *Grundriß* como “γνώθι σαυτὸν da humanidade, sua consciência”²⁰⁸. A compreensão das operações implicadas na prática historiante – compreensão por meio de articulações intencionais e metódicas profundas da própria história narrada – não se dissocia da compreensão de si mesmo, e percorre incessantemente a trajetória circular de trabalho de entendimento. “(...) desde que haja história, há movimento, há um dentro que responde ao fora, há um embate que se exerce no tempo, objeto primeiro, sujeito depois, sujeito-objeto em discordância concórdia”²⁰⁹.

²⁰⁶ Καί μοι δοκεῖ μείστιν θεὸν τοῖς ἀνθρώποις ἢ φύσις ἀποδείξει τὴν ἀλήθειαν καὶ μείστιν αὐτῇ προσθεῖναι δύναμιν. πάντων γοῦν αὐτὴν καταγωνιζομένων, ἔνι τε καὶ πασῶν τῶν πιθανότητων μετὰ τοῦ ψεύδους ταττομένων, οὐκ οἶδ’ ὅπως αὐτὴ δι’ αὐτῆς εἰς τὰς ψυχὰς εἰσδύεται τῶν ἀνθρώπων, καὶ ποτὲ μὲν παραχρήμα δείκνυσι τὴν αὐτῆς δύναμιν, ποτὲ δὲ καὶ πολὺν χρόνον ἐπισκοτιοθεῖσα, τέλος αὐτῇ δι’ ἑαυτῆς ἐπικρατεῖ καὶ καταγωνίζεται τὸ ψεῦδος, ὡς συνέβη γενέσθαι περὶ τὸν Ἡρακλείδην τὸν παρὰ τοῦ Φιλίππου τοῦ βασιλέως εἰς Ῥόδον ἀφικόμενον.

²⁰⁷ Sobre o sentido de um texto como plurivocidade multidirecional de interpretações suscitadas antes pelo futuro, isto é, pelos sentidos que esse texto desencadeou, do que condicionadas pelo passado e seus supostos contextos de produção e fruição, cf. Romano 2010: 81-84 e Jay 2011: 564-569.

²⁰⁸ Droysen 1882: 33. Cf. também “Enformação da narrativa em *Grande Sertão: Veredas* e Tucídides”, seção “Cômputo”.

²⁰⁹ Bosi, “A poesia é ainda necessária?”, in: Idem 2013: 15.

Tão ou mais incisivo foi, por sua vez, G. de Sanctis, que sempre figurará entre os leitores mais refinados de Políbio, ao indiciar o papel de historiadores e, por implicação, também de leitores, no trato com o passado, invertendo intencionalmente os termos da famosa equação:

[m]aestra della vita può dirsi, certo, la storia; ma non nel senso grettamente utilitario che si dà per solito a questa sentenza. È vero d'altra parte, interamente e senza eccezioni vero, che la vita è maestra della storia. Sola, co' suoi bagliori e le sue tenebre, gli amori e i dolori, le ansie e le speranze, la vita ci permette di portare nel cimitero del passato il soffio animatore che raduni e rimpolpi le ossa e dia loro di nuovo spirito e moto²¹⁰.

Se Políbio nunca almejou ser um artista (na expressão de J. Thornton, 2013b: 832 e 841: “un raffinato teorico della storiografia” ou “un letterato”), nem pleiteou a liberdade irrestrita de poetas e romancistas, soube transformar, de modo peculiar e tão livre quanto a abertura da verdade lhe permitiu, as ações próprias e alheias em narrativa convincente, sempre atento às fronteiras e dialogando, por entre as porosidades do discurso histórico, com os gêneros que lhe pareciam os mais afins, qual a retórica epidítica, a narrativa romancesca, ou mesmo a poesia épica e trágica. Qualquer que tenha sido sua condição sócio-política, e para além da indiscutível contribuição histórica que sua obra representa, tais meditações são guia seguro pela senda da autocrítica (mais do que autocompreensão) para todo historiador, antigo ou contemporâneo, que o faz por meio também da própria prática.

A consciência de Políbio sobre a problemática é tão clarividente e aguda que já desde o início das *Histórias* havia advertido o leitor a respeito. Em um passo no qual a questão da história universal tem ofuscado a riqueza de sugestões correlatas, o historiador escreve:

²¹⁰ Sanctis 1916: viii. De Sanctis meditará a ideia por toda a vida, retomando-a em termos análogos no prólogo à *Storia dei Greci* (Sanctis 1980: vi: “la personalità umana e le sue creazioni non possono esser rivissute se non attraverso il ripensamento e le esperienze di quelli che cercano d'intenderle. E sperare di più, cioè pretendere di raggiungere un'assoluta obiettività che renda quasi la storia una cosa esteriore al nostro spirito, non è che fallace e pericolosa illusione”. Não está em questão, obviamente, a proposição de um “novo regime de historicidade” para o passado, mas um modo de se enxergar a escrita da história no presente (de De Sanctis) e, talvez, pensá-lo em sua específica imprevisibilidade a partir de um ponto de vista próprio (de modo análogo ao discutido por Hartog 2003: 31-32, por exemplo, e Nicolazzi 2010: 256), animando-o e recriando nesse presente (de modo análogo ao proposto por W. Benjamin conforme discutido por Dosse 2000: 8-9). Em tempo: reporto as reflexões de De Sanctis pelo que nelas vejo de ainda fecundo sem, obviamente, que isso implique qualquer ilusão ou expectativa de caráter psicologizante, contra o que já prevenia H. G. Gadamer (apud Romano 2006: 75: [c]omprendre ce que quelqu'un dit, c'est [...] s'entendre sur ce qui est en cause et non se transporter en autrui et revivre ce qu'il a vécu).

[p]arece-me que padece de algo semelhante quem acredita que por meio de uma história parcial terá adequada visão de conjunto, como se, ao ver desmembradas as partes de um corpo antes vivo e belo, pensasse ter se tornado efetivamente testemunha da vitalidade (*energeias*) e da beleza de um ser vivo (*zoou*). Se alguém recompusesse e reconstruísse (*teleion authis apergasamenon*) o mesmo ser dando-lhe a forma e a aparência (*tei tes psykhes euprepeiai*) de um que vive, e em seguida novamente o mostrasse àquele indivíduo, penso concordaria rapidamente que antes se afastava muito da verdade e se portava como quem sonhava. Pelas partes é possível ter noção do todo, mas não ciência e juízos sólidos. Por isso deve-se considerar a história parcial totalmente superficial se comparada ao conhecimento e à credibilidade derivados da história universal. Apenas pela coesão e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral (Plb.1.4.7-11).

À primeira vista, tem-se uma comparação de acento dionisíaco (shelleyano?) entre a história e um animal morto ora desmembrado (história parcial), ora remontado (história universal). Este segundo caso, entretanto, carrega a sugestão sutil de que, por meio de operações adequadas de *symploke* conduzidas por um artífice competente (o “soffio animatore” de G. de Sanctis?), talvez o animal pudesse novamente reviver, sugestão com notáveis implicações para a escrita e a leitura da história: a possibilidade de (re)animação do vivido no presente da (re)vivência, seja do historiador e, principalmente, do leitor estudioso. A possibilidade, isto é, de que o originário movimento do devir possa ser, de um modo que só pode ser sugerido, retomado e continuado pelo leitor por meio da narrativa – e com liberdade análoga à sugerida também em 12.25b.3 e 12.25i.6-8. Por outras palavras, ainda que se faça um outro do movimento do devir, reconstruindo-o discursivamente por meio de ajuizamento ético e pelas diferenças que recorta, a história (e a narrativa) nem por isso integra menos a vida de que emana e para a qual hermeneuticamente retorna – muito ao contrário.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A HISTÓRIA COMO MEIO:
O ODISSEU MEDIADOR DE POLÍBIO**

Mi si presentano due maniere di tracciare la strada. La prima maniera consisterà nel rispettare i limiti dei poderi, nel contornare i cascinali, nel varcare il fiume nel punto più stretto, nel lasciare intatti cappelle, frantoi, mulini, pozzi, officine, campi sportivi, nell'evitare le zone paludose e quelle rocciose.

(A. Moravia, *L'uomo come fine*)

I

O fato de Políbio propor Odisseu como modelo de comandante e historiador pragmático teria um significado que ultrapassasse preferências pessoais ou literárias?

A interpretação das referências a Odisseu, ou das citações da *Odisseia* no texto de Políbio, foi objeto de não pouca controvérsia nos últimos cento e cinquenta anos. Seu desenvolvimento pode ser esquematizado, segundo a cronologia, em três grandes matrizes.

Por volta do fim do século XIX, R. Hirzel, R. von Scala e C. Wunderer interpretaram as referências de Políbio e seus juízos anti-alexandrinos como expressões de estoicismo sob influência de Panécio²¹¹. Tais interpretações foram duramente criticadas por K. Ziegler e P. Pédech, cujas críticas pressupõem as observações de F. Walbank de 1948²¹².

A segunda linha gravita em torno do artigo *The geography of Polybius* (1948)²¹³, de F. Walbank, no qual são confrontadas as menções de Políbio a Odisseu com as exegeses alexandrina e estóica da *Odisseia*. As menções seriam uma demonstração polêmica de orgulho derivada da extensão das viagens de Políbio a partir de 156²¹⁴, demonstração sem vínculos ou ulteriores implicações filosóficas. A crítica e a interpretação de Walbank, retomadas em textos subsequentes²¹⁵, assinalam um ponto de partida para todos os estudos contemporâneos que examinam o modo como Odisseu se teria tornado paradigma ético e político para Políbio²¹⁶.

A terceira linha deriva do verbete de K. Ziegler sobre Políbio na *RE* (1952). Ziegler sugeriu que as citações polibianas de Homero resultariam não de

²¹¹ Hirzel 1882: 851 e 875-7; Scala 1890: 71 e 325; Wunderer 1901: 32. Sobre os juízos fundamentalistas de Políbio, que entendiam a *Odisseia* ao pé da letra ao contrário das leituras de Eratóstenes e Aristarco, cf. Pfeiffer 1968: 231 e seção III (abaixo).

²¹² Ziegler 1952: c. 1466 e 1471 e Pédech 1964: 249-53 e 582-6 demonstraram a impossibilidade histórica do suposto estoicismo de Políbio. Idem Walbank 1967: 142; 1970: 3-6; 1985: 235; 2002: 41-5; Pédech (Polybe 1961: xxvii-xxxv) e Brouwer 2011: 112-3. Zetzel 1972: 173-9 demoliu a hipótese do “Círculo dos Cipiões” e Dorandi 1989: 91-2 demonstrou que Panécio teria tido contato com Cipião Emiliano (e talvez também com Políbio) em Roma apenas depois de 146.

²¹³ Republicado em Walbank 2002: 31-52.

²¹⁴ Sobre as viagens de Políbio após o exílio, cf. Pédech (Polybe 1961: 71); 1964: 523-9 e Walbank 1967: 332.

²¹⁵ Além dos trabalhos já citados, cf. também Walbank 1972: 51-2, 117 e 126; 1979: 584 e 586.

²¹⁶ Cf. Vercautse 1990: 306; Eckstein 1995: 281; Hartog 2001: 161-71 (ed. orig. 1996); Musti (Polibio 2001-6: 15); Champion 2004: 22 e 239; Marincola 2007: 17-20 e McGing 2010: 129.

reflexões de maturidade, nem dependeriam de viagens ou de eventuais contatos com Panécio, mas que radicariam no *éthos* aristocrático de sua formação intelectual, política e militar análoga à de Filopêmen, seu parente e mestre²¹⁷. Para Ziegler, desde a infância Políbio teria aprendido a meditar Odisseu como fonte de paradigmas éticos e políticos, e tal habilidade poderia estar na base do seu *status* privilegiado quando detido em Roma²¹⁸.

Dentre as interpretações contemporâneas que dialogam com tais desenvolvimentos, uma é particularmente relevante por ter ressaltado a dimensão literária do problema. John Marincola examinou as referências a Odisseu nos passos polibianos 9.16.1 e 12.27.1-28.5. Segundo Marincola, as menções representam tentativas, por parte do historiador aqueu, de enxergar no herói um modelo ético precursor de suas próprias aspirações pragmáticas, isto é, uma referência sobre como exigir autocontrole dos generais (9.13.1-5) e, dos historiadores, longas viagens, observações pessoais de cidades e pessoas, e paciência para suportar fadigas e despesas (12.27.1-28.5)²¹⁹.

Esta meditação segue outra via, indagando se é possível entrever um sentido político nessas menções e ainda naquelas presentes no passo 34.2-4 (não examinado por Marincola), sobretudo quando lidas em cotejo com Pausânias (8.30.8, sobre a inscrição dos magalopolitanos) e Plutarco (*CatoMai*.9.3 = Plb.35.6.4). Meu intento é reconstruir os dois contextos (da enunciação de Políbio e da sua recepção imediata) dos referidos passos para investigar a possibilidade de neles entrever o resgate da figura de Odisseu por Políbio como expressão de empenho por responder a problemas postos por seu próprio contexto²²⁰. Assumo como hipótese de partida a de que o papel de mediador entre Itália e Grécia²²¹, e também

²¹⁷ Ziegler 1952: c. 1466. A analogia de Ziegler depende da assunção, com Heeren 1820, Haug 1854 e Nissen 1863, de que a biografia polibiana de Filopêmen, hoje perdida, teria sido a fonte da *Vida de Filopêmen* de Plutarco. Cf. também Pédech 1951: 83; Walbank 1967: 221-2 e Thornton 2013b: 841.

²¹⁸ Cf. também Pédech 1964: 583-5 e Walbank 1979: 584 e 586. Sobre a condição problemática de detido em Roma, cf. Erskine 2012: 20.

²¹⁹ Marincola 2007: 16-20. Em linha com Marincola também Leigh 2013: 97-104.

²²⁰ Em linha com as observações de Jay 2011: 566: “[t]o the extent that an event is irreducible to its enabling context, intellectual or artistic events are also best grasped in terms of what they make possible rather than what makes them possible”. O argumento de Jay radica em trabalhos de C. Romano: “[f]or the historian, the upshot of all this is that for the class of extraordinary happenings that justify the label ‘event’—and it seems likely they are a small, if significant, minority—contextual explanation, however we construe it, is never sufficient. As Romano puts it, ‘understanding events is always apprehending them on a horizon of meaning that they have opened themselves, in that they are strictly nonunderstandable in the light of their explanatory context’ (EW 152). If this is true for events in general, it is perhaps more so for those we might call events in intellectual history” (idem: 567).

²²¹ Sobre a teoria do papel de Odisseu como figura mítica mediadora entre Grécia e Itália, cf. Malkin 1998: 156-209 (em particular p. 205-7 a respeito da “erudite speculation in the Hellenistic period”) e seção III (abaixo).

de reorganizador desta, após tantos anos de exílio, fosse o elemento político principal acentuado pelo historiador em sua identificação com Odisseu²²². Tal interpretação se baseia na perspectiva de leitura descortinada por John Thornton, para quem a obra de Políbio é “a voice in the diplomatic dialogue between the Greek world and Rome in the mid-second century B.C. In this perspective, our scrutiny will bear not so much on Polybius’ judgement of Rome as on the goals he pursued through the *Histories*”²²³.

A abordagem ora proposta aceita a premissa de um outro texto de Thornton²²⁴ (2013b), embora tente, porém, qualificar uma de suas conclusões, ainda que lhe reconheça a validade no contexto originário²²⁵. Neste segundo texto, Thornton

²²² O problema da identificação entre Políbio e Odisseu é ora tratado não como um fato, mas como uma possibilidade hermenêutica no horizonte dos juízos de C. Romano: “loin que ce soit l’intention de l’auteur qui nous fournisse la clé de l’interprétation du texte, c’est exactement l’inverse qui est le cas: c’est seulement une fois que nous avons compris le texte, que nous avons saisi ce qu’il veut dire, que nous comprenons aussi *et par là même* ce que l’auteur a voulu dire en l’écrivant; *c’est la signification du texte qui nous donne accès à ce qui était intentionnel dans le fait de l’écrire et nullement l’inverse*. Par conséquent, loin que l’intention, entendue en ce sens, puisse nous fournir le moindre ‘critère’ d’une bonne compréhension du texte, c’est bien plutôt en comprenant le texte que nous comprenons aussi l’intention de l’auteur entendue en ce sens, c’est-à-dire ce qu’il y avait d’intentionnel dans le fait de disposer les mots dans cet ordre et non autrement. Bref, pour pouvoir dire ce que l’auteur a dit intentionnellement, il est nécessaire de dire ce que nous avons compris du texte, même si dire ce que nous avons compris du texte ne suffit pas toujours pour établir ce que l’auteur a dit *intentionnellement*” (Romano 2010: 74, itálicos no original). O gênero de compreensão apresentado por Romano é particularmente profícuo para o exame de textos fragmentários a serem estudados pelo que referem de uma totalidade não mais entrevisível. A respeito do caráter holístico da compreensão: “[I]a compréhension possède ici encore un caractère holistique. Bien sûr, nous comprenons toujours quelque chose de déterminé, mais nous le comprenons à partir de la totalité dont il émerge, de la situation tout entière dans laquelle il s’insère: en toute compréhension il y va toujours à chaque fois de la compréhension du tout. « Le comprendre, écrit Heidegger, s’étend toujours à l’ensemble du domaine d’intelligibilité » de ce à quoi il a affaire. Comprendre une phrase, c’est comprendre un langage, car c’est nécessairement aussi comprendre beaucoup de phrases analogues ou différentes; mais comprendre un tableau, c’est également lui assigner une place à l’intérieur de la peinture, et par conséquent aussi comprendre la peinture tout entière et même de l’art en général, ce qui n’est possible que sur fond d’une culture. La compétence en question a toujours affaire à la totalité du domaine sur lequel elle porte, ce qui évidemment n’exclut pas que cette compétence admette des degrés” (Romano 2013: 565).

²²³ Thornton 2013a: 213.

²²⁴ Thornton 2013b: 828: “l’attenzione prestata agli aspetti letterari delle *Storie* comporti il rischio di sottovalutare il significato del messaggio politico che Polibio intendeva trasmettere, distogliendo così l’attenzione dei lettori dalla riflessione sugli imperi, in cui pure si era riconosciuto l’elemento principale, almeno sul piano del contenuto, dell’attualità di Polibio, della sua rilevanza per i lettori di oggi”.

²²⁵ Thornton 2013b: 836 e sobretudo 842: “Polibio dunque non è un letterato, un ‘intellettuale’ o un artista. Facendone un teorico della storiografia, secondo una tradizione che in Italia può farsi risalire a Benedetto Croce, o un abile narratore, lo si assimila indebitamente a modelli contemporanei, estranei alla sua attività”.

descola os aspectos literário e político da obra de Políbio, apartando o teórico da história do estrategista. Na presente meditação, entretanto, os dois aspectos são pensados como entrelaçados, como índice um do outro, sendo o primeiro consequência do segundo. Mais do que eventuais ornamentos de estilo, considero as menções de Políbio a Odisseu como argumentos de um projeto político maior e meticulosamente elaborado pelo historiador. O projeto se manifestaria também em detalhes aparentemente menores das *Histórias* e contribuiria para a compreensão da instável situação política de Políbio durante e após o exílio²²⁶. A integração de tais detalhes à reflexão política de Políbio não retiraria a atenção dos leitores aos problemas centrais das *Histórias*; ao contrário, tornaria manifesta a profundidade do pensamento que sustenta sua coesão. Mediar, seja política ou discursivamente, é antes de tudo unificar.

Investigar a obra mediadora de Políbio implica indagar primeiro que relevância teria para o historiador o conceito de “mediar” entendido como “transferir experiências e pensamentos, convertendo estes naquelas e vice-versa”, conceito proposto e discutido pelo menos duas vezes no núcleo de suas considerações metodológicas. Para o historiador aqueu, o discurso histórico é por excelência um mediador nascido de analogias factuais e textuais e que estimula inferências na mente do leitor (12.25b e 25i): escrever e ler história são elementos conexos à mesma operação discursiva que (re)cria²²⁷ os próprios objetos e seus significados. Assim, examino por fim a coerência entre mediação política e mediação discursiva entendida como função essencial da história nos referidos passos do livro 12. Esta meditação almeja, pois, examinar como o historiador constrói a coerência entre preferências políticas e pensamento historiográfico²²⁸, buscando evidenciar, enfim, o caráter reconstrutivo²²⁹ dessas transferências ou conversões daquelas neste. O exame tem como referência permanente o papel crítico e criador de autores e leitores requerido por Políbio no passos referidos.

²²⁶ Conforme discutido na seção III (abaixo), o projeto aqui referido seria o de conservar a própria vida conciliando ao mesmo tempo as exigências romanas com a desejada autonomia dos gregos.

²²⁷ Em sentido discursivo e segundo a fórmula incisiva de B. Croce (1954: 8): “la storiografia non è fantasia ma pensiero”.

²²⁸ Isnardi 1955: 107 já há muito assinalou a coerência entre ética e técnica no pensamento de Políbio, mesmo sem discutir, obviamente, o argumento do ponto de vista da mediação discursiva ora proposto: “[c]iò che ci sembra costituire, di fronte a questa comunanza di motivi, la nota distintiva della concezione polibiana della storiografia, è la sintesi che proprio di questi varí motivi lo storico ci offre: per P. a creare la retta storiografia, rispondente a quei principi di coerenza, congruenza e ragionevolezza che abbiamo visto obbiectati ai varí storici nel corso delle polemiche, sono l'esercizio della vita attiva e l'integrità morale. È cioè l'*èthos*, in definitiva, a creare la *téchne*; la regola scaturisce dall'azione”.

²²⁹ A acepção imputada a “reconstrutivo” radica na proposta de *historical reconstruction* de M. Jay, que retoma o conceito de *intentionality* elaborado por Q. Skinner como meio (*post-facto model*) para preencher o *gap*-ironia entre aparência e realidade, ou entre verdade e falsidade, com base no *hindsight* do historiador (Jay 2013: 39-45).

A presente investigação se estrutura em três partes: exame dos passos em que Políbio tratou da função mediadora do discurso histórico (seção II); análise dos passos em que Odisseu é mencionado e dos elementos que permitem demonstrar a hipótese da mediação política (seção III); e conclusões, reconstrutiva e historiográfica, centradas na coerência entre teoria e prática na ação mediadora de Políbio (seção IV).

II

Esta seção examina o núcleo da metodologia histórica de Políbio buscando explicitar seu conceito de mediação e desenvolvendo seus principais integrantes conforme trabalhados nos passos em que o historiador os sugere. A seção se conclui com uma discussão sobre o entendimento da história como operação crítica e criadora, isto é, como meio entre o real apreendido e a leitura reconstrutiva.

A importância atribuída por Políbio à elaboração de analogias (por parte dos historiadores) e à inferência analógica (por parte dos leitores) como modos por excelência de produção e entendimento de textos históricos é clara em duas declarações cardinais do livro 12, notáveis ainda pelo revérbero lexical que as amplifica:

próprio da história é conhecer (*gnonai*) em primeiro lugar os discursos que foram realmente (*kat' aletheian*) pronunciados tais quais o tenham sido; em segundo lugar, procurar saber (*pyntbanesthai*) a razão (*aitian*) porque o feito ou dito foi ou não bem sucedido, uma vez que o acontecimento em si, narrado de forma sumária, fascina, mas não tem qualquer utilidade, enquanto que, acrescentada (*prostetheises*) a causa (*aitias*), o uso da história se torna frutífero. Se circunstâncias similares forem transpostas (*ek gar ton homoion epi tous oikeious metaphoromenon kairous*) para ocasiões apropriadas, surgem meios e antecipações para se prever o futuro e enfrentar com mais confiança o que sobrevier, ora tomando-se precauções, ora imitando o passado (12.25b.1-3)²³⁰;

É preciso sempre escolher (*lambanein*) discursos adequados e oportunos. Uma vez que não há um uso estabelecido que determine quantos e quais, dentre os discursos possíveis, devam ser empregados, é preciso empenho e regras bem diversos se a meta for ser útil aos leitores e não lesá-los. É difícil enunciar o momento oportuno em cada ocasião, mas não é impossível ter uma ideia dele por meio dos princípios derivados da experiência pessoal e da prática (*autopatheias kai tribes*). Quanto ao problema em questão, sobretudo o que segue dá margem a reflexão sobre o que estou dizendo: se os

²³⁰ Ὅτι τῆς ἱστορίας ἰδίωμα τοῦτ' ἐστὶ τὸ πρῶτον μὲν αὐτοὺς τοὺς κατ' ἀλήθειαν εἰρημένους, οἷοί ποτ' ἂν ᾧσι, γνῶναι λόγους, δεῦτερον τὴν αἰτίαν πυνθάνεσθαι, παρ' ἣν ἢ διέπεσεν ἢ κατωρθώθη τὸ πραχθὲν ἢ ῥηθὲν· ἐπεὶ ψιλῶς λεγόμενον αὐτὸ τὸ γεγονός ψυχαγωγεῖ μὲν, ὠφελεῖ δ' οὐδέν· προστεθείσης δὲ τῆς αἰτίας ἔγκαρπος ἢ τῆς ἱστορίας γίνεται χρήσις. ἐκ γὰρ τῶν ὁμοίων ἐπὶ τοὺς οἰκείους μεταφερομένων καιροὺς ἀφορμαὶ γίνονται καὶ προλήψεις εἰς τὸ προϊδέσθαι τὸ μέλλον, καὶ ποτὲ μὲν εὐλαβηθῆναι, ποτὲ δὲ μιμούμενον τὰ προγεγονότα θαρραλεώτερον ἐγχειρεῖν τοῖς ἐπιφερομένοις.

historiadores, ao expor ocasiões (*tous kairous*), inclinações e disposições de quem delibera e, em seguida, os discursos realmente (*kat' aletheian*) pronunciados, nos explicassem as causas (*aitias*) pelas quais os oradores foram ou não bem sucedidos, teríamos uma noção verdadeira (*alethine*) do ocorrido e poderíamos alcançar nossos objetivos operando distinções ou transpondo a dita noção para circunstâncias semelhantes (*hama men diakrinontes, hama de metapherontes epi ta paraplesia*) (12.25i.6-8)²³¹.

Ambos os passos tratam da operação que para Políbio seria central em qualquer obra histórica²³²: como narrar e apreender, isto é, como construir relações causais por meio de comparações, atrelando dois ou mais fatos dos quais ao menos um é entendido como causa. Políbio propõe um meio para preencher essa distância entre realidade e discurso histórico e imputar-lhe sentido com base em sua *empeiria* e no *hindsight* do leitor. Conhecer razões, fatos e ditos é entendido como recriar na própria mente as intenções e experiências alheias²³³. Antes de prosseguir, convém determo-nos um pouco mais no que entendemos por recriar e no que Políbio teria entendido com o conceito de transferência.

Ambos os passos expõem o cerne do pensamento de Políbio a respeito do sentido de se escrever história e exprimem suas mais explícitas e detalhadas declarações metametódicas (a obra mesma é já seu próprio método), entrelaçando exigências técnicas e posturas éticas próprias (respectivamente, as normas que propõe ou aceita no escrever história e no ajuizar relações interpessoais). Notável

²³¹ ἀσάτου δὲ τῆς χρείας οὔσης καὶ πόσις καὶ ποίοις τῶν ἐνότων χρηστέον, ἀλλοιότερου τινὸς δεῖ ζήλου καὶ παραγγέλματος, εἰ μέλλομεν μὴ βλάπτειν, ἀλλ' ὠφελεῖν τοὺς ἀναγινώσκοντας. ἔστι μὲν οὖν ὁ καιρὸς ἐν πᾶσι δυσπαράγγελτος, οὐ μὴν ἀδύνατος εἰς ὑπόνοιαν ἀχθῆναι διὰ τῶν ἐκ τῆς αὐτοπαθείας καὶ τριβῆς θεωρημάτων· ἐπὶ δὲ τοῦ παρόντος μάλιστ' ἂν ὑπονοηθῆι τὸ λεγόμενον ἐκ τούτων. εἰ γὰρ οἱ συγγραφεῖς ὑποδείξαντες τοὺς καιροὺς καὶ τὰς ὀρμὰς καὶ διαθέσεις τῶν βουλευομένων, κάπειτα τοὺς κατ' ἀλήθειαν ῥηθέντας λόγους ἐκθέντες διασαφήσαιεν ἡμῖν τὰς αἰτίας, δι' ἃς ἡ κατευστοχῆσαι συνέβη τοὺς εἰπόντας ἢ διαπεσεῖν, γένοιτ' ἂν τις ἔννοια τοῦ πράγματος ἀληθινή, καὶ δυνάμεθ' ἂν ἅμα μὲν διακρίνοντες, ἅμα δὲ μεταφέροντες ἐπὶ τὰ παραπλήσια κατευστοχεῖν αἰεὶ τῶν προκειμένων. Embora a tradução empregue “discurso” para o sentido específico do grego λόγος (isto é, alocação política, militar, em assembleia etc), na análise subsequente esses casos serão substituídos por “dito” ou “oração”, preservando-se “discurso” e “discursivo” para o sentido lato.

²³² Enfaticamente sinalizada por Políbio em passos célebres (3.6-7; 22.18). O que o historiador entende por “causa” é problema que excede a presente investigação. No momento, serão tratadas como causas eficientes ou origem cronológica (cf. Plb.3.6.6: τὰ πρῶτα τῶν ἀπάντων).

²³³ Em linha com a *intentionality* de Q. Skinner conforme discutida por Jay 2013: 44: “[t]he difference between Skinner’s version of intentionality and the moderate kind of irony that it makes possible and the weaker notion of intentionality of the paradoxical ironists is, however, substantial. For whereas he sees the context as largely enabling the possible understanding of what is intended, both at the moment of initial enunciation and for later historical retrieval, the paradoxical ironists are attuned more to its disabling effects, undermining both communication at the time and accurate representation later”.

no início de ambos é o entrelaçamento sutil entre os papéis de autores e leitores como agentes de compreensão de textos históricos: os primeiros, porque produzem textos; os segundos, porque podem colocar em prática o que porventura extraírem da leitura. Fundando-se na própria experiência, os autores poderiam escolher se acrescentariam ou não as causas ou as orações mais adequadas a cada situação. Tal escolha condicionaria a utilidade do relato. Baseando-se na construção textual decorrente da verdadeira realidade (integrada com orações, fatos, oportunidades, causas, razões, experiências pessoais etc), os leitores poderiam realizar escolhas análogas tanto no entender o pensamento do historiador quanto no agir.

As palavras-chave para definir tal entrelaçamento, e os procedimentos cognitivos e criativos nele pressupostos, são os dois participípios de *metapherein* nos fechos ambos os passos, participípios que constelam a operação descrita. Embora a acepção usual de *metapherein* seja a retórica, os significados atribuídos por Políbio a tais vocábulos não são exatamente, ou não somente, aqueles retórico-poéticos (“elaborar metáforas”, “escrever metaforicamente”) ou etimológicos (“transferir mentalmente de um ponto a outro”, daí “comparar”, “criar analogia”)²³⁴. Nos últimos se encontram também implicações éticas em estreita relação de continuidade. Comparar e transferir implicam agir coerentemente, de modo que nas atitudes transpareçam os motivos dos agentes. São operações que ocorrem em temporalidades (*kairous*) distintas: o presente da escrita não é mais o da vivência e não será jamais o da leitura alheia. Mas é no pressupor a possibilidade de se estabelecer semelhanças ou analogias entre circunstâncias e situações, não obstante a passagem do tempo, que se faz notar o passo dado por Políbio no entendimento de *metapherein*, isto é, a novidade e a fecundidade de sua teoria: o historiador não distingue, antes impõe ao sentido discursivo de *transferir* também um sentido prático. Tal imposição explica, por exemplo, sua exigência de experiência pessoal político-militar a fundar a escrita da história, exigência coerente com sua trajetória de vida. Políbio escreve porque possui experiência. Sua escrita é produto da vida (Isnardi 1955) e do complexo de inferências análogas construídas em seu curso. O sentido então atribuído a *metapherein* pode ser dito reconstrutivo na acepção rigorosamente pragmática e de modo algum paradoxal (conforme mencionado na seção I): *transferir* agora significa construir pontes entre reflexão e ação, fecundando uma com a outra continuamente, tornando o agir uma reflexão vivida, e o pensar, ação meditada²³⁵.

Compreender o *metapherein* polibiano nesse sentido reconstrutivo implica também indagar o que o historiador teria procurado exprimir com *aletheia*,

²³⁴ A respeito das quatro ocorrências de μεταφέρω nas *Histórias* e sua acepção etimológica, cf. Mauersberger 2006: s.v.

²³⁵ Examinando o núcleo para onde convergem os procedimentos narrativos que enunciam a dialética entre história e ficção, Soares 2013: 247 anota: “a metáfora, traço específico da narrativa de ficção, é uma primeira modalidade a auxiliar a refiguração do tempo pela história”.

pressuposta como fundamento e fim (estes, igualmente, teóricos e práticos) das *Histórias* a um só tempo. *Aletheia* delimita dois fenômenos: o critério irredutível dos juízos subjetivos e a realidade teórica e prática que confronta de modo permanente a percepção do estudioso, antigo ou moderno. Mas para que *aletheia* se mostre como presença, ou exprima acordo entre ação e discurso (os dois significados estão entrelaçados nos passos), é necessário que se faça presente à mente do historiador antes que fora dela, na realidade. Já em outro passo fundamental Políbio o afirmava: *eks historias anairetheises tes aletheias* (1.14.6). *Aletheia* é antes algum elemento que pode ser intencionalmente suprimido ou desconsiderado, entendido não tanto como atributo, exigência ou finalidade técnica, mas como fundamento dos pensamentos com os quais autores (e leitores) criariam significados e forjariam a própria compreensão da vida. Nesta acepção que faz de *aletheia* uma exigência pessoal, a realidade opera como espelho²³⁶ no qual o historiador enxerga e compreende os limites do próprio pensamento, talvez também do próprio agir. É a escrita que deriva dessa operação se tornaria fundamento para novas inferências e novas ações, próprias e alheias, ocupando um posto intermédio entre ações concomitantes ou consequentes. É na esfera pessoal e íntima de *aletheia* que se verifica o *metapherein* em sentido reconstrutivo, como o ato de recriar.

O parágrafo 1.14 parece desmentir qualquer argumentação que associe *aletheia* histórica (no sentido de realidade) e escolha criativa do historiador. Mas o fato mesmo de Políbio associar o que considera falsidade em Filino e Fábio Píctor a escolhas e preferências pessoais de cada um deles (*dia gar ten hairesin kai ten holen eunoian* – Plb.1.14.3), exigindo atenção exclusiva a *aletheia*, não diminui, antes reforça a intencionalidade do ato inicial de escrever história: *hotan de to tes historias ethos analambane tis* (Plb.1.14.5). A ideia central do passo, definida pela locução subjuntiva *hotan analambane tis*, propõe como possível ou não a assunção desse *ethos*. A *aletheia* histórica não exclui, mas pressupõe, a capacidade de juízo crítico e a faculdade criadora do escritor (*hama men diakrinontes, hama de metaphorontes* – Plb.12.25i.8) – sua intencionalidade ao recriar. Precisamente na acepção de *escolher* o verbo *lambanein* é nucleador também do passo Plb.12.25i.6.

Políbio demanda o mesmo papel crítico e criador de novos conhecimentos e ações a outros historiadores e leitores. O livro 12 acumula exigências de *empeiria* e *autopsia*²³⁷ propostas como fundamentos do escrever e compreender história. Políbio indica claramente como se deveria proceder, pondo assim em prática a própria teoria ao oferecer a própria obra como mediadora. A história como discurso materializa, assim, um complexo de transferências teóricas a ser entendido

²³⁶ Sem que o oposto seja menos válido. Sobre a concepção tradicional da mente como espelho, cf. Eco 2012: 93.

²³⁷ Claramente sintetizadas nos parágrafos 25d-25e e 27a-27, por exemplo. Cf. Sacks 1981.

como intermediário entre agir e pensar, ao mesmo tempo produto de ações anteriores (por parte do historiador) e meio para inferência e ações alheias. O objeto recriado pelo leitor seria a integração contínua entre pensamento e ação²³⁸.

²³⁸ A questão é emblematicamente apresentada por Políbio em 1.4 (notável pelo acúmulo de vocábulos iniciados por *syn-* e por seu mútuo esclarecimento): “o que é peculiar à nossa obra e espantoso em nossa época é isto: assim como o acaso fez convergir quase todos os acontecimentos do mundo habitado para um único centro e fez com que tudo se voltasse para um único e mesmo objetivo, do mesmo modo é preciso levar aos leitores, pela história e sob uma única visão sinóptica (σύνοψιν), a manobra de que o acaso se serviu para realizar a interação dos fatos. Foi sobretudo isso o que nos desafiou e incitou para o projeto da história, bem como o fato de que ninguém, em nossa época, empreendeu tratar desses fatos por completo (συντάξει); se o tivesse, muito menor seria minha ambição nesse sentido. Ora, vendo que muitos se dedicam a guerras específicas e a alguns fatos concomitantes, mas que ninguém se pôs a examinar, ao que sabemos, a ordenação geral dos eventos – quando e onde começaram, e como terminaram (συντέλειαν) –, considerarei absolutamente necessário não negligenciar nem deixar que passasse sem estudo a mais bela e proveitosa empresa do acaso. Pois ele, frequentemente inovador e continuamente (συνεχῶς) jogando com a vida humana, jamais realizou, em uma palavra, tal façanha, nem disputou um jogo como em nossa época. Assim, dos escritores de histórias parciais não é possível obter uma visão de conjunto (συνιδεῖν), senão qualquer pessoa suporia compreender imediatamente a configuração de todo o mundo habitado, bem como seu ordenamento e disposição gerais (σύμπασιν), depois de percorrer uma a uma as cidades mais ilustres ou, por Zeus, depois de vê-las destacadas em um mapa, algo de modo algum verossímil. Parece-me que padece de algo semelhante quem acredita que por meio de uma história parcial terá adequada visão de conjunto (συνόψεσθαι), como se, ao ver desmembradas as partes de um corpo antes vivo e belo, pensasse ter se tornado efetivamente testemunha da vitalidade e da beleza de um ser vivo. Se alguém recompusesse (συνθεῖς) e reconstruísse o mesmo ser dando-lhe a forma e a aparência de um que vive, e em seguida novamente o mostrasse àquele indivíduo, penso concordaria rapidamente que antes se afastava muito da verdade e se portava como quem sonhava. Pelas partes é possível ter noção do todo, mas não ciência e juízos sólidos. Por isso deve-se considerar a história parcial totalmente superficial se comparada (συμβάλλεσθαι) ao conhecimento e à credibilidade derivados da história universal. Apenas pela coesão (συμπλοκῆς) e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral”. (Τὸ γὰρ τῆς ἡμετέρας πραγματείας ἴδιον καὶ τὸ θαυμασιον τῶν καθ’ ἡμᾶς καιρῶν τοῦτ’ ἔστιν ὅτι, καθάπερ ἡ τύχη σχεδὸν ἅπαντα τὰ τῆς οἰκουμένης πράγματα πρὸς ἓν ἔκλινε μέρος καὶ πάντα νεύειν ἠνάγκασε πρὸς ἓνα καὶ τὸν αὐτὸν σκοπὸν, οὕτως καὶ (δεῖ) διὰ τῆς ἱστορίας ὑπὸ μίαν σύνοψιν ἀγαγεῖν τοῖς ἐντυγχάνουσι τὸν χειρισμὸν τῆς τύχης, ᾧ κέχρηται πρὸς τὴν τῶν ὄλων πραγμάτων συντέλειαν. καὶ γὰρ τὸ προκαλεσάμενον ἡμᾶς καὶ παρορμήσαν πρὸς τὴν ἐπιβολὴν τῆς ἱστορίας μάλιστα τοῦτο γέγονεν, σὺν δὲ τούτῳ καὶ τὸ μηδένα τῶν καθ’ ἡμᾶς ἐπιβεβῆσθαι τῇ τῶν καθόλου πραγμάτων συντάξει· πολὺ γὰρ ἂν ἦττον ἔγωγε πρὸς τοῦτο τὸ μέρος ἐφιλοτιμήθην. νῦν δ’ ὄρων τοὺς μὲν κατὰ μέρος πολέμους καὶ τινὰς τῶν ἅμα τούτους πράξεων καὶ πλείους πραγματευομένων, τὴν δὲ καθόλου καὶ συλλήβδην οἰκονομίαν τῶν γεγονότων πότε καὶ πόθεν ὠρμήθη καὶ πῶς ἔσχε τὴν συντέλειαν, ταύτην οὐδ’ ἐπιβαλόμενον οὐδένα βασανίζειν, ὅσον γε καὶ ἡμᾶς εἰδέναί, παντελῶς ὑπέλαβον ἀναγκαῖον εἶναι τὸ μὴ παραλιπεῖν μηδ’ ἕασαι παρελθεῖν ἀνεπιστάτως τὸ κάλλιστον ἅμα δ’ ὠφελιμώτατον ἐπιτήδευμα τῆς τύχης. πολλὰ γὰρ αὕτη καινοποιοῦσα καὶ συνεχῶς ἐναγωνιζομένη τοῖς τῶν ἀνθρώπων βίους οὐδέπω τοιόνδ’ ἀπλῶς οὐτ’ εἰργάσατ’ ἔργον οὐτ’ ἠγωνίαστ’ ἀγωνισμα, οἷον τὸ καθ’ ἡμᾶς. ὅπερ ἐκ μὲν τῶν κατὰ μέρος γραφόντων τὰς ἱστορίας οὐχ οἷόν τε συνιδεῖν, εἰ μὴ καὶ τὰς ἐπιφανεστάτας πόλεις τις κατὰ μίαν ἐκάστην ἐπελθὼν ἢ καὶ νῆ Δία γεγραμμένας χωρὶς ἀλλήλων θεασάμενος εὐθέως ὑπολαμβάνει κατανενοηκέναι καὶ τὸ τῆς ὅλης οἰκουμένης

À base do ato de *metapherein*, ou do recriar ético e técnico de historiadores e leitores, Políbio faz notar a faculdade de ajuizar o real por meio da observação crítica:

Aqui é inevitável que os imperitos se enganem redondamente: como se pode questionar (*anakinai*) adequadamente a respeito de um combate, um cerco ou uma batalha naval? Como compreender os detalhes de um relato sem deter o conhecimento que mencionei? Quem faz perguntas contribui (*symbolletai*) não menos para com o relato, pois a recordação mesma da sequência dos fatos conduz o informante a cada um dos acontecimentos. O imperito em relação a isso não é capaz de questionar testemunhas nem, se for ele próprio uma, compreender o que se passa mas, embora estando presente, de algum modo não está (12.28a.8-10)²³⁹.

Anakinai (questionar) é agir de modo intencional e pressupõe experiência baseada em presença autóptica. É o modo de ver, isto é, a habilidade de ver e pensar de modo universalizante ou incisivo, memorativo e crítico, que configura e imprime sentido ao que se vê. *Symbolletai* (colocar junto, compor) pressupõe acréscimo derivado de terceiros, isto é, colaboração e construção. Ambas as operações são integrantes do *metapherein* polibiano: em nota ao passo, J. Thornton explica o juízo de Políbio como “l’affermazione teorica della necessità di una collaborazione dialettica tra l’informatore e l’interrogante” (Políbio 2001-6, n. 5 a 12.28a.10). O que significa trabalho em conjunto, comum, entre duas ou mais pessoas, envolvendo ou não textos e produzindo algo inédito, distinto, criado. Dialética, mediação, entendimento e história se entrecruzam num

σχῆμα καὶ τὴν σύμπασαν αὐτῆς θέσιν καὶ τάξιν· ὅπερ ἐστὶν οὐδαμῶς εἰκός, καθόλου μὲν γὰρ ἔμοιγε δοκοῦσιν οἱ πεπεισμένοι διὰ τῆς κατὰ μέρος ἱστορίας μετρίως συνόψεσθαι τὰ ὅλα παραπλήσιόν τι πάσχειν, ὡς ἂν εἴ τινες ἐμψύχου καὶ καλοῦ σώματος γεγονότος διερριμμένα τὰ μέρη θεώμενοι νομίζοιεν ἰκανῶς αὐτόπται γίνεσθαι τῆς ἐνεργείας αὐτοῦ τοῦ ζῶου καὶ καλλονῆς. Εἰ γὰρ τις αὐτίκα μάλα συνθεὶς καὶ τέλειον αὐθις ἀπεργασάμενος τὸ ζῶον τῷ τ’ εἶδει καὶ τῇ τῆς ψυχῆς εὐπρεπείᾳ κᾶπειτα πάλιν ἐπιδεικνύοι τοῖς αὐτοῖς ἐκείνοις, ταχέως ἂν οἶμαι πάντας αὐτοὺς ὁμολογήσειν διότι καὶ λίαν πολὺ τὴν ἀληθείᾳ ἀπελείποντο πρόσθεν καὶ παραπλήσιοι τοῖς ὄνειρώττουσιν ἦσαν. ἔννοιαν μὲν γὰρ λαβεῖν ἀπὸ μέρους τῶν ὄλων δυνατόν, ἐπιστήμην δὲ καὶ γνώμην ἀτρεκῆ σχεῖν ἀδύνατον. διὸ παντελῶς βραχὺ τὴν νομιστέον συμβάλλεσθαι τὴν κατὰ μέρος ἱστορίαν πρὸς τὴν τῶν ὄλων ἐμπειρίαν καὶ πίστιν. ἐκ μέντοι γε τῆς ἀπάντων πρὸς ἄλληλα συμπλοκῆς καὶ παραθέσεως, ἔτι δ’ ὁμοιότητος καὶ διαφορᾶς, μόνως ἂν τις ἐφίκοιτο καὶ δυνηθεῖη κατοπεύσας ἅμα καὶ τὸ χρήσιμον καὶ τὸ τερπνὸν ἐκ τῆς ἱστορίας ἀναλαβεῖν).

²³⁹ καίτοι γε περὶ τοῦτο τὸ μέρος ἀνάγκη μεγάλα διαψεύδεσθαι τοὺς ἀπείρους· πῶς γὰρ οἷόν τε καλῶς ἀνακρίναι περὶ παρατάξεως ἢ πολιορκίας ἢ ναυμαχίας; πῶς δὲ συνεῖναι τῶν ἐξηγουμένων τὰ κατὰ μέρος ἀνεκνόητον ὄντα τῶν προειρημένων; οὐ γὰρ ἔλαττον ὁ πυνηθάνομενος τῶν ἀπαγγελλόντων συμβάλλεται πρὸς τὴν ἐξήγησιν· ἢ γὰρ τῶν παρεπομένων τοῖς πράγμασιν ὑπόμνησις αὐτῆ χειραγωγεῖ τὸν ἐξηγούμενον ἐφ’ ἕκαστα τῶν συμβεβηκότων ὑπὲρ ὧν ὁ μὲν ἄπειρος οὐτ’ ἀνακρίναι τοὺς παραγεγονότας ἰκανός ἐστιν οὔτε συμπαρῶν γνῶναι τὸ γινόμενον, ἀλλὰ καὶν παρῆ, τρόπον τινὰ παρῶν (οὐ πάρεστιν).

mesmo cômputo: no pressupor ao menos duas partes que agem intencionalmente – como autor e leitor – e entre eles o veículo, o discurso, o produto de intenções alheias, depositário e fonte de transferências, escolhas e trocas.

A ideia de mediação em sentido lato implícita no *metapherein* polibiano e as noções correlatas apresentadas (transferência, escolha, subjetividade, atividade, assimilação, criação, integração, colaboração), cooperam para tornar a história um meio para outros pensamentos ou experiências próprias ou alheias. Sua integração contínua por parte do historiador e do leitor é operação crítica e criadora condicionada pelas experiências e juízos pessoais de verdade e regulada pela ética própria de cada um – fundamento das exigências e críticas polibianas a Timeu no mesmo livro 12, por exemplo. O significado do mediar polibiano pode ser dito reconstrutivo porque define um complexo de operações não apenas teóricas ou textuais, mas também práticas, de historiador como de leitores.

A teoria avançada por Políbio parece ter sido pensada como conjunto holístico²⁴⁰, isto é, como totalidade de operações não só discursivas mas também práticas, éticas, políticas, militares, afetivas etc, conjunto que suscita e demanda compreensões análogas. Nesse sentido, mediar seria também tentar cobrir toda as gamas possíveis da experiência de modo a coordenar o mais coerentemente seus integrantes. A próxima seção emprega tal teoria para analisar um exemplo concreto em que se entrevê esse complexo de transferências em operação.

²⁴⁰ Nos termos de Romano 2013: 565 (seção I).

III

Esta seção analisa o exemplo de Odisseu como mediador criado por Políbio e assimilado a si mesmo à luz de quanto foi dito, isto é, da teoria precedente que entrelaça vida e história, ação e pensamento, fins e meios. A discussão pretende demonstrar que ocupar uma posição mediana, assumir com independência e coragem a “profissão de história” (Plb.1.14.5) é tentar se manter politicamente exterior (na esperança de propor uma via alternativa, por exemplo), observando e salvaguardando vida e lucidez próprias, isto é, significa assumir um papel crítico e criador, julgando e escolhendo em conformidade com as próprias experiências. A discussão almeja qualificar eventuais intenções dos juízos de Políbio²⁴¹.

Como ponto de partida, é preciso reexaminar os próprios passos polibianos sobre Odisseu já analisados por Marincola. Em 9.16.1 Políbio escreve que “também se deveria louvar o poeta por apresentar Odisseu, o comandante por excelência, observando os astros não só quando navega, mas também quando age em terra firme”.

Para Políbio, a astronomia possui dupla finalidade: utilidade prática e exercício intelectual de antecipação do futuro. A Odisseu o historiador atribui excelência nesse conhecimento e na conseqüente habilidade antecipadora (*pronoia*) esclarecendo o próprio entendimento com alusões aos passos homéricos *Il.*10.251-3 e *Od.*5.270-7. No primeiro, o herói escolhe o momento exato de agir, “a terceira parte da noite”. No segundo, navega observando as Plêiades, o Boieiro, Órion e a Ursa, que mantinha à esquerda, conforme o conselho de Calipso. Tais referências delineiam o Odisseu polibiano como paradigma ético-intelectual de comandante dotado da *pronoia* que distingue o general competente (9.12.1), isto é, o observador sagaz de indícios materiais, naturais e temporais capaz de tomar a melhor decisão ainda que de súbito (10.5.8).

O segundo passo se encontra ao fim do livro 12 (27.10-28.1). Segundo Políbio, Homero,

desejando mostrar-nos como deve ser o homem pragmático, apresenta a personagem de Odisseu e diz mais ou menos assim:

narra-me o homem, Musa, versátil, que muito vagou,
e em seguida
de muitos homens viu as praças e conheceu o juízo,
e no mar muitas dores sofreu no peito,

²⁴¹ Em linha com Jay 2013: 43-4 e Romano 2010: 74 (seção I) .

e ainda

cruzando as dolorosas vagas e as guerras dos homens²⁴².

O passo se segue a um desenvolvimento mais amplo sobre a origem do conhecimento nos olhos e ouvidos, sendo este subdividido em exame de testemunhas e leitura (Marincola 2007: 20). A menção a Odisseu é a contraparte literária e analógica da exigência polibiana de *autopsia* como procedimento o mais necessário ao escritor de história. Formam o núcleo da argumentação as exigências de experiência pessoal direta em política, guerra e observações geográficas, as mais importantes na opinião de Políbio. Em segundo lugar, quando o historiador não pode ter ele mesmo experiência direta dos fatos (como no caso de batalhas simultâneas), o componente mais importante seria o questionamento de testemunhas oculares. Este é útil, porém, apenas quando o historiador possui experiência pessoal (12.28.6-28a). O último lugar é ocupado pela leitura, método vicário (12.25d-25e).

O exemplo de homem pragmático simbolizado por Odisseu na argumentação polibiana é o do viajante sagaz e infatigável como o próprio historiador. Políbio possuía ampla experiência política na Liga Aqueia antes de ser levado a Roma; havia “estado muitas vezes na cidade dos lócrios” como embaixador de parte dos romanos (12.5.1-2; data incerta, provavelmente 156); acompanhou Cipião Emiliano à Ibéria e à África; e viajou por toda a Itália.

O terceiro e mais longo passo, que integra o livro 34 (2-4), foi reportado por Estrabão para justificar que “não é próprio de Homero relatar prodígios vãos, sem nada de verdadeiro. Seria possível mentir de modo mais persuasivo, como é natural, se se acrescentasse algo verdadeiro, precisamente o que afirma Políbio, quando trata da viagem de Odisseu” (34.2.1-4)²⁴³.

Esquemáticamente, a argumentação de Políbio no passo maior (34.2-4), de que esse é o início, visaria provar: a) a historicidade de Éolo e da navegação de Odisseu pelo Estreito (34.2.5-11); b) a historicidade da pesca do peixe-espada no cabo Cileu, cuja ocorrência na Sicília foi descrita metaforicamente

²⁴² ἐκεῖνος γὰρ βουλόμενος ὑποδεικνύειν ἡμῖν οἷον δεῖ τὸν ἄνδρα τὸν πραγματικὸν εἶναι, προθέμενος τὸ τοῦ Ὀδυσσεῶς πρόσωπον λέγει πως οὕτως

ἄνδρα μοι ἔννεπε, Μοῦσα, πολύτροπον, ὃς μάλα πολλὰ πλάγχθη,
καὶ προβάς,
πολλῶν δ' ἀνθρώπων ἴδεν ἄστεα καὶ νόον ἔγνω,
πολλὰ δ' ὄγ' ἐν πόντῳ πάθεν ἄλγεα ὄν κατὰ θυμόν,
καὶ ἔτι

ἀνδρῶν τε πτολέμους ἄλεγεινά τε κύματα πείρων.

²⁴³ Ἐκ μηδενὸς δὲ ἀληθοῦς ἀνάπτειν κενὴν τερατολογίαν οὐχ Ὀμηρικόν. προσπίπτει γάρ, ὡς εἰκός, ὡς πιθανώτερον ἂν οὕτω τις ψεύδοιτο, εἰ καταμίσοι τι καὶ αὐτῶν τῶν ἀληθινῶν ὅπερ καὶ Πολύβιός φησι περὶ τῆς Ὀδυσσεῶς πλάνης ἐπιχειρῶν.

(34.2.12-3.11); c) que toda a navegação de Odisseu se dera a pouca distância da Itália e da Grécia (34.3.12-14), próximo à Sicília, às Líparas (34.11.19-20) e ao norte da África (Meninge-Djerba, suposto país dos lotófagos).

Os argumentos parecem dirigidos também contra o trabalho de eruditos anteriores a Políbio, como Eratóstenes, para quem “será possível descobrir por onde Odisseu viajou quando for encontrado o cordão que atava o odre dos ventos” (34.2.11)²⁴⁴. Isto é, contra aqueles que pensavam Odisseu como ficção poética. O *telos* por excelência de Políbio nesses passos parece ter sido provar a historicidade de Odisseu, que advertia posta em dúvida e abalada.

A questão talvez a mais intrincada por trás dos três passos é: por que um historiador pragmático recorrerá a uma personagem que, embora reconhecido como realmente existente por muitos, já à sua época ou bem antes era tido por fictício? Por que Odisseu, em suma, é evocado a simbolizar o comandante e o historiador modelares? Tais perguntas não visam sublinhar eventuais contradições de Políbio²⁴⁵ nem explorar prováveis ornamentos retóricos de sua argumentação, mas apontar um horizonte que possibilite a investigação dos significados profundos de passos aparentemente sem implicações fundamentais²⁴⁶.

Baseando-se nos dois primeiros passos, J. Marincola demonstrou que “Polybius has made Odysseus a *precursor and model of himself* by emphasising Odysseus over all others as a man of both inquiry and practical experience. In Polybius’ hands, Odysseus becomes the *forerunner and ultimate inspiration* for the superior ‘pragmatic’ historiography that Polybius himself practises” (Marincola 2007: 16-17; *italicos meus*). Suas conclusões acentuam o papel de Odisseu como inspirador, como modelo de investigador exemplar e termo de referência autoral para a escrita da história, mas não consideram a possibilidade de Odisseu representar um símbolo de natureza diversa. Parece, porém, possível e necessário enfatizar, como motivos alternativos para a presença de Odisseu no texto polibiano, as implicações políticas que nele podem ser historicamente retraçadas e adscritas. A discussão de dois fenômenos em aparência desconectados auxilia tal operação: a assimilação de Políbio a Odisseu feita por Catão Censor e uma indicação análoga presente na inscrição dedicada pelos megalopolitanos a seu concidadão historiador. Os fenômenos integram o contexto da recepção imediata do texto de Políbio e de seus eventuais significados hoje não mais claramente reconhecíveis (Jay 2011: 567; seção I).

²⁴⁴ [Eratóstenes] φησὶ τὸτ’ ἂν εὐρεῖν τινα ποῦ Ὀδυσσεὺς πεπλάνηται, ὅταν εὕρῃ τὸν σκυτεῖα τὸν συρράψαντα τὸν τῶν ἀνέμων ἄσκόν.

²⁴⁵ Como fez McGing 2010: 129: “interesting and unusual admiration of an honest historian for such a crook as Odysseus”. McGing não considera a construção da imagem de Odisseu paulatinamente meditada por Políbio.

²⁴⁶ Em linha com Romano 2010: 74 e Jay 2011: 566-7 (seção I).

A assimilação foi reportada por Plutarco e inserida nas edições canônicas de Políbio. Em fins de 150 os aqueus foram anistiados e Políbio teria desejado apresentar-se no Senado para que os exilados reouvesssem as antigas dignidades. Catão, questionado sobre o intento, teria respondido que “Políbio agia como Odisseu, desejoso de retornar à caverna do ciclope para buscar o chapéu e o cinto lá esquecidos” (Plut. *CatoMai*.9.3=Plb.35.6.4)²⁴⁷.

Pausânias atesta a existência da inscrição dos megalopolitanos no século II d.C.: “na ágora, atrás do recinto consagrado a Zeus Liceu, a figura de um homem foi esculpida pelos megalopolitanos em uma estela: Políbio, filho de Licortas. Há também dísticos que afirmam ter ele vagado por terra e todo o mar, e que foi aliado dos romanos, cuja fúria contra os gregos aplacou” (Paus.8.30.8)²⁴⁸.

A resposta de Catão não parece mais que uma tirada sagaz e fortuita dentre tantas reportadas por Plutarco²⁴⁹, assim como a inscrição mencionada por Pausânias pode ser apenas uma amostra de “eloquência municipal de natureza adulatoria” (Hartog 2001: 164). Plutarco atribui, porém, a Catão uma resposta que duplica sua própria interpretação da iniciativa de Políbio: “poucos dias depois, [Políbio] desejou apresentar-se novamente ao Senado” (Plb.35.6.3) O advérbio “novamente” é problemático: Políbio não havia se apresentado no Senado antes, mas sim Cipião Emiliano, que atendia à solicitação do amigo. A tirada de Catão parece implicar ambos, isto é, aludiria ao historiador que teria feito de Odisseu seu modelo historiográfico (eventualmente conhecido pelo censor) e, ao mesmo tempo, ao insigne representante dos *Aemilii Paulli* aos quais a figura de Odisseu parece ter estado associada desde o século III a.C.²⁵⁰. A resposta de Catão compreenderia não uma, mas duas personagens (amigos prediletos, aliás) que eventualmente sugeriam associações mutuamente reforçadoras com Odisseu. No documento público reportado por Pausânias, por outro lado, não há menção explícita ao herói, mas nele estão resumidos, de modo claro e talvez

²⁴⁷ ὁ δὲ μειδιάσας ἔφη τὸν Πολύβιον, ὡσπερ τὸν Ὀδυσσεά, βούλεσθαι πάλιν εἰς τὸ τοῦ Κύκλωπος σπήλαιον εἰσελθεῖν, τὸ πλιόν ἐκεῖ καὶ τὴν ζώνην ἐπιλεησμένον.

²⁴⁸ Μεγαλοπολίταις δὲ ἐπὶ τῆς ἀγορᾶς ἔστιν ὀπισθεν τοῦ περιβόλου τοῦ ἀνειμένου τῷ Λυκαίῳ Διὶ ἀνὴρ ἐπειρασμένος ἐπὶ στήλῃ, Πολύβιος Λυκόρτα· γέγραπται δὲ καὶ ἐλεγεία ἐπ’ αὐτῷ λέγοντα ὡς ἐπὶ γῆν καὶ θάλασσαν πᾶσαν πλανηθεῖν, καὶ ὅτι σύμμαχος γένοιτο Ῥωμαίων καὶ παύσειεν αὐτοὺς ὀργῆς <τῆς> ἐς τὸ Ἑλληνικόν.

²⁴⁹ Cf. Thornton (Polibio 2001-6, ad locum, n. 3) para outras interpretações.

²⁵⁰ Em 219 Lúcio Emílio Paulo (pai do vencedor de Pidna e avô de Emiliano) foi um dos cônsules encarregados da Segunda Guerra Ilírica (Plb.3.18-19). Teve por colega Marco Lívio Salinator, um dos *Liuii Salinators* que tradições divergentes admitem como patrono de Lívio Andronico, autor da *Odusia* em algum momento entre 240 e 188/7, provavelmente sob patronato dos vencedores e para sua *gloria*. Ao tempo de Políbio, Odisseu e seus atributos intelectuais e militares talvez remetesse também aos *Aemilii Paulli* havia duas gerações. Sobre o problema cf. também Gruen 1993: 8 seq.; Goldberg 1995: 50-51; Malkin 1998: 156-209; Erskine 2001: 144 seq. e Livingstone 2004: xii-xiii.

hiperbólico (*epi gen kai thalassan pasan planetheie*), com a brevidade tão marcante da poesia epigramática helenística, pontos que resumem o proêmio da *Odisseia*. Particularmente expressivo é o verbo empregado por Pausânias²⁵¹: *planao* é forma prosaica para a poética *plazo*, presente no segundo verso da *Odisseia* (*plagkhthe*) citado por Políbio.

O raciocínio não é conclusivo e não prova a existência de qualquer nexos estável entre Políbio e Odisseu – o que tampouco almejo. Antes, tenta apenas enunciar um problema hermenêutico (Romano 2013: 580) ensaiando uma reconstrução mínima dos contextos de recepção imediata e investigando se os passos poderiam indicar, no passado que lhes era próximo, a presença do que referem. Os passos testemunham, sim, que em ao menos duas ocasiões públicas, ocorridas em locais e momentos distintos, a alusão ao historiador por meio do herói fizera algum sentido. E tanto basta não para autorizar a inferência de mediação política eventualmente implícita nos passos de Políbio, mas para esclarecer quais fossem as eventuais possibilidades coetâneas de leitura desses passos – essas, sim, ora intencionalmente rastreadas. Existem, além disso, pontos de contato temáticos entre os passos de Plutarco e de Pausânias e os três passos de Políbio ora em exame: se ao tempo do historiador havia ao menos duas associações (uma explícita) entre si e Odisseu, essas eram possíveis talvez por causa de ao menos um outro elemento comum a ambas. A título de hipótese, isto é, partindo-se dos textos em exame de modo a operar transferências, conforme discutido na seção anterior, ora se propõe que ambas as personagens fossem entendidas como viajantes entre Grécia e Itália e intercessores gregos junto aos italianos (ou aos romanos, especificamente)²⁵². Por outras palavras, que a biografia e as capacidades de Políbio, como as de Odisseu, valeriam para caracterizá-los como mediadores políticos. E que o historiador mesmo parece ter modelado Odisseu como símbolo desse tipo de mediação.

A hipótese demanda maior clarificação: o que significa ser mediador político? Quando tal apresentação teria se tornado possível? E quais implicações dela derivariam?

Em três parágrafos do livro 39 (3-5) Políbio narra atos concretos de seu papel como mediador: alguns são simbólicos e honoríficos, mas não menos políticos, como é o caso da restituição das estátuas de Aqueu, Arato e Filopêmen. Outros são estritamente políticos, como a administração da Grécia após a partida dos romanos. Mas os mais enfatizados parecem ter sido seus exemplos éticos de moderação, como a recusa a aceitar os bens de Dieu e a exortação

²⁵¹ Fato que não prova (nem é o que busco) o conteúdo exato da inscrição (modificado ou não pelo periegeta).

²⁵² A hipótese não é de todo nova, e também radica nos argumentos de Walbank discutidos na seção I. Sua novidade e valor, como exposto na referida seção, é o de contribuir para com a compreensão de um pensamento unificado.

que dirige aos amigos para que também o fizessem. Desses atos resulta claro que interceder pelos gregos junto aos romanos não significava aceitar todas as condições impostas pela parte mais forte. Ao contrário: como o protótipo do comandante competente da digressão sobre o exercício do comando (9.12-20), Políbio sabe colher a oportunidade exata de negociação a fim de consolidar alguma vantagem para os aqueus sem com isso ofender os romanos, pondo em ação a mesma *pronoia* característica também de Odisseu e perceptível não apenas na caracterização apresentada pelo historiador. Já na *Odisseia* (16.233-320) o herói instrui Telêmaco sobre como poderiam exterminar juntos os pretendentes. Os pontos da exposição (calcular intervalos e espaços, ter paciência, guardar silêncio, combinar sinais e agentes, reconhecer e agir apenas na ocasião exata etc) coincidem quase exatamente com a digressão polibiana.

O período mais apropriado a permitir tal associação entre Odisseu e Políbio como mediadores seria o do fim de sua detenção em Roma, que coincide com a maturidade do historiador. É o período em que já era sólido o vínculo de amizade com Emilianos, quando a reputação de historiador e tático militar competentes era reconhecida, e quando Políbio tinha pleno conhecimento da língua, da cultura e dos costumes romanos. Por volta do fim de 152 Emilianos era já membro do Senado (Astin 1967: 14-15): essa é talvez a melhor indicação cronológica útil para o início da efetiva atividade mediadora de Políbio.

A implicação mais importante dessa atividade nesses anos é o juízo político de Políbio sobre os romanos que se pode entrever em sua identificação com Odisseu, admitindo-se sua elaboração durante os últimos anos de detenção. A. Momigliano²⁵³, J. Thornton²⁵⁴ e C. Champion²⁵⁵ já demonstraram que certos posicionamentos de Políbio em relação a Roma se prestavam a ambivalências políticas e requereriam exame mais detido. Notar o fato é mais importante que buscar juízos definitivos do historiador sobre os romanos, e fazê-lo é dedicar especial atenção a duas considerações.

²⁵³ 1980: 85: Momigliano acentua a peculiaridade da situação histórica de Políbio: “by the mere effort of studying the causes and consequences of his master’s victories Polybius created a space for himself. He never accepted the Romans wholeheartedly”.

²⁵⁴ 2001: 111-112, n. 43: apoiando-se em Musti 1978 contra Walbank, Thornton reafirma a necessidade “di una più realistica valutazione dello stato d’animo dell’ultimo Polibio, espressione, nella sua apparente ambiguità, delle contraddizioni ‘proprie di un’epoca e di un ambiente, cioè quelle caratteristiche della concezione ellenistica dei rapporti interstatali e in particolare delle relazioni auspicabili fra potenze maggiori e minori” (último passo citado de Musti). Cf. também p. 175-214.

²⁵⁵ 2004: 196-197: examinando o passo Plb.36.9-10, fundamental e muito discutido, Champion conclui: “[y]et, I wish to stress, it is in the very nature of the passage that there can never be a final answer to the question of what these Greek sentiments surrounding the Third Romano-Carthaginian War reveal about Polybius’s own opinions. A more profitable approach, in my view, is to read this famous passage in terms of the politics of Polybius’s ambiguous representations of the Romans. A significant illustration of this Greek politics outside of Polybius’s text encourages such a reading”.

Primeira: os passos do historiador com tom semelhante ou análogo ao da digressão sobre o comando parecem ter valido sua vida, justificando ao mesmo tempo seus vínculos com os romanos diante da opinião pública dos gregos. Seria possível, porém, lê-los também como um conselho sutil aos conterrâneos: que acatassem o domínio romano ou, se decididos a rebelar-se, agissem como Odisseu, com meticulosa *pronoia*, se não mesmo astúcia, mas não por meio de irrupções, como fizera Critolau (38.12-13), tão facilmente batido. Seria próprio dos povos sujeitos a necessidade de refletir com prudência sobre o momento exato de agir e as vantagens possíveis e computáveis, não sobre as ideais. Se nada permite qualificar Políbio de revolucionário, tampouco se pode taxá-lo pura e simplesmente de conformado. Talvez se compreenda melhor suas atitudes enxergando-o como mediador crítico cujo principal trabalho foi o empenho da própria experiência política para conciliar *pro Graecis* suas possibilidades efetivas diante das exigências romanas. O vínculo indissolúvel entre Políbio e os romanos é fruto de sua situação problemática desde 167 e alterna aceitação e recusa. Era um nobre grego porém detido sem julgamento, um jovem tático militar a quem foi permitido apenas observar e escrever. Depois da Guerra Aqueia, foi formalmente reconhecido *eunous* para com os romanos (38.8.2), designação, porém, sem âmbito e escopo específicos. Em todos os passos da obra o historiador imprime critérios de valor racionais e meditados, jamais se irritando ou aplaudindo nada nem ninguém sem prévio e cauteloso exame. As preferências e ódios que exprime são pesados com cautela, de modo a integrar possíveis aspirações próprias sem opor-se frontalmente aos dominadores (Eckstein 1995: passim). Trabalhou, em suma, procurando a estocada precisa contra o mais poderoso, permanecendo equidistante da colaboração servil como da irrupção tão passional quanto ineficaz.

A atuação desse projeto parece, porém, ter implicado uma tentativa (taticamente aceita pelos romanos, senão encorajada) de manter-se eticamente moderado ante os vencedores e os gregos, agarrado ao *prepon* em qualquer situação, mesmo se apenas em aparência. Em uma palavra, Políbio parece ter tentado delinear uma hipotética condição de neutralidade cujos efeitos são frequentemente mais vinculantes que a adesão explícita. Entretanto, um tipo de neutralidade análoga, vinculante apenas na aparência, caracteriza também a habilidade singular de Odisseu-*Outis* ao derrotar o ciclope: a simulação de amizade calculando as próprias possibilidades e meios de sucesso, isto é, a capacidade de transferir de imediato dados da experiência para a resposta exata exigida por uma situação delicada.

O segundo ponto é que o simbolismo implícito nessa condição de mediador neutro é ambivalente conforme se o observe pelo prisma dos romanos vencedores ou dos gregos submetidos. A associação entre Políbio e Odisseu na ótica dos gregos é razoavelmente evidente e já foi examinada. Mas talvez na opinião dos romanos, especificamente na daqueles associados aos *Aemilii Paulli*

e aos *Cornelii Scipiones*, a atuação de Políbio possa ter equivalido também a uma romanização (Cícero o designará por *Polybium nostrum* – Cic.*Rep.*2.27): sua idade e credenciais intelectuais e políticas lhe teriam conferido, ao menos em teoria, *auctoritas*, talvez também *dignitas*²⁵⁶. Isto é, se não vinculação explícita, ao menos uma suposta boa disposição tácita. Em qualquer dos casos, uma zona de penumbra que concedia alguma iniciativa, como as embaixadas aos lócrios ou viagens pela Itália, por exemplo.

Tais argumentos *ex silentio* expõem o máximo a que a hipótese de partida desta meditação pode chegar no horizonte exegético do aparente paradoxo polibiano em relação a Odisseu. A abordagem mais coerente da questão de base da presente seção (por que um historiador tão preocupado com a verdade e a precisão histórica legou precisamente os passos relativos à sua personalidade autoral, isto é, a pedra angular da fidedignidade de seu relato, a uma personagem mítica?) ainda é aquela defendida explicitamente pelo próprio Políbio e examinada na seção precedente: a forja de analogias como modo de inferência para a compreensão de paradigmas históricos, sobretudo a analogia com sua própria trajetória pessoal. Uma resposta possível, portanto, à questão seria que ela não é paradoxal, mas assenta sobre um tipo de coerência verdadeiramente reconstrutiva: Políbio teria criado a imagem de Odisseu mais adaptada às suas exigências pessoais e condições entre os romanos, escolhendo minuciosamente episódios e versos homéricos e rebatendo as visões alheias que não correspondessem às suas próprias exigências técnicas e éticas. Assim como parece haver agido em relação aos romanos, tentando salvaguardar a própria independência ética, política e intelectual, agia também em relação ao mito e seus intérpretes. Políbio parece, enfim, ter posto em prática a teoria examinada na seção II: (re)criando o próprio Odisseu, operava de modo a entrelaçar narrativa histórica e mediação diplomática e política.

²⁵⁶ O primeiro a atribuir *auctoritas* a Políbio em sentido estritamente intelectual foi Casaubon (1609), em comentário a Liv.30.45 e a Cic.*Off.*3.32 e Liv.33.10. Para o juízo de Casaubon reportado por Schweighäuser: Πολυβίου Μεγαλοπολίτου 1792: 21: “Optime vero Casaubonus ad Fragmenta Polybii docuit, esse figuratam orationem, qua utitur hoc loco Livius, quae μείωσις vocatur, et *haudquaquam spernendum* hic poni pro *maximae auctoritatis*” (itálicos no original). O passo de Lívio aludido (30.45): “Polybius, *haudquaquam spernendus auctor*”.

IV

Duas conclusões evidenciam a) a coerência entre teoria e construção discursiva e b) a importância dos juízos de Políbio e de sua assimilação a Odisseu para a compreensão das *Histórias*.

A primeira conclusão é reconstrutiva, em linha com o sentido proposto na seção I e discutido na II). Ela correlaciona a presente investigação e o conjunto das *Histórias* com a atribuição de um sentido àquela operação. Da proposta de construção de significados examinada nas seções anteriores, duas questões tão necessárias quanto problemáticas emergem ainda hoje: há sentido no escrever história? Se há, qual seria? Políbio dedicou ao menos cinquenta anos (Walbank 1972: 13; Baronowski 2011: 3-4) a reelaborar sistematicamente o próprio texto, pondo assim em prática, de modo quase obsessivo, a própria teoria da transferência conforme novas experiências suscitavam novos problemas e argumentos. A primeira consequência de tal procedimento, naturalmente, é historiográfica. A mediação discursiva praticada por Políbio não implicava a aceitação de qualquer suposta reprodução do real, mas sim a cocriação de uma força motriz que promovesse a unificação reclamada desde o proêmio. O parágrafo 1.4 é notável não apenas pelo acúmulo de vocábulos iniciados por *syn-*, mas também pelas ideias recorrentes de unidade, completude e universalidade, conforme já mencionado. A atividade de mediação, nesse caso, foi o que permitiu ao historiador cumprir o papel que o acaso lhe assinalara, ou seja, “levar aos leitores, pela história e sob uma única visão sinóptica, a manobra de que o acaso se serviu para realizar a interação dos fatos” (1.4.1). Mediar é responder sim à primeira questão oferecendo o próprio trabalho, a própria obra, como resposta à segunda. É materializar uma intenção unificante.

Uma outra consequência desse atitude é política: mediar parece também exprimir o desejo de esclarecer a própria recusa da justificação, por vezes auto-indulgente, da força. A opção por examinar, perscrutar o outro, permanecer equidistante entre todos os referentes, é também recusa a converter-se em simples porta-voz oportunista do poder amigável. É responder outra vez sim à primeira questão e submeter as próprias opiniões, alusivas ou não, à segunda. Como Odisseu, Políbio-historiador e Políbio-político construiu para si próprio um caminho a despeito das pressões do contexto. A história pode ser dita mestra da vida, mas o contrário não é menos verdadeiro. Antes, no caso de Políbio, esse parece ter sido o curso decisivo – a vida como mestra criadora da história. A decisão de criar, de reconhecer e obedecer às próprias exigências éticas e de verdade, a intenção de manter-se independente o mais possível tanto política

quanto intelectualmente, demonstra de modo muito mais claro do que a justificação reprodutora ou reflexiva o potencial crítico da mediação reconstrutiva.

Uma terceira consequência se projeta para a reconstrução receptora ao transferir para o leitor a tarefa de assumir o papel que outrora fora do historiador, repensando e reconstruindo as *Histórias* “polibianamente”. Em outros termos: conhecer as mentes dos homens, operando com a perícia fundante de Odisseu, precedente à própria *metis* e fundamental também para poetas e historiadores. Pelo modo de ver de Políbio, conhecer mentes alheias é compará-las, é individualizar diferenças nas semelhanças, é reconhecer, enfim, a própria mente. Exige-se do historiador critérios objetivos para reconhecer uma história concreta e distinguir seus elementos eventualmente ficcionais, poéticos ou literários, contrapondo-os em termos de veracidade ou não. Fazê-lo implica criar pontos fixos, critérios – meios – sobre os quais possa apoiar-se vivendo e pensando, tendo visualizado os limites e a mediação entre história e ficção. Implica, também, algo ainda mais delicado: esgrimir paradoxos como o da ficção de pressupor a existência da verdade absoluta, ou como a veracidade existencial das ficções – paradoxos insolúveis cujo exame Políbio desqualifica em Timeu e outros (12.26d) e sobre o qual afirma não querer perder tempo²⁵⁷. História e ficção são respostas distintas, não necessariamente opostas, mas por vezes entrelaçadas ou complementares, aos diversos graus e versões do paradoxo do mentiroso; e sinalizam formas diversas de ser entre a progressão ao infinito (o critério que assegura a verdade pressupõe outro que o confirme etc) e a criação *ex nihilo*. Mas são verdadeiramente tais apenas quando houver alguém que assim as pense, isto é, que as compare e lhes designe objetos, pondo em questão as (eventuais) diferenças entre possível e real²⁵⁸. Raciocínio análogo vale no conhecer a mente alheia: compará-las é abrir-se com coragem ao desconhecido ou obscuro, por vezes ameaçador. É escolher distinguir a própria semelhança com o ciclope ou os romanos²⁵⁹. É por à prova as próprias verdades e ficções, fazendo-se mediador e reconstruindo de maneira essencialmente imperfeita (Jay 2013: 44). As *Histórias* existem como texto apenas

²⁵⁷ Análogo procedimento em 1.5.3: “é preciso dizer sumariamente (ψιλῶς) a causa da travessia, a fim de que a origem e a investigação do tema não fiquem sem fundamento (ἀνυπόστατος), buscando-se uma causa após outra”.

²⁵⁸ Nos termos de M. Jay (pondo em discussão uma premissa de H. White), esse seria o problema da *radical irony*: “[i]n this more radical variant of irony, which is sometimes called ‘paradoxical’ or ‘unstable’, the presupposition of a realistic position of superior post-facto truth is itself called into question. Ever since such romantics as the Schlegel brothers in Germany lost confidence in the possibility of direct access to the reality of the world, irony expressed the ways in which the inevitable ambiguities of language prevented any simple distinction between appearance and reality or truth and falsehood. Although paradoxical irony could give the subject a sense of freedom, elevated as he was above all determinations, it also could imply cognitive confusion and ethical indifference” (Jay 2013: 39).

²⁵⁹ Sobre as sugestões implícitas na comparação entre o ciclope e os romanos, cf. Erskine 2012.

porque antes e fundamentalmente exprimem um gênero de existência escolhido dia a dia em meio às mencionadas comparações e inferências. A teoria reconstrutiva iniciada por Políbio no livro 12, presumivelmente posta em prática ao longo de toda a obra (a conjectura assenta em 1.4), exprime a integração, não a subordinação, de todas as suas atividades – agir politicamente, escrever história, fruir poesia, meditar critérios e definições etc – em um conjunto coerente que espelha sua própria temporalidade. Políbio não afirma outra coisa quando escreve que “apenas pela coesão e justaposição de todos os elementos em relação uns aos outros, e ainda por sua semelhança e diferença, é possível apreender a utilidade e o prazer da história após uma visão geral” (1.4.11).

O ponto ora central não é ter ele alcançado ou não tal coordenação, mas seu empenho em transferir, mediar, escrever e criar correspondências da ação no pensamento. No tentar, em suma, reconstruir os contextos próprio e alheio. O historiador não cria fatos, mas recria tensões e fraturas do real. Conforme se empenha pela apreensão de fenômenos, igualmente recria modos por que relacioná-los. A maior contribuição de Políbio para a mediação histórica foi seu próprio texto, fundamento e espelho para analogias alheias. A história é um meio para um fim, o homem e sua meditação construtiva que hão de ser, por sua vez, permanentemente também meios²⁶⁰: se vivida e pensada como abertura²⁶¹, há sentido na história em qualquer época.

A segunda conclusão diz respeito estritamente à importância historiográfica da contribuição de Políbio. Um confronto pontual com Tucídides revela o potencial latente da questão. Buscar paralelos estilísticos, lexicais ou temáticos entre Tucídides e Políbio requer que antes se defina em suas constelações a independência de pensamento à qual ambos aspiraram, ou as coincidências fortuitas, contextuais ou formais, que seus textos eventualmente contêm²⁶². Não pretendo individuar semelhanças, mas apenas e tão somente sublinhar a especificidade e a dimensão da contribuição historiográfica de Políbio por meio do referido confronto pontual com um elemento peculiar do método de Tucídides.

²⁶⁰ Agora não mais no sentido pensado por A. Moravia no texto da epígrafe (meio como sinônimo de instrumento), mas no sentido entrevisto por Pascal (meio entre o infinito e o infinitésimo).

²⁶¹ No sentido discutido por Löwy 2005, p. 147. O próprio Políbio parece tê-la pensado do mesmo modo: “estou convencido de que, mesmo se qualquer contingência humana nos ocorrer, o projeto não ficará inconcluso nem carecerá de homens à sua altura, pois por sua beleza muitos dele se encarregarão e ansiarão levá-lo a termo” (3.5.7-8). Ou dito de outro modo, afim da hermenêutica a que venho dando curso nestes capítulos: “‘todo o autoconhecimento é uma interpretação, que tem na narração histórica ou de ficção uma mediação privilegiada’. Uma das formas relevantes pelas quais o conhecimento de si é uma interpretação de si mesmo é a apropriação da identidade de uma personagem fictícia pelo leitor” (Soares 2013: 254; a citação entre aspas simples provém de M. Batista Pereira).

²⁶² As duas tentativas talvez as mais recentes: Rood 2012; Longley 2012. Ambos se concentram na busca de paralelos, mas nada dizem sobre as peculiaridades de cada um.

Se pensado como produção de metáfora no sentido até aqui discutido, talvez o procedimento contribua para a individuação de uma diferença igualmente fundante para ambos.

Quando escreve que *epiponos de heurisketo* (Th.1.22.3), e quando atribui a Péricles análoga constatação no proêmio do Epitáfio (*chalepon gar to metrios eipein en boi molis kai he dokesis tes aletheias bebaioutai* – Th.2.35.2)²⁶³, o historiador ateniense acentua apenas as dificuldades inerentes à reconstrução discursiva, não as soluções com que eventualmente as suplantou (Pires 1998). A proposta reconstrutiva de Políbio exprime o exato oposto. O historiador aqueu ensaia com insistência modos de preencher a distância entre realidade e discurso. O ateniense, ao invés, realça a distância e procura, antes de tudo, os fundamentos ocultos de ambos, realidade e discurso²⁶⁴. Ensaio de transposição algo otimista e história como meio, de um lado; constatação serena da ironia entre realidade e discurso-história como limite da expressão possível, do outro? Nos passos referidos de ambos se encontram *in nuce* também dois modos talvez complementares de compreensão e criação de significados – de ser historiador, em suma – que possui cada um uma história vasta. Políbio se pensa no interior, preso como Odisseu numa armadilha, sujeito ao acaso ubíquo, continuamente ameaçado na própria liberdade, constrangido a responder com argúcia pelejando por manter-se de fora. Para ele, deslocar-se é uma necessidade em linha com as diversas experiências vividas. Escrever é um modo de lutar por algo ainda alcançável. Porque enredado em malhas do poder, a ironia do historiador precisa ser constantemente (re)produzida, com enorme esforço e cautela embora não sem serenidade, em meio às necessárias indefinições que a mescla acumula. Tucídides escreve em posição de exotopia, totalmente apartado do exercício efetivo do poder político e no pleno controle de situações que lhe dizem respeito, como talvez Péricles, agente porque antes observador²⁶⁵. Totalmente destemidos ambos, Políbio deposita esperanças também no presente, ao passo que Tucídides conta apenas com o futuro.

A *pronoia*²⁶⁶ que os historiadores atribuem às personagens que a personificam atenua as diferenças entre os quatro (Tucídides, Péricles, Políbio, Odisseu) e lhes faculta coabitar um mesmo espaço-tempo à medida que constrói pontes e passagens conforme constata a presença – ou ausência – de aberturas, se não de abismos, que instigam a transposição. Observante e criadora, mítica e histórica,

²⁶³ χαλεπὸν γὰρ τὸ μετρίως εἰπεῖν ἐν ᾧ μόλις καὶ ἡ δόκησις τῆς ἀληθείας βεβαιούται.

²⁶⁴ Conforme o expressivo juízo contrastivo de Th.1.20.3: οὕτως ἀταλαίπωρος τοῖς πολλοῖς ἡ ζήτησις τῆς ἀληθείας, καὶ ἐπὶ τὰ ἐτοῖμα μᾶλλον τρέπονται.

²⁶⁵ A exortação de Péricles (Th.2.43.4: τὸ εὐδαιμον τὸ ἐλεύθερον, τὸ δ' ἐλεύθερον τὸ εὐψυχον κρίναντες) assinala também a consciência da plena liberdade por parte de quem escolheu dizê-la.

²⁶⁶ Tucídides sobre Péricles (Th.2.65.6: καὶ ἐπειδὴ ἀπέθανεν, ἐπὶ πλέον ἔτι ἐγνώσθη ἡ πρόνοια αὐτοῦ ἢ ἐς τὸν πόλεμον); Políbio sobre Odisseu (Pib.9.16.2).

princípio e escopo, mediadora e reconstrutiva, em suma, *pronoia* talvez seja a melhor resposta, ou metáfora, sobretudo enquanto provisória, à pergunta inicial desta meditação. Ela indicia quanto transpor e meditar se imbricam, se já não forem duas faces da mesma moeda. Políbio se compara a Odisseu e Tucídides medita Péricles: ao leitor de um e outro resta tentar seguir-lhes o exemplo em uma ou outra atitude – transpondo(-se).

(Página deixada propositadamente em branco)

COME SE FUGGISSI:

**FRACASSO CRIADOR, VERDADE
IMANANTE**

οὐδὲν ἀκιδνότερον γαῖα τρέφει ἀνθρώποιο
πάντων, ὅσσα τε γαῖαν ἔπι πνεΐει τε καὶ ἔρπει
(Odisseu)

Pedalavo come se fuggissi, e in realtà fuggivo: da lei, da quelle emozioni, dai sogni, dai ricordi, da tutto... E pensavo che dovevo dimenticare. Ero certo che sarei riuscito a dimenticare. Ma oggi che sono vecchio, che ho consumato banalmente la vita, che ho conosciuto tante donne che m'hanno detto "ricordati di me" e io le ho scordate tutte, ancora oggi è lei l'unica che non ho mai dimenticato... Malèna...

(Renato, em *Malèna*, dir. G. Tornatore, 2000)

Enquanto pedala em sentido oposto ao da protagonista, a quem acaba de augurar *buona fortuna* ao fim do breve e derradeiro encontro que ela encerra com leve aceno de cabeça, o adolescente Renato Amoroso não consegue deixar de olhar para trás diversas vezes, ansioso por retornar e demorar-se ainda mais alguns segundos junto dela, que segue adiante a passo sereno e sem jamais se voltar. Dramática e iconicamente, a tela se preenche com os elementos cardinais da trama: o sentido, a angústia e a pungência do olhar e dos modos de (re)ver o passado, de (re)construí-lo e narrá-lo, sobretudo para si mesmo; e a música que lateja, recriando o invisível doutro modo indizível. A voz que monologa ao final, transpassada pela saudade, é a do Renato idoso, que jamais se dá a ver, a mesma voz que abre a narração do filme e embarga em êxtase desesperado ao declinar pela última vez o nome da amada. Adolescente, conheceu-a por acaso no dia em que a Itália declarava guerra à França e à Grã-Bretanha. No mesmo dez de junho, ganhara a primeira bicicleta, meio de locomoção com que, fruto esse sim de vontade e decisão, traçará como um mapa do acaso pelas mithistóricas vielas de Castelcutò (Siracusa) a fim de observar a amada às furtadelas. Bem ao centro dessa esfera de contingências pulsa um nome sugestivo – Malèna – que outro acaso, o do matrimônio, caprichosamente agraciou com Scordia.

Como exprimir esse centro em toda parte fugidio? Como esboçar uma circunferência que o revele, ou que integrantes apontar que o configurem? As perguntas sinalizam a permanência de um vazio ou ausência, por menor que seja, inerente não apenas à trama do filme. Igualmente a escrita da história, em sua relação com a ficção, detecta a porosidade e, ao fazê-lo, recomeça um diálogo sempre necessário, sempre a retornar ao ponto de partida, sempre tateante. Como, enfim, acompanhar o mo(vi)mento vivo se não emulando-o – (re)narrando-o?

À parte os tantos intertextos e alusões que ressoam na estória de Renato, algumas centelhas dela ainda pululam reavivando uma vez mais meditações como as pregressas: a verdade da vida, do olhar e dos sons que a narram, em polivalente condição de fracasso existencial irremissível, também deságua no sublime paradoxal tantas vezes meditado e jamais esquecido, brotado da ciranda de acasos em cujo interior lateja igualmente o narrador, que recria sem cessar a beleza dessa verdade no ápice da tragédia. Ética e estética, aquém- e além-meio, constituinte e constituído – mediações do contato com o outro, o diferente e o surpreendente, com tudo o que é e não é –, uma vez mais colaboram e inscrevem um ao outro²⁶⁷. Em apoio à diferenciação subjetiva que esta, estética,

²⁶⁷ Penso “ética” conforme o entendimento de T. Eagleton (2012, p. 59), isto é, para conotar a esfera de significados, valores e qualidades humanos, e não em sentido deontológico de obrigações, deveres, leis ou responsabilidades. E “estética”, em linha antes com Adorno e em contraposição a M. Ferraris (1997), para conotar a expressão artístico-linguística de um mo(vi)mento associado à esfera ética. Ética e estética não se separam como forma e conteúdo; ao

aviva, exprimindo pela narrativa circunstâncias de beleza e fracasso peculiares tanto ao diretor quanto inerentes à trama, a postura ética de Renato coordena princípios organizativos dos quais três são notáveis: a permanente disposição para a oitiva atenta, para o diálogo e para a compreensão; a demora no examinar e ajuizar; a desconfiança e o enfrentamento de poderes opressores, diretamente ou por via simbólica. Coordenação peculiar que, de modo muito semelhante, também enforma as narrativas de Tucídides e Políbio, menos por acaso do que pela lucidez quanto à responsabilidade inerente a todo ato criador – como o da redescoberta de verdades que não merecem restar esquecidas.

Os análogos e talvez fortuitos fracassos vivenciados por Tucídides e Políbio enformam o âmbito propício, isto é, aberto e livre, no qual desponta algo a que se tem dado pouca atenção²⁶⁸: a beleza do olhar do qual irradia um *ktema* ou que aspira à própria identificação com a utilidade e o acaso (cf. Plb.1.4.1). O caráter ético-estético da narrativa dos três (Tucídides, Políbio e Renato), assim como os distintos modos pelos quais exprimem as próprias verdades a começar pelas vivências dos fracassos, é tensionado por dentro por um começo de esperança, condição de quem se sabe “vulnerável ao evento”:

“La vulnérabilité à l'événement, la passibilité en tant qu'exposition sans mesure à ce qui passe nos pouvoirs, à ce qui nous «frappe d'impouvoir» dans et par son surgissement même, apparaissent ainsi plus originaires que toute auto-possibilisation. Un événement n'est pas seulement ce qui me prend de court et me surprend, ce qui se dérobe à mes attentes et me dérobe le sol sous les pieds au moment où je m'y attends le moins; c'est d'abord ce qui fait entrer en crise les projets fondamentaux à la lumière desquels je me comprends moi-même et comprends ma propre existence, donc mes possibles au sens existentiel – les reconfigurant de part en part. Et comme les possibles qui structurent le monde s'ordonnent les uns aux autres et forment système, puisqu'il n'y a jamais pour nous de possibles détachés, de tels bouleversements de l'existence atteignent le possible comme tel à sa racine: ils bouleversent [*sic*] le monde comme tel et ne nous permettent plus de nous comprendre comme «le même». Bien sûr, un événement touche d'abord à certains possibles et à certaines circonstances, mais en affectant des possibles déterminés, il rejailit sur le possible en totalité, il reconfigure le monde même à sa naissance.

contrário, mesmo “a work's moral outlook, if it has anything so cohesive, may be secreted as much in its form as its content – that the language and structure of a literary text may be the bearers and progenitors of so-called moral content” (Eagleton 2012: 46). Cf. também Sartre 1948: 67-70.

²⁶⁸ Numa publicação coletiva recente e de grande porte, por exemplo, não há nem seção, nem artigo que explicitamente se proponha a examinar a dimensão estética da obra de Tucídides (Lee; Morley 2015). Talvez o reconhecimento esteja implícito ou não se tenha desejado destacá-lo. Talvez se pense, como J. Thornton (2013b) em relação a Políbio, que também Tucídides “non è un letterato”.

Ainsi, pour les êtres vulnérables à l'événement que nous sommes, le possible comme tel en totalité – le monde – est toujours en suspens au-dessus de l'abîme de l'événement, toujours exposé à ces transformations critiques où l'existence comme telle bascule, nous altérant nous-même de part en part. Le monde est en suspens dans l'événement; il s'origine depuis toujours pour nous dans des événements inauguraux, à commencer par celui – insigne – de la naissance”²⁶⁹.

À primeira vista, talvez suscite estranhamento a peculiar serenidade de se entrever em toda situação como que “a ponta de um mistério” e vivenciar essa vulnerabilidade como ateliê de possibilidades – os riscos, se não as ameaças, parecem superar com folga as expectativas positivas. A distinção, porém, entre os problemas da verdade, da *tyche* e da beleza, é antes uma funcionalidade que apela a um esforço de complementação. Sob cada um desses nomes, toda existência pode exprimir-se, seja individual ou coletiva, revelando-se a diferenciação onomástica um meio provisório para se tentar traduzir mo(vi)mentos inerentes àquela, a existência, bem como a toda ausência. Força motriz da tentativa, a permanente ausência em suas distintas formas desencadeia a narrativa com não menor intensidade. Embora tenha por horizonte o problema candente do fundamentalismo religioso, T. Eagleton retoma um velho problema urgente: “[o]ur present political order is based upon the non-being of human deprivation. What we need to replace it with is a political order which is also based upon non-being – but non-being as an awareness of human frailty and unfoundedness. Only this can stem the hubris to which fundamentalism is a desperate, diseased reaction” (2003: 221). Diversos matizes de fundamentalismo talvez se pudessem converter em agentes criadores mediante o auxílio, nunca exclusivo e sempre materialmente condicionado, de uma mudança de perspectiva: o problema por vezes está no meio, não no fundamento. Sócrates não enuncia outro ponto quando cogita, ao final da *Apologia* platônica: “pode ser que isso que me ocorreu tenha sido um bem, e não interpretamos corretamente quantos pensamos que morrer seja um mal”²⁷⁰. O aparente paradoxo vela sem ocultar totalmente o sublime da resposta: vulnerabilidade, fracasso, verdade, acaso e mesmo a entrevisão da morte são estímulos, se não desafios – sempre pontos donde se retorna – a transformar em positividade o negativo potencial e inextricável, condição mesma do devir mediado²⁷¹. A infatigável *eironeía* socrática, como a percepção da *kinesis megiste* ou de *pos kai tini genei*, enformam tensões

²⁶⁹ Romano 2011: 20 (original francês gentilmente cedido pelo autor. Não tive acesso ao livro em que foi primeiramente publicado). Cf. também “Verdade, narrativa e retórica em Políbio”, seção I.

²⁷⁰ Pl. *Apol.* 40b: κινδυνεύει γάρ μοι τὸ συμβεβηκὸς τοῦτο ἀγαθὸν γεγονέναι, καὶ οὐκ ἔσθ' ὅπως ἡμεῖς ὀρθῶς ὑπολαμβάνομεν, ὅσοι οἴομεθα κακὸν εἶναι τὸ τεθνάναι.

²⁷¹ Cf. a meditação de T. Eagleton no último capítulo de *After theory*, “Death, Evil and Non-being” (2003: 208-222).

que afrontam corajosamente distintos modos de rigidez condenatória, calmante ou tão só limitadora, desde a simplesmente cômoda, se não negligente, até a que mal disfarça a própria truculência acovardada. Assim como a disposição de Sócrates, também o total desapego de Heitor, nas duas respostas a Andrômaca, extravasa prontidão serena a despeito da certeza do colapso inescapável, bem como, logo a seguir, consciência da própria liberdade, que (não) condiciona suas escolhas (II.6.441-465, 486-493): ambas as situações retraduzem com precisão a contingência ética e estética do *krites* (Plb.1.35.10) que aspira a *saphes skopein* (Th.1.22.4) e ao *thema* (Plb.1.1.6, 3.1.4, 9.44.2) sem se entregar ao aconchego de uma credulidade narcisista, que insiste em não reconhecer o possível na própria realidade, justificadora e simples como só a morte.

A meditação da verdade pelo (*h*)istor é exercício permanente de autonomia em diálogo com, sobretudo quando contrária às, coerções impostas pelo ambiente – caso, por exemplo, da tensão permanente vivida por Políbio ante a opção de alinhar-se politicamente aos romanos. A beleza inerente a toda possibilidade de escolha (não necessariamente de seus resultados) se exprime também como trabalho para repletar – medi(t)ar – a abertura da verdade. Ou, se se prefere, como travessia de piscina preservando a vela acesa, ou balanço equilibrado na ponta da palmeira. Toda violência é já expressão de fracasso. O equívoco da recíproca, porém, se torna patente quando ética e estética manifestam respectivamente meios e fins – quando o alvo da escolha mostra a precisão da vista que o encara. Indissociável da vida que a constrói, a narrativa realiza o que enuncia enquanto o significa. Ética e estética, semiose uma para a outra, esboçam a ponte-mediação sobre a abertura da verdade, abertura que as enforma seja como narrativa historiográfica, seja como teor de verdade de uma obra de ficção²⁷².

O vínculo entre ética e estética enforma e tensiona as eventuais respostas ao problema das relações entre verdade e ficção examinado nas meditações anteriores²⁷³. Todas retornam a um mesmo ponto que, até o momento, a presente meditação vem tentando delinear: a despeito do apelo que ambos os discursos – da verdade e da ficção – dirigem ao leitor-evento para que retrabalhe suas respectivas identidades, é o fundamento ético de cada leitor, seu trabalho ao avaliar o grau de vulnerabilidade de toda situação – sua vivência social, enfim –, que imprime significado estético à forma em exame. Para Políbio, por exemplo, Odisseu era personagem histórica, assim como um negociante suporá

²⁷² A contraposição, que tão somente preserva os termos até aqui empregados, é antes um desdobramento que uma dissociação. Na introdução a *A disputa sobre o positivismo na sociologia alemã* (2003: 2674), Adorno imputa “teor de verdade” também à ciência (“indem sie durch wissenssoziologische Relativierung ihren Wahrheitsgehalt durchstreicht”).

²⁷³ Cf. Seligmann-Silva 2013: 37-39, que recorre a Adorno para discutir “a arte ‘como escritura histórica’ na medida em que ela é para ele [*scil.* Adorno] ‘memória do sofrimento acumulado’”; p. 42-48, sobre o compromisso com a verdade de uma arte engajada em “elaborar, inscrever e denunciar a violência”; e “Cômipitos”.

reunir “provas” para alegadamente “demonstrar” que os massacres de Micaleso (Th.7.29) ou dos mélios (Th.5.116) não teriam ocorrido, porventura até mesmo tentando escudar-se com o início da narrativa tucidideana (“pois era impossível perceber [*heurein*] com clareza os antecedentes e o passado ainda mais recuado, em razão da grande quantidade de tempo” – 1.1.2). Nos dois casos, a leitura conota algo como estética da ética, criadora no primeiro, (auto)destrutiva e abominável no segundo. A opção de Políbio não atenta contra fundamentos éticos. Talvez apenas decorra de equívocos ou desconhecimento de informações mais precisas, e tem a vantagem de ser politicamente criativa (muito mais comprometedor talvez tenha sido seu posicionamento sobre a aniquilação de Cartago – Plb.38.19a-22 –, embora o estado por demais fragmentário do passo não autorize inferências mais precisas). Já a do negacionista não é de modo algum ética, mas deliberadamente fomentadora de um modo de aniquilação radicado em si mesma, inscrito na tautologia entre expressão (esvaziante) e intenção (destrutiva). Nos dois casos, dissociações entre ética e estética impoariam mediações deletérias ou limitações propícias a práticas de intimidação e controle, servindo por isso mesmo como o mais veemente indício da necessidade de sua superação dialética. Estética sem ética pavimenta a via para o negacionismo, o absurdo e o horror. O contrário se reduz a silêncio omissivo ou inércia confortável, quando não covarde. É tão somente quando ambas se empenham pela construção da frágil ponte-semiose da medi(t)ação sobre o evento que os discursos da verdade e da ficção podem superar, empenhando a própria negatividade crítica, as condições adversas impostas pelo real, sobretudo quando o ato de narrar devém *do, no* ou *sobre* o evento-fracasso – quando a narrativa se faz voz que aspira a ser como a alma platônica, “pois o sempre movente é imortal” (*to gar aeikineton athanaton* – *Phaedr.*245c). Se o nome Renato Amoroso significa o que a personagem realiza – renascer em amor sempre a expandir-se – Tucídides e Políbio são metonímias do modo de narrar que até hoje emblematizam. Do mesmo modo, a adolescência e a velhice de Renato reforçam-lhe a impotência, como o vigor das narrativas de Políbio e Tucídides igualmente contribui para indiciar o tanto de trabalho despendido.

Mas a vinculação entre ética e estética enforma algo talvez mais significativo. O filme é evento já no nome, como também a biografia dos (*h*) *istores* – nos dois casos, (*s*)em *tyche*. Assim como a fílmica, a narrativa historiográfica é também signo real *sendo e não sendo* o real nele enformado. No verbo *heurein*, para usar o exemplo à mão empregado por Tucídides, se inscrevem tanto *encontrar* quanto *recriar*. A falta ou diferença-fronteira entre realidade e signo ambos os historiadores designam com o nome de *tyche*, que entrevêm como horizonte das respectivas meditações. Tucídides o explicita ocasionalmente, Políbio de modo quase obsessivo desde o prólogo. Se, por um lado, *tyche* exprime a indeterminação de um suposto não-agente acaso, por outro é também metonímia da vida humana abstratamente meditada. Ora

agente propício ou vingativo²⁷⁴, embora jamais clara e exclusivamente humano ou divino, bom ou mau, ora índice da ausência de explicação causal possível (e.g., Th.1.140.1 e Plb.36.17), tão determinante quanto indeterminada a um só tempo, porque conjunção de eventos antes que um evento único, *tyche* é a metáfora por excelência da instabilidade, ambivalência, impermanência e contradição ubíquas, da abertura plena e livre de qualquer impedimento ou determinação, da absoluta imprevisibilidade de todos os mo(vi)mentos da vida, ao irônico arrepio de quaisquer iniciativas computáveis²⁷⁵. Aliada ou adversária, a presença que nela se ausenta (se não vice-versa) a todo instante pode privar de sentido ações ou pensamentos. Ou criar novos, por outro lado – a diferença-fronteira é também semelhança-ponte – como sua notória homóloga, quando não idêntica: a própria *aletheia*, tão evidente quanto difícil de auscultar e meditar. Ou dizer, precisamente porque expressão de liberdade e autonomia como condição primeira inerente a todo ser humano.

Tyche e *aletheia* se alternam como face positiva ou negativa do signo que enformam, exprimindo ambas o devir ético-mediador em expansão como abertura estético-conceituante. Esse modo de avivar-se uma à outra pressupõe a serenidade na presença, na isenção e/ou na correspondência – as três acepções usuais de “verdade” –, igualmente graus distintos de disposição para diálogo, ponderação e decisão. *Tyche* e *aletheia* enunciam, enfim, o surpreendente: meios e fins que colaboram em narrativas permanentemente esquivas à enformação definitiva.

A mediação entre devir subjetivo e mo(vi)mento de abertura é, por conseguinte, sempre tensa. Se meditar *tyche* ou *aletheia* significasse apenas ter o fracasso por horizonte, único integrante do discurso da estabilidade aqui enfocado para sondar o subsolo cavo em que se apóia, talvez essa tensão sucumbisse ao caos, ao silêncio ou à esquizofrenia. Quando, porém, se manifesta num âmbito de compreensão e não de concentração de poder, exprime, como diálogo entre negatividades, a possibilidade da (re)criação positiva, tal qual fizeram os três narradores, principiando por formas de resistência lúcida, corajosa e generosa contra modos de aniquilação – mesmo contra o inevitável. *Tyche* e *aletheia*,

²⁷⁴ Como no desespero cheio de confiança dos mélios – Th.5.112.2 ou no prólogo de Políbio (1.4).

²⁷⁵ Um exemplo aparentemente fortuito, mas que complementa a meditação de C. Romano reportada pouco acima, além da que se vem desenvolvendo até aqui: comentando um convite recém-recebido, C. Meyer-Clason escreve a Guimarães Rosa: “[e]le fez-me lembrar do mote que há muito está em minha cabeça. As coisas acontecem como o Senhor diz (*Die Dinge geschehen, wie Sie sagen*). A causalidade deixou de existir. Aliás, neste aspecto, o Senhor está de acordo com os mais recentes resultados da Física” (Rosa 2003: 283). O original torna mais claro o que o contexto da carta conota: a ênfase do início recai sobre o acontecer sem causa manifesta, sem qualquer sugestão de algo vaticinado por Rosa – o que não há –, como a tradução pode dar a entender.

estética e ética, real e possível, criação e descoberta, evento e estrutura, previsível e surpreendente são suportes uns para os outros, se alternam, recombinaem e (des)enformam indefinidamente conforme a prática social, sempre transitória, (em) que (se) exprimem.

O trabalho de medi(t)ação da fragilidade humana entreabre “uma via entre o cinismo e o triunfalismo” que se poderia denominar como mundo da tragédia, equidistante tanto do racionalismo raso quanto do individualismo grosseiro, do subjetivismo erradio e do determinismo degradante, solução estética para um problema filosófico que exprime por imagens, mais que por conceitos, alguma esperança desembaraçada do otimismo ingênuo²⁷⁶. Tucídides, Políbio e Renato se batem contra o esquecimento ansiando por entrever alguma justiça, beleza e verdade que reabra a estreiteza da finitude. Enquanto questionam o que configuraria o sucesso, que exigências deveriam ter sido cumpridas e não foram, ou segundo quais paradigmas deveriam ter agido, recriam por isso mesmo o possível no âmbito real do fracasso que vivenciam, assim enfrentando a única questão que não precisam formular explicitamente: o que fazer do próprio fracasso?

A mediação dos (*h*)*istores* ao trabalhar essa tensão e converter em verdade um tipo especialmente refinado de ironia pode ser entrevista de um ângulo mais próximo, por analogia com a cena que serve de estímulo à presente meditação. Durante essa cena, diversos planos narrativos se sobrepõem. O jovem Renato olha para trás dilacerado entre o desespero e o desejo. O idoso Renato narra, isto é, também olha para trás em condição sugestivamente ambígua, dialeticamente oscilando entre recordação e esquecimento, entre manter-se ou não vivo, entre sustar ou não a travessia-fuga. Junto a ambos, também o(a) espectador(a) olha para trás, pelos olhos seja da personagem ou do diretor. Todos, enfim, se entregam à *mise en abyme* de ambígua beleza, intensamente erótica e desesperadora a um só tempo, da narrativa e da protagonista, conforme aquela se conclui com o distanciamento desta. Bem ao centro das imagens potencialmente infinitas, um corpo quase sempre em eloquente silêncio, a um só tempo sorvedouro do esquecimento²⁷⁷ e constelação de presenças quase a emular a eternidade – ao

²⁷⁶ A frase entre aspas e o argumento do passo provêm das reflexões de Eagleton 2014: 178-180 sobre a tragédia na modernidade em contraposição à sua manifestação clássica e romântica. Visam tão somente destacar os elementos que o pensamento trágico poderia compartilhar com o historiográfico e com as demais manifestações examinadas nesta meditação.

²⁷⁷ Compulsivamente evocado na tríplice ocorrência de “*dimenticare*” (uma delas participial), de repente “esquecer” é dito pelo menos usual “*scordare*” numa frase polifônica (“*e io le ho scordate tutte*”): literalmente, significa “delas todas me esqueci”; mas poeticamente, “eu as scordiei todas”, isto é, “transformei-as todas naquela que porta o sobrenome Scordia”, isto é, enfim, “malenizei-as todas”, “de todas fiz Malèna”. Além disso, “*scordare*” também significa “desafinar” (*scil.*, instrumento musical), remetendo à distância na proximidade

menos na obsessão do adolescente. A *mise en abyme*, como a própria vida, embaralha os sentidos de recordação e esquecimento: o olhar centrado se desfoca alternativamente desde as periferias e em sentido oposto. O anseio por recordar-se de Malêna faz Renato deixar a própria vida de lado, esquecendo-a, enquanto a necessidade de manter-se vivo, a despeito do fracasso, o leva a manter da amada tão somente a imagem recordada. Todos na trama – Renato jovem, idoso e o(a) espectador(a) – percebem a própria vida em jogo. Ou, como sintetiza T. Eagleton (2012: 214), recordando palavras de P. Ricoeur, “vivemos ininterruptamente na juntura entre o erótico e o semântico”. De modo análogo, (*h*)*istores* e leitores(as), narrando, olham igualmente para trás com olhos próprios e alheios, enredados na tessitura potencialmente infinita de uma reconstrução que almeja tornar os leitores também (*h*)*istores*. Todos projetam no futuro o passado por entre distintas mediações: todos anseiam por sentido – por um fim que lhes permita acompanhar o processo de abertura carregando algo do muito deixado para trás. O que apavora encoraja.

Olhar para trás é escolher, decidida e reiteradamente, o próprio aqui e agora. É meditar a ausência que iguala passado e futuro. É optar conscientemente por recortar e elaborar o possível, propondo ao real utopias que aguardam por vir. É criar mantendo e superando, oferecendo ao presente a diferença significativa. A abertura vazia é a condição mesma de existência e preenchimento. A nostalgia comum aos três (Tucídides, Políbio e Renato) se volta para um passado irreparavelmente inexistente como aquilo por que anseiam nos respectivos presentes: retornar é também um modo de construir o próprio futuro. Seja como ação efetiva ou reflexão não engajada, a dimensão ética – o trabalho consciente no meio – da historiografia de Tucídides e de Políbio funda e orienta a narrativa então esteticamente expressa. Em qualquer das situações, o impacto político de cada iniciativa é imenso embora talvez não evidente à primeira vista. Assim como Renato nunca esqueceu a mulher que, subentende-se, jamais viu depois daqueles dias, e que lhe condicionou toda a trajetória, também a democracia vivenciada por Tucídides permaneceu como seu horizonte ideal, a despeito de nunca mais ter vindo à luz do mesmo modo (2.65). E o conhecimento (Plb.1.1.6), tão pacientemente elaborado por Políbio para um público universal (31.22.8), talvez tenha sido a primeira vítima não tanto das limitações humanas (3.5.8) quanto da sentença profética outrora atribuída a Aníbal (“é preciso vencer, morrer ou suportar vivo a escravidão” – 3.63.4), sob efeito do tempo ou de transmissão descuidada. Democracia e conhecimento escancaram o amor demoradamente cultivado, a lacuna irreparavelmente angustiante – motrizes do ato de narrar.

Ausências com implicações políticas imediatas armam a teia de

sempre manifesta entre a protagonista e o garoto.

ambivalências entre passado e presente. Nas narrativas dos (*h*)*istores*, as hesitações e deslizamentos recorrentes entre personagens e ações associados aos campos da justiça e da utilidade, ou da excelência e do vício, enformam campos de potencial indeterminação carregados de implicações²⁷⁸. Conjuguar beleza, *tyche* e *aletheia* é já atuar politicamente. Se na ficção do filme a justiça propriamente política nem sempre está em primeiro plano mas diz respeito, quando é o caso, apenas ao reencontro da personagem consigo mesma, na historiografia a questão é imanente e transcendente a um só tempo. Imanente enquanto pressupõe correspondência entre realidade e discurso. Transcendente porque, ainda que indireto, toda narrativa é sempre um agente político. A meditação de Tucídides sobre a democracia, como a de Políbio sobre a autonomia frente ao poderio romano, são também modos de prospectar e reconhecer possibilidades de atuação orientada por critérios de justiça, a começar pelo evergetismo de cada um ao tomar a iniciativa de examinar e transmitir as próprias experiências e memórias. A despeito dos interesses porventura econômicos implícitos em tais gestos, não necessariamente eivados de preocupação com gratuidade ou democratização do conhecimento, a opção por preservar e legar o próprio trabalho é também uma ação que contesta e se contrapõe ao predomínio de formas de horror e absurdo – uma opção que preenche carências de futuro.

No filme, toda a mediação do processo criador levado a termo por Renato envolve a presença de alguém cujo prenome sinaliza a ausência fundante da subjetividade, ausência tão necessária ao movimento do devir quanto índice de descompasso entre dentro e fora. A essa ausência, porém, é acrescentada conotação ética não só privativa, mas deletéria: a do “male” que atrai tudo e todos para o próprio horizonte de eventos, que “è” como um buraco-negro. “Acrescentada”: Malêna não é o mal, a despeito mesmo das tantas alusões a Madalena, de que o filme é pródigo. É tão somente seu nome-evento – fruto do acaso – que o indicia. Em torno de sua beleza irradiante gravita uma densa nuvem de matéria espessa, amálgama de cobiças, rancores e potencial autodestruição adensado pelos horrores da guerra: são antes os atos alheios, a não-aceitação de sua presença-ausência silenciosa, a *kakotropia* daqueles que em torno dela gravitam, que escavam o abismo designado como “mal”, dia a dia agravado por sua condição de vítima social evidenciada em circunstâncias como a do pai ridicularizado e doente, da reificação erótica por obra da turma de Renato, dos assédios criminosos do advogado cínico e aproveitador, da suposta viuvez em plena guerra e, sobretudo, da cobiça masculina generalizada, das intrigas e da

²⁷⁸ As contraposições são marcadas, respectivamente, pelos campos intelectuais de δίκαιον e ξύμφορος (em Tucídides) / συμφέρον (em Políbio), ou ἀγαθόν, καλόν, ἀρετή e κακόν (em ambos).

violência de todas as demais mulheres do vilarejo.

A privação permanente simbolizada de saída pela protagonista se torna ainda mais eloquente conforme deixa ver, pouco a pouco, a incomensurabilidade entre a obsessão de Renato e as atitudes dela, fratura permanente e incurável por duas razões. A primeira, explícita, porque a vontade é unilateral e jamais correspondida. A segunda, sugerida pelas distintas opções éticas das personagens (sempre mediadas pela visão de Renato, é verdade), porque Malèna aceitou se prostituir com soldados alemães durante a ocupação da cidade. Nas duas situações, a privação por ela representada se duplica na impotência de Renato, limitado a observar, incapaz tanto de amá-la como gostaria quanto de defendê-la de ameaças ora imaginárias, ora dolorosamente reais. Distância e envolvimento medeiam o (não-)par, assim como entre o alinhamento de Políbio com os romanos e o ostracismo definitivo de Tucídides, ou entre o envolvimento de Riobaldo com Nhorinhá, Rosauarda, Miosótis, Hortência, Maria da Luz ou mesmo Otacília, enquanto priva da amizade de Diadorim (notório(a) pelo nome igualmente sugestivo de ausência possibilitadora). Nas malhas assim provisoriamente entramadas, a condição de (*h*)istor pode ser pensada também pelo viés de problema do mal sorrateiramente implícito nas acepções de *tyche*, *aletheia* e beleza. Longe de colecionar vestígios do real, (*h*)istores e leitores, como eventos-fins, recriam o irrecuperável que falta, gravitando em seu entorno, isto é, têm de conviver, (cor)responder e mesmo enfrentar, contra um fundo de horror, uma ausência tão desejada quanto potencialmente perigosa e torturante – sobretudo quanto mais tentam dela se afastar. Na historiografia como na ficção, a verdade salva pela mentira é uma só e a mesma: a da permanente ausência fundadora, a do meandro que, como a ironia, une e distancia, exprimindo o penoso embate contra a realidade catastrófica, operação indissociável do trabalho obsessivo de preenchimento da própria narrativa em um mundo a flertar cinicamente com a barbárie em todo tipo de desastre sócio-ambiental-político-econômico – verdade análoga à da tragédia, do enigma, da linguagem ou da beleza. Enfrentamentos dessa natureza materializam um tipo peculiar de fugidor (“come se fuggissi”): os três narradores fundam na perda e na ruína a beleza da verdade de um futuro concreto semeado no passado. Se Renato *in realtà* fogia da presença de Malèna, jamais fugiu de si mesmo, das próprias mediações e sobretudo da dela, como sugere a elipse no início do monólogo, ferida abissal jamais cauterizada. Outra cena do filme talvez escancare o paralelo entre os três.

O pai de Renato, sabemos logo no início, não apreciava Mussolini, aversão não plenamente compreendida mas partilhada pelo filho. À altura do meio da trama, o garoto culpa o ditador por uma das tantas decepções envolvendo Malèna. O gesto é tão instintivo e fortuito quanto eloquente e promissor. Numa trama em que a música e o silêncio da protagonista projetam acordes que aspiram ao sublime, um deles é particularmente notável. Durante uma aula de grego, a professora declama o canto das sirenas (*Od.*12.184-191), cujos primeiros versos

são nitidamente audíveis. A voz dela, entretanto, vai emudecendo conforme o garoto entra a devanear, enxergando no lugar da mestra a amada, de cuja boca ouve claramente apenas a última palavra: *poulyboteire* (“a [terra] que a muitos nutre”). Rompida a ilusão pela mestra enfurecida, o menino expulso da sala desce correndo as escadarias e derruba furioso um busto do ditador que atravancava a passagem entre dois lances. O estorvo inútil é rachado contra o chão e as duas metades ocas jazem frente a frente tautológica e especularmente.

É precisamente por meio de mo(vi)mentos como esse, aparentemente os mais residuais nas tramas em exame, que o diálogo e a mútua enformação entre ética e estética constelam outros tantos matizes. O canto das sirenas reverbera precisamente o cenário mithistórico da *Odisseia* onde se passa a trama do filme, cenário também meticulosamente estudado por Políbio e alvo das investigações de Tucídides nos parágrafos iniciais do sexto livro (6.1-6). Antes que por contingências acessórias e fortuitas – eventualmente centrais em uma meditação circular sobre *tyche* – o canto das sirenas irmana as três narrativas de modo bastante mais radical. A personagem amada por Renato, tão respeitada quanto anelada, significativa e esquiva, não deixa de ser também um canto de sirena análogo aos anseios de Tucídides e Políbio – democracia ateniense (Th.2.43.1) e conhecimento (Plb.1.1.6) – talvez igualmente pensados para “a muitos nutrir”, realizações político-estéticas que não prescindem, antes pressupõem, arraigamento ético dos problemas envolvidos, algo evidente desde as implicações do *to anthropinon* tucidideano até as declarações explícitas do prólogo de Políbio e ao longo de toda a obra (e.g., 1.14 e 1.35) sobre a qualificação e responsabilidade na emissão de juízos. Enquanto preso ao banco da escola, como Odisseu atado ao mastro, por muito pouco Renato não perde a si mesmo. A situação é semelhante à dos (*h*)*istores*, cuja vida retirada nunca escapou à atração do poder perdido e se consumiu na dedicação ao “impulso de salvar o passado como algo vivo que só se acalma na arte, à qual a própria história pertence enquanto representação da vida passada”²⁷⁹.

Por outras palavras e sem qualquer paradoxo, a *tyche* enforma a vida humana por meio das escolhas que exige ou propicia a todo instante. Ausência ela própria, escancara não apenas o vazio imediato, subjetivo, como sobretudo sinaliza em toda e qualquer ocasião a potencial infinitude do outro vazio, externo e mediado, em que nos sabemos mergulhados, seja ele (i)material, (in)estético ou político. Outro (*h*)*istor* obcecado por *aletheia*, muito antes já Édipo o havia apontado com paradigmática acuidade, após auto-abismar-se:

²⁷⁹ A formulação de Adorno e Horkheimer, que se encontra na *Dialética do esclarecimento* (2003: 558), é central para a compreensão da atitude de Odisseu quanto à dominação associada à autoconservação. Nesse texto, o herói emblematiza o patriarca burguês esclarecido e suas atitudes enformam uma “alegoria da dialética do esclarecimento” (2003: 558-606; a última expressão está na p. 560).

“Apolo, amigos, foi Apolo
quem perpetrou meu mal, meu sofrimento.
Agente os golpeou ne-
nhum senão eu mesmo, miserável”²⁸⁰.

Na fenda entre a divindade e si mesmo abre-se a negatividade, a ausência presente, um “agente (*outisseicamente*) nenhum”, peculiar e ubíquo no tempo e no espaço, alegado como (im)possível responsável. Negatividade não porque, nesse instante, negue qualquer positividade (mesmo a da improvável alusão a Odisseu), mas porque condição mesma para todas elas. Essa ausência, também personificada por Malèna aos olhos de Renato, por Diadorim aos de Riobaldo, por Capitu aos de Bentinho, pela justiça aos do Quixote, ou pelo retorno aos de Odisseu nos primeiros doze cantos, descortina o teor de verdade de cada obra, a outra ponta do enigma: “a cristalização da história em seu interior; o desejo do concreto que ainda não existe, possível contra o real que suprimiu o possível; uma compensação imaginária para a catástrofe que é a história do mundo; um não-ser que é constelação de ser, cuja negatividade torna as obras promessas”²⁸¹. Além de não se limitar à mediação subjetiva, narrativas como a de Édipo e ou a do filme realizam o próprio enigma conforme o significam, nisso partilhando com a historiografia a refração inconformada à “aparência administrada” de narrativas que encontram sentido apenas na crítica e na interpretação em que forem trabalhadas. São enigmáticas enquanto “fisionomia de um espírito objetivo que jamais é transparente a si mesmo no átimo de seu manifestar-se” (Adorno 2003: 2018). Se a indissociação entre ética e estética lhes enforma o conteúdo aparente, é o teor de verdade de todas elas que as irmana enquanto formas abertas, fluidas e móveis, sem com elas se confundir ao torná-las pensáveis²⁸².

Ausência e enigma se traduzem não apenas como teor de verdade, mas

²⁸⁰ Ἀπόλλων τάδ' ἦν, Ἀπόλλων, φίλοι, / ὁ κακὰ κακὰ τελῶν ἐμὰ τάδ' ἐμὰ πάθεα. / Ἐπαίσει δ' αὐτόχειρ νιν οὐ- / τις, ἀλλ' ἐγὼ τλάμων. (Soph.O.T:1329-1333).

²⁸¹ Embora apresentadas em sequência contínua, as formulações entre aspas resumem um passo da *Teoria estética* de Adorno (2003: 2017-2027) relativo ao “teor de verdade” de obras de arte. Além dessas, outras foram incorporadas a esta meditação, todas pontualmente redimensionadas para o problema ora em exame – o da tensão entre o discurso da verdade e o da ficção. Em tempo: conforme adverte o filósofo, “por mais que se lhe amplie a abrangência, o teor de verdade na arte, tal qual o apreciava a grande filosofia tradicional, não é a ideia trágica de conflito entre finitude e infinitude” (p. 2018).

²⁸² Platão designa como forma o movimento: conclui o estrangeiro em *Soph.*254d4: Μέγιστα μὴν τῶν γενῶν ἃ νυνδὴ διήμην τό τε ὄν αὐτὸ καὶ στάσις καὶ κίνησις (“dentre as formas que discutimos no momento, são muito importantes o ser, o repouso e o movimento”). Em tempo: traduzo “μέγιστα” como predicativo, não como sujeito, porque as três formas elencadas não são as únicas a figurar no diálogo. Cf. a crítica de Cornford 1957: 273-274 a traduções que optam pela inversão.

escancaram o próprio devir – mo(vi)mento inerente tanto às obras referidas quanto à história ou, por outras palavras, tanto ao discurso da ficção quanto ao da verdade:

“A obra de arte em si não é só, como quer o historicismo, o seu lugar na história real, um não-ser subtraído ao devir, mas, enquanto é, devém. O que nela se manifesta é seu tempo interno, e a explosão da manifestação faz saltar sua continuidade. Ela é mediada na história real por seu próprio núcleo monadológico. O teor das obras de arte pode se chamar história. Analisar obras de arte significa o mesmo que conhecer a história imanente nelas acumulada” (Adorno 2003: 1963).

Teor de verdade na ficção, história como teor das obras de arte: como a ficção, a verdade nada é sem as narrações e práticas que a inscrevem e enformam. Negatividade, enigma, ausência-presença que se abre movendo livremente o devir, a verdade é a articulação entre possível e real, particular e universal, transcendente e imanente, ficção e história²⁸³: é modo de ver e agir socialmente partilháveis. Articulação é mediação, é reconstrução e constelação de seres livres na abertura criadora. É o que dá a ver o todo no singular mediante mútuas contraposições da totalidade. É o que orchestra a cooperação sem forçar identificações, incluindo o diverso, o múltiplo e o surpreendente sem afrontar a unicidade de cada um. É o que promove ruptura para resgatar o pensamento – sempre um excedente – à repetição ordenadora e à indiferença não menor que a do descompromisso diletante. É o interpretante (em acepção peirceana) que mantém aberto o curso da crítica. É, enfim, imanância no passado, no presente ou no futuro²⁸⁴ – anseio e prática transformadores capazes de converter medo, tédio, culpa ou trauma em questões e beleza.

²⁸³ Adorno projeta essa percepção já na ironia socrática (introdução a *A disputa sobre o positivismo na sociologia alemã* – 2003: 2690): “tanto algo único é pouco ‘verdadeiro’, uma vez que sua própria mediação vale sempre como seu outro, quanto pouco verdadeiro é igualmente o todo. O permanecer inconciliável com o único exprime sua própria negatividade. A verdade é a articulação dessa relação. Na antiguidade ainda sabia disso a grande filosofia: a de Platão, que enuncia a mais extrema pretensão pré-crítica sobre a verdade, sabota ininterruptamente, na forma de representação do diálogo ‘aporético’, essa pretensão tal qual seria cumprida de modo literal; não seriam descabidas especulações que assim referissem também a ironia socrática”.

²⁸⁴ Duas pirlimpisquices eloquentes – mo(vi)mentos em que verdade e ficção se fundem e a ironia colapsa: a primeira, centrífuga, é a de Heráclito, ao afirmar “busquei a mim mesmo” (fr. 101 DK: ἐδιζήσαμην ἑμῶν τούτων), assumindo por si o encargo da questão do homem, fazendo de si a própria medida e não de outro, divino ou humano que fosse – cf. Héraclite 1998: 229-231; e a segunda, centrípeta, é a de Guimarães Rosa, respondendo a G. Lorentz que o *GSV* “[é] uma ‘autobiografia irracional’, ou melhor, minha auto-reflexão [*sic*] irracional. Naturalmente que me identifico com esse livro” (2009: lxii). A diferença entre ambas é a face em que se projeta a *mise en abyme*: exterior no primeiro, interior no segundo. Cada leitor, naturalmente, perfaz o movimento contrário quando se decide a mirá-las – e unificá-las.

Édipo (no desenlace), Sócrates, Riobaldo e Renato, como Tucídides e Políbio, veem o mundo em posição de exotopia imanente sem que isso implique oximoro. A posição é a um só tempo também irônica, permitindo que se reviva as próprias verdades de modo muito semelhante ao de Gep Gambardella em *La grande bellezza* (dir. P. Sorrentino, 2013), cuja ironia exprime e realiza a existência da personagem ao fundir imagem e conceito. Duplo aparente de Renato, também Gep procura restaurar na velhice a adolescência. Muito sutil e lentamente, o filme termina por escavar o abismo que a personagem central encarna ao sugerir a questão: por que, afinal, ou mesmo de que modo, emular a vida em sua inefável beleza? Dois momentos parecem chave: quando Gep comenta que os trezinhos formados pelos convidados a dançar são os mais belos de Roma, “perché non vanno da nessuna parte”, e fica tão embevecido com a brincadeira a ponto de sequer notar que o vizinho, cuja marca do terno identificara durante um encontro corriqueiro, era um criminoso procurado. E quando, aos sessenta e cinco anos, após passar quarenta sem publicar outro livro, reencontra nas próprias raízes – na recordação do único amor vivenciado – um motivo para voltar a escrever e continuar fruindo a vida que sente esvair-se cada dia mais intensamente (admitindo-se que a cena não seja o ápice do sarcasmo e da blasfêmia, nada incomuns na trama). Sobre nenhum dos dois momentos é possível afirmar que Gep exprima intenção ou distanciamento, tamanha é a negatividade aleatória escancarada ao longo de toda a narrativa, especialmente com relação à biografia de quem desejou ser “il re dei mondani” – para não mencionar que o desejo, formulado explicitamente às margens do Tibre, ao final se associa à vaga sugestão de início da composição do novo romance, início metaforizado no próprio fluxo lento do rio por sobreposição de imagens. Como poucos, Gep encarna à perfeição a mediação entre nostalgia irônica e trabalho criador.

Descontadas as demais particularidades inerentes ao distanciamento irônico de Tucídides e Políbio, num ponto ele é idêntico ao de Gep: ao exprimir igualmente intenções de proximidade que identificam ironia e verdade da narrativa. Na ficção como na história, o vazio é uma constelação de presenças cuja negatividade, projetada mesmo até a negação total, é sempre uma promessa (Adorno 2003: 2027). Nos três casos, embora sejam radicalmente distintas as posturas éticas dos envolvidos, todas convergem para um mesmo fim: o trabalho corajoso e infatigável para preencher, e assim manter à distância, o vazio fundante em meio ao qual narram as próprias biografias. O tempo lhes enforma o espaço da profunda solidão que encarnam, e que os irmana a Renato, Édipo, o Quixote, Bentinho, Riobaldo ou Míchkin a despeito, ou mesmo em função, do círculo de convivas que eventualmente os cerque. É o trabalho criador que desempenham para transpor esse abismo, de outro modo inescapável; é a tenacidade com que se afanam para dialogar com quem não vivencia tamanha angústia, que exprime a verdade dessas narrativas. A transcendência a que aspira Gep é a mesma que

Tucídides e Políbio operam, ressalvada a diferença de que aquela é mediada por um diretor/narrador distinto da personagem: se o teor de verdade do filme o aproxima da historiografia pelo incremento da mediação exterior, o trabalho de Tucídides e Políbio conota a cooperação da ficção para com a narrativa historiográfica sempre que sugere exterioridade, em relação às próprias obras, daqueles mesmos que as narram. E, sobretudo, ao tornar imanantes no leitor-evento o futuro que semearam, transfundindo ficção e verdade numa oitava acima à da escala em que via de regra têm de se manter dissociadas.

Seria possível apontar o preciso momento em que *hos epolemesan* ou *pos kai tini genei* deixam de significar e passam a realizar no leitor o que enunciam? Dito de outro modo: quantas palavras, leituras, perguntas e comparações são necessárias para sinalizar uma abertura entrevista, uma *tyche* ou *aletheia* forçosamente indetermináveis? Qualquer resposta exigiria talvez um conceito preciso de “precisão”, algo como “[t]o be exact, interpretation must be creative” (Eagleton 2003: 206). Daí que observações deliberadamente sinuosas, assistemáticas, por vezes mesmo aleatórias, desconectáveis ou inconclusivas, quando não pura e simplesmente utópicas, que atuam como gerúndios insubordinados, tão somente sondam o vazio conforme o reverberam. Unificam-se ao não traçar sistemas, e as linhas contínuas que porventura entreteçam pouco têm em comum além do trabalho de tecelagem. Aspiram a ser, por outro lado, como o navio de Teseu (Plut. *Thes.*23), a *idea ideae* de Spinoza (*TIE*, 38), o *milieu* de Pascal (*Pens.*72 Br.), as “semelhanças familiares” de Wittgenstein (2009, §67)²⁸⁵, as anedotas de *Aletria e hermenêutica* (Rosa 2009, v. II: 529-536) ou recepções de Michelangelo: metáfrases de imanância criadora que narram diálogos mal equilibrados entre descoberta e invenção, entre ficção e verdade, entre visão sinóptica²⁸⁶ e *fuga*

²⁸⁵ Em busca de alternativas para o falso dilema entre essencialismo e arbitrariedade, T. Eagleton (2012: 20-29) recorre à teoria das “Familienähnlichkeiten” que Wittgenstein desenvolve (§66-71) até provisoriamente questionar: “não é do desfocado que precisamos com frequência?” (Ist das unscharfe nicht oft gerade das, was wir brauchen? – §71) – ao que o crítico irlandês observa: “[f]or Derrida, indeterminacy is where things come unstuck; for Wittgenstein, it is what makes things work” (p. 29). Para uma outra leitura “against the prejudice that Wittgenstein was an advocate of ‘linguistic conservatism’”, cf. Read 2016: 285-291: “Chomski and Lakoff and Wittgenstein alike can be of real value, when we put them to work: In the project of helping to immunise ourselves against rhetoric that lies, and in seeking to construct instead rhetoric that leads us, collectively, in the direction of political sanity” (p. 291).

²⁸⁶ Cf. Wittgenstein 2009, §122: “a principal fonte de nossa incompreensão é que não enxergamos panoramicamente (*übersehen*) o uso de nossas palavras. – Falta percepção panorâmica (*Übersichtlichkeit*) à nossa gramática. – A representação panorâmica (*übersichtliche*) promove a compreensão, que consiste precisamente em ‘vermos conexões’ (*Zusammenhänge sehen*). Daí a importância de encontrar (des Findes) e inventar (des Erfindes) *ligações intermediárias* (*Zwischengliedern*). O conceito de representação panorâmica (*übersichtlichen*) é para nós de importância fundamental. Ele denota nossa forma de representação, o modo pelo qual vemos as

*semiosica*²⁸⁷. O que, e como, determina a verdade ou falsidade de um presente contingente? Por outro ângulo: seria possível converter a infinitude em limitação? Como qualquer modo de agir, narrar ou dialogar só escapam do redemoinho em que se apóiam saltando para outros. Talvez não tenha sido apenas coincidência terem ambos, Tucídides e Políbio, sido surpreendidos pela morte em pleno trabalho²⁸⁸.

Não poderia ser diferente uma meditação final que, por convicção antes que por acaso, tem de permanecer inconclusiva e provisória. Meditando a própria prática de meditar textos, ora acompanhou, ora tentou deslocar intencionalmente expectativas e perspectivas. Se neste trabalho há algo de exclusivo, talvez seja a tentativa de por em diálogo obras, autores e temáticas de distintos períodos e culturas, procurando sempre caminhar por zonas intermédias de fronteira tão perigosas quanto fecundas. Se provocou alguma ruptura e se esta tem algum valor, este pouco excede o da voragem autocrítica automediada pelas narrativas em que habita. “Toda hora eu estou em julgamento”, responde Zé Bebelo-Belzebu, como já antes Sócrates (em Xenofonte) a Hermógenes, que o instava a pensar na própria defesa: “não te parece que vivi a exercitá-la?” (*Mem.*4.8.4; *Apol.*3). Enquanto houver futuro não há última palavra, nem de fora nem de dentro. O novo também é um modo de aprender a ouvir o silêncio palpitante em cada narrativa.

Fiado na ideia de que só o fazer, não necessariamente a observação, conduz a alguma verdade partilhável, tentei experimentar diferentes abordagens com atenção sempre ao caráter fortuito, não necessariamente arbitrário, de todas elas – aquele, diferentemente deste, prevê espaço para o alheio. Tentando deliberadamente fugir à “seconda maniera” descrita por A. Moravia e não sucumbir a interpretações reacionárias como as criticadas por C. Romano, buscando conscientemente uma prática não normatizadora e atentando ao caráter tangencial, diferencial e por vezes mesmo conscientemente irônico e quixotesco do trabalho de interpretação, segui como única orientação o mantê-lo tão aberto quanto acredito deva ser o trabalho de um (*h*)istor em meio aos

coisas. (É isso uma ‘visão de mundo’?) (Ist dies eine ‘Weltanschauung’?) (itálicos, aspas e parênteses no original). Em tempo: “übersehen” e “Übersichtlichkeit” têm conotações outras que não necessariamente a de “visão sinóptica”. É o final do parágrafo, entretanto, que sinaliza a ponte.

²⁸⁷ Eco 1998: 341-342: “in una struttura multilivellare dalle connessioni labirintiche, le denotazioni si trasformano in connotazioni e ogni elemento non si arresta al suo interpretante immediato ma dà inizio a una ‘fuga semiosica’ (la forza organizzante del testo dovendo poi introdurre delle ‘barre di grafite’ per disciplinare la reazione a catena altrimenti incontrollabile che si verifica in questo ‘reattore nucleare semiotico’). La tensione abduttiva muove dall’interno di questa fuga semiosica, ma proprio per trovare l’idioletto che la disciplina”.

²⁸⁸ Marcelino.45: ‘Ἀπέθανε δὲ μετὰ τὸν πόλεμον τὸν Πελοποννησιακὸν ἐν τῇ Θράκῃ, συγγραῶν τὰ πράγματα τοῦ εἰκοστοῦ καὶ πρώτου ἑνιαυτοῦ. Luc.Macroh.22: Πολύβιος δὲ ὁ Λυκὸρτα Μεγαλοπολίτης ἀγρόθεν ἀνελθὼν ἀφ’ ἵππου κατέπεσεν καὶ ἐκ τούτου νοσήσας ἀπέθανεν ἐτῶν δύο καὶ ὀγδοήκοντα.

próprios problemas. Preservar a abertura do âmbito da verdade é contar com um espaço em que se pode habitar com menos angústia, onde cada dia é de fato o de um novo nascimento, não o que torna a aniquilação mais próxima. Onde meditar o mal seja apenas um modo de resgate surpreendente. Onde não se espere do texto, enfim, retribuições e sim propostas de convívio e trabalho criadores. Autocrítica e retórica elementar para alcance e conservação de poder não pactuam. Narrar a história com o próprio sangue, trabalhar nela um objeto de amor e empenhar generosamente confiança no futuro: nisso Políbio e Tucídides ainda excelem como pouquíssimos, criadores que foram de linguagens-travessias permanentemente abertas. Apropriando-me uma vez mais da intuição de Heráclito, que estas meditações tenham esboçado tão somente mais um ponto de partida: *transpassando repousa*²⁸⁹.

E: – “*Hem? Quem? Hem?*” – fez, pessoalmente, o dr. Diretor, que o aparelho, sôfrego, me arrebatara. – “*Você, eu e os neutros...*” – retrucou o homem; naquele elevado incongruir, sua imaginação não se entorpecia. De nada, esse ineficaz paralaraparacaparlar, razões de quiquiriqui, a boa nossa verbosia: a não ser a atíçar-lhe mais a mioleira, para uma verve endiabrada. Desistiu-se, vem que bem ou mal, do que era querer-se animar a murros um porco-espinho. Do qual, de tão de cima, ainda, se ouviu, a final, pérfida pergunta: – “*Foram às últimas hipóteses?*”

(*Darandina*)

²⁸⁹ Fr. 84a DK: μεταβάλλον ἀναπαύεται.

(Página deixada propositadamente em branco)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W. (2003), *Gesammelte Schriften*. Berlin.
- Agamben, G. (1999), *Ideia da prosa*. Lisboa. Tradução, prefácio e notas de J. Barrento.
- Arendt, H. (1998, 2ª ed.), *The human condition*. Chicago; London.
- Arrigucci Jr., D. (1994), “O mundo misturado. Romance e experiência em Guimarães Rosa”, *Novos estudos* 40: 7-29.
- Asheri, D.; Lloyd, A.; Corcella, A. (2007), *A commentary on Herodotus Books I-IV. Edited by O. Murray & A. Moreno*. Oxford.
- Astin, A. E. (1967), *Scipio Aemilianus*. Oxford.
- Bakhtin, M. (1997, 2ª ed.), *Estética da criação verbal*. Tradução de M. E. G. G. Pereira, revisão de M. Appenzeller. São Paulo.
- Baronowski, D. W. (2011), *Polybius and Roman imperialism*. London.
- Batstone, W. W. (2006), “Provocation: The point of reception theory”, in Martindale, C.; Thomas, R. F. (ed.), *Classics and the uses of reception*. Malden; Oxford, 14-20.
- Bolle, W. (2004), *grandesertão.br*. São Paulo.
- Bosi, A. (2003, 3ª reimp.), *Machado de Assis. O enigma do olhar*. São Paulo.
- (2013), *Entre a literatura e a história*. São Paulo.
- Brandão, J. L. (2005a), *A invenção do romance*. Brasília.
- (2005b), *Antiga Musa: (arqueologia da ficção)*. Belo Horizonte.
- (2007), “A ‘pura liberdade’ do poeta e o historiador”, *Ágora*. Estudos clássicos em debate 9: 9-40.
- (2010), “O narrador-tirano: notas para uma poética da narrativa”, *Gragoatá* 28: 11-26.
- Brooks, P. (1992), *Reading for the plot. Design and intention in narrative*. Cambridge; London.
- Brouwer, R. (2011), “Polybius and Stoic *Tyche*”, *GRBS* 51: 111-132.
- Burger, T. (1978), “Droysen and the idea of *Verstehen*”, *J. Hist. Behav. Sci.* 14: 6-19.
- Burns, T. (2010), “Marcellinus’ *Life of Thucydides* translated with an introductory essay”, *Interpretation* 38: 3-25.
- Canfora, L. (2005), *Tucidide tra Atene e Roma*. Roma.
- (2006), “Biographical obscurities and problems of composition”, in Rengakos, A.; Tsakmakis, A. (ed.), *Brill’s companion to Thucydides*. Leiden; Boston, 3-31.

- Champion, C. B. (2004), *Cultural politics in Polybius's Histories*. Berkeley; Los Angeles; London.
- Connor, W. R. (1984), *Thucydides*. Princeton.
- Cornford, F. M. (1907), *Thucydides mythistoricus*. London.
- (1957), *Plato's theory of knowledge. The Theaetetus and the Sophist of Plato. Translated, with commentary, by F. M. Cornford*. Indianapolis.
- Costa, A. L. M. (1997-8), “Rosa, ledor de Homero”, *Revista USP* 36: 46-73.
- (2001-2), “Homero no Grande Sertão”, *Kléos* 5/6: 79-124.
- Croce, B. (1920, 2ª ed.), *Teoria e storia della storiografia*. Bari.
- (1954, 6ª ed.), *La storia come pensiero e come azione*. Bari.
- Darbo-Peschanski, C. (1987), “Thucydide: historien, juge”, *Mètis. Anthropologie des mondes grecs anciens* 2: 109-140.
- Davidson, J. (1991), “The gaze in Polybius' *Histories*”, *JRS* 81: 10-24.
- De Sanctis, G. (1916), *Storia dei Romani v. III.1*. Milano, Torino, Roma.
- De Sanctis, G. (1980, rist.; 1ª ed. 1939), *Storia dei Greci v. 1*. Firenze.
- Dorandi, T. (1989), “Contributo epigrafico alla cronologia di Panezio”, *ZPE* 79: 87-92.
- Dosse, F. (2000), “Les régimes d'historicité comme traces expérimentielles”, Colóquio Oslo, 1-20. Disponível em: <www.oslo2000.uio.no/program/papers/m2a/m2a-dosse.pdf>.
- Dostoiévski, F. (2001), *Crime e castigo. Tradução de P. Bezerra. Gravuras de E. C. Jardim*, São Paulo.
- Dostoyevsky, F. (2009), *A writer's diary. Edited and with an introduction by G. S. Morson, translated and annotated by K. Lantz*. Evanston.
- Dover, K. J. (1983), “Thucydides ‘as History’ and ‘as Literature’”, *HS&T* 22: 54-63.
- Droysen, J. G. (1882, 3ª ed.), *Grundriß der Historik*. Berlin.
- Dubois, J. et al. (1974), *Retórica geral*. São Paulo. Trad. C. F. Moisés, D. Colombini e E. Barros.
- Eagleton, T. (2003), *After theory*. New York.
- (2012), *The event of literature*. New Haven; London.
- (2014), *Culture and the death of God*. New Haven; London.
- Eco, U. (1998, 16ª ed.), *Trattato di semiotica generale*. Milano.
- (2012), “Di un realismo negativo”, in Caro, M.; Ferraris, M. (coord.), *Bentornata realtà. Il nuovo realismo in discussione*. Torino, 91-112.
- Edmunds, L. (1975), *Chance and intelligence in Thucydides*. Cambridge.

- Eckstein, A. M. (1995), *Moral vision in the Histories of Polybius*. Berkeley, Los Angeles.
- Erskine, A. (2001), *Troy between Greece and Rome. Local tradition and imperial power*. Oxford.
- (2012), “Polybius among the Romans: life in the Cyclops’ cave”, in Smith, C.; Yarrow, L. M. (ed.), *Imperialism, cultural politics, and Polybius*. Oxford, 17-32.
- Ferraris, M. (1997), *Estetica razionale*. Milano.
- Freitas, R. (2011), “Sócrates, a criança irônica (Tieck, Schlegel, Novalis)”, *Viso. Cadernos de estética aplicada 10: s/n. Disponível em: <<http://revistaviso.com.br/visArtigo.asp?sArti=80>>*.
- Galvão, W. N. (1986, 2ª ed.), *As formas do falso. Um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo.
- Gersen, B. (2009), “Veredas no Grande Sertão”, in Rosa, J. G. *Ficção completa. v. 1*. Rio de Janeiro, clxx-clxxviii.
- Goldberg, S. M. (1995), *Epic in Republican Rome*. Oxford.
- Grethlein, J. (2010a), *The Greeks and their past. Poetry, oratory and history in the fifth century BCE*. Cambridge.
- (2010b), “Experientiality and ‘narrative reference’, with thanks to Thucydides”, *H&T* 49: 315-335.
- (2013), “The presence of the past in Thucydides”, in Tsakmakis, A. & Tamiolaki, M. (coord.), *Thucydides between history and literature*. Berlin-Boston, 91-118.
- (2014), “‘Future past’: time and teleology in (ancient) historiography”, *H&T* 53: 309-330.
- Gruen, E. (1993), *Culture and national identity in Republican Rome*. Ithaca, New York.
- Guillemette, L.; Lévesque, C. La narratologie. Disponível em: <<http://www.signosemio.com/genette/narratologie.asp>>.
- Hansen, J. A. (2012), “Forma literária e crítica da lógica racionalista em Guimarães Rosa”, *Letras de hoje* 47.2: 120-130.
- Hartog, F. (2001), *Memories of Odysseus: frontier tales from ancient Greece*. Chicago.
- (2003), “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”, *Revista de História (USP)* 148: 9-34.
- (2005), *Évidence de l’histoire. Ce que voient les historiens*. Paris.
- (2013), “Aristóteles e a história, mais uma vez. (trad. E. Misiak)”, *História da historiografia* 13: 14-23.
- Haug, M. (1854), *Die Quelle Plutarchs in den Lebensbeschreibungen der Griechen*. Tübingen.

- Heeren, A. H. L. (1820), *De fontibus et auctoritate Vitarum paralelarum Plutarchi. Commentationes quatuor*. Gottingae.
- Héraclite. (1998, 4^a ed.), *Fragments. Texte établi, traduit et commenté par M. Conche*. Paris.
- Hesk, J. (2015), “Thucydides in the twentieth and twenty-first centuries”, in Lee, C.; Morley, N. (ed.), *A handbook to the reception of Thucydides*. Malden; Oxford; Chichester, 218-237.
- Hirzel, R. (1882), *Untersuchung zu Cicero's philosophischen schriften bd. II.1*. Leipzig.
- Hornblower, S. (1991-2009), *A commentary on Thucydides. 3 vols*. Oxford.
- Iglesias-Zoido, J. C. (2011), *El legado de Tucídides en la cultura occidental – discursos e historia*. Coimbra.
- (2012), “Tucídides y el exemplo histórico”, in: Trujillo, M. L. H.; Álvarez, J. V. (ed.), *EXEMPLA FIDEM FACIVNT*. Madrid, 95-106.
- Ipiranga Jr.: (2009), “Modo de escrita da história na Antiguidade. A perspectiva luciânica”, *Aletria: Revista de Estudos de Literatura* 19: 103-113.
- Iser, W. (2013, 2^a ed.), *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro. Trad. J. Kretschmer.
- Isnardi, M. (1955), “TEXNH e ΗΘΟΣ nella metodologia storiografica di Polibio”, *SCO* 3: 102-110.
- Jay, M. (2011), “Historical explanation and the event: reflections on the limits of contextualization”, *New Literary History* 42: 557-571.
- (2013), “Intention and irony: the missed encounter between Hayden White and Quentin Skinner”, *H&T* 52: 32-48.
- Kahn, C. H. (1979), *The art and thought of Heraclitus. An edition of the fragments with translation and commentary*. Cambridge.
- Καζαντζάκη, Ν. (1965, 3^a ed.), *Αναφορά στον Γκρέκο. Μυθιστόρημα*. Αθήνα.
- Lassalle, F. *Nachgelassene Briefe und Schriften bd. III: 364*. Disponível em <<http://www.historische-kommission-muenchen-editionen.de/lassalle/anzeige/seite.php?id=L-003-0407>>.
- Lee, C.; Morley, N. (2015, ed.), *A handbook to the reception of Thucydides*. Malden; Oxford; Chichester.
- Leigh, M. (2013), *From polypragmon to curiosus. Ancient concepts of curious and meddling behaviour*. Oxford.
- Lima, L. C. (2005, 2^a ed.), *O romance em Cornélio Penna*. Belo Horizonte.
- (2006), *História. Ficção. Literatura*. São Paulo.
- Livingstone, I. (2004), *A linguistic commentary on Livius Andronicus*. New York, London.

- Löwy, M. (2005), *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo. Tradução de W. N. C. Brant.
- Longley, G. (2012), “Thucydides, Polybius, and human nature”, in Smith, C; Yarrow, L. M. (coord.), *Imperialism, cultural politics, and Polybius*. Oxford, 68-84.
- Loraux, N. (1986), “Thucydide a écrit la Guerre du Péloponnèse”, *Mètis. Anthropologie des mondes grecs anciens* 1: 139-161.
- Luciano de Samósata. (2009), *Como se deve escrever a história. Tradução, notas, apêndice e ensaio por J. L. Brandão*. Belo Horizonte.
- Lukács, G. (1964), “Narrare o descrivere?”, in Idem, *Il marxismo e la critica letteraria*. Torino. Traduzione di C. Cases, 269-323.
- Maas, W. P. M. D. (2010), “Uma abordagem comparativa da ironia. Conceito, tropo e performance”, *Aletria: Revista de Estudos de Literatura* 20: 49-62.
- Machado de Assis, J. M. (1994), “Dom Casmurro”, in Idem, *Obras completas. v. I*. Rio de Janeiro.
- (1994), “A causa secreta”, in Idem, *Obras completas. v. II*. Rio de Janeiro.
- Malkin, I. (1998), *The returns of Odysseus. Colonization and ethnicity*. Berkeley, Los Angeles, London.
- Marconi, D. (2007), *Per la verità. Relativismo e filosofia*. Torino.
- Marincola, J. (1997), *Authority and tradition in ancient historiography*. Cambridge.
- (2007), “Odysseus and the historians”, *Syllecta classica*, 18: 1-79.
- Martindale, C. (2006), “Introduction: Thinking through reception”, in Martindale, C.; Thomas, R. F. (ed.), *Classics and the uses of reception*. Malden; Oxford, 1-13.
- Mauersberger, A. (2006), *Polybios-lexikon bd. I.4*. Berlin.
- Mazzari, M. V. (2010), *Labirintos da aprendizagem. Pacto fãustico, romance de formação e outros temas de literatura comparada*. São Paulo.
- McGing, B. (2010), *Polybius' Histories (Oxford Approaches to Classical Literature)*. Oxford.
- Miltsios, N. (2013), *The shaping of narrative in Polybius*. Berlin, Boston.
- Moles, J. L. (1993), “Truth and untruth in Herodotus and Thucydides”, in Gill, C.; Wiseman, T. P. (ed.), *Lies and fiction in the ancient world*. Exeter, 88-121.
- Momigliano, A. (1980a), “Le regole del giuoco nello studio della storia antica”, in Idem. *Sesto contributo alla storia degli studi classici t. I*. Roma, 13-21.
- (1980b), “The historian’s skin”, in Idem, *Ibidem*, 77-88.
- Musti, D. (1978), *Polibio e l'imperialismo romano*. Napoli.
- Nicolazzi, F. (2010), “A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura

- historiográfica contemporânea”, *História: questões & debates* 53: 229-257.
- (2013), “O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história”, *História da historiografia* 13: 63-77.
- Nissen, H. (1863), *Kritische Untersuchungen über die Quellen der vierten und fünften Dekade des Livius*. Berlin.
- Pacheco, A. P. (2006), *Lugar do mito. Narrativa e processo social nas Primeiras histórias de Guimarães Rosa*. São Paulo.
- Pasta Jr., J. A. (1999), “O romance de Rosa. Temas do *Grande Sertão* e do Brasil”, *Novos estudos* 55: 61-70.
- Pédech, P. (1951), “Polybe et l’éloge de Philopoemen”, *REG* 64: 82-103.
- (1961), *Histoires – Livre XII. Texte établi, traduit et commenté par P. Pédech*. Paris.
- (1964), *La méthode historique de Polybe*. Paris.
- Pfeiffer, R. C. F. O. (1968), *History of classical scholarship. From the beginnings to the end of the Hellenistic age*. Oxford.
- Pires, F. M. (1998), “The rhetoric of method (Thucydides I.22 and II.35)”, *The Ancient History Bulletin* 12: 106-112.
- (1999), *Mithistória*. São Paulo.
- (2003), “*Ktēma es aiei*, e a ‘prolixidade do silêncio’ tucidideano no século XX”, *Anos 90* 17: 87-109.
- (2003b), “Thucydide et l’assemblée sur Pylos (IV.26-28): rhétorique de la méthode, figure de l’autorité et détours de la mémoire”, *The Ancient History Bulletin* 17: 127-148.
- (2007), “A questão tucidideana. Avatares de uma *fênix narratológica* atacada de *Zeligmania*”. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/>>.
- (2013), “Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita”, *História da historiografia* 13: 24-44.
- (2015), *O fardo e o fio. Na contramão da procissão historiográfica*. Porto Alegre.
- Platonis. (1968), *Opera. 4 vols*. Oxford.
- Polibio. (2001-6), *Storie. 8 vols. Nota biografica di D. Musti, traduzione di M. Mari, F. C. de Rossi, A. L. Santarelli, note di J. Thornton*. Milano.
- Πολυβίου Μεγαλοπολίτου. (1792), *Ἱστορίων. Τὰ σωζόμενα. Recensuit etc. I. Schweighäuser t. V. Lipsiae*.
- Polybius. (1967-95, reimp.), *Historiae. Ed. Th. Büttner-Wobst. 5 vols*. Lipsiae.
- Pouncey, P. (1980), *The necessities of war. A study in Thucydides’ pessimism*. New York.

- Raaflaub, K. A. (2013), “*Ktēma es aiei*. Thucydides’ concept of ‘learning through history’ and its realization in his work”, in Tsakmakis, A. & Tamiolaki, M. (coord.), *Thucydides between history and literature*. Berlin, Boston, 3-21.
- Read, R. (2016), “Metaphysics is Metaphorics: philosophical and ecological reflections from Wittgenstein and Lakoff on the pros and cons of linguistic creativity”, in Grève, S. S.; Mácha, J., *Wittgenstein and the creativity of language*. Hampshire, 264-297.
- Riffaterre, M. (1990), *Fictional truth*. Baltimore; London.
- Rocha, S. L. R. (2008), *Logos, writing and persuasion in Thucydides’ History*. PhD Thesis (Philosophy) – Royal Holloway College, University of London, London.
- Romano, C. (2006), “L’ordre du sens’: de l’extériorité de l’esprit à la critique de l’herméneutique”, in Gnassounou, B.; Michon, C. (coord.), *Vincent Descombes: questions disputées*. Nantes, 41-98.
- (2010), “Compréhension d’un texte et intention d’auteur”, in Ouelbani, M. (coord.), *L’intention*. Tunis, 57-84.
- (2011), “Challenging the transcendental position: the holism of experience (trad.: M. B. Smith)”, *Continental Philosophy Review* 44: 1-21. (Original cedido pelo autor: “Le problème du monde et le holisme de l’expérience”).
- (2013), “De la compréhension. Quelques parallèles entre Wittgenstein et la tradition herméneutique”, in Idem (coord.), *Wittgenstein*. Paris, 547-598.
- (2014), “La révolution anti-copernicienne de James J. Gibson”, in Gibson, J. J., *Approche écologique de la perception visuelle*. Bellevaux. Trad. O. Putois, 495-510.
- (2015), “La règle souple de l’herméneute”, *Critique* 817-8: 464-479.
- Roncari, L. (2004), *O Brasil de Rosa (mito e história no universo rosiano). O amor e o poder*. São Paulo.
- (2007), *O cão do sertão. Literatura e engajamento. Ensaio sobre João Guimarães Rosa, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo.
- Rood, T. (1998), *Thucydides. Narrative and explanation*. Oxford.
- (2004), “Polybius”, in De Jong, I.; Nünlist, R.; Bowie, A. (ed.), *Narrators, narratees, and narratives in ancient Greek literature. Studies in ancient Greek narrative v. I*. Leiden, Boston, 147-164.
- (2004), “Thucydides”, in De Jong, I.; Nünlist, R.; Bowie, A. (ed.), *Narrators, narratees, and narratives in ancient Greek literature. Studies in ancient Greek narrative v. I*. Leiden, Boston, 115-128.

- (2012), “Polybius, Thucydides, and The First Punic War”, in Smith, C.; Yarrow, L. M. (ed.), *Imperialism, cultural politics, and Polybius*. Oxford, 50-67.
- Rorty, R. (1989), *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge.
- Rosa, J. G. (2003), *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason. Edição, organização e notas de M. A. F. M. Bussolotti, tradução de E. J. Paschoal*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte.
- (2009), *Ficção completa. 2 vols.* Rio de Janeiro.
- Rosenfield, K. H. (2006), *Desenveredando Rosa. A obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos*. Rio de Janeiro.
- Rowland, C. (2011), *A forma do meio. Livro e narração na obra de João Guimarães Rosa*. Campinas; São Paulo.
- Sacks, K. (1981), *Polybius on the writing of history*. Berkeley; Los Angeles; London.
- Sartre, J. P. (1948), *Qu'est-ce que la littérature?* Paris.
- (1960), *Critique de la raison dialectique. Tome I – Théorie des ensembles pratiques*. Paris.
- Scala, R. Von (1890), *Die Studien des Polybios I*. Stuttgart.
- Schepens, G. (1980), *L' 'autopsie' dans la méthode des historiens du Ve siècle avant J.-C.* Brussel.
- Schlegel, F. (1997), *O dialeto dos fragmentos. Tradução, apresentação e notas de M. Suzuki*. São Paulo.
- Sebastiani, B. B. (2007), “Políbio contra Filarco, ou crítica à historiografia trágica”, *Hypnos* 19: 68-84. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2008), “O Odisseu de Políbio: leituras da Odisséia na Roma cipiônica”, *Calíope (UFRJ)* 17: 24-37. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2013), “A política da errância de Odisseu no livro 34 das Histórias de Políbio”, in Silva, G. V.; Leite, L. R. (coord.), *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória, 45-56. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2014a), “Historiografia como opção de vida: interpretações da exortação de Aníbal em Plb.3.62-3”, *Espaço plural* 30: 11-29 Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/10846/7711>>.
- (2014b), “O olhar sobre si mesmo, ou fracasso e lucidez nos textos de Tucídides e Políbio”, *Aletria: Revista de Estudos de Literatura* 24: 243-255. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.24.2.243-255>>.
- (2014c), “Políbio e a viagem de Odisseu pela Sicília: intertextualidade,

- memória e entendimento”, in Sebastiani, B. B.; Werner, C.; Lopes, A. O. D. (coord.), *Gêneros poéticos na Grécia antiga. Confluências e fronteiras*. São Paulo, 205-218. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2015a), “A ironia do fracasso: Nícias e Tucídides, Aníbal e Políbio”, *Aletria: Revista de Estudos de Literatura* 25: 15-37. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.25.2.15-37>>.
- (2015b), “La storia come mezzo: l’Odisseo mediatore di Polibio”, *Erga-Logoi* 3.2: 123-148. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7358/erga-2015-002-batt>>.
- (2015c), “O problema da verdade em Tucídides”, in Werner, C.; Lopes, A. D.; Werner, E. (coord.), *Tecendo narrativas: unidade e episódio na literatura grega antiga*. São Paulo, 201-221. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2015d), “Scipio Aemilianus and Odysseus as paradigms of prónoia”, in Pena, A. N.; Relvas, M. J. C.; Fonseca, R. C.; Casal, T. (coord.), *Revisitar o mito / Myths revisited*. Vila Nova de Famalicão, 483-494. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- (2016a), “Enformação da narrativa em Grande Sertão: Veredas e Tucídides”, *Gragoatá* 41: 585-611. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/592>>.
- (2016b), “Verdade, narrativa e retórica em Políbio”, in: Antikeira, M. (coord.), *A escrita da história na antiguidade greco-romana*. Curitiba, 105-141. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/BrenoBattistinSebastiani>>.
- Seligmann-Silva, M. (2000), “A história como trauma”, in Idem; Nestrovski, A. (coord.), *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo, 73-98.
- (2008), “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, *Psicologia clínica* 20: 65-82.
- (2009), “Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional”, *Alea* 11: 130-147.
- (2011), “Um tradutor é um escritor da sombra? Variações sobre a ontologia da tradução”, *Cadernos de tradução* 28: 11-36.
- (2013), “Ficção e imagem, verdade e história: sobre a poética dos rastros”, *Dimensões* 30: 17-51.
- (2014), “Vilém Flusser: entre a tradução como criação de si e a pós-tradução”, *Cadernos de tradução* n. especial, 223-234.
- Skinner, Q. (1969), “Meaning and understanding in the history of ideas”, *HC&T* 8: 3-53.
- Soares, M. T. M. (2011), “*Ekphrasis* e *enargeia* na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur”, *Talia dixit* 6: 1-23.

- (2013), *Tempo, mythos e praxis. O diálogo entre Ricoeur, Agostinho e Aristóteles*. Porto.
- (2014), *História e ficção em Paul Ricoeur e Tucídides*. Porto.
- Tamiolaki, M. (2013), “Ascribing motivation in Thucydides. Between historical research and literary representation”, in Tsakmakis, A.; Tamiolaki, M. (coord.), *Thucydides between history and literature*. Berlin, Boston, 41-72.
- Tápia, M; Nóbrega, T. M. (2013, coord.), *Haroldo de Campos – Transcrição*. São Paulo.
- Thornton, J. (2001, 2ª ed.), *Lo storico, il grammatico, il bandito. Momenti della resistenza Greca all’Imperium Romanum*. Catania.
- (2013a), “Polybius in context: the political dimension of the *Histories*”, in Gibson, B.; Harrison, T. (ed.), *Polybius and his world. Essays in memory of F. W. Walbank*. Oxford, 213-229.
- (2013b), “Polibio l’artista”, *Mediterraneo Antico* 16.2: 827-842.
- (2013c), “Oratory in Polybius’ *Histories*”, in Kremmydas, C.; Tempest, K. (ed.), *Hellenistic oratory. Continuity and change*. Oxford, 21-42.
- Thucydides. (1967-70), *Historiae. 2 vols.* Oxford.
- Vercruysse, M. (1990), “Polybe et les épopées homériques”, *AncSoc* 21: 293-309.
- Vlassopoulos, K. (2014), “Which comparative histories for ancient historians?”, *Synthesis* 21: 31-47.
- Walbank, F. W. (1967-79), *A historical commentary on Polybius. 3 vols.* Oxford.
- (1972), *Polybius*. Berkeley, Los Angeles, London.
- (1985), *Selected papers. Studies in Greek and Roman history and historiography*. Cambridge.
- (2002), *Polybius, Rome and the Hellenistic world. Essays and reflections*. Cambridge.
- Wittgenstein, L. (2009, 4ª ed.), *Philosophische Untersuchungen / Philosophical investigations. Translated by G. M. Anscombe, M. S. Hacker and J. Schulte*. Chichester.
- Wunderer, C. (1901), *Polybios-Forschungen. Beiträge zur Sprache- und Kulturgeschichte II*. Leipzig.
- Zetzel, J. E. G. (1972), “Cicero and the Scipionic circle”, *HSPb* 76: 173-179.
- Ziegler, K. (1952), Polybios (1). *RE* 21.2: 1440-1578.

INDEX NOMINVM ET LOCORVM

- Amiano Marcelino: 16
Apiano: 16
Aristarco da Samotrácia: 145
Aristóteles: 117, 119
 Poética
 1451a36-39: 24 n.22
 1451b: 117 n.170
 1451b1: 24 n.22
 1451b4: 40
Arriano: 16
Aurélio Vítor: 16
- Cícero: 164
 Deveres
 3.32: 164 n.256
 República
 2.27: 164
- Demétrio de Falero: 133
Demóstenes: 16
 Contra Aristócrates
 149: 16 n.8
 Diógenes Laércio: 44
 2.57.15-.17: 44 n.48
Dionísio de Halicarnasso: 114
- Lísias
 3.27: 114 n.168
- Éforo de Cime: 128, 131, 133-134, 137
Eratóstenes de Cirene: 145, 159
Estrabão: 158
Fábio Píctor: 117-126, 135-136, 153
Filarco: 136
Filino: 117-124, 126, 131, 135-136, 153
Flávio Josefo: 16
- Helânico de Lesbos: 104
Heráclito: 12, 18, 35, 127, 134, 185, 189
 fr. 35 DK: 13 n.1
 fr. 50 DK: 81 n.111
 fr. 84a DK: 189 n.289
 fr. 93 DK: 18 n.12
 fr. 101 DK: 185 n.284
 fr. 112 DK: 17 n.9
 fr. 124 DK: 111, n.162
Heródoto: 16, 24, 104
Hesíodo
 Trabalhos e dias
 792: 13 n.1
Hipócrates
 Juramento
 2: 13 n.1
Homero: 20, 26, 81, 93, 104, 134, 145, 157, 158

- Iliada*
6.441-465: 176
6.486-493: 176
10.251-253: 157
18.501: 13 n.1
23.486: 13 n.1
Odisseia: 32, 53, 145, 161-162, 183
5.270-277: 157
12.184-191: 182
16.233-320: 162
- Lívio Andronico: 160
Oduzia: 160
Luciano de Samósata: 23, 117
- Macróbios
22: 188 n.288
Marcelino: 45, 188
23-26: 45 n.50, 98
45: 188 n.288
46-47: 45 n.50, 98
- Panécio de Rodas: 145-146
Pausânias: 41, 146, 160-161
7.10.5-12: 41 n.42
8.30.8: 146, 160
Platão: 111-113, 119, 128, 134, 184-185
Apologia de Sócrates: 175
40b: 175 n.270
Fedro
245c: 177
República
508b-c: 112 n.164
Sofista
254d4: 184 n.282
Timeu: 112
27c: 112
28a: 112
28c: 112
- 29c: 112
29e: 112
30a: 112
90b-d: 113
Plutarco: 16, 146, 159-161
Catão Antigo
9.3: 146, 160
Marcelo
22.9: 16 n.8
Teseu
23: 187
Políbio: 14-23, 25-26, 29-36, 40-42,
47-50, 52-53, 58-62, 67-72, 103,
105, 117, 119-127, 131-140, 145-
169, 174-183, 185-189
1.1.1: 13
1.1.3: 33
1.1.5: 17
1.1-5: 47
1.1.6: 176, 180, 183
1.2: 30
1.4: 31 n.33, 50, 132, 154 n.238,
165, 167, 178 n.274
1.4.1: 47, 50, 52, 71, 123 n.180, 132,
165, 174
1.4.5: 33
1.4.6: 47, 123 n.180, 132
1.4.7-11: 141
1.4.11: 47, 123 n.180, 132, 167
1.5.3: 166 n.257
1.14: 41 n.42, 118, 153, 183
1.14.1: 47
1.14.3: 153
1.14.5: 153, 157
1.14.5-6: 17
1.14.6: 72 n.97, 153
1.15: 122
1.32-36: 125
1.35: 183
1.35.6-10: 120, 124, 138

1.35.7-8: 52
1.35.10: 176
1.64.6: 125
1.83.2-5: 124
2.56: 117 n.170
3.1.4: 176
3.4.13: 47 n.52
3.4-5: 136
3.5.7-8: 33, 136
3.5.8: 180
3.6.6: 151 n.232
3.6-7: 151 n.232
3.7.7: 51
3.9.1-5: 123, 126
3.11.7-9: 68
3.18-19: 160 n.250
3.39.8: 41
3.47.6-48: 68 n.83
3.48.12: 132
3.63.4: 68, 180
3.80: 125
8.11.3: 30 n.30
9.1-2: 47 n.51
9.2.2-4: 33
9.12.1: 157
9.12-20: 162
9.13.1-5: 146
9.16.1: 146, 157
9.16.2: 168 n.266
9.26.10: 68 n.83
9.44.2: 176
10.5.8: 157
11.19: 68 n.83
12.4d.1-4: 127
12.5.1-2: 158
12.24: 133 n.195
12.25b: 41 n.42, 148
12.25b.1-3: 150
12.25b.3: 138

12.25d-25e: 153 n.237, 158
12.25e.1: 42, 137 n.200
12.25i: 148
12.25i.2: 137 n.200
12.25i.6: 153
12.25i.6-8: 151
12.25i.8: 138, 153
12.26d: 166
12.27a-27: 153 n.237
12.27a-28a: 129
12.27.1: 42
12.27.1-28.5: 146
12.27.10-28.1: 157
12.27.10-11: 53 n.61
12.28.6-28a: 158
12.28a.8-10: 42, 155
12.28a.10: 155
13.5.4-6: 139
15.6.6-7.1: 68
15.8.13: 69 n.85
15.15: 69 n.87
15.15-16: 69
15.16.5-6: 69
16.17.9: 41 n.42
18.15.1-3: 48 n.56, 69 n.89
22.18: 151 n.232
23.12.15: 67
23.13: 68 n.83
24.6.3: 47 n.52
24.8.9: 48 n.56
28.12.1-6: 48
28.12-13: 41 n.43
28.13: 48, 49
28.13.8: 50
28-31: 40 n.40
29.21: 133 n.193
29.21.5: 133 n.193
30.13: 48 n.56, 69 n.89
30.29.7: 48 n.56, 69 n.89

- 31.22.8: 30, 180
31.23.1: 47
31.23-30: 52 n.59
34.2.1-4: 158
34.2.5-11: 158
34.2.11: 159
34.2.12-3.11: 159
34.2-4: 146, 158
34.3.12-14: 159
34.11.19-20: 159
35.6.4: 146, 160
36.9-10: 162 n.255
36.12.2: 47
36.17: 178
38.8.2: 163
38.12-13: 163
38.19a-22: 177
39.3-5: 161
39.9.2: 50
- Salústio: 16
- Sexto Empírico: 18, 20
Contra os professores
1.254: 18 n.10
1.259: 18 n.10
1.267: 18 n.10
- Sófocles
Édipo rei
1329-1333: 184 n.280
- Tácito: 16
- Teopompo: 30, 128, 134
- Timeu de Tauromênio: 30, 121, 126-129, 131-135, 156, 166
- Tito Lívio: 164
30.45: 164 n.256
33.10: 164 n.256
37.45: 70 n.92
- Tucídides: 13-24, 26, 29-36, 40-47, 50, 52-53, 58-61, 64, 66-67, 70-72, 75, 77, 79-83, 85-90, 93, 95-99, 101-105, 107-114, 117, 119, 121, 126, 132, 139, 167-169, 174, 177, 179-183, 185-189
- 1.1.1: 13, 17, 40 n.40, 96 n.127
1.1.1-2: 33
1.1.2: 40 n.40, 96, 98 n.132, 105 n.150, 177
1.1-23: 40 n.40
1.8.1: 40 n.40
1.9.3: 104 n.148
1.10.3: 104 n.148
1.13.1: 40 n.40
1.20.1: 98 n.132
1.20.3: 17, 41 n.42, 42, 71 n.97, 103, 168 n.264
1.20-21: 42
1.20-22: 77, 117 n.170
1.20-23: 33
1.22: 40 n.40, 42, 79 n.105, 80 n.108, 98 n.132, 103, 106
1.22.1: 24 n.22
1.22.1-3: 104 n.148
1.22.2: 42, 43 n.46
1.22.3: 104, 109, 168
1.22.4: 31 n.33, 52, 81, 93 n.121, 96, 105, 107, 176
1.23: 83
1.23.1: 104 n.148
1.23.5: 98 n.132
1.23.6: 42
1.70.8-71.1: 97
1.71.3: 33, 90 n.120
1.76.2: 107 n.152
1.97.2: 104 n.148
1.140.1: 95, 95 n.125, 178
2.22.1: 95 n.125
2.35.2: 109 n.159, 168
2.40.4: 97
2.43: 83, 84
2.43.1: 183

- 2.43.4: 168 n.265
2.48.3: 43, n.46, 98 n.132, 107 n.153
2.59: 95
2.61.2: 95
2.65: 180
2.65.5-7: 84
2.65.5-13: 46
2.65.6: 168 n.266
2.65.6-8: 63
2.65.7: 71
2.65.8: 95
2.100.2: 41, 89
3.36.6: 97
3.38.1: 97 n.130
3.40.2: 97
3.42.1: 95
3.43.2: 96 n.129
3.45.7: 107 n.152
3.48.1: 95
3.51: 63 n.68
3.81-85: 96 n.128
3.82.2: 86, 86 n.116, 107 n.152
3.83: 83, 86
3.84.2: 107 n.152
4.2-14: 107
4.25.5: 53 n.61
4.28: 67
4.28.1: 63, 64
4.39-40: 64
4.38.3-40-1: 108 n.154
4.61.5: 107 n.152
4.62.2: 96
4.104.4: 44
4.104.4-5: 43
4.104-107: 40 n.40, 43, 79 n.106
4.105.1: 44
4.105.2-106.2: 44
4.106.3: 44, 108
4.107.1: 44
4.129-131: 63 n.68
5.16.1: 64, 65 n.72, 67
5.25.3: 64
5.26: 40 n. 40, 45
5.26.1: 45, 98
5.26.3: 64
5.26.4-6: 45, 98
5.26.5: 52
5.45: 65
5.46.1: 65, 67
5.84-116: 96 n.128
5.104: 108 n.154
5.111.3: 108 n.154
5.112.2: 108 n.154, 178 n.274
5.113: 108 n.154
5.116: 63 n.68, 177
6.1-6: 183
6.2.1: 53 n.61, 104 n.148
6.8: 65
6.8.4: 65
6.9: 95 n.126
6.9.2: 65 n.72, 67
6.9-14: 63
6.9-18: 65
6.18.6-7: 65
6.19.1: 65
6.19.2: 63
6.20-23: 65
6.23.3: 63
6.24.1: 63
6.24.3: 63, 65 n.73
6.26.1: 63
6.44-50: 65
6.55.1-3: 98 n.132
6.61: 65
6.103: 65
6.104.3: 66
7.11-15: 66 n.74
7.15.1: 66 n.74

7.16.1: 66, 66 n.74

7.29: 87, 177

7.42: 66

7.43-44: 66

7.48: 66

7.48.3: 66 n.75

7.48.4: 66

7.49: 66

7.49.1: 66 n.76

7.50: 66

7.51-55: 66

7.55.1: 66 n.77

7.60-64: 66 n.78

7.69.2: 66 n.78

7.71.7: 77 n.78

7.75.5: 67 n.78

7.77: 66

7.83.2: 67 n.78

7.85: 67 n.78

7.86.5: 67

Vita Thucydidis Anonyma

3: 45 n.50, 98

8: 40 n.40

Xenofonte: 16, 44, 188

Apologia de Sócrates

3: 188

Memoráveis

4.8.4: 188

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronoia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

15. Carlos A. Martins de Jesus, Cláudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hipólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violença e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).

30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume I (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
31. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. - Volume II (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
32. Pilar Gómez Cardó, Delfim F. Leão, Maria Aparecida de Oliveira Silva (coords.), *Plutarco entre mundos: visões de Esparta, Atenas e Roma* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
33. Carlos Alcalde Martín, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *O sábio e a imagem. Estudos sobre Plutarco e a arte* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2014).
34. Ana Iriarte, Luísa de Nazaré Ferreira (coords.), *Idades e género na literatura e na arte da Grécia antiga* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
35. Ana Maria César Pompeu, Francisco Edi de Oliveira Sousa (orgs.), *Grécia e Roma no Universo de Augusto* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2015).
36. Carmen Soares, Francesc Casadesús Bordoy & Maria do Céu Fialho (coords.), *Redes Culturais nos Primórdios da Europa - 2400 Anos da Fundação da Academia de Platão* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
37. Claudio Castro Filho, *“Eu mesma matei meu filho”: poéticas do trágico em Eurípides, Goethe e García Lorca* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
38. Carmen Soares, Maria do Céu Fialho & Thomas Figueira (coords.), *Pólis/ Cosmópolis: Identidades Globais & Locais* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
39. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção I* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
40. Maria de Fátima Sousa e Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho & José Luís Lopes Brandão (coords.), *O Livro do Tempo: Escritas e reescritas. Teatro Greco-Latino e sua recepção II* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
41. Gabriele Cornelli, Maria do Céu Fialho & Delfim Leão (coords.), *Cosmópolis: mobilidades culturais às origens do pensamento antigo* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
42. Nair de Nazaré Castro Soares, Cláudia Teixeira (coords.), *Legado clássico no Renascimento e sua recepção: contributos para a renovação do espaço cultural*

- européu*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2016).
43. Françoise Frazier & Olivier Guerrier (coords.), *Plutarque. Éditions, Traductions, Paratextes* (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 44. Cláudia Teixeira & André Carneiro (coords.), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 45. Aldo Rubén Pricco & Stella Maris Moro (coords.), *Pervivencia del mundo clásico en la literatura: tradición y relecturas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 46. Cláudia Cravo & Susana Marques (coords.), *O Ensino das Línguas Clássicas: reflexões e experiências didáticas*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).
 47. Breno Battistin Sebastiani, *Fracasso e verdade na recepção de Políbio e Tucídides*. (Coimbra e São Paulo, Imprensa da Universidade de Coimbra e Annablume, 2017).

Este livro discute o problema da recepção dos – ou nos – textos de Tucídides e Políbio pelos vieses narrativo, historiográfico, literário e/ou cultural. Está subdividido em oito meditações. Na primeira, são apresentados três procedimentos metodológicos (recepção, mediação e comparação) que articulam, ao longo das outras sete, a discussão dos integrantes nucleadores (fracassos políticos, verdades) do referido problema.

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

